



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARÍLIA PASSOS APOLIANO GOMES

**UM MAR DE HISTÓRIAS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO
POÇO DA DRAGA**

FORTALEZA
2019

MARÍLIA PASSOS APOLIANO GOMES

UM MAR DE HISTÓRIAS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO
POÇO DA DRAGA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Sociologia. Linha de pesquisa: Cidade, Movimentos Sociais e Práticas Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Linda Maria de Pontes Gondim.

Fortaleza

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G615m Gomes, Marília Passos Apoliano.
Um mar de histórias : memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga / Marília Passos Apoliano Gomes. – 2019.
281 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Linda Maria de Pontes Gondim.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Territorialidade. I. Título.

CDD 301

MARÍLIA PASSOS APOLIANO GOMES

UM MAR DE HISTÓRIAS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO
POÇO DA DRAGA

Tese apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Sociologia.

Aprovada em: 28/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Linda Maria de Pontes Gondim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Lea Carvalho Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Cristina Maria da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dra. Berenice Abreu de Castro Neves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A todos os moradores do Poço da Draga, sobretudo os que contribuíram para a realização deste trabalho e para a construção do meu olhar sociológico.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à espiritualidade, que me iluminaram e guiaram nos momentos de maior dificuldade.

A todos os moradores do Poço da Draga que me presentearam com um pouco do seu tempo, contando histórias, mostrando fotografias, concedendo entrevistas ou simplesmente me permitindo ficar um pouco com eles, seja no cotidiano ou em eventos importantes.

À vovó Ione, exemplo de sabedoria e leveza ao seguir a vida com alegria e risadas no alto dos seus 83 anos.

Aos meus pais, Pedro e Maria de Fátima, por terem me dado a chance de existir, pelo amor e educação, e sobretudo por terem me ensinado a lição de lutar por ser sempre o meu melhor.

A Yasmin, minha irmã, que me trouxe luz e sorrisos desde antes de vir ao mundo, e agora além de tudo me enche de orgulho pelo lindo caminho que está trilhando e escrevendo.

A Manuely, pelo amor incondicional e pela paciência infinita, ouvindo sobre teorias, campo, e tudo o mais que me ocorria. Pela leitura atenciosa e por sempre me incentivar, mostrando as coisas boas que eu nem conseguia ver. Por ser a melhor companheira do mundo, a melhor amiga e a melhor acupunturista que eu poderia querer!

A Tia Lourdes e ao Tio Manoel, que mais que sogros são como segundos pais, não só pelo tempo que me conhecem e acolhem (mais de 15 anos), mas pelo incentivo contínuo ao estudo e ao aprimoramento, tanto intelectual quanto moral.

Aos cunhados e amigos Manoel Júnior e Arthur, pela força e pela fé depositada e por muitos dias de alegria compartilhada.

Às minhas gatas, Simba e Preta, que sempre demonstraram tanto carinho por mim e desejo de contribuir na tese, dormindo sobre os livros e o computador. À pequena Jujuba, que chegou em nossa vida às vésperas da defesa, mas também me deu bastante amor e mordidas. Às gatas afilhadas Felícia, Nina e Valentina, de quem cuidamos com o mesmo amor.

A minha querida orientadora e amiga, professora Linda Gondim, que desde 2010 me ensina quase que diariamente a ser um pouco da pesquisadora e professora

que ela é. Serei sempre feliz e honrada pelo exemplo que me deu. Muito obrigada por todo o ensinado, tão além da Sociologia, da vida e de tudo o mais.

À professora Léa Rodrigues, que tanto contribuiu para esta tese com suas preciosas contribuições tanto na banca de qualificação quanto de defesa. Foi e sempre será uma alegria ter sido sua aluna e ter aprendido com o seu amor à docência.

Aos professores Cristina Silva, Gisafran Jucá e Berenice Abreu, que me honraram com a avaliação deste trabalho, sugerindo os melhores caminhos e aprimoramentos.

À professora Glória Diógenes, pelas contribuições na banca de qualificação e pelas sugestões nas ocasiões em fui sua aluna, quando aprendi a ver a cidade e a ciência com os olhos do afeto.

Às professoras Irllys Barreira, Danyelle Nilin, Geísa Araújo, Alba Pinheiro e Isabelle Braz, pelos muitos ensinamentos ao longo do mestrado e do doutorado. A força das mulheres e das grandes professoras que vocês são contribuíram muito com quem sou hoje.

Aos queridos servidores da Pós-Graduação em Sociologia, a quem tantas vezes recorri e fui sempre ajudada: Aimberê, Socorro e Lorena, meu muito obrigada!

Às caras amigas feitas ou fortalecidas nas turmas de mestrado e do doutorado, sem as quais o percurso teria sido muito mais custoso. Abda Medeiros, Vaneza Araújo, Willams Ribeiro, Emmannuele Alves, Gislânia Freitas, Larissa Moraes, Diogo Cals, Wendell Barbosa, Aparecida Higino.

Às amigas queridas Rebeca Coelho e Raquel Guimarães, com quem compartilhei muitas dúvidas e alegrias ao longo dos últimos anos, pela amizade forte e duradoura que espero levar pela vida inteira.

Aos amigos do Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC-UFC), do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar e de militância pelos direitos humanos: Arlindo Nogueira, Talita Maciel, Gualter Bezerra, Patrícia Oliveira, Isabel Souza, Lia Bezerra, Vlândia Monteiro, Mayara Justa, Victor de Brito e Leonardo Araújo.

À querida Gabriela Lima, *in memoriam*, queria que tivéssemos tido mais tempo para as conversas sobre a vida, Viçosa, as pesquisas e tudo o mais, minha amiga.

Às amigas de caminhada e de pesquisa sobre o Poço da Draga, com quem compartilhei dados, dúvidas e inquietações: Neivania Rodrigues e Bruna Forte, foi muito melhor o caminho da pesquisa junto com vocês!

Aos amigos de longuíssima data que, mesmo de longe, seguiam no coração e compartilhando as agruras e as felicidades da pesquisa: Ary Araújo, Sarah Fernandes, Alan Santiago, Maria Caram, Mariana Guanabara e Nádia Oliveira.

Aos amigos que, mais recentes, porém não menos importantes, compartilharam momentos essenciais para me fortalecerem, na alegria necessária para seguirmos sempre: Tainá Travassos e Darlan Guerra.

Aos amigos com quem compartilhei a docência no PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) no curso de Serviço Social da UECE. As coordenadoras Professoras Laura, Adinari e Virgínia, e todos os colegas na pessoa de Cláudio Silva.

Aos amigos da ASJUR, em especial duas amigas queridas, Laura Xavier e Helainne Filgueiras, que compreendeu meus múltiplos papéis e sempre foi solidária comigo

Aos meus alunos e alunas, com quem tenho aprendido tanto desde 2012, em especial os queridos estudantes de Serviço Social da Terra (PRONERA/UECE), da Estácio e do IDJ/UVA, em Fortaleza, Caucaia, Horizonte e Jaguaribe.

Por fim, mas não menos importante, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me concedeu a bolsa de doutorado que propiciou a realização deste trabalho e, anteriormente, a bolsa de mestrado, igualmente importante.

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo (SARAMAGO, 2009, p. 57).

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender as relações entre memória, identidade e territorialidade a partir do estudo de caso da localidade do Poço da Draga, em Fortaleza, Ceará, Brasil. Trata-se de uma área em que se observa a ocorrência de vários eventos com características rituais em que boa parte dos moradores defende que a localidade é centenária, portadora de forte memória sobre si e sobre a cidade de Fortaleza, e como tal deveria ser respeitada e preservada. Na tese, estes eventos são analisados em pormenor, no intuito de compreender a sua relevância para a construção da memória e da identidade, bem como qual a relação estabelecida, naquela área, entre territorialidade, identidade e memória. A centralidade do mar é outro fator significativo na área estudada, razão pela qual se fala que ali existe um “mar de memórias”. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos procedimentos metodológicos concentraram-se na observação participante, na realização de entrevistas semi-estruturadas, na análise de diário de campo e na revisão de literatura. O trabalho de campo foi desenvolvido em períodos concentrados de alguns meses entre os anos de 2014 e 2018, com incidência maior entre os anos de 2015 e 2017, totalizando entre 11 e 12 meses de observação sistemática. As idas e vindas a campo possibilitaram a permanência no longo prazo, o que se revelou satisfatório. O referencial teórico foi tecido em torno de Ecléa Bosi, Frederick Bartlett, Hermann Ebbinghaus, Jacques Le Goff, Jöel Candau, Linda Gondim, Manuela Carneiro da Cunha, Marc Bloch, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Alvito, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Michel de Certeau, Milton Santos, Paul Connerton, Paul Ricoeur, Pierre Bourdieu, Pierre Nora, Roberto Cardoso de Oliveira, Rogério Haesbaert e Stuart Hall. Enquanto resultados, compreendi que a existência dos aniversários da localidade, a roda dos Guardiões da Memória e as visitas guiadas é essencial para os processos de construção de memória e identidade no Poço da Draga. Trata-se de eventos singulares que são promovidos por parte dos moradores, dotados de muita ritualística, e bastante significativos sobre a localidade. São eventos de inscrição memorial, sendo impossível falar de memória separada de identidade. Além disto, todos os atos comunitários possuem igualmente inscrição no território, pois desenvolvem-se sempre em algum dos microterritórios, conforme se discutirá.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Territorialidade; Poço da Draga.

ABSTRACT

This research seeks to understand the relationships between memory, identity and territoriality, based on the case study of Poço da Draga, in Fortaleza, Ceará, Brazil. This is an area in which there are several community events in which a large part of the residents argue that the locality is a hundred years old, bearing a strong memory about itself and about the city of Fortaleza, and as such should be respected and preserved. In the thesis, these events are analyzed in detail, in order to understand their relevance to the construction of memory and community identity, as well as to study the relationship established in that area between territoriality, identity and memory. The centrality of the sea is another significant factor in the area studied, which is why it is said that there exists a "sea of memories" in the light of Hannah Arendt. It is a qualitative research, whose methodological procedures focused on participant observation, semi-structured interviews, field diary analysis and literature review. Fieldwork was developed in concentrated periods of a few months between 2014 and 2018, with a higher incidence between 2015 and 2017, totaling between nine and ten months of systematic observation. The comings and goings to the field made possible the permanence in the long term, which proved to be satisfactory. The theoretical framework was woven around Ecléa Bosi, Frederick Bartlett, Hermann Ebbinghaus, Jacques Le Goff, Jöel Candau, Linda Gondim, Manuela Carneiro da Cunha, Marc Bloch, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Alvito, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Michel de Certeau, Milton Santos, Paul Connerton, Paul Ricoeur, Pierre Bourdieu, Pierre Nora, Roberto Cardoso de Oliveira, Rogério Haesbaert and Stuart Hall. As a result, I understood that the existence of anniversaries of the locality, the wheel of the Guardians of memory and the guided tours is essential for the processes of memory and identity construction in the area. They are singular events that are promoted by the residents, endowed with much ritualistic, and quite significant about the locality. They are events of memorial registration, it being impossible to speak of separate memory of identity. In addition, all community acts also have registration in the territory, since they always develop in one of the microterritories, as will be discussed.

Keywords: Memory; Identity; Territoriality; Poço da Draga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Poço da Draga na Praia de Iracema	19
Figura 2 – Poço da Draga: pontos importantes para a localidade	20
Figura 3 – Acquario Ceará.....	23
Figura 4 – Acquario Ceará (visão ampliada)	23
Figura 5 – Obra inacabada do Acquario Ceará	24
Figura 6 – Logomarca Velaumar	37
Figura 7 – Logomarca do Movimento ProPoço	38
Figura 8 – Antigos “trapiches” / Ponte Metálica.....	94
Figura 9 – Ponte Metálica	95
Figura 10 – Ponte Metálica após reformas de 1928 e banhistas	96
Figura 11 – Cartão Postal: Poço da Draga, 1930.....	100
Figura 12 – Palafitas no Poço da Draga, década 1970.....	102
Figura 13 – Os microterritórios no Poço da Draga	121
Figura 14 – Construções no Pocinho (2018).....	129
Figura 15 – Portelinha: entrada pela rua Guilherme Blum	130
Figura 16 – Ponte Metálica 1	131
Figura 17 – Ponte Metálica 2	131
Figura 18 – Saltos na Ponte Metálica	132
Figura 19 – Pavilhão Atlântico	134
Figura 20 – Lugares importantes para os moradores do Poço	142
Figura 21 – Mapa da renda dos moradores	173
Figura 22 – Mapa da tipologia construtiva das casas	174
Figura 23 – Quem Dera ser um Peixe / Acquario Não	199
Figura 24 – Aniversário de 109 anos (2015), no Pavilhão	207
Figura 25 – Aniversário de 112 anos (2018)	207
Figura 26 – Bolo comemorativo do aniversário da Ponte Metálica (2012).....	211
Figura 27 – Convite do Aniversário do Poço da Draga de 107 anos (2013).....	212
Figura 28 – Bolo de 109 anos (2015)	212
Figura 29 – Cartaz de divulgação dos 112 anos do Poço da Draga (2018)	217
Figura 30 – Logotipo do aniversário de 111 anos	218
Figura 31 - Convite Para não dizer que não falei das flores	233
Figura 32 – Cartaz dos Guardiões da Memória, para o Aniversário do Poço da Draga, 2018.....	238

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos de saída ou remoção das famílias do Poço da Draga112

LISTA DE SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPTUR - Batalhão da Polícia Militar de Turismo

CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

COHAB-CE - Companhia de Habitação do Estado do Ceará

EFTA - Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar

GPS - Global Positioning System

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INACE - Indústria Naval do Ceará S.A.

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional

HABITAFOR - Fundação Habitacional de Fortaleza

LABOCART - Laboratório de Cartografia (UFC)

LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo

MCMV - Minha Casa Minha Vida

ONG – Organização Não Governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDPFor - Plano Diretor Participativo de Fortaleza

PROAFA - Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza

QDSP - Quem Dera Ser um Peixe

RIP - Registro Imobiliário Patrimonial

SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda

SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará

SEINF - Secretaria de Infraestrutura do Município de Fortaleza

SINTAF - Sindicato dos Fazendários do Ceará

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNIFOR - Universidade de Fortaleza

URUCUM - ONG de Assessoria em Justiça, Comunicação e Direitos Humanos

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Favela, comunidade ou localidade?	25
1.2 Procedimentos Metodológicos	28
1.3 Principais interlocutores: breve apresentação	32
1.3.1 Os moradores.....	32
1.3.2 As organizações sociais.....	36
1.4 Aproximação com o campo de pesquisa	40
1.5 Apresentação do trabalho	46
2. IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA.....	48
2.1 As identidades e as relações entre local e global.....	48
2.2 Os territórios e as (des)reterritorializações	52
2.3 A respeito da memória	59
2.3.1 Contribuições da territorialidade para a memória: Identidade territorial do Poço da Draga	74
2.3.2 Das possibilidades de transmissão e compartilhamento memorial.....	77
3. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM FORTALEZA E NO POÇO DA DRAGA	83
3.1 Crescimento urbano e segregação socioespacial em Fortaleza	83
3.2 O Poço da Draga na Praia de Iracema: territórios do trabalho e do lazer	93
3.2.1 O algodão, o porto, as pontes.....	93
3.2.2 Os projetos de requalificação da Praia de Iracema e as perdas de território do Poço da Draga.....	103
4. OS MICROTERRITÓRIOS DO POÇO DA DRAGA	119
4.1 As disputas socioterritoriais	135
5. O “CENSO” E O SENSO NA BUSCA DO RETRATO DE UM LUGAR: FALSOS CONSENSOS ACERCA DO POÇO DA DRAGA	151
5.1 Os censos e as favelas	153
5.2 Censos comunitários ou populares.....	156
5.3. O censo do Poço da Draga.....	158
5.3.1 Início do censo do Poço - formulação do movimento ProPoço.....	158
5.3.2 Os eventos mobilizadores: a oficina do SESC e a parceria com a Unifor	159
5.4 O censo e sua hibridez: a meio do caminho entre o erudito e o popular	161
5.5 Censo do IBGE e Censo do Poço: aproximações e distanciamentos.....	165
5.6 Metodologia do Censo do Poço.....	168
5.7 Resultados do censo: “Um olhar sobre o Poço”	169

5.8 Apresentação dos dados do censo: linguagem acadêmica, linguagem popular	175
6. IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA NO POÇO DA DRAGA	178
6.1 Memórias da maritimidade: o mar como um território	183
6.1.1 <i>Dona Alzira e o “Pai Oceano Atrântico”</i>	188
6.2 As disputas em torno da memória	190
6.3 O tempo como fator legitimador.....	192
6.4 Discurso memorial: metamemória e esforço de cristalização	196
6.5 As narrativas de identidade do Poço da Draga	202
6.6 Os aniversários: invenção de uma tradição, expressão da memória e lugares do passado	205
6.7 As visitas guiadas: atualmente, os Expressos do Poço da Draga	224
6.8 Memória de velhos e os “Guardiões da Memória”	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS.....	250
ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA/LEVANTAMENTOSOBRE O POÇO DA DRAGA (2016).....	265
ANEXO B - PROGRAMAÇÃO DOS ANIVERSÁRIOS DO POÇO.....	267
ANEXO C – CONVITE DOS 111 ANOS DO POÇO.....	274
ANEXO D – PROGRAMAÇÃO E DOS 111 ANOS DO POÇO DA DRAGA (2017).275	
ANEXO E – <i>BANNERS</i> DO EXPRESSO DO POÇO DA DRAGA. Fonte: ProPoço.	276
ANEXO F - FOTOGRAFIAS DO GRUPO RASTROS URBANOS.....	278

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, busquei compreender as relações entre memória, territorialidade e identidade a partir de estudo desenvolvido na localidade do Poço da Draga, situada na Praia de Iracema, nas proximidades do centro de Fortaleza, capital do Ceará¹ (FIGURA 01). Como breve descrição inicial, adianto que o Poço da Draga é um assentamento resultante de uma ocupação informal, situado nas proximidades do antigo porto de Fortaleza. Uma descrição da localidade e o motivo de sua escolha como *locus* da pesquisa são apresentados no terceiro e no quarto capítulos.

Tive por objetivo analisar de que maneiras os moradores do Poço da Draga se relacionam com sua própria localidade, e de que formas a ligação com o território e com o mar influencia a produção de identidades e de memória. Como indagações principais, tive as seguintes: É possível compreender uma identidade de morador do Poço da Draga? Cabe falar em memória social naquele local? Se sim, através de quais processos lá são construídas e reconstruídas as identidades e as memórias? A apropriação do território possui alguma importância na produção identitária?

Que discursos de pertencimento territorial são acionados para tentar assegurar o direito de permanecer em um local privilegiado para projetos de “requalificação urbana” visando ao turismo? Dentre esses discursos poderia estar a própria denominação da localidade: quando e por que os moradores afirmam ser da Praia de Iracema, do Poço da Draga ou do Baixa-Pau (outro nome atribuído ao Poço, geralmente de forma pejorativa)? Que relações as pessoas mantêm com os espaços em que residem e com aqueles que moram em outras partes da localidade?

Esta pesquisa, pois, é uma tentativa de compreensão das possíveis relações entre identidade, memória e territorialidade. Historicamente estes foram conceitos que despertaram muito interesse de estudiosos das Ciências Sociais, da Psicologia, da História e da Geografia, muitos dos quais foram trabalhados na pesquisa.

Para que se compreenda o presente objeto, convém apresentar que o Poço da Draga é uma das ocupações mais antigas de Fortaleza, possuindo uma relação muito estreita com o mar e toda a Praia de Iracema. Trata-se de uma área valorizada

¹ Há alguns anos a localidade, que era compreendida oficialmente no bairro Praia de Iracema, foi enquadrada como “Centro”, passando a integrar a Secretaria Regional II. Trata-se de uma questão polêmica para parte dos moradores.

no mercado imobiliário nas últimas décadas, razão pela qual ocorreram sucessivas tentativas de remoção na localidade.

A proximidade com o mar constitui uma das razões pelas quais o território é disputado, considerando-se a forte valorização atual em se morar perto do mar. Apesar de que Fortaleza cresceu a princípio “de costas para o mar” à semelhança de várias outras cidades litorâneas (DANTAS, 2004; 2009), entre o final do século XIX e o início do século XX o interesse das elites se voltou para as zonas de praia, a princípio por razões de saúde e depois para lazer e turismo. Neste sentido, há muito que em Fortaleza as áreas próximas do mar estão em disputa, o que explica o esforço de alguns grupos em remover as comunidades tradicionais como os pescadores. Conforme veremos adiante, não foram poucas as ameaças de retirada ao Poço da Draga.

A existência das famílias no local data pelo menos da década de 1950, e ao longo dos anos elas têm sido ameaçadas de remoção por vários projetos públicos e privados, como será visto. O “nascimento” da localidade constitui uma questão muito importante para os moradores, que atualmente comemoram o aniversário em coincidência com a data de inauguração da Ponte Metálica, apresentando-a como uma ocupação “centenária”. Posteriormente, os aniversários serão analisados de forma detalhada. Um dos meus interlocutores principais argumenta a antiguidade da área com uma foto do memorialista Nirez da década de 1930 (FIGURA 11) e com o exemplo de D. Lucinda como moradora mais antiga, que teria chegado ao local em 1936.

A ocupação encontra-se encravada entre os prédios da antiga Alfândega (atualmente, Caixa Cultural) e da empresa desativada Companhia Industrial de Algodão e Óleo (CIDAÓ), tendo o Oceano Atlântico como limite ao norte, a rua Gerson Gradwohl ao sul, a Avenida Almirante Tamandaré (por eles conhecida como Avenida Cidaó) ao leste e a Rua Guilherme Bluhm a oeste (FIGURA 1).

Figura 1 – Poço da Draga na Praia de Iracema



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora (2018). A ocupação do Poço da Draga está marcada em azul, da mesma forma que a Vila dos Correios, reconhecida afetivamente como um de seus microterritórios. Em destaque vermelho, de cima para baixo: Ponte Metálica/Ponte Velha, Pavilhão Atlântico, DNOCS/ Acuario e Ponte dos Ingleses. Em amarelo a Indústria Naval do Ceará (INACE), em rosa a Caixa Cultural e em verde o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC).

Apesar de estar situado em uma zona de grande interesse turístico e imobiliário, o Poço passa praticamente despercebido para um observador não atento, vez que se encontra "escondido" ou oculto por trás de grandes edificações como o prédio da Caixa Cultural e os galpões da avenida Almirante Tamandaré (FIGURAS 1, 2). Pesquisas anteriores apontam que essa relativa invisibilidade pode ter sido um dos principais fatores da permanência das famílias em uma área tão visada (OLIVEIRA, 2006; RODRIGUES, 2013; ALMEIDA, 2015).

Figura 2 – Poço da Draga: pontos importantes para a localidade



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora (2018). De cima para baixo, o Pavilhão Atlântico, o Antigo DNOCS/obra do Acquario, Antiga CIDAO, Armazéns, Pocinho, Casa do Espanto, Vila dos Correios, Portelinha e Caixa Cultural.

A invisibilidade é na verdade um elemento ambíguo, pois, se por um lado, "protege" as famílias da invasão do mercado, alguns moradores acreditam que essa característica pode ter facilitado a ausência sistemática do Estado em fornecer serviços públicos básicos. Em razão de estar relativamente oculta, a falta de políticas essenciais como o saneamento básico não é sequer vista pelas pessoas de fora: é necessário adentrar as duas ruas principais, os becos e as vielas para compreender a realidade local.

As lideranças afirmam lutar desde a década de 1980 pelo saneamento básico, ainda inexistente. Nos últimos anos têm sido várias as estratégias adotadas por parte dos moradores para dar visibilidade ao local, principalmente através da promoção de eventos como o aniversário, momentos que possuem grande centralidade no local e serão detalhados no último capítulo.

Mais do que pensar que o Estado está ausente, cabe uma outra questão: como os governos, por meio de ações e políticas públicas, fazem-se sentir pelas

peessoas? Um olhar menos distraído observa um Estado que se faz presente em ações ostensivas de polícia, em várias ocasiões durante o dia e também à noite, no sentido de mostrar uma dominância na área. Sempre em minhas incursões em campo notei essa postura, que era ainda mais destacada no período em que as trocas de turno do Batalhão da Polícia Militar de Turismo (BPTUR) ocorriam no Pavilhão Atlântico, espaço comunitário bastante considerado pelos moradores, entre os anos de 2015 e 2016.

A respeito do número atual de famílias, os moradores divergem. Uma das principais lideranças afirma que são cerca de 2.200 moradores, mas essa informação foi questionada por uma pesquisa levada a cabo por outro movimento local, conforme se verá. Trata-se de uma espécie de Censo comunitário realizado entre os meses de fevereiro e junho de 2016. Os dados obtidos por essa pesquisa contradizem os números anteriores, apontando que no Poço da Draga há hoje 353 casas, onde habitam cerca de 360 famílias, totalizando uma população de cerca de 1.300 pessoas. Participei desse mapeamento e vou me deter em sua análise no quinto capítulo.

Destaco que a Praia de Iracema desde os anos 1990 tem sido palco de diversas obras, a maioria voltada para o incremento do turismo. Foi justamente nesse período, segundo alguns moradores, que ocorreram alterações impactantes no âmbito interno da localidade, todas apontadas como “negativas” ou “problemáticas”. Para as lideranças e os moradores mais antigos, foi na década de 1990 que se deu a ocupação da área considerada como mais violenta por famílias “desconhecidas”, o Pocinho.

É comum que estes habitantes mais antigos, sobretudo os das ruas consideradas “principais”, lembrem que foram eventos concomitantes: as obras na Praia de Iracema, a ocupação desta área mais vulnerável, a degradação ambiental e o aumento do tráfico de drogas. Neste sentido, foi aí que o “terreno” foi ficando mais adensado e conhecido como “perigoso”. Sobre esta questão detalharei no quarto capítulo ao falar dos microterritórios. A relação dos fenômenos externos com a realidade interna do Poço da Draga será discutida amiúde neste trabalho.

Optei por pesquisar essa localidade em razão da antiguidade da ocupação e de que atualmente convive desde 2011 com uma grande obra estadual nas proximidades. Trata-se do Acquario Ceará (FIGURAS 3, 4), um grande equipamento oceanográfico com o objetivo de ampliar o fluxo turístico para Fortaleza (GONDIM, 2013a). O Acquario insere-se no contexto de “requalificação” da Praia de Iracema (GONDIM, 2007; 2011; BARREIRA, 2010), que desde 1990 tem sido palco de

sucessivas intervenções urbanísticas ou “obras espetaculares” (LYRA; MATOS, 2014), das quais falarei no terceiro capítulo.

Destaco que a realização destas “obras espetaculares” normalmente promove situações de “des-re-territorialização”, que são processos de reconstrução de territorialidades e de fronteiras (HAESBAERT, 2006; RAFFESTIN, 1988). Como exemplos de algumas destas grandes intervenções em áreas próximas ao Poço, é possível citar a construção do calçadão da Praia de Iracema (1994), a reforma da Ponte dos Ingleses (1994), o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1998) e a reforma do calçadão (2008). Por último, como foi dito, o governo estadual está construindo na vizinhança do Poço da Draga o Acquario Ceará (início em 2011, obra inconclusa). No caso deste último, não houve anúncio de remoção no Poço, mas é possível que haja alterações das relações entre população e território, decorrentes de processos de especulação imobiliária e de gentrificação.

A este respeito, destaco que por especulação compreendo o processo de valorização imobiliária decorrente do fornecimento de infraestrutura e serviços públicos no entorno, o que reverte em subida de preços sem que os proprietários deem aos terrenos qualquer função social (moradia, comércio, aluguel, dentre outras). Gentrificação ou enobrecimento é o processo que ocasiona as chamadas “remoções brancas” de famílias localizadas em áreas próximas a grandes empreendimentos ou áreas “revitalizadas”, porque a pressão do mercado faz com que as casas sejam progressivamente vendidas (MARICATO, 1997).

Figura 3 – Acquario Ceará



Fonte: Arcoweb. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/aquario-fortaleza-sera-terceiro-maior-do-mundo>>. Acesso em 22 jul. 2018.

Figura 4 – Acquario Ceará (visão ampliada)



Fonte: Arcoweb. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/aquario-fortaleza-sera-terceiro-maior-do-mundo>>. Acesso em 22 jul. 2018.

No curso da pesquisa, a obra foi interrompida por volta de fevereiro de 2015, não mais sendo retomados os trabalhos (FIGURA 5). Isto se deu em razão de uma série de questionamentos legais, que motivaram vários processos judiciais por iniciativa do Ministério Público Estadual e Federal, bem como do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), sobretudo ações civis públicas, ações populares e de improbidade administrativa impetradas entre os anos de 2009 e 2017². Alguns pontos controvertidos dizem respeito à ausência de licitação para a

² A primeira ação corresponde ao Processo nº 2009.03.00363-5 na Justiça Federal e a última, ao Processo nº 0166629-26.2017.8.06.0001 na Justiça Estadual, mas há várias outras.

contratação da empresa “Imagic!”, assim como o valor vultoso dos recursos destinados pelo governo do Estado. O orçamento inicial do Governo Estadual foi de R\$ 450 milhões de reais, dos quais 150 milhões foram gastos em infraestrutura e equipamentos até dezembro de 2017 (G1, 2018). Além disso, outro grave empecilho para o projeto foi a impossibilidade do empréstimo da instituição financeira americana Export-Import Bank (Ex-Im Bank), que perdeu a autorização para realizar novas operações no Brasil em julho de 2015.

Figura 5 – Obra inacabada do Acuario Ceará



Fonte: Jornal O Povo. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/10/acuario-ceara-uma-esperanca-na-espanha.html>>. Acesso em 23 jul. 2018.

Outro motivo da escolha do Poço da Draga como *locus* de pesquisa foi a sua inclusão como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor, Lei Complementar 62/2009)³, instrumento jurídico e urbanístico cujo objetivo é assegurar a permanência dos moradores e atribuir prioridade para investimentos públicos na localidade, que carece de serviços essenciais, especialmente saneamento básico.

Uma última razão da escolha foi meu prévio envolvimento profissional com a área. Desde 2011, tenho contato com vários moradores através do Escritório Frei

³ Trata-se da principal norma de ordenamento ambiental e urbanístico em âmbito municipal, instrumento previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade.

Tito de Alencar de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular (EFTA), que tem atuado no Poço da Draga. Na qualidade de “advogada popular”⁴, participei de visitas, reuniões, audiências públicas e outros eventos, principalmente na discussão da eleição do Conselho Gestor da ZEIS do Poço da Draga. Este processo foi inicialmente conduzido na gestão da Prefeita Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores) em outubro e novembro de 2012, paralisado por vários anos e retomado entre 2017 e 2018, sendo eleito e empossado o Conselho Gestor em setembro de 2018 na gestão do Prefeito Roberto Cláudio (Partido Democrático Trabalhista).

1.1 Favela, comunidade ou localidade?

Uma questão importante para a caracterização do Poço da Draga é sua denominação como “favela” ou “comunidade”, como os moradores costumam referir-se ao local. A definição de “favela” não é simples, sobretudo considerando a diversidade de parâmetros utilizados por órgãos oficiais e pesquisadores. Gondim (2012) problematiza a disparidade de critérios utilizados ora pelo IBGE, ora por órgãos estaduais ou municipais, o que é agravado pelo fato de inexistir uma ampla sistematização dos dados acerca do fenômeno no Brasil. No geral, apontam-se como características a questão da irregularidade fundiária, da precariedade das habitações e da ausência de equipamentos públicos.

A definição de uma favela deve levar em consideração “as práticas culturais e políticas que lhe conferem identidade” (GONDIM, 2012, p.13), e não uma visão estigmatizante e simplificadora da favela como local de violência, conforme alerta Zalar (*apud* GONDIM, 2012). Não se pode esquecer que a nomeação de qualquer fenômeno social é um ato de poder, que envolve lutas simbólicas (BOURDIEU, 1989).

É importante salientar que os moradores do Poço utilizam ambos os termos – “favela” ou “comunidade” – embora em momentos diferentes e com significações próprias, nem sempre os sentidos mobilizados são os mesmos. Há um jogo de significações levado a cabo pelos moradores, para que sejam melhor entendidos e

⁴ Vinculada às teorias do Uso Alternativo do Direito e do Pluralismo Jurídico, oriundas inicialmente da Itália, a Assessoria Jurídica Popular se construiu em diálogo com os movimentos sociais, compreendendo o Direito como uma arma de defesa a ser usada no chamado “Positivismo de combate”, na defesa dos direitos humanos e das minorias sociais (GOMES, 2010).

para que sofram menos com os processos estigmatizantes por que passam todos os dias. A esse respeito, um morador afirmou:

Ainda tem morador que quer ser o que não pode e diz que mora na Praia de Iracema, não diz que mora no Poço da Draga. Mas se você perguntar: “Praia de Iracema onde?” Aí a pessoa só fica dizendo os arredores: “Eu moro ali próximo do [Centro Cultural] Dragão do Mar, próximo à Caixa Cultural. Às vezes pesa você dizer que mora na favela, ainda é algo complicado dizer na entrevista de emprego, ou então um cara dizer para a menina que mora no Baixa Pau⁵, porque fica meio ruim. Ele pensa que se falar que mora na Praia de Iracema vai conquistar mais rápido, melhor do que dizer Pirambu ou Poço da Draga (Kléber, morador, em entrevista em 21/02/2017).

Sobre as categorias “favela” e “comunidade”, Piccolo (2006) indica que a última é, muitas vezes, um termo idealizado pelos moradores para significar sua unidade e coesão internas, em contraponto ao que representa negativamente o termo “favela” enquanto desordem, caos, violência e “fonte de problemas”. Quando tentam destacar a organização interna e as conquistas efetivadas por eles mesmos, muitas vezes à revelia da administração, utilizam o termo “comunidade” (GONDIM, 2012).

Apesar disto, a própria categoria “comunidade” é questionada por alguns moradores em razão de sua generalidade ou da ideia de vulnerabilidade que ela, de certa forma, também carrega. Destaco que a maioria dos meus interlocutores utilizava o termo “comunidade”, porém um deles apresentava verdadeira recusa a essa palavra, demonstrando em muitas oportunidades como ela também é segregadora. Ele costumava dizer: “por que ninguém diz que mora na comunidade da Aldeota? Ou na comunidade do Meireles? Só nós moramos em comunidade?”, apontando se tratar de um preconceito, de uma forma ou de outra.

Impende destacar que o termo “comunidade” vem sendo utilizado de forma indistinta para se referir aos mais diversos tipos de agrupamentos sociais, seja grupos religiosos, bairros, favelas, redes de relacionamento na internet, agremiações profissionais, dentre outros. Essa miscelânea de significados que a categoria carrega é responsável por grande parte da dificuldade em sua conceituação.

Muitos foram os autores que problematizaram as comunidades: Ferdinand Tönnies (1973); Manuel Castells (1999); Zygmunt Bauman (2003) e vários outros. Para Palácios, a ideia ou o conceito de “comunidade” é um evento nascido na modernidade, e traz consigo a evocação de uma noção de solidariedade, fraternidade

⁵ Outro nome atribuído ao local, com explicações variadas de acordo com os moradores (Ver quinto capítulo).

e a congregação em pensamentos e objetivos em comum de cada grupo. Para Palácios (*apud* PERUZZO; VOLPATO, 2009), “seria o lugar ideal onde se almejaria viver, um esconderijo dos perigos da sociedade moderna”. Como mostra Bauman (2003, p. 07), “‘comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega”: é a segurança em meio à hostilidade” (BAUMAN *apud* PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 140).

Marcos Palácios (2001) afirma que na contemporaneidade a comunidade é caracterizada por cinco elementos fundantes: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos. Neste sentido, observa-se a relação dos conceitos de comunidade e território, ainda que em algumas circunstâncias a apropriação deste seja muito mais simbólica do que material. O que seguramente não significa dizer que o território perdeu sua importância para a comunidade, o que na presente pesquisa também se comprovou.

A respeito do conceito de localidade, Peruzzo e Volpato (2009) apresentam um debate bastante interessante, destacando que a conceituação também é complexa, dada a dificuldade de delimitação precisa das demarcações de cada localidade, considerando que estão em disputa não apenas questões geográfico-territoriais, mas jurídicas, políticas, econômicas e culturais. Outro problema para os autores é que há muitas relações entre comunidade, local e região, o que não colabora para a distinção dos conceitos. “Além disso, na prática, as características desses espaços acabam se misturando, principalmente entre o local e o comunitário (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 144).

O “local” é dotado de certa unidade e particularidade, porém comporta a possibilidade de transformações, porque ocorrem a um só tempo recorrências e transitoriedades. Neste sentido, a própria unidade do grupo pode ser mais forte ou mais fraca em certos momentos, ou quase desaparecendo em razão de determinados fatores. A ideia de “comunidade” por outro lado, não comporta tantas possibilidades, haja vista que é um conceito voltado mais para dentro, para considerações endógenas. Para o local, é possível considerar as múltiplas faces dos fenômenos: endógenos, exógenos, mistos. Isto porque o conceito de “localidade” permite compreender o local nos contrastes entre

O aqui e o alhures, o próximo e o distante, o concidadão e o estrangeiro, o autêntico e o apócrifo que entendi ser esse o conceito mais adequado para trabalhar na presente pesquisa. Ele permite, ainda, compreender as relações dicotômicas entre o local e a comunidade, o local e o regional, o local e o nacional, o local e o global (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 144).

Tentei evitar os riscos da homogeneização do termo comunidade, adotando o conceito de “localidade” para compreender o Poço da Draga. Apesar disto, em diálogo com os residentes, por respeito a eles, sempre utilizei “comunidade” em razão de sua preferência, porém reitero não comungar de uma visão reificante de “comunidade” como corpo homogêneo e sem conflitos. É por isso que em alguns momentos esse termo aparece, porém feita a ressalva que entendo o Poço muito mais como uma localidade.

1.2 Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa qualitativa que constitui um esforço etnográfico. Beaud e Weber (2007) defendem a possibilidade de uma “etnografia sociológica”, o que pode caracterizar o presente trabalho. Os autores argumentam que a etnografia, apesar de ser um método clássico da Antropologia, pode ser adotado nos estudos sociológicos, sempre que o objeto assim o demandar.

Para Beaud e Weber (2007, p. 192), a pesquisa etnográfica preenche três requisitos essenciais: 1) o grau elevado de interconhecimento, qual seja o estabelecimento de relações sociais com as pessoas do campo, para que seja possível a observação direta das interações pessoais; 2) a reflexividade ou auto-análise, colocando a própria pesquisa em permanente autocrítica, desconfiando dos dados e sobretudo das suas próprias percepções enquanto pesquisador; 3) a longa duração, que pode ocorrer em meses ou em anos, dificilmente se realizando em incursões de poucos dias.

Sobre a longa duração, tanto estes autores quanto Goldman (2003) discorrem sobre a importância de o pesquisador vivenciar períodos intensivos em campo ou ainda por períodos concentrados e distribuídos ao longo de vários meses ou anos. Quando o objeto e as próprias condições de pesquisa o permitem, realmente a presença de longa duração nas localidades observadas possibilita a construção de um olhar diferenciado, além de contribuir na aceitação do pesquisador, tornando-o

mais conhecido e menos temido, quiçá até visto como um potencial aliado em determinadas questões.

O interconhecimento possibilita que o pesquisador tenha um lugar em campo, um nome, uma reputação. Ele passa a ser alguém, que poderá ou não ser considerado em razão das relações que construir. Compreendo que várias condições me foram favoráveis neste sentido.

Além do tempo prolongado, de início me apresentei como advogada, pois foi minha primeira atribuição quando do meu contato inicial com o Poço da Draga em 2011. Compreendo que ser advogada foi uma porta aberta em vários momentos, sobretudo considerando que quase sempre era assim apresentada entre os moradores. De outro lado, apareci como pesquisadora a partir de 2014, e a condição de pesquisadora é bem ambígua, devo destacar. Se, por um lado, a maioria das famílias não nos compreende como inimigos, também há um cansaço generalizado por já terem sido, tantas vezes, “objetos” de pesquisas de pessoas até de outros estados, outros países, que permaneceram determinado período e nunca mais retornaram ou demonstraram qualquer interesse ou preocupação com a população local, conforme a visão de muitos.

O fato de que me apresentei como pesquisadora e advogada e permaneci ao longo dos anos, de 2011 a 2018, não “desapareci”, também favoreceu minha aceitação no campo. Além de outra questão, que diz respeito à minha orientadora, conhecida na localidade e bastante aceita⁶.

Considerando estas questões, ressalto que eram várias as Marílias em campo: a advogada, a pesquisadora, a estudante, a militante de direitos humanos, a que mora no bairro Benfica, a que não conhece os hábitos de pesca. Estas últimas qualificações foram pontuadas em algumas das entrevistas, por moradores que se surpreenderam com meu desconhecimento em hábitos que entendiam serem de “todo cearense”, a exemplo de saber preparar um peixe. Em alguns momentos, era mais ou menos vantajoso ser vista de tal ou qual maneira: certas identificações ou “reputações” podem valer muito em uma pesquisa de campo. Tentei utilizar-me

⁶ Há muitos anos a professora Linda Gondim estuda a Praia de Iracema e o Poço da Draga. Acompanhou a questão da obra do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, em 1998 (GONDIM, 2007; 2008; 2011), posteriormente acompanhou a pesquisa de alguns orientandos sobre o Poço da Draga, ao longo dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2006; SOUSA, 2006), e pesquisou ainda sobre uma grande intervenção estadual nas proximidades da localidade, o Acquario (GONDIM, 2013a). Neste sentido, eu a acompanhei em algumas atividades no Poço e em outras ocasiões ressaltei que sou sua aluna, e entendo que foi outro ponto importante para a realização deste trabalho.

positivamente das imagens construídas ao meu respeito, sempre demonstrando interesse em ouvir sobre qualquer tipo de história e em ajudar no que fosse possível.

Além de contribuir um pouco com a organização dos eventos comunitários, o que aconteceu sobretudo em 2015 e 2016, em determinados momentos das comemorações fui chamada a falar, ao que sempre concordei. Foram ocasiões diversas, seja oficinas, palestras ou em rodas de conversa. Em maio de 2017, fui convidada como “palestrante” para falar da minha pesquisa. Em fevereiro de 2018, Cíntia, uma liderança, me chamou para facilitar oficinas sobre direito à mulher e a Lei Maria da Penha, e também compareci. Não apenas para ampliar meu acesso e as redes de interconhecimento, mas porque compreendo que o papel do pesquisador vai muito além dos muros da Universidade, e que de pouco vale um conhecimento que se encastela em bibliotecas. Sempre que possível, compareci a todos os eventos e disse sim a todos os convites que, como esses, eram tão importantes para eles e para mim.

Outro fato interessante aconteceu quando fui “entrevistada” por um dos entrevistados, um professor de educação física e coordenador do Projeto de triatlo Atitude Atleta. Antes de conversar formalmente comigo, ele pediu que eu fosse no dia anterior explicar precisamente a minha pesquisa, falar das minhas intenções, e fui ali claramente arguida. A postura que ele adotou foi de avaliador, e eu atendi ao chamado - da mesma forma que iria entrevistá-lo, levei o gravador e deixei-o fazer todas as perguntas que ele desejava. Foi uma conversa prévia de mais de 50 minutos, em que ao final ele se disse satisfeito e me convidou para retornar no dia seguinte, quando ele me concederia a tão aguardada entrevista. Depois que desliguei o gravador, ele pediu desculpas e se justificou: estava cansado de jornalistas e também era desconfiado com quem chegava na localidade, precisava saber das reais motivações, sobretudo por trabalhar com crianças e adolescentes. Na ocasião, reforçou que não deixava qualquer pessoa se aproximar de seus alunos, tendo em vista que seu trabalho era muito sério, o que eu compreendi.

Destaco que desde 2011 frequento a localidade, como já disse, e entre 2011 e 2018 desenvolvi relação com vários moradores, evidentemente que com alguns mais do que com outros, a depender das necessidades da pesquisa e da abertura maior ou menor que a mim apresentavam. Neste sentido, foram sete anos de aproximação e, entre 2014 e 2018, de idas e vindas a campo, de participação em

eventos da mais variada ordem e magnitude, no intuito de estabelecer contatos e de compreender melhor a localidade.

Ainda que não se compreenda ter sido este um trabalho de natureza estritamente etnográfica, a pesquisa empreendida recorreu ao método do trabalho de campo (GOLDMAN, 2003). Goldman fala sobre a importância de relações a médio e longo prazo com o campo e afirma que os hiatos ou distanciamentos de meses e até anos possibilitam o amadurecimento do olhar do pesquisador. O fato de que o observador esteve em campo, saiu por algum tempo e retornou em seguida é interessante para que as pessoas da localidade entendam a seriedade do trabalho e que não se trata de um mero aproveitador.

Ao longo do tempo, não nego que em várias ocasiões me percebi confusa e temerosa do que eu poderia um dia concluir. Foi necessário ter paciência e esperar que alguns véus fossem caindo e, de outro lado, não ser tão paciente e insistir em questões que precisavam ser esclarecidas. Independentemente de o tempo ser de espera ou de indagações sistemáticas, durante todo o trabalho de campo tentei construir a confiabilidade necessária para tecer as relações sociais sem as quais a pesquisa seria impossível. De fato, vários meses e até anos se passaram para que eu pudesse mostrar que não tinha objetivos escusos, e sim conhecer melhor a localidade e as famílias e, ao mesmo tempo, compreender de que maneira eu poderia ajudar e contribuir em suas questões.

Com relação ao trabalho de campo especificamente realizado para a tese, esclareço que entre 2014 e 2018 desenvolvi observação participante em alguns períodos concentrados de um a três meses, com maior ênfase em 2015 e 2016. No ano de 2017, também estive próxima em alguns meses, sobretudo em maio e junho. Já em 2018, apenas acompanhei um evento de grande centralidade em maio, o aniversário, conforme será exposto adiante. No total, realizei entre 11 e 12 meses de trabalho de campo. Na esteira do que ensina Alcida Ramos, fiz-me presente em campo com um “ritmo descontínuo e visitas mais ou menos curtas distribuídas ao longo de um amplo período de tempo” (RAMOS, 1990 *apud* GOLDMAN, 2003, p. 154), adotando um olhar sistemático nessas ocasiões. Realizei 13 entrevistas com moradores, mas para a análise foram também consideradas outras 20 entrevistas realizadas no Poço da Draga pela professora Dra. Linda Gondim e outros dois pesquisadores que fizeram parte do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC-UFC),

Heloísa Oliveira e Vancarder Sousa, entre 2002 e 2006 (OLIVEIRA, 2006; SOUSA, 2006).

1.3 Principais interlocutores: breve apresentação

1.3.1 Os moradores

Na trajetória da pesquisa, contar com a ajuda de interlocutores que são moradores foi essencial, tanto para ouvir suas histórias e compreender seu ponto de vista sobre a localidade, quanto porque eles me apresentaram uns aos outros. Destaco que alguns deles se tornaram amigos e as relações permaneceram após a pesquisa. Para que fique mais clara a perspectiva de cada interlocutor, é importante que se fale um pouco de cada um deles.

Por questões éticas e de proteção aos entrevistados, para evitar quaisquer represálias contra eles, optei por atribuir nomes fictícios a todos os moradores, o que ocorrerá ao longo de todo o trabalho. Faço exceção apenas quanto a três moradores, pois trago à análise curtas-metragens e reportagens de divulgação pública em que eles aparecem, não sendo possível nestes casos o anonimato

Cláudio nasceu no Poço, tem cerca de 40 anos, é formado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará e professor particular de francês. De sua família, faz parte da primeira geração que nasceu no Poço, vez que sua mãe é natural de Itarema e chegou em Fortaleza nos anos 1970. Trabalha como técnico em um órgão público estadual e mora com a mãe e o sobrinho. É um dos membros fundadores do movimento ProPoço, sendo um dos principais idealizadores do censo comunitário sobre o Poço em parceria com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), do qual falarei no quinto capítulo.

Destaca-se que parte considerável das atividades coletivas que ocorrem no Poço contam com sua participação. Possui natureza extrovertida, anda pelas ruas e vielas falando com quase todas as pessoas, sorrindo e perguntando pela família. É Cláudio que realiza as visitas guiadas⁷, tanto é que só presenciei uma visita organizada por outro morador, neto de uma senhora identificada como antiga liderança. Cláudio também é conhecido por ser bastante ativo, sempre envolvido em

⁷ A visita guiada é uma atividade típica do Poço da Draga, conforme detalharei no último capítulo.

muitas tarefas. Mora na rua principal do Poço, a Viaduto Moreira da Rocha, em uma casa comprida, na qual se orgulha de ainda ter um quintal com árvores antigas, as remanescentes da área alagada do Pocinho. Cláudio é autodidata e desde criança é um leitor ávido, frequentou por muitos anos a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, bastante próxima do Poço, e em entrevista lamentou o fato de estar fechada há vários anos pelo governo.

Ao longo da pesquisa, Cláudio foi muito mais do que um interlocutor, muitas vezes atuando como um verdadeiro Doc⁸ para Foote Whyte (WHYTE, 2005). Ele me propôs temas, apresentou pessoas, conversamos sobre vários assuntos, além de ter muitas vezes elaborado mapas, *slides*, seja para apresentação ou eventos ou mesmo simplesmente para me presentear, por saber o que eu pesquisava. Trata-se de um pensamento nativo, mas de natureza *sui generis*, podendo ser chamado até de teoria nativa, tamanha sua relevância na indicação de assuntos. Cláudio muitas vezes me fez ter *insights* que talvez fossem bem mais distantes para mim, demonstrando generosidade e parceria, ao ponto de sugerir escrevermos um livro da história do Poço da Draga.

Cíntia também nasceu no Poço, é pedagoga e arte-educadora formada pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e tem por volta de 50 anos. Coursou alguns semestres de Direito, mas não chegou a concluir, e atualmente é estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Também mora na rua principal, em uma casa próxima da de Cláudio, onde além de sua residência funciona a sede da ONG local, a Velaumar. Amélia, sua mãe, foi uma das principais lideranças do Poço e, ao falecer em 2011, deixou como legado para ela e sua irmã Bruna a ONG, fundada em 2003. Apesar de a presidente da ONG ser sua irmã, Cíntia é reconhecida por parte das famílias como sucessora de sua mãe, no papel de líder comunitária. Trata-se de uma família respeitada na localidade.

Cíntia trabalha no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) como diretora de ação cultural e está no órgão desde sua inauguração em 1998, ingressando como estagiária. É responsável por boa parte das atividades que ocorrem na localidade, sendo uma espécie de gestora dos projetos sociais que se interessam

⁸ Neste estudo de William Foote Whyte (2005), foi fundamental a participação de um interlocutor, Doc, que lhe abriu todas as portas e até compartilhou com o pesquisador sua análise sobre o campo. Posteriormente, houve uma grande polêmica envolvendo a publicação do estudo, pois Doc reivindicou parte da autoria do trabalho. Abstraída essa questão, a forte relação entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa foi emblemática neste estudo e influenciou vários outros que se seguiram.

em contribuir com os moradores. É ela que gere o uso do espaço do Pavilhão Atlântico, atualmente vinculado à Secretaria de Turismo de Fortaleza.

Kléber igualmente vem de uma família respeitada no Poço, por se tratar de uma das mais antigas a chegar e por ter forte relação com a vizinhança. Ele tem 38 anos e é filho de Antônio, que é muito conhecido na área e tem longa tradição na pesca. De sua família, seu avô foi o primeiro a chegar quando tinha 11 anos, estando hoje com mais de 85 – portanto, a família está há sete décadas no Poço. Seu pai e seus tios todos nasceram na localidade, assim como ele, seus irmãos e agora seus filhos.

Kléber estudou artes visuais e cinema e trabalha nessa área, sendo autor de curtas e documentários sobre o Poço da Draga. Diferentemente dos primeiros, Kléber não mora na rua principal, porém a casa de sua família é uma das maiores da localidade, com área externa e quintal. Já foi responsável pelo jornal comunitário, que ele idealizou e escreveu durante alguns anos com apoio de algumas pessoas. Tem o sonho de montar a rádio comunitária do Poço e não gosta do formato tradicional de liderança. Afirma haver centralidade nas políticas públicas e favorecimento de algumas famílias, costumando reforçar que o Poço é dividido e fragmentado.

Luciana nasceu na Praia de Iracema, tem cerca de 35 anos, é professora da rede estadual formada em Letras Inglês pela Universidade Federal do Ceará. Morou em um casebre na Ponte Metálica com o pai até 2013, ocasião em que, já concursada, saiu de casa e do Poço, indo morar em uma avenida próxima à localidade. É uma das fundadoras do movimento ProPoço. Possui uma relação forte com o Poço da Draga, considerando-se ex-moradora, porém relatou em entrevista que durante boa parte da infância e adolescência sentia que era tratada como alguém de fora, no sentido de que “Poço é Poço, e Ponte é Ponte” (Luciana, em entrevista em 01/10/2016). Sua madrinha e alguns familiares chegaram a ser removidos do Poço da Draga por conta da expansão da Indústria Naval e das enchentes.

Dona Joana tem por volta de 80 anos, é madrinha de Luciana e morava no Poço da Draga no Beco do Macaqueiro (também conhecido como Beco do Estaleiro), sendo de lá expulsa na década de 1980 pela força das marés e também por um grupo empresarial vizinho ao Poço da Draga, a Indústria Naval do Ceará S.A. (INACE), de que falarei adiante. Após sair do Poço, Dona Joana foi morar na Barra do Ceará, onde tive a oportunidade de entrevistá-la e ouvi-la sobre o Poço da Draga do passado.

Dona Lídia tem mais de 70 anos, veio na década de 1970 de Sobral para Fortaleza para morar e trabalhar com as Irmãs Josefinas, as “Irmãzinhas”, um grupo de religiosas que morou e desenvolveu atividades religiosas e sociais no Poço da Draga entre 1970 e 1990. Dada à importância dessas freiras, serão muitas as menções a elas ao longo do trabalho, porém a análise sobre o impacto da sua presença e mesmo de sua ausência serão discutidos no último capítulo.

Dona Lídia não seguiu o caminho religioso, mas permaneceu no Poço da Draga mesmo após a saída das irmãs na década de 1990, ocasião em que passou a morar no local onde elas ensinavam, no Pavilhão, também chamado pelos moradores simplesmente de “Irmãzinhas”. Ela ficou neste prédio muitos anos, mesmo enquanto parte dele funcionava como posto de saúde, porém a Prefeitura em 2009 requisitou o prédio e, após muita negociação, Dona Lídia cedeu e ganhou uma casa na rua principal do Poço.

Antônio tem cerca de 50 anos, é professor de educação física. Não nasceu no Poço da Draga, mas trabalha com jovens do local e da Praia de Iracema há muitos anos, e por volta de 2008 foi com a família morar na localidade, onde reside até hoje. É o fundador e responsável pelo projeto Atitude Atleta, que realiza o treinamento de cerca de 30 crianças e adolescentes nas modalidades que compõem o triatlo: corrida, natação e bicicleta. No projeto, há membros de oito até 25 anos, que realizam treinos diários sob a supervisão do professor, nas proximidades da Ponte Metálica e da Ponte dos Ingleses. Sob sua orientação, vários alunos já foram vencedores em provas regionais e nacionais, razão pela qual o professor goza de muito reconhecimento e prestígio, por conta da gratidão das famílias e do fato de que os jovens do projeto não se interessam por atividades ilícitas.

Júlio tem cerca de 50 anos, nasceu na Praia de Iracema, mora na Vila dos Correios com sua mãe, território que é considerado por boa parte dos moradores como parte do Poço. Trabalha atualmente como educador no Museu do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. É uma pessoa comunicativa, extrovertida, bastante aglutinadora. Durante a realização do censo do Poço, Júlio foi uma pessoa importante porque ajudou no diálogo com as famílias, explicando sobre a pesquisa e ainda no preenchimento dos questionários.

Todos eles se recusam a serem chamados de lideranças, mesmo Cíntia sendo responsável pela ONG que articula os projetos sociais, como se tal nomenclatura fosse portadora de um estigma.

1.3.2 As organizações sociais

Acerca das organizações que articulam os moradores em torno da reivindicação por direitos sociais e por melhorias na localidade, a primeira instituição criada foi a Associação de Moradores, fundada em 1980 (OLIVEIRA, 2006). As pesquisas anteriores demonstram que a Associação foi mais ativa nas décadas de 1980 e 1990, e entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 foi se esvaziando. Os motivos parecem ter sido vários: a saída das Irmãs que contribuíam com a mobilização local, as disputas envolvendo a presidência da entidade, os conflitos entre os membros católicos e evangélicos, a ocupação do Pocinho, o avanço do tráfico de drogas na localidade, dentre outros.

A localidade era marcada pelo acirramento das disputas pela presidência da Associação e uma destas culminou em um grande conflito relatado por Oliveira (2006), quando no ano de 2003 venceu as eleições um candidato evangélico. Entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, o cenário de predominância das famílias católicas estava mudando com a chegada de famílias evangélicas, além do fato de muitas famílias antigas terem aderido a esta nova crença, o que coincide com o momento de expansão das igrejas neopentecostais no Brasil. Este fato incomodou vários moradores, acostumados com a forte presença da Igreja Católica no local.

Na referida eleição, a antiga presidente Dona Amélia, mãe de Cíntia, não aceitou o resultado e logo em seguida deu início a uma nova organização. Segundo Cíntia, a perda da eleição foi uma grande tristeza, sobretudo considerando que nos dez anos anteriores sua mãe exerceu o papel de liderança comunitária. Foi a partir disso que se criou a ONG Velaumar, em 28 de janeiro de 2003 (RODRIGUES, 2013). A presidente da ONG era Dona Amélia e seu objetivo era, por um lado, a representação das famílias locais paralelamente à Associação e, por outro, a realização de trabalhos sociais com crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2006).

Durante muitos anos tal coexistência se deu, com ambas as organizações cumprindo esse papel. No entanto, ao longo do tempo a Associação foi perdendo centralidade política, e para tanto parece ter contribuído a eleição de presidentes que

não levavam à frente as atividades que historicamente a Associação promovia, a exemplo dos atos festivos que eram conduzidos em parceria com a Igreja Católica e as Irmãs Josefinas. Atualmente a Associação existe formalmente, há um presidente, mas não existem sequer atividades. Em termos de eficácia, os moradores com quem conversei consideravam que a Associação não existia mais.

Sobre a ONG, Dona Amélia foi a presidente até seu falecimento em 2011 e a partir daí suas filhas Bruna e Cíntia assumiram a direção, assim permanecendo até então, havendo essa forte característica familiar. Bruna é a presidente, aparecendo mais publicamente em falas oficiais sobre a ONG, porém é Cíntia que se faz mais presente nas atividades cotidianas da ONG e da localidade.

Figura 6 – Logomarca Velaumar



Fonte: Arquivo pessoal de Cíntia, 2016.

Algo interessante no Poço da Draga é que em muitos casos percebi uma linha genealógica, certa sucessão de lideranças. Ou pelo menos de famílias que ocupam determinada centralidade ou reconhecimento comunitário. Tal se deu muito claramente com Dona Amélia, que foi sucedida por Cíntia e Bruna. Da mesma forma, ocorreu com outra família de pessoas que mobilizaram a localidade: Dona Álvaro, mãe de Luzia e avó de Lívia e de José, que, no impedimento de Cláudio, realizava as visitas guiadas. Para mim foi algo que chamou a atenção, considerando que em outras localidades (a exemplo do Lagamar, onde desenvolvi pesquisa de mestrado) há uma nítida ruptura das gerações (GOMES, 2013). A literatura também mostra essa ruptura, como fica claro no estudo de Feltran nas periferias da grande São Paulo (2011). No Lagamar observei nas reuniões e nos atos as senhoras com idades de avós e os

jovens com idades de netos, apesar de não serem necessariamente das mesmas famílias, mas correspondendo a gerações saltadas e não seguidas.

Por último, surgiu na localidade o movimento ProPoço, formado por um grupo de amigos durante a preparação do aniversário⁹ de 109 anos da localidade em 2015. Tratou-se de um pequeno grupo composto inicialmente por um morador (Cláudio), uma ex-moradora (Luciana) e três amigos deles, que após o referido evento manteve-se no objetivo de promover eventos culturais no Poço, principalmente no espaço do Pavilhão Atlântico, para dar visibilidade às lutas do lugar.

É interessante notar essa característica do grupo, composto basicamente de amigos que se conheceram há vários anos quando trabalharam juntos no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), todos eles voltados de alguma forma para a temática da cultura, do patrimônio e da memória. Os que não eram moradores já frequentavam o Poço da Draga e há alguns anos tinham interesse de promover algumas atividades. Por conta do aniversário em 2015 se deu uma maior agregação e também certo direcionamento para a efetividade das atividades. O grupo tinha a ideia de desenvolver projetos para o Poço, “Pró Poço”, de ativismo e proatividade. Desde o início, ocorreu a forte centralização em Cláudio, dotado de liderança e entusiasmo notáveis.

Como foi dito, o único membro que morava no Poço da Draga era Cláudio, e neste sentido possuía voz preponderante, sendo quase sempre ele que concedia entrevistas e fazia falas públicas em nome do movimento. Ele, desde o início, ressaltava que o objetivo junto aos moradores era “retomar o entusiasmo de morar no lugar” e, para a cidade em geral, era tornar o Poço da Draga conhecido, para além dos estigmas de pobreza, de marginalidade e de violência. Foi Cláudio também quem desenhou a logomarca do grupo (FIGURA 7):

⁹ Sobre os aniversários, deter-me-ei no último capítulo.

Figura 7 – Logomarca do Movimento ProPoço



Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Dentro do movimento, era notório que Cláudio possuía uma preocupação marcadamente intelectual, no sentido da produção de dados sobre a localidade, assim como na realização de eventos como debates e seminários. Cláudio demonstrava interesse em realizar pesquisas, escrever artigos, produzir conhecimento e, em suas palavras, “legitimar” a localidade e os dados por eles produzidos. Por outro lado, Luciana, que concordava com a importância destas atividades, enfatizava a necessidade de eventos culturais para fortalecer a imagem do Poço da Draga como localidade pacífica, amigável e também espaço de produção de cultura. Neste sentido, tratava-se de interesses diferenciados, mas na maior parte do tempo que acompanhei o movimento os membros tentavam equilibrar as ações. Entre o final de 2015 e o início de 2016, o grupo chegou a se organizar em dois subgrupos temáticos ou grupos de trabalho (GT): o GT cultural e o GT de pesquisa.

Estive presente nos primeiros encontros do grupo, em maio e junho de 2015, e a partir daí me aproximei das pessoas e participei de diversos eventos ao longo daquele ano. De junho a dezembro de 2015, a maioria das ações promovidas era de cunho cultural, como os saraus, as festas no Pavilhão Atlântico, as datas comemorativas como o 7 de setembro, dia das crianças, Natal, dentre outras. Durante 2015, esses eventos contaram com forte participação e organização desse movimento e, em alguns, havia ajuda da ONG Velaumar. Logo de início, notei que a ONG receou o novo grupo, talvez enxergando-o como possível rival político e não um potencial parceiro. Alguns membros do ProPoço fizeram essa análise posteriormente e, a partir disso, começaram a pensar a sua formalização em ONG ou outro formato jurídico que os possibilitasse concorrer a editais e bancar os eventos, porém isso não foi levado adiante.

Ao longo da pesquisa, pude interagir com ambos os grupos, como passarei a expor no próximo tópico. Em momentos diferentes, fui convidada por membros de cada um deles para realizar atividades na localidade. Havia eventos, no entanto, em que ambos me demandavam, principalmente aqueles que fazem parte do cronograma anual do Poço da Draga, conforme se verá.

1.4 Aproximação com o campo de pesquisa

Como foi visto, nas primeiras vezes em que estive no Poço da Draga, o fiz na condição de advogada, membro do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), órgão vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Compus o Escritório entre 2011 a 2014, e o Poço da Draga era uma das localidades que eu acompanhava, razão pela qual me fiz presente em algumas reuniões desde 2011.

Durante os primeiros contatos, o meu diálogo se dava prioritariamente com duas mulheres, que eu identificava como as principais lideranças do lugar, Luzia e Cíntia. Posteriormente, vim a saber que Luzia não ocupava bem esse papel, ou pelo menos não mais. Quase sempre minha presença foi solicitada por uma ou pelas duas, em eventos relacionados à segurança da posse ou à regulamentação da Zona Especial de Interesse Social do Poço da Draga.

Devo ressaltar que de início o meu maior canal de comunicação era com Cíntia, considerada por muitos como a principal liderança do local, vez que compõe a presidência da ONG Velaumar, conforme discutido anteriormente. Estive presente em alguns dos aniversários do Poço da Draga antes de ingressar no doutorado em 2014. Conforme se verá no último capítulo, eles iniciaram a comemoração no ano de 2011 (105 anos), e a primeira vez que lá estive foi em 2013 (107 anos). Na ocasião, participei de apenas alguns dos momentos, mas lembro de ter ficado encantada com a visita guiada realizada por Cláudio. A centralidade da fala dos mais velhos também me chamou muito a atenção e desde então atentei para alguns fatos, como a centralidade do mar no discurso dos moradores.

2013 foi um ano bastante emblemático para as mobilizações no lugar e também para a minha aproximação ao campo. Cabe destacar que em âmbito nacional, 2013 foi um ano de grande efervescência política, o que certamente guardou alguma relação com os eventos locais. Tiveram grande destaque as “Jornadas de

Junho”, quando mobilizações de grande vulto ocorreram nas principais cidades do país. Estas foram chamadas por alguns estudiosos de “revoltas ambíguas” (PINHEIRO-MACHADO, 2018), considerada a pluralidade de atores envolvidos e a multiplicidade de pautas levantadas, não cabendo em simples caracterizações como de “direita” ou “esquerda”.

Certamente a confluência dos fatores de agitação política em nível regional e nacional impactaram de forma direta ou indireta o Poço da Draga naquele período. Em maio de 2013, no local houve a comemoração dos 107 anos e em junho visitou o local a relatora especial da ONU para o direito à moradia, Raquel Rolnik, o que foi muito importante para dar visibilidade ao Poço da Draga. Ainda em 2013, em 12 de julho foi realizado um acampamento chamado “Ocupe Acquario” nas proximidades da obra e do Pavilhão Atlântico, local de grande centralidade para os moradores. Nesse evento, durante 24h a área foi ocupada com atividades políticas, artísticas e culturais. Foi uma manifestação de moradores que contou com apoio de diversas pessoas e entidades, impulsionado pela ampla divulgação dada pelo movimento Quem Dera Ser um peixe (QDSP), surgido em 2012 e cujo foco eram as críticas e denúncias ao Acquario, objetivando a sua não-construção¹⁰.

Em todos esses eventos eu participei e já em 2013 tentei conversar com outros moradores para ir ampliando a rede de interconhecimento, pensando já na inserção necessária quando ingressasse no doutorado. Apesar das tentativas e dos diálogos iniciados com algumas pessoas, tais contatos não se aprofundaram.

No ano de 2014 participei do aniversário de 108 anos e presenciei quase todos os momentos da programação no final do mês de maio, mas passado o aniversário não houve outros grandes momentos de efervescência no Poço. Em 2015, porém, se deu algo muito diferente do que nos anos anteriores: uma série de atividades continuou acontecendo mesmo depois do mês da comemoração. A razão para tanto parece estar ligada ao nascimento e fortalecimento de um outro grupo, o ProPoço.

Passado o aniversário, esse pequeno grupo manteve-se no objetivo de promover eventos culturais e políticos no Poço, principalmente no espaço do Pavilhão

¹⁰ O grupo contava com membros da classe média e de várias formações profissionais, com destaque para os campos cultural e acadêmico, bem como alguns moradores do Poço da Draga (GONDIM, 2015; RODRIGUES, 2013).

Atlântico, para dar visibilidade às lutas do lugar. As primeiras reuniões do movimento ocorreram em junho de 2015, e fui convidada por Cláudio, em razão da proximidade que desenvolvemos durante o aniversário. Alguns outros “entusiastas do Poço” (termo dado por ele aos apoiadores externos) também foram convidados. As outras lideranças também foram chamadas, pois, segundo disseram, pretendiam somar os esforços dos grupos.

Observei que uma das antigas lideranças ficou acuada e receosa do que esse novo “movimento” significaria, principalmente nos momentos em que se falou da possível formalização do grupo, criando uma associação com CNPJ e todos os elementos necessários para a personalidade jurídica. Pareceu-me que o receio era de que, na hipótese de uma outra associação ou ONG se formalizar, houvesse uma descentralização da representativa política anterior. As consequências seriam, por exemplo, que para a realização das atividades comunitárias ou para eventos em que fosse necessário a representação da localidade, poderiam ser chamadas pessoas do antigo grupo, ou então do novo. Um outro conflito poderia ocorrer durante a eleição de representantes em conselhos públicos, vez que aumentaria a concorrência.

Presenciei alguns momentos de confronto ou de desentendimento dos grupos. Segundo um dos meus interlocutores principais, tal se deu porque alguns eventos estariam sendo pensados em conjunto e o outro grupo se antecipara e organizara sozinho, deixando-os de fora. Como exemplos, citou o réveillon no Poço da Draga em 2016, a Feira Massa (2016) e o Carnaval de 2016. Conforme relatou, para o carnaval estava sendo pensado o bloco “Cai no Poço”, ao que outra liderança se opusera, argumentando a negatividade da expressão (“Se cair no Poço, morre”). Depois dessa oposição, a ONG teria construído o bloco “Cai na Praça” em parceria com o Dragão do Mar, o que os membros do ProPoço consideraram uma espécie de antecipação e mesmo de traição, pois teriam sido excluídos da atividade.

Outros desgastes e falhas de comunicação já teriam ocorrido anteriormente, como em um desfile em outubro de 2015, o “Dragão das formas”, evento que contou com a participação dos dois grupos. Na ocasião, alguns detalhes foram deliberados no coletivo e posteriormente executados de forma diferente, por um ou por outro grupo, o que foi ficando cada vez mais explícito tanto para mim quanto para eles. Compreendo que estes equívocos ocorreram também pela divergência de visões sobre o que é ou não prioritário para o movimento e quais as estratégias mais adequadas para a realização das ações.

O ano de 2015 comprovou que os métodos dos grupos eram parcialmente diferentes: a ONG se mostrava mais vinculada às formas tradicionais de ação e de financiamento¹¹, bem como de tipologia de eventos. Já o ProPoço dizia evitar o formato tradicional (que criticava de “assistencialista”), tecendo críticas a determinadas parcerias e, em suas ações, objetivando o retorno da utilização dos espaços importantes coletivamente, principalmente através de festas e eventos culturais. Por outro lado, para garantir a realização de alguns destes eventos, em certos momentos o movimento solicitou apoio financeiro de possíveis doadores que anteriormente já contribuíram com a ONG, a exemplo de empresários próximos do local, como o Pirata Bar. Dessa forma, percebi que nem sempre as estratégias eram tão divergentes assim.

Conforme avançava no trabalho de campo, meu contato que inicialmente era a ONG foi mudando para o ProPoço, que me demandava mais. Apesar disso, não me distanciei de Cíntia e fui convidada por ela algumas vezes para compor mesas e debates tanto no aniversário quanto em oficinas da ONG, a exemplo da já citada oficina de direitos da mulher e a respeito da Lei Maria da Penha, a que compareci. A parceria continuou sendo de duas vias, tanto com a ONG quanto com o ProPoço, porém em alguns momentos mais diretamente com um e, posteriormente, com o outro grupo.

No fim do ano de 2015 e no início de 2016, estive mais próxima do ProPoço. Com alguns membros do grupo, construí uma relação de amizade, e compreendo que contribuiu para isso o fato de que boa parte das reuniões ocorria em bares, na residência de um dos membros, bem próxima do Poço da Draga, ou eventualmente na casa dos demais. Nos primeiros meses praticamente toda semana eu era contatada, considerando que as reuniões eram praticamente quinzenais. Logo me foi perguntado se eu era ou não membro do grupo e tive que me colocar. Como membro, quase sempre minha função foi relatar reuniões e enviar e-mails, assim como divulgar os eventos organizados pelo grupo. Apesar disto, não fechei minhas portas com Cíntia, o que foi comprovado pelo fato de que ela permaneceu me convidando para os eventos e para as atividades promovidas apenas pela ONG.

Como as reuniões costumavam ser bastante informais, o ambiente favorecia uma conversa mais aberta, algumas vezes abandonando as pautas políticas

¹¹ Através do apoio de sindicatos, indústrias e outros atores que eram considerados assistencialistas por alguns membros do ProPoço.

e organizacionais. As conversas passavam a abordar a vida de algumas pessoas no Poço, problemas familiares entravam em jogo, e ao longo do tempo fui percebendo como o pessoal e o político se entrelaçam. As desconfianças entre os grupos muitas vezes são fundadas em disputas pelo domínio do lugar, mas também são importantes as intrigas, os conflitos anteriores e mágoas existentes entre os antecessores dos que hoje são as “lideranças”. Por outro lado, algumas vezes os assuntos eram tão pessoais, envolvendo problemas psicológicos, que me perguntava inclusive se deveria fazer menção a isso em meu diário de campo.

Em setembro de 2015 ocorreu um problema com relação a uma das atas que elaborei, pois enviei para os e-mails pessoais dos membros do movimento e uma delas publicou amplamente na rede social *Facebook*. Rapidamente os outros membros alertaram-nos e solicitaram a ela que excluísse a postagem, pois havia pautas que não poderiam ser publicadas, incluindo um grave questionamento à ONG. Na reunião seguinte, foi deliberado que nem tudo entraria nas atas e que, além disso, os membros teriam codinomes para que não pudessem ser identificados caso ocorresse algum equívoco dessa ordem. Essa deliberação, no entanto, só foi seguida por pouco tempo. Apesar disso, o fato demonstrou a preocupação com o sigilo das informações e a desconfiança para o que eles atribuíam como sendo “o outro lado”.

Além da atribuição de relatora, Cláudio foi me propondo outros envolvimento e parcerias. Me informou que estava escrevendo um livro sobre sua vida no Poço da Draga e queria escrevê-lo junto comigo. Hesitei e disse que seria muito complicado, pois necessito de um certo distanciamento para realizar a pesquisa. Posteriormente, esse projeto de Cláudio ficou na lista das muitas atividades nas quais ele se envolvia, e não mais foi falado nisso. Desde outubro de 2015, Cláudio lançou como pauta de reunião a realização de um Censo do Poço da Draga, ou, como ele nomeou posteriormente, um “Levantamento etnográfico e iconográfico do Poço da Draga”, conforme será visto no quinto capítulo.

A aproximação com o ProPoço de certa forma fez com que eu não estivesse tão próxima da ONG Velaumar entre o final de 2015 e o início de 2016. Nesse período, percebi uma cobrança velada feita pelos próprios membros do ProPoço, como se o voto de confiança depositado em mim dependesse de que eu estivesse “do lado deles”. Apesar disso, sempre deixei claro que não poderia escolher lados, que estava pesquisando na localidade e era amiga de todos, razão pela qual não me afastaria de Cíntia e da ONG.

Por parte da ONG, conforme já pontuado, nunca fui barrada em evento algum ou senti qualquer receio das lideranças de lá em estar comigo. Inclusive em diversos momentos fui chamada para compor momentos da ONG, de forma bastante tranquila. A cobrança me parecia ser maior do ProPoço do que da Velaumar, mas acredito que consegui transitar bem em campo.

Apesar do traquejo necessário, o pesquisador não é neutro, ele interfere na realidade e em vários momentos é um ator que está também em disputa. Notei isso fortemente em setembro de 2015, quando eu estava mais próxima do ProPoço e era vista nos eventos por eles realizados - basicamente os sábados de “Poço do Som”, onde músicos eram convidados para tocar, atraindo públicos de dentro e de fora para o Pavilhão Atlântico. Também contribuí para a realização do evento “Para não dizer que não falei das flores”, em 07 de setembro de 2015, proposta do grupo para se contrapor ao nacionalismo muitas vezes irrefletido deste feriado. Na ocasião, foi organizado um sarau de poesias no Pavilhão Atlântico, ao pôr-do-sol.

No final do mês de setembro de 2015, houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir as políticas culturais na Praia de Iracema. Como representante do Poço da Draga, Cíntia foi chamada (enquanto ONG Velaumar) e pediu a Cláudio para escrever um pequeno texto que ela leria. Ocorre que ela não conseguiu imprimir a tempo e me pediu para levar o texto, o que também me foi solicitado por Cláudio. Ele enfatizou: “tenta garantir que ela fale do ProPoço também”, porque, apesar de eles dialogarem, tratava-se de uma relação com tensões nítidas. Também nessa audiência, claramente me senti disputada pelos dois lados. Durante a audiência, ela leu o texto integralmente, falou do ProPoço e o movimento ficou bastante satisfeito – eles estavam assistindo pelo canal TV Assembleia. Ao final, ofereci carona para ela até o Poço, ocasião em que me contou várias histórias e eu pude novamente solicitar a monografia dela, na qual ela fala de estratégias de arte-educação no Poço da Draga.

Quando chegamos, ela saiu do carro e me convidou até a casa dela, para que ela me enviasse por e-mail todo o material que ela possui, incluindo fotos antigas, textos e matérias jornalísticas sobre o Poço. A oferta me causou surpresa, pois há vários meses eu solicitava e sempre obtinha alguma evasiva. Compreendi que se tratava ainda de certa disputa pelo meu interesse e pelo que a aproximação comigo pode proporcionar no futuro. Nessa noite, ela também andou comigo por boa parte do Poço, apresentando-me às pessoas.

Minha intenção, na verdade, foi não tomar partido de qualquer dos lados. Minha participação no ProPoço basicamente foi finalizada quando do censo ou levantamento no primeiro semestre de 2016, o que será analisado posteriormente. Após esse período, me voltei novamente para atividades tanto de um grupo quanto de outro, o que progressivamente me afastou do que poderia ser o grupo mais fechado do ProPoço. Além disso, este último passou por algumas dissidências internas e questões pessoais, principalmente o fato de que alguns deles foram morar em outras cidades e até em outro estado. Essas questões internas e externas enfraqueceram o grupo e o levaram quase ao encerramento em 2017, mas fiquei sabendo que desde o final de 2018 as amizades e os projetos estavam sendo retomados.

1.5 Apresentação do trabalho

O presente texto compõe-se de seis capítulos, incluindo esta Introdução. No segundo capítulo, é desenvolvida a revisão de literatura através da discussão teórica das principais categorias analíticas da pesquisa: identidade, memória e territorialidade. Através dos estudos de autores de várias ciências, sobretudo as ciências humanas, as categorias são trabalhadas para compreender melhor as questões levantadas nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, é apresentado um breve histórico de urbanização e crescimento de Fortaleza, contextualizando algumas questões como as políticas públicas habitacionais e a segregação socioespacial na capital cearense. Discorro sobre o surgimento das favelas em Fortaleza, a origem da Praia de Iracema e o início da ocupação do Poço da Draga, iniciando a caracterização da localidade.

No quarto capítulo, apresento os microterritórios do Poço da Draga e discuto sobre alguns dos conflitos socioterritoriais presentes na área, denominados de “guerra de lugares”.

No quinto capítulo, apresento uma pesquisa sobre o Poço da Draga realizada por alguns moradores em parceria com um grupo de pesquisa da Universidade de Fortaleza (Unifor). Tratou-se do censo comunitário que mapeou as mais de 350 unidades, representando um esforço de elaborar “Um olhar sobre o Poço”, como foi posteriormente denominada a pesquisa.

No sexto e último capítulo, pontuo e discuto os principais resultados do trabalho, através da tessitura entre a literatura e os dados obtidos em campo, tanto

através da observação quanto das entrevistas. Aqui, apresento os eventos ritualizados que demonstram a relação diferenciada que os moradores do Poço têm com seu território, e como isso é transformado através da identidade e da memória. Por fim, analiso também os aniversários da localidade, as visitas guiadas e os Guardiões da Memória, eventos típicos do Poço da Draga.

2. IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA

O passado e a memória são muitas vezes utilizados como forma de defesa contra alguma crise que o indivíduo ou o grupo sente estar passando. Tanto o passado quanto a memória fortalecem a noção de identidade que possibilita aos sujeitos e às coletividades se enxergarem mais fortes, coerentes e dotados de mecanismos para sobreviver aos problemas e à suposta crise, como aponta Hewinson:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte de significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência (HEWINSON *apud* HARVEY, 2005, p.85, grifos meus).

Para compreender como a questão da memória é vivenciada pelos moradores do Poço da Draga, principalmente no que diz respeito à relação entre as lembranças socialmente compartilhadas, o território e a identidade, faz-se necessário inicialmente explorar estes conceitos.

2.1 As identidades e as relações entre local e global

Sobre as identidades, adianto que não parto de uma noção imutável, sólida ou essencialista: realizei uma análise junto com os autores percebendo a identidade enquanto algo mutável, dinâmico, flutuante de acordo com as relações sociais. Entendo se tratar de uma noção central tal qual uma “estrutura estruturante” (BOURDIEU, 1989), sendo que isto não significa inflexibilidade, e sim a importância de determinada noção enquanto eixo construtor de significados e relações sociais.

Neste sentido, realizei um diálogo entre as obras de Roberto Cardoso de Oliveira (1976; 2000), Manuela Carneiro da Cunha (1985) e Stuart Hall (2011; 2014). Os dois primeiros se referem justamente às características situacionais, relacionais e contrastivas das identidades, e tal paradigma se coaduna com o pensamento de Hall. De acordo com Oliveira (1976), compreendo que as identidades são construídas em relação ao outro. Cunha, em diálogo com Oliveira (1976), esclarece que a constituição de identidades é situacional, sendo uma “[...] resposta

política a uma conjuntura, resposta *articulada* com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças” (CUNHA, 1985, p. 206).

Nesse sentido, a tessitura entre teoria e empiria desde o início me permitia dizer que parti de uma ideia de “identidades” fluídas ou situacionais, o que parece ser um consenso mínimo entre os três autores. Todos eles enfatizam a importância de considerar os pertencimentos identitários não como coisas isoladas, mas algo em permanente relação com outros grupos sejam eles favoráveis ou não ao grupo estudado.

A respeito das identidades, afirma Candau que estas são construídas através de um longo processo de compartilhamento de significados, de crenças, de representações e de conhecimentos:

[...] as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de traços culturais – vinculações primordiais -, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações socio-situacionais [...] de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de visões de mundo identitárias ou étnicas. **Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias**, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados (CANDAU, 2012, p.27, grifos meus).

[...] Se admitirmos que os seres humanos não são ‘indivíduos’ atomizados, criando suas identidades e perseguindo seus objetivos independentemente uns dos outros, reconhecemos ao mesmo tempo que a sociedade existe. É necessário então supor que os sujeitos são capazes de se comunicar entre eles e acessar, assim, um ‘compartilhamento mínimo do trabalho de produção de significações, seja um compartilhamento de conhecimentos, de saber, de representações, de crenças cuja descrição e explicitação irão justificar o recurso às retóricas holistas (CANDAU, 2012, p.31).

Nesse sentido, a identidade é uma construção, processual e dinâmica, e jamais será concluída. Trata-se de um trabalho em permanente progresso, vez que flutuações, mediações e influências culturais sempre irão ocorrer.

Além disso, à luz de Manuel Castells (1999), compreende-se que os processos hegemônicos e globalizantes muitas vezes são responsáveis pelo esvaziamento dos conteúdos identitários, ao que pode se seguir a mobilização social em sentido contrário, como uma força defensiva de grupos étnicos minoritários ou grupos tradicionais, o que entendo ter ocorrido no Poço da Draga. Nesse sentido, Castells relaciona os conceitos de “comunidade” e de “identidade”, ressaltando que podem se tratar de vários tipos de identidade: a) identidade legitimadora: representada pelas instituições dominantes interessadas em expandir sua dominação; b) identidade

de resistência: representada pelas pessoas em condições desvalorizadas e resistentes à dominação; c) identidade de projeto: que seria justamente aquela das situações de mobilização, fortemente responsáveis pela criação de uma identidade capaz de buscar a transformação social.

Nesse contexto, é evidente que uma análise processual se revela imprescindível, pois não se pode mais falar de “culturas isoladas”, essencialistas e intocadas em um contexto de pós-modernidade. A “desterritorialização” citada pelos estudos culturais fala do entrecruzamento de culturas, de símbolos e de identidades. Assim, para Rodrigues a solução da Antropologia foi a resignificação do conceito de identidade para dar conta dos fluxos, da desestabilização e da fragmentação, considerando a identidade como “não essencializada, construída, plural e multifacetada” (RODRIGUES, 2008, p. 19).

Neste sentido, não se deve justapor os conceitos de cultura e território. Por outro lado, essa relação não se separou de forma absoluta, há fluidez, interinfluências entre as culturas e os territórios (RODRIGUES, 2008). Canclini (2003) argumenta que a ideia de comunidade em que os vínculos são mais intensos dentro do que fora também é arcaica, alertando para os riscos de se relacionar “comunidade” a “homogeneidade”. Realmente não se pode cair nessa armadilha, porque homogeneidades não existem, e mesmo em localidades muito pequenas como o Poço da Draga há conflitos e ocasiões em que os moradores se identificam muito mais com grupos ou pessoas de fora do que de dentro.

Rodrigues (2008) lembra ainda a discussão de Cunha (1985), qual seja a utilização da identidade como estratégia de diferença, principalmente em contextos de disputas territoriais. As populações tradicionais ou os grupos subalternizados como os habitantes de favelas quase sempre tem ameaçada a posse de suas áreas, contando com muito pouco para fazer frente aos interesses imobiliários de classes mais abastadas. É bastante comum nesse caso que as estratégias de permanência gravitem em torno do discurso identitário e do argumento tempo, sendo estratégias discursivas de diferença que também observo no Poço da Draga: “somos uma comunidade centenária” ou “também somos comunidade tradicional”, referindo-se às atividades pesqueiras.

Ainda sobre o tema, Stuart Hall lembra que as identidades correspondem a um “em processo”, vez que são fenômenos nunca completados, sempre em construção, afirmação e reafirmação (HALL, 2014). Diz também que não são algo

determinado no sentido de que se possa “ganhá-las” ou “perdê-las”: diferentemente, elas podem ser sustentadas, abandonadas e novamente sustentadas.

Sobre a multiplicidade das identidades, a literatura fornece emblemáticos exemplos ao colocar em questão que o próprio indivíduo não é coeso, sendo composto por várias identidades e pertencimentos, às vezes complementares, outras conflituosos. Neste sentido, bastante significativa é a narrativa de Mia Couto sobre a percepção identitária do mulato africano:

Eu somos tristes. Não me engano, digo bem. Ou talvez: nós sou triste? Porque dentro de mim não sou sozinho. Sou muitos. E esses todos disputam minha única vida. Vamos tendo nossas mortes. Mas parto foi só um. Aí, o problema. Por isso, quando conto a minha história me misturo, mulato não de raças, mas de existências (COUTO, 1987, p. 85).

De acordo com o conto, o mulato são vários, pleno de múltiplas existências, o que permite pensar em todos nós, incluindo as famílias do Poço da Draga. Mais do que falar propriamente em “identidade”, cabe considerar as várias “identidades”, no plural. Apesar disto, neste trabalho, em razão do recorte que foi estabelecido, problematiza-se a questão da identidade possível ou não dos moradores daquela localidade.

Cotejando as análises de todos estes autores (OLIVEIRA, 1976; 2000; CUNHA, 1985; RODRIGUES, 2008; HALL, 2011; 2014), chego à conclusão de que o conceito de identidade deve passar por um processo de releitura. Entendo que os conceitos sugeridos pelos autores permitem a focalização do processo e do discurso identitário como uma das estratégias de diferença e de permanência no território pesquisado. Após a análise, vinculo-me neste trabalho à construção teórica elaborada por Manuela Carneiro da Cunha (1985), para compreender a identidade do Poço da Draga, conforme será visto ao longo da tese.

Durante e após o trabalho de campo, percebi a circularidade dos fenômenos de construção de identidade e de criação de fronteiras no Poço da Draga, sejam elas simbólicas ou espaciais. Ocorre que o processo de identificação, segundo Hall, está sujeito a um “jogo da diferença”, envolvendo um trabalho discursivo de “fechamento e marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’ [...]” (HALL, 2014, p. 106). O sujeito reconhece aqueles com os quais se identifica e, simultaneamente, vislumbra aqueles com os quais não se identifica, os que são diferentes de si. Essa diferença gera um distanciamento simbólico e, ao mesmo

tempo, é essa distância simbólica já existente que produz a diferença: esse é o jogo. Assim são construídas as fronteiras simbólicas que se reproduzem no espaço, produzindo as territorializações e a criação dos microterritórios, de que falarei no próximo tópico. De outro lado, a existência anterior dessas marcações, dessas divisões em microáreas, reforça as identificações internas dos grupos.

Dessa forma, compreendi no caso estudado como identificação e territorialização estão intimamente associadas. Essa circularidade identificação - efeitos de fronteiras simbólicas - territorialização (efeitos de fronteiras espaciais) também explica o distanciamento entre as famílias do Poço da Draga e aquelas residentes na Rua dos Tabajaras, cujas casas distam menos de 1km da localidade.

2.2 Os territórios e as (des)reterritorializações

Compreendo território em uma acepção cultural e não propriamente jurídico-política, no sentido de que não me deterei em critérios estatais e/ou administrativos (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; 2006; 2008; 2013; BORGES; CAVALCANTE JUNIOR, 2010; SOUZA, 2013). A relação territorial pode ser associada à noção de pertencimento ou ao sentimento de apropriação de determinado grupo por certa localidade. Tal apropriação pode se dar em termos materiais, culturais ou ainda na dimensão afetiva, hipótese última que investiguei durante o trabalho de campo.

Na verdade, na esteira de Arantes Neto, prefiro utilizar o termo “territorialidade” do que falar propriamente em territórios:

Com referência ao meio urbano, prefiro o termo “territorialidade” a território, que é mais frequentemente utilizado na teoria social, porque, ao denotar qualidade mais que coisa substantiva, ele flexibiliza o espaço social descrito. Tal flexibilidade, como veremos, é uma característica essencial dos espaços sociais nas cidades contemporâneas (ARANTES NETO, 2000, p. 171).

Também neste sentido, ainda que se referindo a “território”, Haesbaert (2004) enfatiza os processos de apropriação territorial, compreendendo a flexibilidade do conceito. Ele foi um autor importante por compreender que o território responde “pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2004, p.78). Parte-se do pressuposto que os moradores de ocupações têm a capacidade de territorializar, com

instrumentos de pressão sobre o Estado e os agentes privados que disputam o espaço. Compreendo os territórios como “projetos de poder de cada grupo”, (RAFFESTIN, 1993, p.54) sendo as definições territoriais criadas e ressignificadas por quem as vivencia na prática também no plano interno das localidades, onde se formam microterritórios e multiterritorialidades.

A acepção adotada por Haesbaert (2004; 2006; 2008) parece se aproximar do que foi observado no Poço da Draga, conforme discutirei ao longo do trabalho. Destaco ainda, sobre o território, que no Poço da Draga as ameaças de remoção constituem um elemento importante para a coesão e o protagonismo dos moradores e podem ser responsáveis pelo fortalecimento do vínculo com a área.

Observei no Poço da Draga que a temática da terra é algo central para as famílias, existindo insegurança jurídica sobre a moradia, em razão de parte das casas estar em área da União (terrenos de marinha)¹² e outra parcela ser reivindicada pela INACE. Essa circunstância faz com que não haja comprovação legal da propriedade dos imóveis para a maioria das famílias. Apesar disso, há uma situação emblemática: grande parte dos moradores se dizem “legítimos proprietários” da área, em função da antiguidade da ocupação e da inexistência de possuidor anterior (OLIVEIRA, 2006), razão pela qual compreendem as tentativas de remoção como práticas injustas e ilegais.

A partir das formulações de Bourdieu (1989; 1997) percebo que a área habitada pelos agentes simboliza o espaço social e as relações existentes entre os territórios, e as representações que se tem deles são significativas para compreender as relações entre as pessoas. Através da distribuição e da hierarquização dos territórios é possível perceber as diferenças sociais entre os agentes, e esta é a razão pela qual o aporte teórico-metodológico de Bourdieu se revela adequado para esta pesquisa. Com a noção de territorialidade enquanto relação de poder, compreendo que a diferença entre o estabelecimento de territórios não é um processo natural e que se exerce *violência simbólica* a partir da distinção entre lugares mais ou menos valorizados, inclusive dentro de ocupações. Ademais, Bourdieu (1997) afirma que nem

¹² Pertencem à União, sendo chamadas de “terreno de marinha” aquelas áreas localizadas até 33 metros a partir da linha de Pré-amar, a média das marés altas do ano de 1831, tomando como referência o estado da costa brasileira naquele ano. Essa área é gerida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e parte das famílias possui o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), uma espécie de permissão de uso.

sempre proximidades territoriais implicam aproximações sociais, o que observei no Poço da Draga.

Para Haesbaert (2006; 2008) e Souza (2013), a definição de território passa em primeiro lugar pela dimensão política, vez que o território só pode assim ser pensado com a ideia de poder e o poder, por sua vez, só se exerce com relação a um território. Haesbaert lembra que o radical do termo “território” é próximo das palavras em latim *terreo-territor* (terror, aterrorizar), expressando a ideia de dominação de uma área inclusive com uso de força contra os que estão dela excluídos. O autor ainda afirma que território é um espaço-tempo vivido, sendo sempre múltiplo, diverso e complexo, distanciando-se da noção de território fixo ou unidimensional da lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2008).

Compreendo, à luz desses autores, que os territórios e os microterritórios (ou nanoterritórios, na acepção de Souza) são, na verdade, relações sociais projetadas no espaço. Muito interessante é a distinção entre território e espaço (substrato espacial do território), acerca da qual esclarece Souza:

Confundir território e o espaço, o substrato espacial material, equivale a "coisificar" o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem (SOUZA, 2013, p.90).

Souza esclarece que nesse caso a escala espacial é quase sempre "nanoterritorial" (SOUZA, 2013, p.251). Em consonância com Souza e Haesbaert, Marcos Alvito assim define o que ele chama de “pedacinhos da favela”, em pesquisa sobre Acari no Rio de Janeiro:

Onde pensávamos existir Acari, descobrimos haver quatro localidades [...] cada uma delas subdivide-se em mais de uma dezena de microáreas de vizinhança. [...] A forma pela qual foram nomeadas essas microáreas talvez nos diga alguma coisa. Às vezes, o nome é neutro e indica uma característica geográfica [...] ou faz referência a alguma atividade de lazer. [...] As microáreas servem muitas vezes de suporte para representações acerca das diferenças existentes no interior de uma única favela (ALVITO, 2006, p.191-192).

As microáreas, nanoterritórios ou apenas microterritórios¹³ - como doravante passarei a chamá-los - são pedaços da favela que comportam em si uma

¹³ Compreendo os três termos como sinônimos, mas a partir daqui adotarei a nomenclatura de microterritório.

rede de relações firmemente entrelaçadas, cujo ponto de partida é a vizinhança. Os microterritórios do Poço da Draga serão detalhados no quarto capítulo.

Apesar de o estudo de Alvito se referir à favela (ou às várias localidades existentes em) Acari, as conclusões do autor permitem refletir sobre a recorrência do fenômeno por ele descrito. Afirma o autor que os vínculos de identidade e de solidariedade entre os moradores espacializam-se em espécies de círculos concêntricos cada vez mais amplos, cuja força vai se perdendo conforme toma espaços maiores, vez que ocorre maior solidariedade nos círculos de maior proximidade. Observo no Poço da Draga essa mesma situação, sendo notório que a sociabilidade no Poço se dá por afinidades movidas principalmente por critérios como vizinhança (as casas que são imediatamente mais próximas), parentesco e religião.

No Poço, é comum que namoros e casamentos ocorram entre pessoas de um mesmo microterritório e, dessa forma, as novas famílias quase sempre procuram morar no mesmo local, até onde é possível ampliar as casas, seja horizontal ou verticalmente, o que também foi percebido em Acari por Alvito (2006). As relações de “comadres” e “compadres” vão se solidificando e se espraiando no espaço. Em razão do cruzamento das famílias ditas “tradicionais”, aquelas que chegaram primeiro ao local, foi proposto por Cláudio que se realizasse uma “árvore genealógica” da localidade, pois segundo ele quase todas as pessoas derivam de três ou quatro famílias iniciais.

Sobre os territórios, importa perceber que não há apenas as disputas, mas também relações de cooperação, pois os grupos se definem pelas relações que estabelecem ao longo do tempo, “tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam as suas práticas sociais” (HAESBAERT, 2006, p. 93). Essa perspectiva fornece importantes elementos para compreender como se estrutura o território na área e como as relações sociais são atravessadas pela dinâmica dos processos territoriais.

Um olhar sobre a emergência e o curso dos movimentos sociais urbanos em Fortaleza confirma que a territorialização é um processo relacional por excelência, pois boa parte das grandes manifestações de protesto sempre ocorreram em face de alguma intervenção direta do Poder Público, na maior parte das vezes envolvendo a remoção de moradores, tanto no Poço da Draga quanto no Lagamar, localidade estudada na minha dissertação (GOMES, 2013). A territorialização ocorre também no

plano interno das localidades, onde se formam microterritórios e multiterritorialidades, conforme se verá.

As dimensões do tempo e do espaço estão atreladas, de modo que compreendo aqui a relação entre a memória (no eixo das temporalidades) e a territorialidade (no eixo do espaço). De acordo com os autores estudados, a memória possui sua característica individual e coletiva, e no Poço da Draga eram fartos os exemplos de que isto ocorre: as histórias de vida, sempre que narradas nas entrevistas ou rodas de conversa, entrelaçavam fatos da vida particular com os eventos coletivos. A memória no Poço é diretamente ligada ao território porque os laços afetivos que vem sendo construídos com a localidade passam diretamente por ele, pela apropriação de onde se mora, pela relação com a praia e com o mar.

A ligação particular com o território sempre me causou surpresa, principalmente ao considerar a precisão com que a maioria identifica suas casas, áreas e microterritórios em qualquer mapa ou fotografia aérea. Conhecem o desenho das casas, as unidades vizinhas e muitos outros referentes espaciais, mesmo em escalas muito pequenas. Foram vários os exemplos disso ao longo da pesquisa, mas principalmente durante a realização do Censo de que falarei no quinto capítulo

Nesse sentido, o termo “territorialidade” possui uma significação mais ampliada, permitindo dar conta de modos de apreensão do território mais fluídos, não necessariamente formais, dotados de limites físicos. O território pode ser simbólico, como já se discute há muito tempo pelas Ciências Humanas.

Falar de território é falar de campos de força, na acepção discutida por Rogério Haesbaert (2004; 2006; 2008) e Marcelo Lopes de Souza (2013). O território não se confunde com o espaço, com o suporte material que na verdade é apenas um dos elementos que o compõem. O território compreendido dessa forma é a espacialização das relações sociais. Neste sentido, Bourdieu é um autor de referência para analisar os *campos* de disputas territoriais, a partir das categorias *estratégia*, *disputas simbólicas* e *violência simbólica*. O *poder* e a *violência simbólica* são afirmados e exercidos através do espaço e das diferenciações territoriais: os agentes são vistos positiva ou negativamente em razão de seus microterritórios possuírem ou não determinados capitais. As hierarquias sociais são reproduzidas no espaço e, por sua vez, as diferenças atribuídas aos territórios constroem, afirmam ou ressignificam as distinções sociais.

Raffestin ressalta que a territorialidade humana não se compõe apenas de “relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas e religiões” (1993, p.266). Nesta pesquisa, como será visto, foi considerado o território correspondente à localidade do Poço da Draga, e alguns moradores relataram que o mar também é parte da territorialidade, constituindo um lugar não apenas para os pescadores.

Ainda na compreensão cultural do território, outro autor que forneceu importante luz para a pesquisa foi Joel Bonnemaïson (2002). Segundo ele, todos os indivíduos e grupos territorializam: todos possuem o que ele chama de “território-portador”. Afirma que para que haja coerência e coesão dentro do grupo, da etnia e mesmo da cultura, é essencial a existência do “território-portador” (BONNEMAISON, 2002, p.91). Neste sentido, os lugares guardam forte correspondência com os indivíduos, e a própria paisagem de determinado povo é fortemente afetada – “carregada de afetos”.

Sobre a aproximação entre as noções de identidade e de território, destaca-se que os geógrafos foram responsáveis por muitas pesquisas, interessando-se sobremaneira pelo que denominaram “identidade dos lugares” (BOSSÉ, 2004). Muitos se perguntaram a respeito do que os lugares podiam representar para a formação das consciências individuais e coletivas.

Teorizando sobre a possível existência de uma “identidade territorial”, Haesbaert afirma: “a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta” (2008, p. 172).

“Territorialização” em sentido estrito diz respeito à apropriação e ao controle do espaço através da presença física dos agentes. O autor fala em quatro grandes objetivos ou “fins” para a territorialização ao longo do tempo: a) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; b) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira); c) disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); d) construção e controle de conexões e redes - fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações (HAESBAERT, 2008, p. 5).

Conforme Haesbaert (2008), todo território é, em diferentes medidas, funcional e simbólico, vez que o domínio sobre ele se dá tanto para a realização de

funções (econômicas, por exemplo) quanto para a produção de significados (a exemplo da identidade). Para ele, os territórios considerados como “tipos ideais” seriam mais “funcionais” ou “simbólicos” de acordo com o predomínio destas características. No entanto, com relação a alguns grupos socialmente vulneráveis, chamados pelo autor de “hegemonizados” ocorre um fenômeno particular:

Para os “hegemonizados” o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), “perder seu território é desaparecer”. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais (HAESBAERT, 2008, p.4).

Para Haesbaert, muito se falou em “desterritorialização” no que concerne à expulsão ou o deslocamento de grande número de pessoas em razão da realização de grandes obras ou eventos. Ademais, para Souza

[...] uma territorialização ou desterritorialização é sempre e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço [...] envolve, não raramente, também o uso da violência, como exemplificado por fenômenos como migrações forçadas após uma conquista militar, remoções de favelas, despejo de famílias sem-teto de uma ocupação, e assim sucessivamente (SOUZA, 2013, p. 102).

Neste sentido, a desterritorialização afirmada em larga escala seria a perda do território de origem e, com isso, evidentemente se perderia também parte da identidade de um grupo, vez que “perder seu território é desaparecer” (HAESBAERT, 2008). Haesbaert aponta, no entanto, que apesar das remoções novos e múltiplos territórios estão constantemente sendo formados e ressignificados, razão pela qual o termo “desterritorialização” não dá conta de explicar os fenômenos da contemporaneidade.

Isto porque a realização de grandes obras e as remoções normalmente promove situações de “des-re-territorialização”, que são processos de reconstrução de territorialidades e de fronteiras (HAESBAERT, 2006; RAFFESTIN, 1988). A respeito do Acquario, no Poço da Draga não houve anúncio de remoção, mas é possível que haja alterações das relações entre população e território.

Como foi mencionado, o Poço da Draga é um espaço cuja ocupação é objeto de disputa com o Poder Público e com um grupo privado, a Indústria Naval do Ceará S.A. (INACE), evidenciando a centralidade da dimensão territorial para a vida dos moradores. Além das ameaças de remoção por conta de obras públicas, a vizinhança da INACE traz à memória a remoção de algumas famílias nos anos 1980 para o Conjunto Palmeiras, desconstituindo a anterior Praia Formosa, que compunha para eles o Poço da Draga.

2.3 A respeito da memória

É importante esclarecer que a memória constitui um fenômeno complexo, que é estudado por diversas ciências, sobretudo a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Comunicação e as diversas áreas relacionadas ao corpo e à saúde, como a Psiquiatria, a Biologia e as Neurociências. Algo interessante é que há duas vertentes da Psicologia que analisam a memória: no ponto de vista da Psicologia Social, compreende-se a memória como um fenômeno social, analisado do ponto de vista subjetivo; já a Psicologia da Saúde a considera como parte da cognição.

Veja que é algo pesquisado por vários campos, naturalmente cada um possui uma perspectiva diferenciada. Para a realização desta pesquisa, foram considerados sobretudo os estudos clássicos e contemporâneos no campo das Ciências Sociais, dando maior ênfase às leituras sociológicas e antropológicas. Em segundo plano, muitos autores da Psicologia, da História e da Comunicação foram analisados e comparados. Apesar disto, não foram desconsiderados os estudos no campo das neurociências.

No que diz respeito à palavra “memória”, na língua portuguesa o Dicionário Aurélio dispõe que seu significado pode ser: a faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente; o efeito da faculdade de lembrar; a própria lembrança; ou ainda a recordação que a posteridade guarda (FERREIRA, 2007). Observa-se que a palavra pode ser utilizada no que diz respeito a uma qualidade, atributo ou faculdade do espírito, aos resultados dessa qualidade ou ainda referir-se à própria lembrança.

Para o historiador Le Goff, a memória se refere à propriedade humana de conservar certas informações e “remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de

funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (2013, p. 387).

No que tange aos estudos propriamente sociais, sobretudo a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social, um ponto a respeito do qual a maioria dos autores converge é a natureza reconstrutiva da memória. Diferentemente do que pensa o senso comum, a memória não se constitui em uma atividade de reprodução, de evocação pura do que foi vivido e sentido. O indivíduo que lembra, no momento mesmo da evocação, não está literalmente revivendo o passado, vez que isso seria impossível, considerando que ele próprio não é mais a mesma pessoa. Ao lembrar, se observa com os olhos do presente o que em tese teria ocorrido no passado, vez que cada indivíduo tem percepções diferenciadas do que presenciou.

Além disso, temos determinadas noções sobre o tempo e a memória que acreditamos serem gerais, na falsa crença de que todas as sociedades pensam ou vivenciam o tempo da mesma forma. Os estudos sobre memória são bastante emblemáticos neste sentido, porque revelam a pluralidade da experiência humana. Le Goff (2013) lembra que a visão temporal tripartite entre passado, presente e futuro não é universal, já o notara Ferdinand Saussure ao analisar a linguística:

A distinção dos tempos, que nos é familiar, é estranha a certas línguas; o hebreu nem sequer conhece o que existe entre passado, presente e futuro. O proto-germânico não tem forma própria para o futuro [...]. As línguas eslavas distinguem dois aspectos do verbo: o perfeito, que representa a ação na sua totalidade, como um ponto fora do devir, e o imperfeito, que a mostra enquanto se faz e na linha do tempo (SAUSSURE *apud* LE GOFF, 2013, p. 197).

A linguagem expressa nossas formas de pensamento, por óbvio. Então, se em certas culturas não existe distinção linguística entre os tempos, é porque esses povos não enxergam assim o próprio tempo, o que traz implicações diretas para a compreensão da própria memória e do esquecimento. Além disso, há uma ênfase muito grande das pesquisas em analisar as relações humanas entre passado e presente, quando há outra dimensão igualmente importante, afirma Le Goff (2013): o futuro. O autor lembra a distinção feita por Santo Agostinho, que qualifica como sendo essencial para compreender a profundidade dos panoramas temporais humanos: os homens só vivem no presente e esta é toda a realidade sobre a qual é possível agir, porém o presente comporta três dimensões. Para Santo Agostinho, são elas: “o

presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras” (SANTO AGOSTINHO *apud* LE GOFF, 2013, p. 195).

Desta forma, busquei analisar determinadas noções de memória, histórica, social e politicamente datadas. Poder-se-ia dizer uma discussão da memória ocidental contemporânea, traduzida por certos processos hegemônicos e globalizantes. As primeiras descobertas científicas sobre a memória foram feitas pelo alemão Hermann Ebbinghaus (1885) e pelo psicólogo britânico Frederick Bartlett (1931). Bartlett descobriu que a memória, além de ser uma reconstrução, tem forte relação com a forma com que reagimos a cada história lida e a cada evento apresentado. No ato de lembrar, longe de haver elementos simplesmente racionais, aspectos emocionais e comportamentais estão fortemente relacionados. Pode-se concluir, juntamente com o autor, que ocorre o mesmo com eventos que indivíduos tenham vivido em comum.

A memória tem por característica principal sua natureza reconstrutiva, a partir dos elementos individuais (ideias, sensações, percepções). Outro atributo essencial da memória é sua seletividade, questão igualmente afirmada por todos os autores estudados. Neste sentido, destaca Pollak: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado” (POLLAK, 1992, p. 203), da mesma forma que Bosi destaca: “Só fica o que significa” (BOSI, 1994).

Pollak traz ainda outra questão: as flutuações que a memória sofre a depender do momento de sua evocação, vez que tudo aquilo que importa para o sujeito no presente funciona como um eixo de estruturação da memória (POLLAK, 1992). Dessa forma, a lembrança sempre será um fruto direto do presente.

Le Goff lembra da importância dos estudos da memória nas várias áreas da ciência, sobretudo aqueles que se debruçaram sobre os processos de aprendizagem, da inteligência e do esquecimento. Acerca do esquecimento, a outra face da memória, quando ela está ausente ou é perdida - por fatores internos, externos ou uma combinação de ambos-, o historiador afirma:

Num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (LE GOFF, 2013, p. 389).

Le Goff relaciona, assim, as noções de memória e identidade, questão que tantas vezes será reafirmada no presente estudo, pois todos os autores estudados

foram emblemáticos neste sentido: trata-se de noções complementares, tanto em nível individual quanto coletivo.

Augé afirma que a memória e o esquecimento são solidários, sendo os dois essenciais para o pleno emprego do tempo. Ressalta o autor que a relação entre os dois fenômenos é a mesma existente entre a vida e a morte, são eventos complementares, pois para que haja a memória é inevitável o esquecimento, sendo este um dos seus componentes fundamentais. É ainda mais enfático: “O esquecimento, em suma, é a força viva da memória e a recordação o seu produto” (AUGÉ, 2001, p. 27). Nesse sentido, afirma também a existência do dever do esquecimento: “O esquecimento é tão necessário à sociedade como ao indivíduo. É preciso saber esquecer para saborear o gosto do presente, do instante e da espera, mas a própria memória tem necessidade do esquecimento: é preciso esquecer o passado recente para reencontrar o passado antigo” (AUGÉ, 2001, p.7).

É evidente que, na hipótese de lembrar-se de absolutamente tudo, é impossível falar em memória, pois esta é uma atividade de seletividade, de classificação. Augé assim o diz: “recordar ou esquecer é fazer um trabalho de jardineiro, selecionar, debastar” (2001, p. 23).

A nossa memória depressa ficaria “saturada” se tivéssemos de conservar todas as imagens da infância, particularmente as da nossa mais tenra infância. Interessante, porém, é o que fica. E o que fica - recordações ou vestígios -, é o produto de uma erosão pelo esquecimento. As recordações são moldadas pelo esquecimento como os contornos da costa o são pelo mar (AUGÉ, 2001, p. 26).

A hipotética e absurda totalidade de lembranças não constitui uma memória total, e sim uma ausência de memória. O fato de, na pós-modernidade e sobretudo com o excesso de redes sociais e aplicativos, estarmos submetidos a uma enxurrada de informações a todo momento, é outro exemplo de que estamos próximos da maior amplitude de dados, com conhecimento em tempo real de fenômenos em escala local, nacional e mundial, e, ao mesmo tempo, cada vez mais distantes da compreensão do que de fato ocorre na realidade.

Seguindo uma linha analítica próxima à Pollak, estão as importantes contribuições de Pierre Nora (1993) para o estudo da memória. Afirma o autor: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (NORA, 1993). Sendo assim, compreende-se a memória

como um “enquadramento”, olhar que foi bastante aprofundado por Maurice Halbwachs, um dos grandes discípulos de Émile Durkheim.

Da mesma forma que o autor clássico trouxe a análise do fato social “suicídio” de uma visão individual e psicologizante para o plano sociológico, compreendendo o fenômeno como um fato social, Halbwachs realizou a transposição da “memória” do plano individual para o campo da Sociologia (HALBWACHS, 2013). Além disso, seguindo o pensamento durkheimiano, investigou a fundo as relações entre as classificações sociais e as classificações mentais, compreendendo a relação dialética entre elas, negando uma visão puramente mecanicista em que a sociedade se impõe sobre o indivíduo. Conforme Bosi, o entendimento de Halbwachs era de que “a preexistência e esse predomínio do social sobre o individual deveriam, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos como a percepção, a consciência e a memória” (BOSI, 1994, p.53).

Impende destacar que Halbwachs desconfiou do Idealismo filosófico que vigorava em sua época, e privilegiou a análise da situação concreta, do cotidiano. Com frequência o autor descreve e analisa vários eventos da vida dos indivíduos, interessando-se pelo detalhe e pelas situações, mesmo sem conhecer a perspectiva teórica da Fenomenologia. Teve ainda uma contribuição importante na historicização da Sociologia, ao construir uma ponte entre a História e a Sociologia em suas obras, de forma semelhante ao elaborado por Marc Bloch. Contribuiu também no diálogo entre Sociologia e Psicologia, ao estudar fenômenos como o suicídio e a vida social de trabalhadores industriais (CASADEI, 2010).

Halbwachs destaca que a memória vai muito além das meras lembranças do indivíduo. Aponta ainda que a memória é uma construção social, coletiva, e que a própria lembrança é construída dentro de grupos de referência. Esta é talvez a maior contribuição sociológica de Maurice Halbwachs aos estudos de memória, qual seja a análise do que ele chama de “quadros sociais da memória”. Segundo ele, as memórias dos indivíduos são diretamente influenciadas pelos grupos a que eles pertenciam quando os fenômenos ou eventos ocorreram. Assim como é da maior importância se ao longo dos anos o indivíduo permaneceu ou não fazendo parte daquele grupo, vez que lembramos fortemente do que vivemos enquanto seres coletivos, membros de grupos, e por isso temos uma maior dificuldade de nos recordar do que nos passou de forma individual e singular.

Discípulo rigoroso de Durkheim, Halbwachs chega mesmo a se perguntar se em algum momento o indivíduo está realmente sozinho. Isto porque o indivíduo lembra sempre dentro de “grupos de referência” (comunidades afetivas), que são a condição essencial da memória. O grupo de referência consiste na comunidade afetiva de que o indivíduo já fez parte por um tempo, integrando uma coletividade de pensamentos com que se identificava e com quem confundiu seu passado, consistindo nos quadros sociais da memória. A presença do grupo pode ser física ou constituir a possibilidade de o indivíduo retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. Com relação aos “quadros sociais da memória”, algo interessante é que, se por um lado, a memória é construída através deles, de outro lado, é ela que atualiza os quadros sociais” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Halbwachs (2013) apresenta duas premissas centrais sobre a memória: 1) nenhuma lembrança é puramente individual, sendo construídas e fortalecidas dentro de grupos de referência; 2) o tempo de duração da lembrança coincide com a duração do grupo, então o grupo precisa durar, presencialmente ou na memória de cada pessoa. O autor não defende que a memória individual não exista, e sim que cada indivíduo está imerso ao mesmo tempo em memórias individuais e coletivas, sendo que elas se interpenetram.

A única forma de reviver um evento ou ver novamente algo anteriormente visto seria voltar ao passado e abrir novamente os olhos perante determinado objeto ou evento. Como tal não é possível, sempre qualquer lembrança é uma reconstrução. Neste sentido, tudo que lembramos é revestido por uma grossa camada que não é de tinta, mas composta por tudo o que pensamos hoje sobre o ocorrido no passado. Trata-se quase de um verniz memorial, tecido ao longo do tempo.

Halbwachs afirma que o apego afetivo gera lembranças e a ela dá consistência, ou seja, gera memória. Por outro lado, o desapego está ligado ao esquecimento. A perda de contato com o grupo de referência favorece o esquecimento. Mesmo a descrição exata dos acontecimentos não gera a rememoração se não houver o grupo de referência.

A lembrança é um trabalho de reconhecimento (o sentido do já visto) e de reconstrução dentro desses grupos, não sendo jamais repetições lineares do vivido. Para Halbwachs, a lembrança constitui um fenômeno diferenciado, destacado da massa de acontecimentos e eventos evocáveis e localizada em um tempo, espaço

específicos e em um conjunto de relações sociais. Dessa forma, conclui que tanto para o reconhecimento como para a reconstrução o grupo de referência é essencial. “As lembranças retomam relações sociais e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados” (CASADEI, 2010, p 155).

Neste sentido, “só nos lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes de pensamento coletivo” (HALBWACHS, 2013, p. 41). Com o mesmo entendimento, Pinheiro e Costa afirmam que se trata de uma memória constituída por “processos comunicativos dentro de um grupo social no compartilhamento de pontos de vista”, e é esse compartilhamento o que vai orientar as memórias individuais de cada um (PINHEIRO; COSTA, 2012, p. 02).

Halbwachs (2013) fala que os fatos vividos direta ou indiretamente pelos indivíduos possuem a natureza de “sementes de rememoração”. Enquanto sementes, podem ter um dos seguintes destinos: 1) um fato vivido pode permanecer como um dado abstrato; 2) pode formar uma imagem e ficar assim; 3) pode tornar-se lembrança viva. O resultado do processo para saber se um fato vai virar ou não lembrança vai depender se o grupo de referência em que a memória foi construída está presente (fisicamente ou mentalmente) ou se está ausente.

Para o autor, a lembrança está sempre inserida em contextos sociais precisos. Assim, a lembrança necessita de comunidades afetivas que permitem identificar o indivíduo com a mentalidade no grupo no passado, possibilitando pensar e lembrar como membro do grupo. Além disso, Halbwachs destaca que não só pessoas, mas lugares e objetos¹⁴ também podem ter um papel significativo na evocação de lembranças que foram construídas dentro desses quadros de referência. Afirma que somente a junção exata de determinadas impressões sensíveis é que produz a lembrança, sendo impossível decodificar racionalmente que fatores foram esses e em que exata combinação.

Halbwachs afirma que na construção das memórias os testemunhos têm um papel essencial, vez que as lembranças e a memória neles se apoiam para validar e legitimar sua percepção de passado: são eles que conferem veracidade às histórias. O primeiro testemunho é o da própria pessoa, que confronta sua visão atual com as experiências passadas ou suas opiniões antigas. Ao mesmo tempo, confronta o seu

¹⁴ Aos lugares e objetivos, Halbwachs atribui a denominação de “impressões sensíveis” que podem desencadear lembranças (HALBWACHS, 2013).

testemunho com o de outros, presentes fisicamente ou não, de forma internalizada pelo indivíduo.

Para Halbwachs, os relatos orais são muito importantes, vez que as experiências vividas correspondem à memória, e a confrontação de testemunhos é intrínseca à narrativa e à própria construção da memória. Ao testemunhar oralmente seu passado, a narrativa possui

[...] confrontação, adaptação e acomodação de vários elementos, tais como: casos pessoais ou antigos, opiniões próprias ou alheias, distinções entre pontos de vista, descrições dos diferentes modos de vida em diversas épocas [...] elementos que se movem entre os dois eixos: presente/passado e indivíduo/outros [...], sendo o depoimento pessoal a orquestração de vozes coletivas, posta em cena pelo narrador [...] a experiência do indivíduo é modelada, matizada dentro daquele quadro social” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 295).

Parto do pressuposto de que memória é o diálogo e o confronto entre os diferentes testemunhos. É possível afirmar que a memória constitui uma forma de presentificação dos testemunhos, realizando esse diálogo entre o passado e o presente. Neste sentido, é preciso considerar os testemunhos e analisá-los pormenorizadamente no curso das pesquisas, porém jamais esquecendo que todos estes processos de acomodação ocorrem. Na realização desta tese foi meu intento conceder espaço privilegiado para os testemunhos, não olvidando de suas características intrínsecas a qualquer ato discursivo, as ocultações, os meandros, os esquecimentos.

Candau enfatiza que não deve o pesquisador preocupar-se em encontrar o que é rigorosamente verdadeiro ou falso nas falas das pessoas do local onde pesquisa. Claramente o que é escondido, ocultado ou manipulado constitui também verdade do indivíduo, não se podendo esquecer que tudo aquilo em que o sujeito acredita é real para ele. Neste sentido, não me detive em verificações de veracidade nos depoimentos dos meus interlocutores, concentrando-me em compreender como os fenômenos da memória e da identidade eram construídos em suas vidas, e qual era a relação deles com a territorialidade.

Já a memória individual constitui um ponto de convergência de diferentes influências sociais, sendo uma forma particular de articulação das mesmas. A diferença desta para a memória coletiva é que esta representa o “trabalho que determinado grupo social realiza, articulando, localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças

compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

No entendimento de Halbwachs, a memória individual corresponde a um somatório das memórias vivenciadas pelo indivíduo em diversos grupos simultaneamente. Sendo assim, o que explicaria o fato de as pessoas terem memórias diferenciadas ainda que dentro dos mesmos grupos de referência? Para o autor, isto ocorre porque a memória individual é o resultado da combinação aleatória das memórias de cada grupo, além de fatores de recepção individual, a exemplo das reações e emoções decorrentes das vivências de cada um. A construção memorial é essencialmente relacionada aos nossos afetos.

O ser humano possui uma memória dotada de lembranças, não apenas do acúmulo de dados e informações, caso dos computadores. A diferença é que as lembranças são dotadas de elementos racionais, porém fortemente determinadas por questões afetivas.

Para Halbwachs, “o indivíduo participa, portanto, de dois tipos de memórias, sendo que a individual é a mera combinação das coletivas” (2012, p. 52). Para ele, a memória não está localizada nos corpos e nem nas mentes, e sim na sociedade circundante. Até pelo fato de que, para lembrar, os indivíduos precisam utilizar convenções sociais que não criaram, como as palavras, as ideias tomadas do ambiente e de outras pessoas, os testemunhos.

Sobre a relação entre memória individual e coletiva, Franco Cardini faz uma importante ressalva: “a lembrança não se constitui sem a memória coletiva, mas, ao mesmo tempo, a recordação pessoal é uma forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas” (CARDINI, 1993, n.p.). Neste sentido, não se pode olvidar a importância da memória individual, para que se evite a homogeneidade potencialmente perigosa das narrativas coletivas dominantes, que podem ser tirânicas representações coletivas (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Em estudo sobre a memória das cidades, Abreu (1998) destaca a afirmação de Halbwachs (2013) de que a origem das lembranças está localizada na consciência dos grupos, nas memórias coletivas. Dessa forma, a lembrança permanecerá viva e inscrita na memória das pessoas apenas enquanto cada grupo de referência também se lembrar. Assim que o grupo começar a esquecer, os indivíduos também esquecerão (ABREU, 1998).

Conforme se observou, são inegáveis as contribuições de Maurice Halbwachs para os estudos da memória. Apesar disto, muitos foram os contrapontos apresentados à sua teoria, até mesmo de alguns de seus seguidores. A discussão sobre os quadros sociais de memória, a despeito de ter sido desenvolvida nos anos 1930, não perdeu sua atualidade e continua marcando a maior parte dos estudos contemporâneos sobre memória, a exemplo da obra de Ecléa Bosi sobre memórias de velhos em São Paulo.

As críticas que Halbwachs sofreu basicamente dizem respeito a questões sobre a memória que não foram abordadas de forma clara ou profunda, quais sejam: os mecanismos de transmissão da memória (BLOCH, 1993; CONNERTON, 1993); o fato de que a memória é, também, um fato de comunicação e, como tal, está sujeita às imprecisões (conscientes ou não), às lacunas e mesmo aos falseamentos de informação (BLOCH, 1993) e a possibilidade de a memória coletiva ser utilizada como instrumento de dominação de um grupo politicamente mais forte sobre os demais, o que aconteceu muito ao longo da História (POLLAK, 1992).

Marc Bloch apresentou fortes críticas à ideia de tradição. “Do mesmo modo que indivíduos, existiram épocas mitômanas” (BLOCH, 2001, p. 99). Enfatizou a existência de falsas autorias, plágios, manipulações, documentos inventados, ao dizer que “os períodos mais ligados à tradição foram também os que tomaram mais liberdade com sua herança precisa. Como se, por uma singular revanche de uma irresistível necessidade de criação, a força de venerar o passado naturalmente se fosse levado a inventá-lo” (BLOCH, 2001, p. 99-100). Estes são contrapontos que serão a partir de agora melhor detalhados.

Bloch afirmou que muito do que se chamou memória coletiva na verdade são fatos comunicacionais entre indivíduos. Ademais, para ele, não basta haver um grupo com lembranças para ser possuidor de memória coletiva, vez que esse fenômeno só existe quando há um esforço do grupo na transmissão memorial, geralmente através do diálogo intergeracional: o repasse e a reconstrução dos mais velhos para os mais jovens (BLOCH, 1993, p. 229).

Halbwachs também sofreu críticas de Pollak, que estudou sobre a violência simbólica e a dominação intrínsecas à noção de memória coletiva, sobretudo a memória nacional. Tanto Bloch como Pollak reforçaram o fato de que a memória é um fato social em permanente disputa: quem constrói a memória? Quem a solidifica e

legítima enquanto tal? Como essa legitimidade foi construída? Através de que estratégias? Pollak, ao contrário de Halbwachs, enfatiza o caráter

[...] destruidor, uniformizador e opressão da memória coletiva nacional [...] Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde exista conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1992, p. 04).

Outro autor que trouxe grandes contribuições para o estudo da memória e do esquecimento foi o antropólogo americano Paul Connerton, cuja tese central no livro “Como as sociedades recordam?” é sobre as estratégias de transmissão e conservação da memória, tentando compreender como ocorrem os processos de comunicação que permitem a formação da memória dos grupos. Para ele, é preciso entender as repetições e é a isso que se propõe: “estudar os atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto” (CONNERTON, 1993, p.47).

A grande questão levantada pelo autor é sobre a “memória incorporada” ou a “memória-hábito”, também estudada por Jöel Candau (2012), como se verá adiante. É através dessa memória habitual, que segundo ele tem sido subconsiderada pela teoria, que muitos valores e crenças são passados entre as gerações, garantindo a continuidade dos grupos. A grande diferença em contraponto à “memória inscrita” é que ela não passa necessariamente pela linguagem, pela escrita, e possui mecanismos de transmissão completamente particulares.

Connerton critica Halbwachs por este não ter explicado os mecanismos de transmissão e de conservação da memória coletiva, a exemplo da transmissão intergeracional e os mecanismos estudados por ele, como as práticas rituais e as cerimônias comemorativas. Para ele, a transmissão e a conservação da memória do grupo passariam pelos corpos, através de performances rituais. O autor enfatiza na análise as cerimônias comemorativas e as práticas corporais como instrumentos desse sistema de comunicação, citando vários exemplos ao longo da obra. Destaco que, ao falar de “grupos”, Connerton se refere tanto a pequenas aldeias quanto a grandes sociedades e religiões de alcance mundial.

O autor distingue duas práticas de sedimentação ou acumulação da memória: a incorporação e a inscrição. As práticas de incorporação dependem da presença do corpo para se realizarem: trata-se da transmissão de informações ou de

comunicação em que os corpos estão presentes: sorrisos, gestos, falas e independem de serem intencionais ou não, pois a informação é passada de forma consciente ou inconsciente (CONNERTON, 1993). São exemplos de práticas de incorporação: posturas culturalmente atribuídas de acordo com o gênero, a classe social, a idade, a ocasião, tais como: ficar de pé diante de uma autoridade, ajoelhar-se em um culto, sentar-se com as costas eretas em cerimônias, modos de agir ditos femininos ou masculinos. Connerton destaca que a própria linguagem corrente é carregada de implicações topológicas: “queda de uma posição social”, “ascendeu ao poder”, “cair nas mãos do inimigo” etc.

Por outro lado, as práticas de inscrição dependem de dispositivos que armazenam informação (a exemplo da escrita, das fotografias e dos computadores). Trata-se de uma elaboração que permita acessar as informações muito tempo após a produção da informação.

Para Connerton (1993), é preciso considerar a relação intrínseca entre os elementos “recordação” e “corpos” de uma maneira que talvez não se tenha pensado antes, porque havia uma primazia da análise dos objetos e crenças “inscritos” em detrimento dos “incorporados”. Afirma, assim, que a escrita teve consequências radicais para a memória social, permitindo a passagem de práticas de incorporação (contação de histórias) para práticas de inscrição (relatos escritos), o que acarretou significativas perdas:

Quando as memórias de uma cultura começam a ser transmitidas principalmente através da reprodução de suas inscrições e não pelas ‘narrativas ao vivo’, a improvisação torna-se cada vez mais difícil e a inovação é institucionalizada (CONNERTON, 1993, p.91).

Para Connerton, há grande diferença entre “reconstituição histórica” (dos historiadores) e “memória social” (narrativas informais, não necessariamente cronológicas). Ele reafirma a importância da primeira em momentos de forte aparelhamento estatal e escravização mental de um povo através da “memória oficial” (CONNERTON, 1993). Trata-se de um “esquecimento organizado” ou “amnésia coletiva”, como descrito em “1984”, de George Orwell (2005).

Connerton distingue entre três tipos de memória: primeiramente, a memória pessoal, que diz respeito à recordação dos acontecimentos da história de vida de cada um, sendo um aspecto da identidade pessoal: “é o autoconhecimento, a concepção do nosso próprio caráter e potencialidades, é determinado, em grande medida, pela

maneira como vemos as nossas ações passadas” (CONNERTON, 1993, p. 27). Ela tem sido foco da psicanálise. Para o autor, a memória coletiva seria uma variante da memória pessoal. Em segundo lugar, há a memória cognitiva, que diz respeito a conteúdos que recordamos (significados de palavras, poemas, histórias, cálculos etc., sendo bastante estudada pelos psicólogos experimentais.

Por fim, mas não menos importante, Connerton destaca a memória-hábito, que “[...] consiste pura e simplesmente na nossa capacidade de reproduzir uma determinada ação”, a exemplo de andar de bicicleta, ler, escrever, dentre outros gestos socialmente incorporados (CONNERTON, 1993, p.27). Esse tipo de memória não requer a recordação de quando e como aprendemos a agir de certa maneira. “Muitas vezes é apenas pela própria ação que somos capazes de reconhecer e demonstrar aos outros que de facto nos recordamos” (CONNERTON, 1993, p. 28).

É nessa categoria que o autor se concentra, justamente porque vem sendo ignorada pela corrente predominante que procura explicar como as ações são governadas por convenções, as quais são aprendidas de modo semelhante à aprendizagem da linguagem.

Para compreender as relações entre identidade e memória, os estudos de Michael Pollak e de Joël Candau são bastante esclarecedores. Neste sentido, após a leitura e análise de todos os autores apresentados, para este estudo adotarei os conceitos cunhados pelos dois. Pollak (1992) chama a atenção para a conflitualidade inerente aos dois conceitos: tanto identidade quanto memória são construções em permanente disputa, seja em nível interno (dentro de cada grupo), seja em nível externo (entre diversos grupos de interesse). Enfatiza que tanto identidade quanto memória são passíveis de agenciamentos e negociações, pois são elementos construídos de forma complexa e através de disputas no tempo e no espaço. Pollak aponta ainda o risco de compreender estes dois fenômenos sob uma perspectiva essencialista ou reificante. Ademais, ressalta que o trabalho memorial é um dos componentes que irá estruturar a identidade seja do indivíduo seja do grupo.

Para Pollak, há três níveis de acontecimentos que compõem a memória: os vividos pessoalmente, os vividos por tabela¹⁵, e aqueles eventos fora do espaço-tempo do sujeito, mas de alguma forma marcantes para ele e/ou para o grupo. Neste sentido, percebe-se nos testemunhos que os fatos trazidos pela memória são

¹⁵ Aqui, o sujeito pode não ter vivido diretamente, porém são eventos de impacto local, regional, nacional ou mesmo internacional que fizeram com que se sentisse afetado (POLLAK, 1992).

narrados de acordo com uma escala de acontecimentos e marcadores pessoais, em especial, em que dificilmente a cronologia oficial é trazida. Pude fazer estas mesmas observações durante a pesquisa, vez que em quase todas as entrevistas os acontecimentos pessoais eram os de maior destaque trazidos pelos sujeitos.

Para além dos acontecimentos, a memória para Pollak é composta de pessoas/personagens e ainda de lugares. À categoria das personagens, o autor aplica a mesma escala dos acontecimentos: pessoas encontradas no decorrer da vida do sujeito, pessoas com quem se travou contato indireto (conhecidos por tabela), e personagens mais distante, para além do seu espaço-tempo, mas ainda assim a ele relacionadas de alguma forma (POLLAK, 1992, p. 202).

A respeito das relações entre identidade e memória, Pollak aponta uma ligação fenomenológica “muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. **O sentimento de identidade [...] é o sentido da imagem de si, para si, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que constrói e apresenta aos outros e a si**” (POLLAK, 1992, p. 204, grifos meus).

O destaque dado por Pollak é que a memória garante o sentimento de continuidade que se faz necessário para a construção da identidade. Sem a memória, o indivíduo ou o grupo tem comprometida a percepção de si mesmo, a noção de *self* sofre perdas. De maneira muito semelhante, Candau (2012) afirma que “memória” e “identidade” são indissociáveis, vez que para a construção do *self* é preciso que a memória traga os fatos e as lembranças de quem se foi ao longo da vida, o que guarda essencial relação com quem se é hoje. Em outras palavras, a memória constitui a ilusão de continuidade do *self* (identidade). Sem memória, a construção de si torna-se impossível, sendo por demais penoso para o indivíduo existir sem a noção de sua própria identidade.

Na esteira do pensamento de Pollak (1992), é possível afirmar que a memória participa dos três elementos básicos para a construção da identidade, sendo que o primeiro é a unidade física. No caso dos grupos, para a garantia da unidade através do pertencimento a memória contribui por ser essencial na construção e reforço do mesmo. As memórias coletivas, quanto mais fortes, garantem uma identidade mais fortalecida (CANDAU, 2012). Quanto ao segundo elemento construtor da identidade, a continuidade no tempo, é através da memória que essa é atestada: as memórias comprovam e progressivamente reconstróem essa continuidade, dando da mesma forma solidez às identidades coletivas. Por fim, mas não menos importante,

o terceiro elemento é o sentimento de coerência intrínseco à identidade, sendo quase impossível imaginar indivíduos ou grupos com identidade forte, com marcada coerência, sem a existência de memórias individuais ou coletivas fortes.

Sem memória, dificilmente podemos imaginar a existência de sujeitos ou grupos. Conforme Algazi:

Sem lembranças, o sujeito é aniquilado. É a memória, ainda, que iria fundar as identidades coletivas: no final da Idade Média, na Alemanha, dizia-se que os camponeses, quando se rebelavam frente ao poder senhorial, ‘esqueciam-se’ de que ‘se haviam desconhecido’ esquecendo ‘quem eram’ (ALGAZI, 1994, p. 26).

Trata-se de uma questão inerente à pessoa, a necessidade de sua identidade, da percepção clara de si mesmo, sendo uma condição essencial para a noção do “Eu”. Nos termos de Candau:

De fato, é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória. Origem do sentimento de continuidade temporal, condição necessária da representação da unidade do Eu – ela é, desse ponto de vista, bem mais eficiente que as simples sensações [...] **Através da memória, o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem** (tanto no tempo como no espaço), conferindo-lhe sentido. É aí que se encontra uma diferença radical entre a memória humana e aquela dos computadores. Estes [...] possuem uma memória, mas são desprovidos de lembranças (CANDAU, 2012, p.61-62).

Algo interessante é que a necessidade do sentimento de continuidade guarda forte relação com o medo do desaparecimento que caracteriza as sociedades contemporâneas, que em razão deste medo desenvolvem a ânsia memorialista de que nos falam Pierre Nora (1993) e Jöel Candau:

O fluxo do tempo ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências. Como parar esse tempo devastador, essa ‘corrida desabalada’? [...] **A memória nos dará essa ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança.** Pela retrospectão o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente” (CANDAU, 2012, p. 15, grifos meus).

É a memória o esteio da identidade, sendo ambas constituintes de indivíduos e grupos, além de serem utilizadas por ambos como ferramentas de equilíbrio e continuidade.

2.3.1 Contribuições da territorialidade para a memória: Identidade territorial do Poço da Draga

Ao longo do tempo, foram muitas as ameaças de remoção do Poço da Draga e com elas se deram alguns dos períodos de maior resistência. Entendo que a importância atribuída ao passado e à memória da localidade está diretamente relacionada à iminência do risco da remoção. O território é trazido como um elemento fundante da identidade, como se os moradores estivessem dizendo literalmente que, por não se imaginarem morando em qualquer outro lugar, fora dali não seriam mais quem são.

Sobre a importância do território para a identidade, Haesbaert fornece uma interessante análise:

Uma das características mais importantes da identidade territorial [...] é que ela recorre a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo [...] A (re) construção imaginária da identidade envolve, portanto, uma escolha **entre múltiplos eventos e lugares do passado**, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade (HAESBAERT, 2013, p. 239, grifos meus).

O Poço da Draga parece ser repleto desses “lugares de passado”, um passado ainda presenciado quando é repetido ritualmente nas narrativas de resistência. Neste sentido, as apropriações territoriais vivenciadas pelos moradores dizem respeito às suas identidades enquanto indivíduos e enquanto coletividade.

As análises de Gondim (2001) destacam o caráter privilegiado do espaço na elaboração e na consolidação das memórias de um grupo, o que parece dialogar com as questões postas neste trabalho:

O espaço físico tem papel crucial na constituição da memória coletiva. A relativa estabilidade de tal espaço permite-lhe atuar como âncora da memória, evitando que as lembranças se percam no fluxo contínuo do tempo, transformando-se em devaneios brumosos ou em esquecimento mortal [...] (GONDIM, 2001, p. 15).

A autora fala da exiguidade de lugares de memória em Fortaleza, o que parece contrastar com a existência de tantos referentes da memória no Poço da Draga. Ocorre que a contradição é apenas aparente, vez que o estabelecimento das lembranças exige aproximação e vivência com os lugares, com os demais membros de um grupo. O que é vivenciado, de forma próxima e intensa, passa a figurar como

“memória”. Isto se dá porque, conforme Halbwachs (2013) e Bosi (1994), apenas fica o que significa. E a construção desses significados ocorre no cotidiano, a partir das práticas dos sujeitos.

Ecléa Bosi (1994) chama a atenção para o fato de que a memória dos velhos nascidos na São Paulo do início do século XX é construída espacialmente, na narrativa de ruas e bairros que, muitas vezes, não existem mais, ou que mudaram tanto que, para eles, é como se não mais existissem. Seus referenciais espaciais lhes foram roubados pelo desenvolvimentismo funcionalista: muitas ruas, árvores e marcos foram destruídos para a construção de novas avenidas ou prédios. O peso dramático da frase “já não existe mais”, ou “esses já não vivem mais” é sentido em toda a obra: o peso da finitude e a proximidade da morte, física ou simbólica, são recorrentes nas narrativas. Essas mesmas frases foram ouvidas inúmeras vezes em meu trabalho de campo no Poço da Draga.

Desde o início, meu questionamento foi o seguinte: como os pertencimentos territoriais influenciam as dinâmicas de sociabilidade e como se relacionam à produção de identidades e memória do Poço da Draga? Com a observação, fui percebendo que os vínculos territoriais sejam locais ou microlocais (microterritórios) têm relação direta com a formação de vizinhança e relações de compadrio. Por outro lado, os microterritórios também se relacionam diretamente com a memória e a produção de várias identidades, seja a de morador da Praia de Iracema ou do próprio Poço da Draga. Os microterritórios são como *locus* de memória, sendo um dos principais grupos de referência (HALBWACHS, 2012), vez que muitas vezes as principais lembranças dos moradores dizem respeito a fatos ocorridos em suas casas ou nas casas de vizinhos próximos.

Marcos Alvito (2006) analisando as microáreas da favela do Acari, chegou a conclusões semelhantes:

Essas microáreas são o *locus* de uma memória. Esta pode ser alegre, referir-se às travessuras conjuntas, às inúmeras brigas entre eles [...] e pode ser trágica [...] é um espaço com as marcas das relações familiares, dos entes queridos hoje ausentes [...]. É uma memória plena de acontecimentos: o crescimento acelerado da favela, a chegada dos novos vizinhos, as modificações cotidianas na paisagem, do cenário em que se movem [...] Crescem e envelhecem juntos, compartilham os nascimentos e as mortes, as pequenas alegrias, as tragédias pessoais. Essa história de vida comum expressa-se na frase muito utilizada: “fomos criados juntos” (ALVITO, 2006, p. 197).

No Poço da Draga, os moradores enfatizavam a ausência atual das Irmãzinhas (ver nota 15), do antigo campinho de futebol, das casas em cima da Ponte, do antigo Chafariz. Muitos lembravam ainda das pedras que foram retiradas quando do aterramento da Praia de Iracema na década de 1990, ausência que foi sentida porque aquelas pedras eram espécies de mirante onde se assistia ao pôr-do-sol. Uma moradora me contou que cada um tinha sua “pedra preferida”, seu local de contemplação. Essa mesma senhora afirmou em uma audiência pública:

Eu nasci no Poço da Draga, cresci lá, fiz 47 anos no domingo e não me sinto morando noutro lugar que não seja perto da praia. Ali, eu vi meus filhos crescerem, tá ali um, o João, mais velho, que vai fazer 28 anos, e um outro menorzinho de 4 anos que está aqui comigo... E lá é assim: ah, a gente está estressada? Pois vamos lá na Ponte, ver o pôr-do-sol, vamos sentar na pedra [...]. Mas aí não tem mais pedra, porque a prefeita simplesmente aterrou as pedras, mudou o panorama, mudou a paisagem. Eu sinto como se estivessem mexendo no meu quintal (Luzia, moradora, 25/05/2012 em audiência pública na Câmara Municipal de Fortaleza).

Não se pode esquecer que a memória é seletiva, havendo razões para que determinadas coisas sejam lembradas e outras não. Conforme Pollak, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p.4).

A memória dos velhos pode ser alterada com o passar do tempo e a repetição da história oficial, que os faz esquecer como vivenciaram determinadas coisas. Há, portanto, um inevitável imbricamento de memória individual e história-discurso oficial. Por isso, Pollak insiste na importância de considerar a memória enquanto uma produção a um só tempo individual e social:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1992, p.5)

A lembrança ocorre como processo construído de forma relacional, a partir dos diálogos e dos conflitos entre os grupos. Aquilo que se lembra e, principalmente, o que não se lembra são diretamente relacionados a questões políticas, inclusive as políticas públicas.

2.3.2 Das possibilidades de transmissão e compartilhamento memorial

Sendo a memória um atributo que existe dentro de cada indivíduo - ainda que possua natureza social, nos dizeres de Halbwachs -, como é possível falar de um compartilhamento memorial? Jöel Candau (2012) traz reflexões que podem solucionar o aparente enigma sobre a comunicação entre as memórias individuais.

Na verdade, cada pessoa possui suas próprias memórias, e Candau se pergunta sobre a existência do fenômeno denominado “memória coletiva”, sugerindo que o termo mais adequado é “memória compartilhada pelo grupo”, ou ainda “compartilhada por boa parte do grupo”, vez que não se pode supor que determinada memória seja homogênea.

Em sentido semelhante aos estudos de Halbwachs (2013), Nora (1993), Pollak (1992), Bosi (1994), Candau reafirma que há que se compreender a memória não como a reconstituição do passado, e sim a reconstrução do passado com os olhos do presente. Assim, é bastante comum o embelezamento das memórias, mesmo daquelas mais tristes:

Nossa memória acrescenta à lembrança o futuro dessa lembrança [...]. **O tempo da lembrança é, portanto, inevitavelmente, diferente do tempo vivido [...]** [isto pode] explicar os **numerosos casos de embelezamento de lembranças desagradáveis** que, ao serem relembradas, são aliviadas da angústia [...] (CANDAU, 2012, p. 66-67, grifos meus).

Candau se pergunta como passamos da memória individual, daquilo que o indivíduo recorda, para a memória coletiva. Seria possível falar que um grupo lembra? Como, se a memória é uma qualidade ou atributo das consciências individuais? Não seria um contrassenso afirmar que uma coletividade recorde? Ele afirma que a memória constitui um fenômeno extremamente complexo, que na verdade pode ser categorizado em três tipos diversos de memória. Na verdade, Candau esclarece que seriam três elementos que coexistem na memória de cada pessoa¹⁶.

Inicialmente, Candau (2012) nos apresenta o conceito de Protomemória ou memória de baixo nível (também analisada como memória-hábito). Trata-se da memória socialmente incorporada, inconsciente, que representa os hábitos, os comportamentos e atitudes que aprendemos a reproduzir socialmente, sem nem

¹⁶ Em seu livro, o autor explica se tratar de uma classificação didática para fins de compreensão das funções da memória, porém as três seriam elementos que coexistem nas memórias individuais.

refletir. Trata-se da mesma ideia abordada por Connerton (1993) sobre memória incorporada, conceito anteriormente analisado. A categoria de protomemória em Candau aproxima-se da noção de *Hexis*, um componente do *Habitus* descrito por Pierre Bourdieu (1989; 1997).

Além desta, o autor destaca a memória de alto nível, que corresponde às lembranças e aos acontecimentos que podem ser evocados pela memória. Trata-se da memória consciente, e é nessa acepção que quase sempre se fala de memória. Por fim, Candau (2012) fala da metamemória, que são as representações sobre a memória, é aquilo que se fala do que se lembra: são os discursos memoriais.

Novamente se destaca que são três atributos ou funções da memória e Candau (2012) faz questão de pontuar que não cabe falar em memória coletiva ou socialmente compartilhada no sentido da protomemória ou memória de alto nível. Isso porque as duas primeiras categorias são essencialmente individuais. A única capacidade da memória que é possível compartilhar é a metamemória, ou seja, as representações e os discursos memoriais. Neste sentido, é possível se falar de compartilhamento memorial, de “memória compartilhada”, ainda que o autor tenha certo dissabor quanto a essa nomenclatura. É a partir desse entendimento que a acalorada discussão sobre a transmissão da memória pode ser solucionada, no sentido de que a metamemória pode ser repassada, transmitida, compartilhada.

Importa ressaltar que para o autor “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças” (CANDAU, 2012, p,47). O autor critica o termo “memória coletiva”, argumentando que o simples fato de haver a cristalização de alguns atos de memória do grupo ou mesmo a existência de alguns narradores que guardam a história do lugar não é o bastante para provar a realidade de uma memória coletiva. Neste sentido, para que houvesse “memória coletiva” seria preciso haver compartilhamento das representações do passado. O segundo argumento é que somente caberia usar o termo de forma rigorosa se “todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativos ao passado [...]” (CANDAU, 1992, p.31).

Neste sentido, caso todos guardassem um determinado rol de lembranças caberia falar em “memória pública” ou “comunidade de pensamento”. Não sendo assim, melhor falar de “certa memória comum” ou “memória compartilhada por boa

parte do grupo”. Apesar disto, Candau esclarece que é possível utilizar o termo “memória coletiva”, realizando as devidas ressalvas.

Candau afirma que toda memória é social, porém nem toda memória é coletiva (2012, p. 29). Alerta ainda que não se deve confundir a evocação com a memória propriamente dita. A memória é a lembrança, o fato que existe mentalmente armazenado, e a evocação é o ato de expressão que oraliza determinada memória. A evocação é a memória em discurso, tornada narrativa para que haja comunicação. Ademais, ainda sobre evocação, Candau esclarece que, mesmo que seja considerável o conjunto de lembranças compartilhado pelo grupo, sempre a sequência de evocação individual será particular, única. Isto se dá porque cada pessoa tem sua própria subjetividade e absorve as lembranças de forma especial, significando-as conforme suas emoções, suas percepções e sua trajetória de vida.

Criticando Halbwachs (2013), Candau afirmou que o necessário para que as memórias individuais se transformem em “memória coletiva” é a abertura daquelas umas às outras, visando objetivos em comum, possuindo um mesmo horizonte de ação. Segundo Candau (2012), Halbwachs acertou ao falar da importância dos quadros sociais para a construção das memórias, porém se equivocou ao considerar as memórias individuais meros pedaços ou fragmentos da memória coletiva. Para Candau, os quadros sociais possibilitam a memorização e a evocação ou o esquecimento (vez que é possível que os sujeitos se apoiem na memória uns dos outros). Neste sentido, a “memória coletiva ‘funciona como uma instância de regulação da lembrança individuais’ [...] **Nisso toda memória é social, mas não necessariamente coletiva**” (CANDAU, 2012, p.49, grifos meus).

Outra distinção conceitual importante trazida por Candau são as categorias de memórias fracas e memórias fortes. Quando o grupo é pequeno e a repetição das representações é significativa, é mais provável que as memórias sejam compartilhadas (Memória forte). Quanto mais o grupo repete, mais forte a memória é, de forma que é impossível ter uma memória forte se não se repete muito (CANDAU, 2012, p.39 e p.44). O autor enfatiza que as memórias fortes têm um caráter essencialmente organizador do grupo em questão, contribuem fornecendo significado e coesão. Nesse sentido, observa-se a relação entre a memória forte e a coesão do grupo, bem como a correlação entre os conceitos de solidariedade orgânica e coesão social de Émile Durkheim (2004). Já a memória fraca é difusa e superficial, com uma

natureza que não contribui para a organização (como as memórias fortes), e sim para a desorganização.

Percebe-se, assim, a importância da cristalização da memória para os grupos, para que haja um fortalecimento identitário. Destaca-se que a memória pode ser orquestrada para fins de identidade de um grupo ou de uma nação. Candau é peremptório ao afirmar que “a memória é, de fato, uma ‘força de identidade’”. Igualmente, outros autores observam que as ideologias que prevalecem nas ‘memórias migrantes’ jogam com as fronteiras da alteridade para produzir, pela distinção, as identidades sociais” (CANDAU, 2012, p.17). Este esforço foi percebido durante a pesquisa de campo no Poço da Draga, em que diversos eventos foram observados e neles ficou nítida a intenção de fortalecer as memórias do grupo.

Há uma dialética intrínseca entre memória e identidade, sendo conceitos inter-relacionados: um atua na construção do outro. Além disto, afirma Candau que a memória tanto nos modela, quanto nós a modelamos, o que “resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (CANDAU, 2012, p.16).

Candau vai mais longe e afirma que a memória é a identidade em ação:

A memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, tal como mostram os trabalhos sobre as lembranças de traumas e tragédias como, por exemplo, a anamnese de abusos sexuais na infância ou a memória do Holocausto. **De fato, o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos**: no domínio da ‘identidade étnica’, a completa assimilação dos indivíduos pode ser contestada pela sociedade que os acolhe, desde que o trabalho de esquecimento de suas origens não tenha se completado (CANDAU, 2012, p.18, grifos meus).

Neste sentido, a identidade necessita da memória para ser formada, nos mesmos termos descritos por Michael Pollak. A memória é geradora de identidade, e quanto mais fortes as memórias, mais sólidas as identidades, seja individuais ou não. Candau e Pollak afirmam que não há busca identitária sem busca memorial. Basta se pensar nas circunstâncias sociais, históricas e políticas que permitiram o imperialismo e a dominação econômica e cultural de algumas nações sobre outras. A nação e o grupo que subjuga realiza empreendimentos no sentido de desconstruir ou desconsiderar as memórias do grupo mais fraco e progressivamente enfraquecer a identidade daquele grupo ou povo, o que favorece a relação de dominação. Ao atacar

a memória, as perdas identitárias serão significativas, e a História da humanidade fartamente o demonstrou.

Candau lembra Pierre Nora (1993), quando este afirmou que identidade, memória e patrimônio são três elementos-chave da consciência contemporânea. Comentando esta questão, Candau aprofunda e diz que o patrimônio é, na verdade, uma das dimensões da memória. E reitera que a memória tem o papel precípua de reforço identitário, nos níveis individual e coletivo. Neste sentido, nos casos de reconstituição da memória de pessoas desaparecidas em regimes de exceção, por exemplo, trata-se de devolver a identidade a ela e seus familiares.

Sobre os mecanismos de transmissão da memória coletiva ou, nos dizeres de Joel Candau, de transmissão de metamemória (as representações sociais da memória), pode-se pensar em uma série de estratégias utilizadas pelo grupo para impedir que as lembranças se dissipem. Cada pessoa tem suas próprias estratégias e suas próprias lembranças do grupo. Daí a importância de recontar e de promover encontros e narrativas de inculcação e inscrição memorial, através da oralidade. Conforme analisarei no último capítulo, os eventos do Poço da Draga possibilitavam que algumas determinadas memórias do grupo se fortalecessem, consistindo em memórias compartilhadas por boa parte do grupo. No entanto, não se deve esquecer que cada indivíduo lembrará sempre com suas particularidades, conforme se disse, o que é explicado através dos esforços de totalização existencial.

A relação entre as memórias e as identidades é descrita por Candau como um “tecido memorial coletivo”, que tem por responsabilidade alimentar o sentimento de identidade (2012). Trata-se de um ato de memória que corresponde a uma totalização existencial, onde justamente entram em cena as memórias organizadoras de cada grupo. Em sentido inverso, se houver a diluição de objetivos e se os projetos se tornarem fracos, diminui a possibilidade de aparição e fortalecimento das memórias, o que acarreta o enfraquecimento da identidade. Dessa forma, “a ilusão do compartilhamento se esvanece, o que contribui para um desencantamento geral” (CANDAU, 2012, p. 77-78).

Candau conceitua a memória como “menos uma memória profunda do que a percepção de um passado sem dimensão, imemorial em que se tocam e por vezes se confundem acontecimentos pertencentes tanto aos tempos antigos quanto aos períodos mais recentes” (CANDAU, 2012, p. 86). O autor afirma, nesse sentido, que

através do fortalecimento memorial o grupo pode organizar de maneira mais estável a representação que faz de si mesmo, sua história e seu destino.

Assim, para Candau (2012), a forma do grupo garantir a transmissão das memórias é a construção de oportunidades coletivas de repetição, em que a história do grupo seja permanentemente recontada. No caso de grupos pequenos, assim como o caso do Poço da Draga, ora estudada, pode-se citar a existência de vários momentos relevantes em que ocorre esse “repasso memorial” - que é também, sempre, uma reconstrução presente do que foi vivenciado ou experienciado no passado.

Posso citar a criação de momentos rituais em que as histórias são recontadas (CONNERTON, 1993), os vínculos sociais são fortalecidos no caso do Poço, sendo estes eventos o maior exemplo de como os moradores mais engajados compreendem a relação entre as categorias discutidas neste trabalho. Em específico sobre as estratégias de transmissão memorial do Poço da Draga, abordarei no último capítulo.

A partir dos autores estudados, compreendo que memória e identidade são fenômenos complementares. Da mesma forma, foi visto como o território guarda relações com a identidade e com a memória. No caso do Poço da Draga, veremos no sexto capítulo o quanto ambas as noções estão relacionadas a este território.

Antes, porém, importa compreender a realidade espacial de Fortaleza, destacando os processos de segregação socioespacial que deram origem às favelas, fenômenos diretamente ligados ao surgimento do Poço do Draga exatamente na Praia de Iracema, conforme se verá.

3. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM FORTALEZA E NO POÇO DA DRAGA

3.1 Crescimento urbano e segregação socioespacial em Fortaleza

Para compreender os processos de distribuição e concentração fundiária em Fortaleza, faz-se necessário analisar a história da urbanização da capital, no intuito de uma compreensão ampliada dos fenômenos que passamos a expor.

Até meados do século XIX, Fortaleza não era uma cidade com grande expressão comercial e política, ao contrário de Aracati, Sobral e Icó (JUCÁ, 2003; BRUNO; FARIAS, 2015). Foi a partir do declínio do comércio do charque e da expansão do algodão que a cidade começou a ganhar destaque, por ser destino e ponto de distribuição da produção algodoeira (VIEIRA JÚNIOR, 2005).

Com a ascensão do preço do algodão no mercado internacional, devido à Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865), iniciou-se a produção cearense voltada para exportação, daí a necessidade de um porto e de toda a infraestrutura para o escoamento da produção. Entretanto, os portos de Camocim e Aracati estavam assoreados, motivo pelo qual o traslado da produção algodoeira passou a se fazer por Fortaleza, que ganhou centralidade em nível regional. Na capital, as condições portuárias ainda eram precárias, mas a partir das primeiras décadas do século XX foram melhoradas com a construção de um cais de embarque e desembarque: a Ponte Metálica, o que teve uma importância decisiva para a formação do Poço da Draga (GIRÃO, 1997; JUCÁ, 2003).

Ao longo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a cidade foi palco de intervenções urbanísticas, de acordo com o modelo de urbanismo europeu, cujas preocupações eram majoritariamente embelezadoras e higienistas (BARREIRA, 2003). Dessa época são algumas obras vultosas como o Passeio Público e a Estação Ferroviária João Filipe, em 1880, e o Mercado de Ferro, em 1897 (GONDIM, 2007; PONTE, 2010).

Enquanto as reformas embelezadoras eram feitas em Fortaleza, a cidade recebia os migrantes oriundos do interior do Estado, principalmente nos anos de grande estiagem como 1877, 1915 e 1932 (CÂNDIDO, 2005; RIOS, 2002). A cidade, com o crescimento econômico e com a migração, demonstrava a necessidade de medidas urbanísticas solucionadoras, mas principalmente preventivas em relação ao alarmante contingente populacional que chegava à capital. Como medidas de

“prevenção”, o governo investiu nas tentativas de impedir que boa parte das pessoas adentrasse em Fortaleza, construindo verdadeiros “campos de concentração”¹⁷ nas proximidades das estações de trem (RIOS, 2002).

Nesse período, empresários e políticos manifestavam preocupação com a “onda de famintos” chegados à capital, situação retratada quase que diariamente nos jornais da época. Os jornais, juntamente com boatos, construíram uma ideia de homens e mulheres altamente violentos, dispostos a saques, conflitos e ocupações, quando a realidade era mais próxima de pessoas desnutridas, fracas e já acometidas de doenças (RIOS, 2002; TRAVASSOS, 2011).

Ao mesmo tempo, ocorriam graves epidemias a exemplo da varíola chegando a dizimar milhares de pessoas por dia¹⁸, como retratou o intelectual Rodolfo Teófilo. Foi nesse contexto que o poder público tomou a iniciativa de construir o “Campo de Concentração do Alagadiço” em 1915 nas cercanias de Fortaleza, após outra grave seca (RIOS, 2002; TRAVASSOS, 2011), o que inspirou o romance “O Quinze” de Rachel de Queiroz (QUEIROZ, 2006). Anteriormente a isso, na seca de 1877 já houve a tentativa de “confinamento” em abarracamentos, porém não na estrutura que tomariam posteriormente.

Essas iniciativas inserem-se na política de obras contra a seca: o discurso oficial era de salvamento dos flagelados, anunciando-se que eles receberiam abrigo, alimento e assistência médica, porém o que aconteceu foi um aprisionamento com péssimas condições sanitárias. O objetivo do campo de 1915 era evitar que os retirantes adentrassem a capital, em determinado momento agregando 8 mil pessoas permanentemente vigiadas por soldados. Havia distribuição de comida, porém escassa e ruim, e as condições de habitualidade e higiene eram precárias, o que facilitou a proliferação da varíola e outras doenças. Rodolfo Teófilo denunciava que não havia separação para os doentes, que somente podiam contar com a caridade de senhoras ligadas à Igreja.

O outro período de campos de concentração foi após 1930 (RIOS, 2002), em que foram construídos sete campos: dois em Fortaleza e os demais em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus e Crato, somando mais de 70 mil

¹⁷ A autora estabelece que o termo foi utilizado primeiramente no Ceará, antes do que na Alemanha nazista.

¹⁸ Em Fortaleza no dia 10 de dezembro de 1878 foram contabilizados 1.004 mortos acometidos de varíola, sendo chamado tragicamente de “o dia dos mil mortos” (RIOS, 2002).

peças. Os campos de 1932 duraram praticamente um ano, em abril de 1933 foram desfeitos e a população mandada para casa. Nem todos foram, e muitos dos que ficaram deram origem a ocupações que posteriormente seriam favelas nos arredores de Fortaleza, a exemplo do Arraial Moura Brasil e do Otávio Bonfim, posteriormente parte da favela do Pirambu.

Após a grande seca de 1958, observou-se o adensamento de algumas ocupações na década de 1960 em virtude de um novo fluxo migratório, o que também impactou no Poço da Draga, vez que algumas famílias lá chegaram nesse período.

Por volta da década de 1940, iniciou-se a concentração de fábricas e consequentemente de moradias de trabalhadores na zona oeste. Foi a partir dos anos 1960 e 1970 que se deu a mudança das classes médias e alta do Centro, da Jacarecanga e do Benfica para a zona leste, a exemplo da Praia de Iracema, do Meireles e da Aldeota (BRUNO; FARIAS, 2015; COSTA, 2009). Nesse sentido, o declínio do Centro como local de habitação, de equipamentos administrativos e turísticos começou a ocorrer na década de 1970. Moradias de renda média e alta foram construídas na região da Aldeota, que a partir daí conheceu uma grande valorização imobiliária, acompanhada por um processo de verticalização nas décadas seguintes.

Entre os anos 1940 e 1950, a população de Fortaleza cresceu 49,9%, e de 1950 a 1960 esse acréscimo foi de 90%, passando de 270.169 habitantes em 1950 para 514.813 em 1960. Conforme Souza (2009), as estimativas apontam que a população em 1975 era por volta de 1.100.000 (um milhão e cem mil) habitantes. No último censo, a cidade ultrapassou 2,5 milhões (IBGE, 2010)¹⁹, o que comprova o pico populacional dos últimos quarenta anos.

Em paralelo ao processo de urbanização acelerada, intensificou-se a favelização, já que os pobres – geralmente migrantes - não tinham acesso ao mercado formal de terras. Com efeito, as primeiras favelas de Fortaleza surgiram justamente entre 1930 e 1950: Pirambu, Cercado de Zé do Padre, Lagamar, Mucuripe, Morro do

¹⁹ Em 2018, o IBGE publicou estimativa de que em Fortaleza há cerca de 2.643.247 habitantes, sendo a 5ª cidade mais populosa do Brasil. Ademais, a Região Metropolitana de Fortaleza conta hoje com mais de 4 milhões de pessoas, sendo a 6ª mais populosa do Brasil e a 1ª do Nordeste, ultrapassando atualmente as de Salvador e Recife. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/08/fortaleza-tem-a-regiao-metropolitana-mais-populosa-do-nordeste.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Ouro, Varjota e Poço da Draga, com ênfase nas grandes secas de 1958 e 1979 a 1984, já citadas.

Destaca-se que Fortaleza tem por característica a existência de várias favelas na área litorânea, geralmente em dunas, como Pirambu, Mucuripe, Serviluz e Morro do Ouro e Poço da Draga. Havia e há algumas ocupações em áreas mais centrais, sendo boa parte delas muito antigas (a exemplo do Lagamar, do Arraial Moura Brasil e do próprio Poço da Draga). Por outro lado, a ocupação das classes operárias expandiu-se em bairros periféricos como Messejana, Conjunto Ceará, Bom Jardim, Mondubim e José Walter, dando continuidade a um amplo processo de segregação socioespacial (COSTA, 2009).

Em qualquer desses casos, configura-se uma situação de segregação socioespacial, que Maricato (1997) define como sendo a concentração espacial homogênea de pessoas de uma determinada classe social, o que ocorre geralmente com os mais pobres dentro da cidade. A segregação está relacionada ao adensamento populacional, porém não se explica unicamente em razão deste fator, tratando-se de um fenômeno complexo, conforme se verá.

Ainda relacionado ao crescimento populacional das décadas mencionadas, não por acaso foi no final de 1970 que em Fortaleza começaram os movimentos organizados de bairros e favelas, ocorrendo também uma intensificação das ações públicas para melhorar as graves condições de vida decorrentes do supercrescimento urbano sem o devido planejamento e distribuição de bens e serviços, a exemplo da construção dos conjuntos habitacionais (BARREIRA, 1992).

Esses movimentos pautavam, dentre outras questões, a solução do enorme déficit habitacional de Fortaleza. Para tentar fazer frente ao problema, houve iniciativa de políticas públicas habitacionais tanto municipais quanto estaduais e federais, com destaque para os programas e conjuntos habitacionais realizados pela Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE) e financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA). Apesar disto, o problema do déficit habitacional nunca foi resolvido, parte por conta de sua complexidade e abrangência.

O resultado foi o surgimento ou crescimento de favelas e núcleos desprovidos de políticas públicas, em toda a periferia²⁰.

Silva (2009) lembra que em Fortaleza o crescimento urbano ocorreu também por meio da ocupação progressiva dos loteamentos existentes na periferia, por parte da população de baixa renda. A localização distante destes favorecia as baixas densidades de ocupação, o que conseqüentemente dificultava a provisão de serviços básicos. A segregação é bastante nítida quando se observa que os estratos de renda mais baixos geralmente estão concentrados em alguns bairros da cidade. Neste sentido, imprescindível lembrar que os grandes conjuntos realizados nas décadas de 1970 e 1980 tiveram um papel central como indutores da ocupação da periferia (GONDIM, 2007). Além disso, desde os anos 2000 diversos outros conjuntos habitacionais foram implementados pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), seguindo a mesma lógica apontada nos conjuntos anteriores: localizados em áreas periféricas e desprovidos de equipamentos básicos como escolas e postos de saúde nas proximidades.

Com relação às políticas públicas de habitação que poderiam amenizar o quadro de segregação socioespacial e favelização em Fortaleza, Pequeno (2008) afirma que a atuação do Poder Público foi tímida e muitas vezes assistencialista. Um exemplo era tratar a questão da moradia no departamento de serviço social nas décadas de 1980 e 1990, desvinculada dos setores de planejamento urbano, infraestrutura e obras, o que na prática inviabilizava a solução do problema. O autor conclui que o exemplo de Fortaleza é emblemático do que ocorreu e ainda ocorre em boa parte do Brasil.

Essa análise permanece atualíssima quando se considera a política do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), que manteve boa parte dos padrões de exclusão e segregação das políticas anteriores. Importa esclarecer que o MCMV é um programa do governo federal lançado em 2009, dois anos depois do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em um contexto de crise econômica nacional e mundial. O MCMV promoveu o aporte financeiro sobretudo para a construção de moradias ou “incremento de estoque” (MARICATO, 2009; GONDIM, 2013b), com o objetivo de aquecer o mercado, injetar dinheiro no setor

²⁰ À época, a periferia de Fortaleza não correspondia ao que se compreende atualmente. As áreas que hoje são consideradas como periferia por serem nos limites da cidade ou mesmo da Região Metropolitana no começo do século XX eram apenas esparsamente ocupadas.

construtivo e promover empregos. Até 2016, o Minha Casa Minha Vida investiu cerca de 295 bilhões de reais e entregou mais de 4 milhões e 200 mil unidades a cerca de 10,5 milhões de beneficiados.

Apesar de ter sido anunciado como forma de combate ao déficit habitacional, observou-se que foi muito pequeno o percentual de imóveis destinados às classes baixas, com rendimento até três salários mínimos. De fato, o maior impacto do programa foi econômico, sendo os maiores beneficiados os atores do mercado construtivo e imobiliário, além das classes médias, com renda de três até dez salários mínimos, que obtiveram subsídios federais para compra de imóveis (MOREIRA *et al.*, 2017).

É preciso considerar ainda que os conjuntos que foram construídos para a faixa de menor renda continuaram localizados na periferia, dotados apenas de infraestrutura básica, porém sem tanto acesso às demais políticas públicas. Esse padrão de construção de prédios em áreas periféricas segue a tendência de destinação das “melhores áreas” às classes com maior poder aquisitivo, o que se dá em razão de um processo que será ora descrito.

Progressivamente, a existência de um grande número de imóveis sendo utilizados unicamente para valorização imobiliária (especulação imobiliária) e enriquecimento de seus proprietários faz com que as áreas livres dotadas de infraestrutura na cidade fiquem cada vez mais escassas. Os terrenos que não estão ocupados efetivamente sofrem um aumento gradativo de preço, impedindo que a maioria da população possa acessá-los para fins de moradia.

A formação das periferias ocorre em razão de vários fatores sociais, históricos e políticos, e um deles é a constante disputa do espaço urbano pelas diferentes classes sociais existentes (VILLAÇA, 1997). Neste sentido, Harvey (2005) lembra que, em função da natureza peculiar da mercadoria terra urbana, a ocupação do solo se constitui também a partir de mediações de outros atores que não a classe dominante e o proletariado: o Estado, o mercado e a mídia. Harvey define a cidade como o local onde deveria haver a integração de diferenças práticas sociais e espaciais, mas onde o que ocorre é a hegemonia de determinadas práticas sobre outras, a exemplo do predomínio da especulação imobiliária, o que é notório também em Fortaleza.

A disputa territorial ocorre pelas localizações entendidas como as mais valiosas, em virtude dos equipamentos públicos presentes nas áreas urbanas.

Retomando a categoria de “territorialização” proposta por Haesbaert (2006) e Souza (2013) anteriormente, é possível observar que há muitos interesses em jogo pelo espaço urbano, pela ocupação de determinadas áreas na cidade. Isto configura necessariamente a inclusão de certa minoria social e exclusão de vários outros grupos. Dessa forma, novas territorialidades e novos pertencimentos vão sendo criados, de um lado positivando significados, de outro retirando-os de populações que vão sendo expulsas de forma direta ou indireta através da gentrificação²¹.

Villaça (1997) e Maricato (1997) esclarecem que a tendência das cidades brasileiras é estabelecer um ou alguns centros de crescimento e neles concentrar os investimentos, deixando à margem a maior parte da cidade, que continua crescendo na direção das periferias. Esse processo gera a coexistência uma cidade dita formal, contraposta à cidade informal ou ilegal (MARICATO, 1997). Uma localiza-se no perímetro em que existem investimentos públicos e privados para melhoramento da qualidade de vida das pessoas: por conta destes investimentos, o valor da terra é aumentado, fazendo com que só alguns tenham acesso a ela. A cidade ilegal, presente no resto da malha urbana (geralmente a maior parte da cidade), é localizada à margem, nas periferias e nas favelas em áreas centrais, em que se concentra a maioria da população que não possui meios de habitar na cidade formal (GONDIM, 2013b).

A divisão da “cidade legal” em contraponto à “cidade ilegal” se dá em virtude da própria dinâmica de ocupação e melhoramento dos espaços urbanos. Há que se destacar que a categoria “cidade ilegal” sofre bastante crítica de alguns autores, vez que a palavra “ilegal” pode carregar um peso moralizante, atribuindo às ocupações urbanas características negativas e necessariamente ilegais, quando nem sempre ocorre uma ocupação sem autorização do proprietário, seja ele público ou privado.

Esclareço que não é neste sentido que tomo a expressão. Estudos recentes comprovam que esta contraposição da cidade legal à cidade ilegal não é simples nem meramente dual; na verdade, a cidade encontra-se dividida em várias áreas. Pequeno (2009) esclarece que apesar de serem diversos os espaços observados em Fortaleza, é sabido que continua havendo situações de formalidade e informalidade nas formas de ocupação e moradia distribuídas nas diversas tipologias socioespaciais identificadas pelos estudos acima citados (MARICATO, 1997; VILLAÇA, 1997).

²¹ Processo de valorização ou enobrecimento de determinadas áreas da cidade, que costuma ter por resultado a expulsão indireta dos ocupantes iniciais (MARICATO, 1997).

Nas áreas atendidas pelo mercado imobiliário formal, são realizados quase todos os investimentos em infraestrutura e em serviços públicos de qualidade. As pessoas que não têm condição de ingressar nesse mercado buscam as soluções alternativas. Assim, restam para a população de baixa renda as situações habitacionais irregulares e quase sempre muito precárias, a exemplo dos cortiços, dos loteamentos irregulares, das favelas e das áreas socioambientalmente vulneráveis.

Vale ressaltar que a ilegalidade urbana diz respeito não só ao local das habitações, mas também ao tipo de construção, à existência ou não de licenciamento municipal e de regularização fundiária. Neste sentido, a ilegalidade é um subproduto da regulação tradicional e das violações contra os direitos à terra e à moradia, acarretando, inclusive, degradação ambiental (PEQUENO, 2008). Assim, muitas favelas se concentram em áreas de proteção ambiental ou em áreas ditas de risco, e a “ilegalidade urbana” começa na “escolha” do lugar onde morar por parte destas famílias.

É preciso destacar, no entanto, que os ricos também ocupam áreas de proteção ambiental, e em Fortaleza essa situação é muito nítida na região do entorno do Rio Cocó, por exemplo. A ocupação das classes abastadas nestas áreas conta com a omissão ou permissão governamental, numa clara dualidade de discursos: para os pobres nestas áreas de proteção, a repressão e a remoção; para os ricos, a permissividade do Poder Público, perpetuando as desigualdades ora apontadas.

Ademais, a “escolha do lugar onde morar” para os pobres não é bem uma escolha, haja vista que não existem opções na cidade legal. As áreas ocupadas pela população de baixa renda são de fato as que ficam disponíveis, ou seja: as únicas que não são de interesse (ainda) do mercado imobiliário. Trata-se da “lógica da necessidade”, à qual Alfonsín (2006) se refere. A informalidade é inelutável, pois quase sempre é a única possibilidade de habitar destas pessoas.

No entanto, os moradores dos assentamentos informais não aceitam passivamente sua exclusão do direito à cidade. Tanto é que têm se mobilizado para obter do Poder Público o acesso à moradia digna²² – uma das reivindicações centrais

²² Ressalte-se que o direito à habitação está previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 e não significa necessariamente o direito à propriedade. Aquele corresponde ao direito de todas as famílias possuírem um local digno de moradia, sem sofrerem constantes ameaças de remoção, independentemente de serem ou não proprietárias do imóvel onde residem.

dos movimentos sociais que emergiram no cenário das grandes cidades brasileiras, sobretudo a partir de fins da década de 1970.

As famílias das classes menos abastadas também territorializam, buscando áreas onde possam se instalar e a elas destinando funções e produzindo significados, identidades. Nos locais onde se formam os movimentos de bairro, que podem ou não se articular a outros movimentos ou frentes coletivas, a consciência dos direitos sociais aos poucos vai construindo uma nova perspectiva política. Conforme discutido anteriormente, os pobres também são dotados de seus mecanismos de territorialização, de domínio de seus territórios, formando com frequência microterritórios e estabelecendo fronteiras a serem evitadas – pelos de dentro e pelos de fora.

Como características da segregação socioespacial existem, portanto, as barreiras “reais” - a exemplo do preço da terra -, e as barreiras simbólicas. Estas não são menos reais que as outras, constituindo a resistência das classes média e alta a que os mais pobres tenham acesso aos bairros ditos nobres e aos equipamentos sociais públicos e privados que entendem não serem destinados à população menos favorecida.

Compreende-se, assim, que a urbanização de Fortaleza, à semelhança do que ocorreu no Brasil, obedece à lógica do mercado (ALFONSIN, 2006; HARVEY, 2005): os investimentos, tanto do setor privado quanto do Poder Público, se deram inicialmente em áreas centrais da cidade, com a finalidade de dar acesso às classes médias e altas. As políticas públicas de infraestrutura e melhorias urbanas serviram para aumentar o preço das terras dotadas de serviços e bens, o que conseqüentemente gerou o enriquecimento de quem detém a propriedade e a exclusão progressiva de quem não possui acesso ao mercado imobiliário formal.

O processo de segregação socioespacial não ocorre por acaso nem por conta simplesmente da expansão das cidades, sendo relacionado aos interesses do mercado imobiliário, possibilitando a existência de áreas de enriquecimento. Para tanto, é necessário garantir que os pobres não estejam nessas áreas valorizadas, inclusive através da legislação urbanística, pois sua presença é motivo de desvalorização imobiliária.

As estratégias de territorialização das classes dominantes têm muito maior peso nos momentos de definição da legislação urbanística. Um exemplo é a constante necessidade de alteração de algum parâmetro normativo municipal, tendo por

argumento questões de mercado ou fatores supostamente técnicos, que quase sempre estão em consonância com o interesse dos construtores. Foi possível perceber esses embates nas audiências públicas em que normas como o Plano Diretor (PDPFor) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) foram discutidas na Câmara dos Vereadores de Fortaleza (GOMES, 2010). Os interesses das construtoras e empreiteiras eram representados por advogados e lobistas que dialogavam diretamente com os parlamentares, participando muitas vezes da formulação das minutas de leis, decretos e portarias (GOMES, 2010; MACHADO, 2010).

O processo legislativo prevê instrumentos de participação da sociedade civil, pois a própria Constituição Federal preconiza o direito da participação de todos, porém nem todos os segmentos sociais têm a mesma chance de contribuir e sobretudo de ter sua voz ouvida. No citado processo de construção do Plano Diretor de Fortaleza, aprovado em 2009, Machado (2010) concluiu que não ocorreu de fato a construção de uma esfera democrática, haja vista que não se possibilitou um diálogo profundo nem com possibilidades de alteração e deliberação por parte das classes populares. As sugestões de emendas à minuta do Plano Diretor não eram consideradas com o mesmo peso, tendo maior ou menor possibilidade de serem aceitas dependendo de onde partiram, se dos movimentos sociais ou dos setores ligados às empresas e à construção civil.

Outra lei urbanística importante é o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 em que se regulamenta os artigos 182 e 183²³ da Constituição Federal e se estabelece diretrizes gerais da política urbana. É no Estatuto que são definidas as hipóteses de obrigatoriedade do Plano Diretor, e são previstos alguns instrumentos de política urbana que têm por prioridade as questões sociais.

Dentre esses instrumentos estão as Zonas Especiais de Interesse Social, e que constituem áreas de habitação prioritariamente popular, onde deve haver

²³ **Art. 182.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. **Art. 183.** Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

concentração de investimentos públicos. A partir do reconhecimento da área como ZEIS, fica vetada a remoção daquela população para a construção de um grande empreendimento, seja público ou particular – ao menos em tese. Em minha dissertação de mestrado, acompanhei o processo de implementação da ZEIS do Lagamar em Fortaleza e pude observar que nem sempre as leis são cumpridas pelo próprio Estado, ainda que o dispositivo normativo tenha sido emanado do próprio ente que desrespeita direitos (GOMES, 2013).

Apesar dessas contradições, ao longo do tempo muitas foram as localidades que lutaram para serem ZEIS, objetivando diretamente a permanência no local de origem. Esse também foi o caso do Poço da Draga, em que alguns moradores estiveram presentes durante os debates do Plano Diretor pleiteando a inclusão de parte da área como ZEIS, entre 2007 e 2008, acreditando no instrumento como uma possibilidade de mudar o quadro de segregação socioespacial, crendo no potencial do instrumento para reconhecer a sua própria territorialização.

Conforme se verá adiante, desde a década de 1960 o Poço da Draga sofreu várias tentativas de remoção. Foram iniciativas do grupo empresarial Indústria Naval do Ceará (INACE), que removeu parte da população para o Conjunto Palmeiras para a expansão de um estaleiro na antiga Praia Formosa. Houve também projetos do Poder Público de requalificação da Praia de Iracema, alguns que chegaram a ser realizados, outros abandonados. Cabe destacar que foi em razão dessas inúmeras ameaças que os moradores se mobilizaram, constituindo primeiro uma associação de moradores, posteriormente uma ONG e alguns outros grupos, anteriormente apresentados, no intuito de obter melhorias para o local e de garantir a sua residência. A existência da ZEIS veio ao encontro dessa expectativa de permanência, ainda que os passos e percalços sejam muitos até a efetivação dessa Zona Especial.

No próximo item, apresento as condições para o surgimento do Poço da Draga na Praia de Iracema, sobretudo o contexto portuário e a influência da Ponte Metálica para a localidade.

3.2 O Poço da Draga na Praia de Iracema: territórios do trabalho e do lazer

3.2.1 O algodão, o porto, as pontes

Desde o período de expansão da produção algodoeira na metade do século XIX o porto de Fortaleza representou, por muitas décadas, um problema para o governo estadual. As opiniões divergiam a respeito de qual a melhor localização: se na área então conhecida como Prainha, onde se localiza hoje o Poço da Draga, ou no Mucuripe, a leste da cidade. Os motivos da divergência aparentemente envolviam apenas a composição física das duas enseadas: os engenheiros buscavam saber qual delas era a mais adequada aos tipos de navios que aqui atracariam (GIRÃO, 1997; BEZERRA DE MENEZES, 1992).

Girão (1979) esclarece que o debate na esfera pública girava em torno de “questões técnicas”, porém o que definiu a contenda foi o interesse dos comerciantes da área do centro, onde se localizavam os armazéns. Por ter sido considerado o “melhor pouso” a despeito das opiniões contrárias de alguns engenheiros, foi na Prainha (onde hoje se localiza o Poço da Draga) que primeiramente em 1805, 1844 e 1857 foram construídos trapiches, estruturas rústicas e temporárias para transporte de mercadorias e pessoas (FIGURA 8). No entanto, devido à força das ondas, as mercadorias chegavam molhadas a seu destino, razão pela qual os engenheiros locais e ingleses se esforçavam para projetar um quebra-mar eficiente e uma ponte de ligação entre a terra e o mar (JUCÁ, 2003, p. 127). Segue imagem desse período:

Figura 8 – Antigos “trapiches” / Ponte Metálica



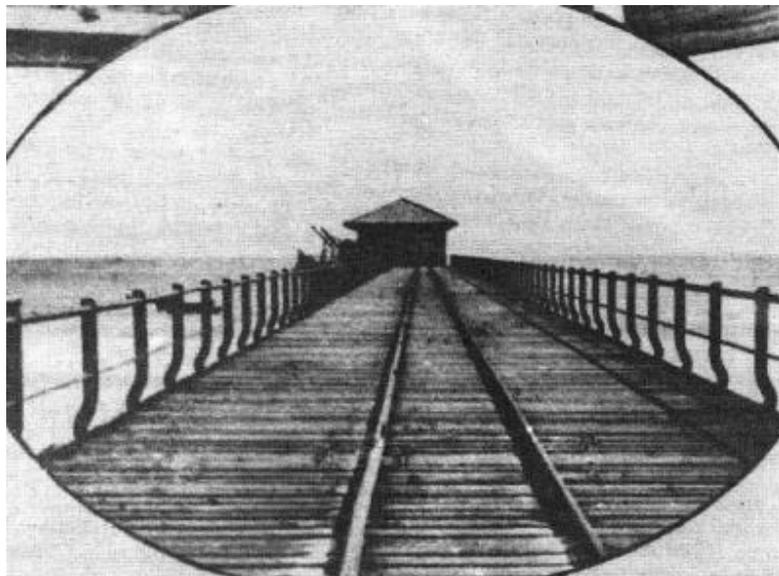
Fonte: Arquivo Nirez, 1863.

A primeira tentativa de fato para a construção do porto na Prainha se deu em 1886, ocasião em que foi construído um quebra-mar para tentar conter a força do mar contra os trapiches ali existentes (BEZERRA DE MENEZES, 1992). Esse quebra-mar foi projetado por John Hawkshaw, mas não teve melhor sorte do que as iniciativas

anteriores: acabou destruído pela força do mar e do vento, dele restando uma pequena bacia de águas estagnadas, que passou a ser conhecida como “Poço da Draga” (GIRÃO, 1997).

O mesmo Sir John Hawkshaw foi um dos entusiastas da construção da Ponte Metálica (que hoje ainda se encontra lá, em ruínas) para servir de porto, obra que ficou a cargo da empresa inglesa "Ceara Harbour Corporation Limited" (FIGURA 9). Essa mesma empresa construiu também o edifício da Alfândega em 1893, hoje Caixa Cultural (GIRÃO, 1997; BEZERRA DE MENEZES, 1992). A construção da Ponte Metálica iniciou-se em 1902, com estrutura de ferro e piso de madeira, sendo inaugurada em 26 de maio de 1906²⁴ (FIGURA 10). No entanto, alguns anos depois apresentou problemas estruturais e o governo decidiu que seria mais viável reformá-la e assim o fez. Reconstruída em concreto, foi reinaugurada em 24 de fevereiro de 1929, com o nome de Viaduto Moreira da Rocha, em homenagem ao então presidente do Ceará (GIRÃO, 1970).

Figura 9 – Ponte Metálica



Fonte: Girão (1979).

²⁴ A data de inauguração da Ponte constitui um fato de grande importância na localidade, por ter sido adotada simbolicamente como um marco inicial de formação da ocupação, à semelhança da busca por um “mito de origem”. É nessa data que anualmente se comemora o aniversário do Poço da Draga, conforme se verá no último capítulo.

Figura 8 – Ponte Metálica após reformas de 1928 e banhistas



Fonte: Veloso (2006).

Quando dos problemas posteriores apresentados na Ponte Metálica²⁵, antes mesmo de promover seu restauro ou reforma (o que ocorreu até 1929), o governo estadual decidiu construir outra ponte a apenas 1km da anterior, na década de 1920. Esta segunda foi nomeada de Viaduto Lucas Bicalho, mas passou a ser conhecida como Ponte dos Ingleses. Cabe destacar que a construção desta última não chegou a ser finalizada por falta de recursos, razão pela qual ela jamais serviu de porto para Fortaleza, ao contrário da Ponte Metálica, a primeira.

Do começo do século XX até a década de 1940, a Ponte Metálica foi bastante utilizada, tendo uma relação intrínseca com a Praia de Iracema, com o Poço em especial e com toda Fortaleza. Durante o “ciclo da borracha”²⁶, por ela passaram os milhares de cearenses que foram para a Amazônia em busca de riquezas; também foi por ela que viajaram os filhos das classes abastadas para conhecer a Europa.

A importância da Ponte Metálica para a Praia de Iracema e para a construção de Fortaleza foi ressaltada por vários moradores do Poço da Draga ao

²⁵ Sobretudo os desgastes da estrutura sofridos pela ação das marés.

²⁶ Período histórico brasileiro em que a extração e a comercialização de látex (borracha) na região amazônica tiveram grande peso na economia brasileira, entre as décadas de 1880 e 1910 e posteriormente entre 1942 e 1945 (CARVALHO, 2005).

longo da pesquisa, em entrevistas. Uma dessas falas emblemáticas foi de Antônio, pai de Kléber:

A Praia de Iracema começou na Ponte Metálica, **o primeiro cais da cidade é o nosso**. As embarcações vinham, ficavam lá no mar fundiada, botava a carga em cima, aí da ponte trazia pra cá. Isso aqui era um grande armazém de todo tipo de madeira (Antônio, 20/01/2017, grifos meus).

No mesmo sentido, a fala de outro morador, destacando que a localidade surgiu em razão da construção da ponte:

Essa comunidade foi feita a partir do porto. O primeiro porto foi na ponte metálica. Nessa época vinha para cá portuários, estivadores, ferroviários, pescadores. Foi daí que veio a comunidade, na década de 1940 [...]. Então, sempre a gente ligada ao mar e ao porto. Ainda tem descendência. Eu, por exemplo, sou descendente, meu pai era portuário, meu tio era portuário. Minha mãe foi uma das primeiras comerciantes, ela vendia almoço aqui na ponte (Alberto, morador, em entrevista realizada pela pesquisadora Heloísa Oliveira, 27/04/2002, grifos meus).

A construção do Porto do Mucuripe na década de 1940 acarretou o abandono da Ponte Metálica. Também trouxe significativos impactos para a orla de Fortaleza, pois houve equívocos na construção do novo porto e o consequente assoreamento de parte da praia, o que alterou direta e drasticamente a Praia de Iracema (COSTA, 2005; SCHRAMM, 2001). A principal alteração negativa, com a qual os engenheiros não contaram, foi que nesse período vários clubes e casas de veraneio foram destruídos pela força do mar. O avanço das marés destruiu tanto casas ricas e *bangalows*, como as casas humildes de muitos pescadores que residiam na Praia de Iracema. Ocorreu dessa forma a expulsão deles e de suas jangadas com a construção do espigão e “grande parte dos pescadores migrou para outros pontos da orla, sobretudo Mucuripe e o Poço da Draga” (SCHRAMM, 2001, p. 46). Para estes e para os moradores que já residiam nas proximidades, a Ponte Metálica permanece um referencial identitário importante.

A identidade territorial do Poço da Draga não pode ser compreendida isoladamente da formação e transformações que têm ocorrido na Praia de Iracema. Esta, no século XIX, correspondia a um vasto areal, tendo no seu início a área conhecida como Prainha, onde se fizeram tentativas de estabelecer o porto de Fortaleza, como foi visto. A existência do areal e das várias dunas na região foi comprovada através de fotos antigas e também do depoimento dos moradores, que

afirmam que havia uma duna nas proximidades do Pavilhão Atlântico, exatamente onde hoje se localiza a obra do Acquario.

Schramm (2001) lembra que a nomenclatura “Praia de Iracema” foi inventada em 1925, em detrimento do nome anterior, “Praia do Peixe”, vez que ali era um local tradicionalmente pesqueiro. Quando nasceu o interesse das elites por estabelecer residências ou casas de veraneio à beira-mar na década de 1920, as referências à atividade pesqueira foram consideradas de mau gosto, por lembrarem as origens humildes do lugar. A jornalista Adília de Moraes propôs a homenagem à índia heroína do romance escrito por José de Alencar, sendo realizado um abaixo-assinado propondo a mudança de nome. Conforme Schramm: “impunha-se, assim, a nova imagem da Praia do Peixe, mais adequada para seus novos usos, pois o mundo do trabalho parecia não ter mais lugar na praia que se tornava um símbolo de lazer das elites de então” (SCHRAMM, 2001, p.67).

Entre os anos 1950 a 1980 a Praia de Iracema passou a ser conhecida como um *locus* de boemia e recanto cultural, sendo frequentada por estudantes, músicos e poetas principalmente em atividades noturnas (BARREIRA, 2007). Nesse período se deu o auge do Estoril, uma construção histórica em Fortaleza, que atualmente abriga a Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza. No entanto, o Estoril é mais conhecido por ter sido um clube de veraneio para os soldados americanos na década de 1940 e posteriormente um famoso bar e restaurante entre 1950 e o final dos anos 1980. Era considerado um local importante da boemia e da intelectualidade fortalezense. Posteriormente, pesquisadores apontam ter ocorrido o relativo abandono daquela área (SCHRAMM, 2001; GONDIM, 2007).

Em contrapartida, a formação do Poço da Draga se deu inicialmente com pessoas que trabalhavam no porto ou eram pescadores. Há depoimentos que afirmam a existência da localidade já na época da inauguração da Ponte Metálica, associando a motivação de chegada dos primeiros moradores a oportunidades de trabalho:

Já tinha um núcleo habitacional do Poço da Draga desde que ela [a Ponte Metálica] foi inaugurada, as pessoas já vinham do interior fugindo da seca, né? Viam a possibilidade de melhorar de vida por conta do poder econômico que o porto trazia [...]. Aqui tinha muito prostíbulos, por conta dos marinheiros, muitas tapioqueiras também (Luzia²⁷, moradora, entrevista em 06/05/2015).

As mulheres trabalhavam em casa de família. Para os homens, tinha o Mercado dos Pinhões para vender as coisas. Uns trabalhavam nos navios, outros pescavam, vendiam peixe, lagosta, camarão. Meu segundo marido

²⁷ Trata-se de nome fictício para não expor a entrevistada, ver motivos na Introdução.

trabalhou no porto quando era novo e o cunhado dele. Mas eles já foram embarcados de navio, também (Dona Maria, ex-moradora, em entrevista 06/10/2016).

Minha mãe tem 72 anos, minha vizinha faleceu há dois anos com 100 anos de idade de Praia de Iracema... O meu avô foi soldador da Ponte Metálica (Júlio, morador, em entrevista em 19/05/2016).

Na época, não havia meio de transporte para os trabalhadores, sendo necessário morar próximo às fontes de renda, circunstância que parece ter propiciado o adensamento na localidade, como disse um entrevistado:

Foi na década de 1935 a 1940 que surgiram as chamadas guritas [guaritas], onde trocavam de roupa ou mesmo moravam. Os trabalhadores não tinham transporte, aí aqui já era perto do trabalho. Quando eles não tinham casa para morar, ficavam aqui com as famílias. Eles casaram, e moravam no mesmo local de trabalho [...] sempre era gente ligada ao mar e ao porto (Alberto, morador, em entrevista feita por Heloísa Oliveira em 27/04/02).

Mesmo após a transferência das operações portuárias para o Mucuripe, boa parte da ocupação continuou a ser constituída por pescadores, portuários e seus descendentes, sendo bastante forte a relação do Poço da Draga com o mar. O nome “Praia do Peixe” é ainda trazido por alguns, possuindo forte carga simbólica, no sentido da memória e da identidade. A memória do nome ausente que ainda se faz presente, ainda que para poucos, é algo significativo da relação das famílias de ex-pescadores e ex-portuários com o mar. A esse respeito, o estudo de Schramm é bastante esclarecedor:

O filho de Pedro Garoupa [morador do Poço da Draga], referindo-se àquela praia, dá sua interpretação: “Quando o mar acabou com a Praia, os pescadores foram embora levando o nome...”. Nessa explicação, há dois aspectos a considerar. Por um lado, a área do Poço da Draga efetivamente acolheu muitos dos que moravam e trabalhavam na velha Praia do Peixe. Mas pode-se afirmar que, nos ecos de uma memória que ainda ressoa, o simbolismo do nome Praia de Iracema não tem guarida. Confirma-se, assim, que a mudança de denominação do lugar vincula-se estreitamente à visão dos grupos de elite (SCHRAMM, 2001, p.89).

Não há muita precisão sobre o início da ocupação do Poço, pois a história da localidade vem sendo repassada através de relatos orais, o que torna alguns dados imprecisos. No entanto, as pistas conservadas através da oralidade não devem ser desprezadas, pois dados fragmentários podem ser bastante significativos quando considerados em conjunto. Os vestígios e os rastros também constroem a memória,

e cabe sempre perguntar que caminhos percorrem os relatos até que se consolidem (GINZBURG, 2006).

No caso do Poço da Draga, o mais provável é que a ocupação incipiente remonte à década de 1930, porém sem as características de favela, como nota Feitosa:

[...] o Poço da Draga, nos seus primórdios, não tinha todas as características de uma favela, como elevada densidade e problemas de saneamento. Na verdade, a colônia de pescadores que iniciou a ocupação do terreno sofreu um processo de favelização, entendida como a deterioração da área, em decorrência do crescimento da população e da falta de serviços públicos, como saneamento básico, escolas e postos de saúde (FEITOSA, 1993, p.45).

Neste sentido, há uma foto em cartão postal considerada histórica e emblemática pelos moradores, cujo título afirma ser o local “Poço da Draga”, ainda na década de 1930. O exemplar original encontra-se no arquivo do jornalista e memorialista Miguel Nirez (FIGURA 11):

Figura 9 – Cartão Postal: Poço da Draga, 1930



Fonte: Fortaleza Nobre. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2015/02/um-passeio-na-historia-pela-praia-de_25.html>. Acesso em 11 jul. 2018.

Desse mesmo período é a chegada de uma das primeiras moradoras da localidade. Segundo um entrevistado: “Ali fica a casa da Dona Lucinda, que chegou em 1936, quando a rua Viaduto Moreira da Rocha começou a se formar” (Cláudio, em

entrevista em 23/05/2015). Tratava-se da moradora mais antiga ainda viva no início da minha pesquisa²⁸, seguida de perto por outro residente conhecido e querido do lugar, o senhor João Alves, que trabalhava como vigia do Pavilhão Atlântico. Em conversa com ele, em junho de 2015, afirmou que tinha 79 anos e havia chegado ao Poço da Draga em 1942, ainda criança. Ele relatou com orgulho que vivia há mais de sete décadas ali e que jamais pensara em se mudar.

Outro caso era o do senhor Lopes, que nasceu no Poço da Draga e em 2019 estava com 84 anos, sendo o morador mais antigo a ter nascido na localidade. Seu Lopes demonstrava muito orgulho do Poço e gostava de contar as histórias do seu passado e do próprio Poço, sendo comum sua presença nos aniversários e em muitas rodas de conversa. No aniversário de 2015, contou que, na década de 1940 ainda criança levava água para os trabalhadores do Porto na Ponte Velha. Narrou que na mesma área da Ponte antes existia um trapiche, de forma que havia muito tempo que a área era usada para escoamento de mercadorias.

Segundo seu Lopes, o prédio da Alfândega fora construído por volta de 1890 para fiscalizar as cargas que já chegavam no Porto, o que reforça a possibilidade de em 1906 já haver moradores portuários no local. Dos navios desciam as cargas e as pessoas, sendo o traslado até a Ponte feito por lanchas. Para os passageiros havia o Pavilhão Atlântico, uma espécie de estação onde havia um café. As cargas eram postas pelos trabalhadores nos “*trollers*”: espécie de carrinhos sobre os trilhos que eram empurrados até os armazéns na Av. Historiador Raimundo Girão. Somente em 1954 o Porto do Mucuripe foi inaugurando, sendo alterado esse grande fluxo. Ainda assim, os portuários que moravam no Poço, como ele, pegavam o transporte ali mesmo.

Também sobre o início da localidade, dando ênfase aos motivos da legitimidade de permanência do Poço na área, o morador que guiava as visitas costumava argumentar a legitimidade da permanência por várias razões, sobretudo a antiguidade da ocupação. Segundo ele, ainda que questionasse que a localidade não se formara no início dos anos 1900, era inegável que tal ocorrera pelo menos da década de 1930 ou 1940, a tirar pela idade da Dona Lucinda que se mudou para o Poço na década de 1930. Cláudio costumava argumentar ainda a legitimidade nas casas no fato de a titularidade da área ser da União (o que tornaria o Poço “um bem

²⁸ Dona Lucinda veio a falecer no curso da minha pesquisa de campo, em julho de 2017.

de uso comum do povo”, segundo ele); no fato de ser uma Zona Especial de Interesse Social²⁹ desde 2009; e alguns moradores possuírem um registro na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) formalizando a posse. Os moradores, segundo argumentava, teriam uma relação muito forte com o mar e com a praia, mas também com a história da cidade, sendo por ali que Fortaleza nasceu.

A maior parte do adensamento do Poço da Draga ocorreu no fim da década de 1950, sobretudo após 1958, quando houve uma das maiores secas do Ceará. A geração dos mais velhos se lembra bem daquela seca, ou porque foram diretamente atingidos ou porque conheceram muitas pessoas que chegaram à localidade por causa da estiagem.

É possível concluir, na esteira de Feitosa (1993), que a ocupação se iniciou com pescadores e estivadores, em razão da centralidade econômica e de trabalho ao redor da Ponte Metálica. Nesse período inicial, não havia as características típicas de favelização, o que teria ocorrido posteriormente nas décadas de 1960 e 1970. Conforme a Figura 12, as casas nesse período ainda eram basicamente de taipa e de madeira, muitas delas no formato de palafitas, para permitir o curso da água embaixo das casas quando das enchentes constantes.

Figura 10 – Palafitas no Poço da Draga, década 1970



Fonte: GASPAR (1970).

²⁹ Acerca do conceito de ZEIS, ver Introdução.

A localidade foi se construindo na margem dos trilhos do trem, resultando nas ruas, becos e vielas sinuosas que o Poço possui atualmente, conforme a descrição de Teixeira (2017):

Suas ruas sinuosas desenham o espaço que sobrou entre o antigo trilho do trem, saindo do porto já desativado em direção à antiga Alfândega (hoje prédio da Caixa Cultural), e a INACE, que continuou expandindo seu terreno por sobre a comunidade desde sua instalação nos anos 1960. A comunidade encontra-se, assim, encurralada, na porção oeste pela citada indústria e ainda a leste e norte pelas obras paralisadas do Acquario Ceará, futuro equipamento turístico envolto em disputas, agora sem destino certo (TEIXEIRA, 2017, p.35).

Conforme será visto no próximo capítulo, as territorialidades no Poço da Draga foram se formando em relação a importantes referentes para a localidade: o mar, a Ponte Metálica, os trilhos do trem.

3.2.2 Os projetos de requalificação da Praia de Iracema e as perdas de território do Poço da Draga

Diferentemente de outras capitais litorâneas, Fortaleza não dispõe de políticas de valorização da memória portuária. Pelo contrário, ao longo dos séculos XX e XXI várias intervenções públicas foram propostas para a área litorânea, chamadas por Lyra e Matos (2014) de “projetos espetaculares”. Dentre eles, as autoras citam: a) o Centro Cívico da cidade, para dinamizar e consolidar a Praia de Iracema e o Centro (Plano Diretor de Hélio Modesto em 1963) – não realizado; b) a construção do calçadão da Praia de Iracema pela Prefeitura Municipal de Fortaleza no início da década de 1990; c) a reforma da Ponte dos Ingleses no final da década de 1990; d) a Rua 24h, proposta da Prefeitura de um setor comercial cujas lojas permaneceriam sempre abertas, em 1994 – não realizada; e) o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, construído pelo governo do Estado em 1998; f) o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos pelo governo do Estado em 2002 – não realizado no local e construído posteriormente na av. Washington Soares; g) a “revitalização” da Praia de Iracema: reforma do calçadão, a reabilitação de alguns edifícios antigos e a colocação de iluminação pública pela Prefeitura entre os anos de 2008 e 2012; h) o projeto do Acquario, pelo governo do Estado do Ceará obra iniciada em 2011 e até então inconclusa. Em todos esses casos, colocaram-se ameaças à permanência do

Poço da Draga no local, seja pela previsão de sua remoção direta, seja pela sua gentrificação (“expulsão branca”), em decorrência da especulação imobiliária.

As obras espetaculares foram todas intervenções voltadas para o incremento do mercado turístico, no intuito de aumentar o fluxo de visitantes nacionais e estrangeiros. Neste sentido, o governo do Estado e a Prefeitura ao longo das últimas décadas têm priorizado as obras turísticas e de embelezamento, o que dá certa continuidade a práticas políticas observadas desde o século XIX na capital, conforme se viu.

A negligência do Poder Público quanto à memória portuária fica evidente no tratamento diferenciado conferido às duas Pontes, a Metálica (ou “Ponte Velha”) e a dos Ingleses. É importante atentar para o fato de que ambas são chamadas de “ponte metálica” e permaneceram por muitas décadas abandonadas em termos de políticas públicas, sendo a dos Ingleses frequentada pelos pescadores locais e por jovens de toda a cidade que vinham para a contemplação do pôr-do-sol. Próximo à Ponte dos Ingleses desde a década de 1960 instalaram-se bares e restaurantes que estimularam os usos noturnos do lugar, tornando a Praia de Iracema conhecida pela boemia que a frequentava. Já a Ponte Metálica permanecia sem grandes investimentos, porém existindo como marco identitário do Poço da Draga.

Os vários usos que teve essa região: já foi área portuária, agora a única coisa que não mudou aqui foi o *status* de moradia da comunidade. Isso é para ser reconhecido e valorizado. Porque depois que o porto mudou para o Mucuripe, o entorno ficou uma área de galpões abandonados. Então o poder público criou projetos para poder “revitalizar”. Fez o Centro Dragão do Mar [de Arte e Cultura], aí já pensou num projeto do Centro de Convenção, ia aterrar tudo isso. Hoje a função dessa área é residencial, de lazer, de comércio, de turismo. Eu sou um entusiasta desse lugar e não permito que ele seja somente um ponto de vislumbre turístico. **Olha, nós temos a história desse lugar primeiramente.** Então, por que não aproveitar os meninos, os jovens pra que seja feito um trabalho com eles, pra que eles apresentem isso as pessoas, a sociedade, ao turista, ao estudante, a quem quiser vir aqui conhecer? (Cláudio, visita 23/05/2015).

Essa fala destaca os múltiplos usos da região considerada em uma escala maior do que a localidade. Apesar disto, o entrevistado declara ter o sentimento de que a memória do lugar não é “honrada”, afirmando que não são feitos investimentos na memória e no reconhecimento da importância histórica da área em que se encontra o Poço. Esse trecho é emblemático porque podemos pensar como a memória é a um só tempo uma atividade humana e também um complexo de questões que envolve

vários intermediários como o Estado (as políticas públicas), os agentes da mídia, a Universidade, dentre outros.

O entrevistado fala da indignação pelo Estado supostamente não favorecer a memória da Ponte, que é esquecida e não foi reformada. Essa revolta diz respeito aos investimentos que foram feitos na outra, a “Ponte dos Ingleses”, considerada “comprometida” na década de 1990, ao que se seguiu a sua interdição em 1994. Isto ocorreu como parte de intervenções para “requalificar” a Praia de Iracema (SCHRAMM, 2001), que incluiriam, posteriormente, a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (GONDIM, 2007; 2011). A partir de então, a Ponte dos Ingleses se tornou um dos pontos turísticos de Fortaleza, sendo alvo de muitos discursos positivos por parte dos fortalezenses em geral e dos entes públicos.

A confusão de nomes entre as duas pontes indica a proximidade sócio-histórica entre ambas: foram erguidas com o objetivo de facilitar o escoamento portuário, portanto sendo implícitas à construção do idealizado e fracassado porto; foram projetadas e construídas em sua quase totalidade por engenheiros e empresas inglesas; nas suas estruturas contaram com materiais pesados, do metal ao concreto, ganhando as duas o epíteto de “metálicas”; estão muito próximas, entre elas há cerca de 1,5 quilômetros de distância; foram construídas relativamente na mesma época, com alguma precedência da conhecida como “Antiga Ponte Metálica” ou “Ponte Velha”, ao lado do Poço da Draga.

Assinalo que ambas as pontes têm relação com o imaginário da Praia de Iracema, mas a ponte que marcou a história da cidade no sentido de ter sido usada como transporte de mercadorias e passageiros durante muitos anos foi a Metálica ou Ponte Velha. No entanto, houve todo um esforço discursivo ao longo das últimas décadas para afirmar a outra, a dos Ingleses, como marco da Praia de Iracema e de toda Fortaleza (BEZERRA, 2008; SCHRAMM, 2001). Nesse sentido, Roselane Bezerra (2008) encontrou um material informativo (*folder*) da Prefeitura Municipal de Fortaleza convidando os habitantes locais e os turistas a conhecer a Ponte dos Ingleses, que até meados de 1940 teria sido central na estrutura portuária da cidade. Ocorre que essa ponte nunca foi usada para esse fim, e sim a outra, mais antiga. Esse achado da autora é bastante revelador dos conflitos socioterritoriais observados na cidade, e principalmente na área da Praia de Iracema. Parece se tratar de um conflito em torno de identidade territorial: qual das pontes é um ícone da identificação da cidade? Penso serem as duas, mas apenas uma foi realmente usada como estrutura

portuária, e o dado em contrário corresponde a um discurso para a historicização de outra versão, mais condizente com as rotas turísticas solidificadas em Fortaleza.

De todo modo, as duas Pontes guardam relação com a história da Praia de Iracema e do Poço da Draga. A respeito da história da localidade, destaco que esta costumava ser contada lembrando as origens da ocupação e o desejo da maioria das famílias em permanecer no território, em face dos riscos que podem representar os projetos para requalificação da Praia de Iracema (GONDIM, 2011). Para os moradores, tais projetos desconsideram a memória coletiva e a identidade construída ao longo de décadas residindo no lugar. A Associação de Moradores e a ONG Velaumar desde o princípio se mostraram receosas desses projetos e exigiram que fosse feito um debate com a população (GONDIM, 2007; OLIVEIRA, 2006). Ainda que parte dos moradores fosse a favor das intervenções, considerando que com elas poderiam vir empregos e desenvolvimento, a existência de muitos moradores contrários sempre foi marcante, pelo menos no sentido de haver alguma participação popular (OLIVEIRA, 2006). Muitas vezes as próprias lideranças foram a favor das obras, mas pontuando em suas falas que o essencial era que a localidade não fosse removida.

No caso do Dragão do Mar, na proposta se pensou uma valorização da área fortalecendo o patrimônio histórico, o que gerou uma grande controvérsia entre analistas (GONDIM, 2007). O próprio desenho, a estrutura do Dragão do Mar e a sua escala foram apontadas por alguns como destoantes do conjunto arquitetônico da área, o que descaracterizaria aquela região anteriormente portuária e comercial (GONDIM, 2007). Houve críticas também quanto à existência de vários espaços inutilizados, de muitas áreas “entre” os microespaços do Dragão, não sendo pensados usos e aproveitamentos os mais diversos. Ademais, na proposta inicial, no entorno do Dragão haveria o fortalecimento de várias atividades culturais, sendo fornecido apoio estatal aos pequenos teatros e aos ateliês ali existentes, o que de fato não ocorreu, sendo esta uma queixa da classe artística até hoje.

O Acquario desde 2015 é uma obra parada e completamente abandonada, envolta em uma série de questionamentos e de ações judiciais (GONDIM, 2013a; RODRIGUES, 2013). Este não prevê remoção, mas caso se efetive certamente implicará mudanças nas apropriações territoriais da área. Em 2013, em razão da obra

foi construído um muro que circunda o Pavilhão Atlântico³⁰, tirando grande parte do acesso dos moradores até o mar. Quando da construção desse muro, os moradores gravaram um vídeo denunciando-o e publicaram em redes sociais. Essa intervenção gerou um significativo impacto, principalmente ao se considerar que os moradores não sabiam se o muro seria ou não provisório.

Durante a realização do levantamento entre os meses de fevereiro e junho de 2016, foi possível perceber que boa parte dos moradores tinham receio dos impactos negativos do Acquario, ressaltando o medo de serem removidos pela obra. Havia pessoas favoráveis à intervenção, principalmente aquelas que imaginavam que com a obra viriam turistas, emprego e renda para a localidade. Por outro lado, a chegada de turistas nem sempre era tão bem-vinda. Nesse sentido, destaco a fala de uma jovem durante a aplicação dos questionários: “esse Acquario vai ser ruim, porque vai vir muita gente de fora e com eles as drogas, prostituição... Vai atrair ladrão para cá, para roubar deles”. Para ela, a localidade era tranquila justamente por conta de seu relativo isolamento, e o turismo implicaria criminalidade, trazendo uma possível violência policial contra os jovens do Poço da Draga.

Vale ressaltar que os equipamentos culturais e turísticos da Praia de Iracema têm outro tipo de impacto no Poço da Draga, pois uma parte significativa dos moradores obtém sua renda de atividades relacionadas ao lazer na região: alguns trabalham como vendedores ambulantes de comidas e bebidas, outros como catadores de materiais recicláveis.

Há também os que trabalham na feira que ocorre na Rua José Avelino, por trás do Dragão do Mar, seja na venda de roupas, de alimentação, no aluguel e no armazenamento das estruturas das bancas, ou ainda como guardadores de carros. Esta é uma feira popular de grandes proporções que ocorre nas proximidades do Centro Cultural Dragão do Mar, voltada principalmente para itens de vestuário até o ano de 2018. A feira atrai compradores e revendedores de todo o Estado e ainda do Piauí, Maranhão e Pernambuco, ocorrendo das noites de quarta para quinta-feira e de sexta-feira para sábado, atravessando as madrugadas e ocupando a referida rua. É considerada irregular pela Prefeitura, e entre os anos de 2016 e 2018 houve algumas tentativas de negociação com os feirantes para transferir a feira, sem

³⁰ Local de grande valor simbólico para a localidade, vez que já abrigou uma Escola, onde moraram as Irmãs Josefinas muito lembradas por eles, conforme discutirei adiante.

sucesso. No mesmo período, também ocorreram confrontos entre os vendedores e a fiscalização municipal.

Os eventos que ameaçam a permanência das famílias do Poço da Draga são relacionados diretamente ao contexto econômico em várias escalas, seja local, estadual, nacional ou até internacional. Não é possível pensar em escalas apenas locais, vez que os lugares hoje possuem conexões de várias ordens, com outras regiões, ou mesmo com o mundo. Nesse sentido, Ulf Hannerz (1997) e Nestor Canclini (2003) apontam para a necessidade de evitar o romantismo da ideia de “comunidade isolada”.

No Ceará, desde o período conhecido como “Governo das Mudanças” (GONDIM, 2007), o Estado e o mercado imobiliário vêm fazendo investimentos nas áreas de hotelaria e grandes obras de rodovias e aeroportos. No plano local, Fortaleza passou por uma série de intervenções de “requalificação urbana” (GONDIM, 2007; BARREIRA, 2010) em especial na orla no trecho Beira-Mar e Praia de Iracema³¹, o que de forma direta ou indireta influenciou no Poço da Draga, criando ameaças reais ou potenciais para a remoção.

Neste contexto cabe perguntar: como falar em cultura local e em identidades territoriais em um contexto de desterritorialização e hibridação de culturas como apontam Hannerz e Canclini? Não se pode mais justapor os conceitos de cultura e território, exatamente como afirma Canclini (2003). Por outro lado, essa relação não se separou de forma absoluta, há fluidez, há contato, interinfluências entre cultura e território (RODRIGUES, 2008). Canclini argumenta que a ideia de comunidade em que os vínculos são mais intensos dentro do que fora também é arcaica, alertando para os riscos de se relacionar “comunidade” a “homogeneidade”. Realmente não se pode cair nessa armadilha, porque homogeneidades não existem, e mesmo em localidades muito pequenas como o Poço da Draga existem conflitos e ocasiões em que os moradores se identificam muito mais com grupos ou pessoas de fora do que de dentro.

No caso do Poço da Draga, observei que os discursos dos moradores caminhavam em múltiplos sentidos, não havendo de forma alguma uma retórica simples que dê conta de todos os interesses. A “comunidade” não é homogênea, então como poderiam sê-lo os discursos sobre a localidade? Com relação às práticas

³¹ Ver item anterior, 3.1, onde descrevo os “projetos espetaculares” (LYRA; MATOS, 2014).

serem locais ou próprias desse contexto hibridizado (CANCLINI, 2003), a maior parte das pessoas com quem interagi sempre reforçou as particularidades locais: “aqui somos diferentes”, “somos uma comunidade mais tranquila”. Alguns defendiam que cada vez mais pessoas conhecessem o Poço, participassem da visita guiada, no intuito de desfazer uma série de estereótipos.

Um dos meus interlocutores costumava mencionar as práticas de turismo comunitário existentes em muitas favelas do Rio e até em outros locais do mundo, no desejo de que fossem replicadas no Poço, com o envolvimento dos jovens e de mais organizações, valorizando a cultura popular e ministrando oficinas para ensinar ao turista os “saberes nativos”. Neste sentido, observei uma tendência ou um desejo de “fazer semelhante”. A hibridação de que fala Canclini fica evidente nestes casos, vez que são considerados por alguns os modos de fazer de outros lugares, com culturas completamente diversas.

Apesar disto, constatei que o Poço da Draga possui inúmeras particularidades, vez que há a permanência de modos de vida considerados tradicionais, a exemplo da pesca artesanal que ainda é bastante praticada, mesmo que poucos atualmente vivam da pesca. Há toda uma produção local de valores e significados, endógena e relativamente comum. Esses hábitos caminham para o reconhecimento de uma identidade comum, mesmo que nem sempre relacionada à mobilização comunitária, que normalmente ocorreu em face de eventos considerados como perigosos ou ameaçadores da permanência no território.

Os exemplos acima demonstram que não se trata de uma “localidade isolada”. Impossível que fosse assim, considerando tratar-se de uma localidade urbana, totalmente inserida na cidade, em uma área de grande interesse imobiliário, qual seja a Praia de Iracema. Ainda que existam vários significados produzidos localmente, diversas particularidades relacionadas a ser morador do Poço, as pessoas não deixam de ser habitantes de Fortaleza, parcial ou completamente integrados na lógica urbana, no mundo do trabalho, da educação formal e nos mais diversos campos da vida social. Em contraponto à produção de sentidos endógenos, observa-se claramente a produção e o compartilhar de sentidos exógenos, relativos à cidade como um todo. Em síntese, na vida das pessoas pude observar a sobreposição cotidiana de lógicas internas e externas, sem que fosse possível separá-las ou apontar qual delas é mais importante ou mais significativa.

Além disso, é preciso considerar que durante os anos em que essa pesquisa foi desenvolvida, vários acontecimentos sociais e políticos se desenrolaram e aproximaram o Poço da Draga de algumas outras localidades, sendo os moradores convidados para reuniões, assembleias e eventos políticos. A questão das Zonas Especiais de Interesse Social foi um desses motes, temática que até então está em curso e em permanente disputa, haja vista que as ZEIS ainda não foram totalmente regulamentadas pela Prefeitura, porém alguns movimentos têm ocorrido neste sentido³².

O Poço é uma localidade bastante procurada por professores, pesquisadores e jornalistas, e de forma alguma pode ser considerada “isolada”. É inegável a influência destes membros externos que Lifschitz (2006) chama de “agentes de modernidade”: ONGs, acadêmicos e associações profissionais. A relação da localidade com outras é sempre recontada em diversos eventos de que participei: ser “bem relacionada” é sinônimo de sua importância, para os moradores.

Muitos dos que contatam o Poço da Draga, já sabendo ou não da importância que alguns moradores vêm atribuindo à memória local nos últimos anos, interessam-se precisamente pela memória – situação em que também me encontro. Lifschitz (2006) afirma que as comunidades podem ser reforçadas por estes agentes externos, que tem um grande papel dentro do processo. Entendo que isso não exclui a agência dos que lá habitam, e a centralidade das propostas e das ações de moradores será narrada e analisada em muitos pontos deste trabalho.

Além disso, é preciso destacar que, no caso do Poço, há uma ONG local, Velaumar, que é bastante importante para as atividades comunitárias. A referida ONG, com a parceria de diversos moradores, ao longo dos anos vem organizando oficinas, eventos e palestras no sentido do reconhecimento da importância do local para a história de Fortaleza. A existência da ONG constitui a presença de um “agente da modernidade”, porém *suis generis*, porque também é local.

Se as ONGs são agentes da modernidade, então neste caso se vê como a modernidade se funda dentro da própria localidade: a organização nasceu no lugar. O trânsito permanente entre local e global demonstra a hibridação apontada por Canclini (2003).

³² As ZEIS foram estabelecidas em Fortaleza pelo Plano Diretor em 2009, Lei Complementar nº 62/2009, porém o Conselho Gestor da ZEIS do Poço da Draga só foi eleito e empossado em novembro de 2018.

O que tem ocorrido, historicamente, são projetos de intervenção urbanística que interferem direta ou indiretamente no Poço da Draga, quase sempre desconsiderando a ocupação. Um exemplo é o plano municipal “Fortaleza 2040”, em que foi previsto pela Prefeitura Municipal de Fortaleza a construção de um hotel exatamente onde se localiza o Poço da Draga. Em campo, ouvi rumores sobre a construção de um possível memorial da localidade, mas estes refletem apenas desejos de alguns moradores.

Como foi mencionado, o Poço da Draga é um espaço cuja ocupação é objeto de disputa com o Poder Público e com grupos privados, evidenciando a centralidade da dimensão territorial para a vida dos moradores. Além das ameaças de remoção por conta de obras públicas, a vizinhança de um grupo privado, a Indústria Naval do Ceará (INACE), traz à memória a remoção de algumas famílias nos anos 1980 para o Conjunto Palmeiras, desconstituindo a anterior Praia Formosa, que compunha para eles o Poço da Draga.

Através da análise de várias pesquisas sobre o Poço da Draga, assim como das entrevistas realizadas por mim entre 2015 e 2018, bem como das feitas por Heloísa Oliveira, Vancarder Brito e Linda Gondim, pude concluir que as remoções no Poço da Draga ocorreram em quatro momentos. Uma observação importante diz respeito ao fato de que “remoção” normalmente se compreende como um processo de expulsão das famílias de suas moradias, porém concluí que, ao longo das décadas, os motivos que promoveram a saída das famílias foram sociais e ambientais. Diferentemente do que me parecia no início da pesquisa, quando algumas pessoas me falavam da “retirada” de determinadas áreas do Poço da Draga, nem sempre as famílias foram removidas, no sentido de que alguém as teria forçado a sair, provavelmente as obras da Indústria Naval. Com o avanço do trabalho de campo pude compreender melhor os processos, descritos na tabela abaixo:

Quadro 1 – Períodos de saída ou remoção das famílias do Poço da Draga

Período	Remoções ou territórios perdidos por outros motivos	Motivo da saída	Local do reassentamento
1968/1970	Praia Formosa	Grupo Gradvohl / INACE	Conj. Palmeiras
1984/1985	Casas no Beco Macaqueiro/Beco do Estaleiro	Grupo Gradvohl Expansão INACE	Conj palmeiras; Barra do Ceará; Serviluz; Mucuripe Dona Joana
2000	Praia da Carminha	INACE e invasão das marés	Lucas e sua família – Maracanaú
2013	Ponte Metálica (retirada de casas)	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Poço da Draga *Obs: exceção de Luciana, que foi morar fora do Poço.

Fonte: Dados da autora, 2018.

Este quadro constituiu um esforço de compreensão do contexto mais amplo das reconfigurações territoriais que o Poço da Draga sofreu dos anos 1970 até meados de 2015. Tentei entender o que teria ocorrido, quais as áreas foram retiradas, para onde foram as famílias, quais os motivos de saída e sobretudo quem gerou esses processos.

De uma forma geral, a observação e as entrevistas me levaram a concluir que o Poço da Draga se localizava ao lado da chamada Praia Formosa, uma extensa faixa de praia que se estendia desde a Ponte Metálica (Ponte Velha) até as proximidades do Arraial Moura Brasil. Neste sentido, os moradores antigos relatam um forte sentimento em relação à Praia Formosa, que deixou de existir entre o final da década de 1960 e início de 1970, precisamente com a instalação da Indústria Naval do Ceará (INACE) pelo grupo Gradvohl. A empresa começou a instalar-se na área em 1968 e nos anos seguintes foi ampliando seu domínio, comprando as casas dos

moradores e, conforme uma entrevistada, apontando novas áreas para que eles ocupassem. A Praia Formosa se desfez e muitos foram para o bairro Conjunto Palmeiras, aparentemente porque representantes da indústria diziam às famílias que nesse bairro havia locais vazios para que construíssem habitações.

Em um dos “saraus” no Poço, uma das senhoras mais velhas assim descreveu o período:

Ali no estaleiro era cheio de casas. A Eliza [Gradvhol] dona da Indústria Naval tirou todos os moradores e colocou no Conjunto Palmeiras, longe do sustento deles. A Praia Formosa acabou tudo, ela se apossou da praia que a gente tomava banho, fechou tudo e ficou dona da praia (Dona Vanda, maio de 2018).

Posteriormente, entre 1984 e 1985 a INACE passou por um processo de expansão, criando um novo pátio para o transporte de navios de até 1.800 toneladas do mar até a indústria. Esta expansão ocorreu após a retirada de mais algumas famílias do Poço da Draga, constituindo o que entendi como outro momento de remoções. Tive a oportunidade de entrevistar em 08/10/2016 uma senhora que passou por este processo, Dona Joana, hoje residente na Barra do Ceará. Com seu relato, entendi melhor as negociações para a saída das famílias e pude perceber que a maioria foi embora ou pela pressão da INACE ou pela própria invasão das marés. Boa parte das casas dessa área (Beco do Estaleiro ou Beco do Macaqueiro) sofria constantemente com as enchentes decorrentes das chuvas ou das marés altas. As razões para a saída foram mais complexas do que parecia em um primeiro momento. Para compreender o fator socioambiental, segue relato sobre as enchentes:

As cheias pegavam tudo, várias casas lá no beco do Macaqueiro. Teve um ano da enchente tão grande que passou todas aquelas casas [da rua principal] e foi bater na porta do Dr. Valmir. Nesse ano a água entrou dentro de todas as coisas. Não dava tempo de salvar nada [...]. Quem estava dentro d'água perdia era tudo (Joana, 08/10/2016).

Dona Joana relatou que já estava cansada das enchentes e que não havia para onde essas casas alagáveis migrarem no próprio Poço. Essa afirmação diz respeito à busca de melhores moradias dentro da própria localidade, uma tendência das pessoas residentes nas vielas e áreas vulneráveis de se mudar para as ruas principais. Ela também relata que a expulsão promovida pela INACE foi por etapas:

Quando foi para eu sair, não tinha mais espaço dentro. **Foi mais de um momento que a Naval foi tirando as casinhas [...]. As primeiras foram ali**

da praia, começou lá de baixo para cá. Eles limparam a Praia Formosa todinha, que era toda arruada, retiraram tudo. A minha casa e as outras foram a outra parte a sair (Dona Joana, em entrevista em 08/10/2016, grifos meus).

O que observei na conversa com D. Joana é que aparentemente a negociação foi casa a casa, sendo dito para os moradores escolherem onde queriam morar. A partir disso, apresentariam o valor do novo imóvel e, em seguida, o dinheiro seria a eles entregue. No caso dela, ela preferia ficar no Poço, mas em um lugar que não alagasse (como a rua principal, menos vulnerável), sendo que não havia área disponível, por isso foi para outra zona de praia, no antigo bairro da Colônia.

Nesta segunda ocasião, portanto, houve o fator da pressão da Indústria Naval e as más condições de moradia, associadas aos riscos relacionados às enchentes. Apesar dessa multiplicidade de fatores, não se pode diminuir o impacto da pressão pela remoção, o que foi enfatizado por outra entrevistada, afilhada de dona Joana:

Eles saíram porque foram praticamente forçados. Foi na base do "tem que sair mesmo". Eles falavam muito na palavra "indenização" da Naval [INACE]. Eles foram procurar e acharam casa, boa parte mora na Barra do Ceará, no antigo bairro da Colônia, como minha madrinha [...]. **Foi a Indústria Naval, sendo que boa parte não queria, mas tiveram que sair. Apesar de a estrutura lá onde eles moravam no Poço ser bem ruim, porque sempre chovia e alagava tudo. Mas era uma casa grande mesmo,** sendo que [...] eles pensaram que "é o jeito" mesmo (Luciana, em entrevista em 01/10/2016, grifos meus).

A respeito das indenizações, afirmou Dona Joana: “a Elisa [Gradvohl], ela comprou aquele chão e indenizou tudinho. Estão todos no Conjunto Palmeiras. Foi tudo para lá, mas eu não quis ir para lá. Porque eu ficava muito longe para o meu trabalho. Eu achei melhor vir para cá, pra Barra”.

Neste sentido, as entrevistas enfatizaram que a INACE foi a principal responsável pela remoção dos moradores do Poço da Draga, quase não havendo remoção pelo governo, porém os fatores relacionados às enchentes não podem ser desconsiderados. Assim o afirmou uma entrevistada: “Foi só a Dona Elisa Gradvohl mesmo. Não teve nada com nenhum governo não, foi só com a Naval mesmo. E a Elisa ainda mandava os empregados dela conversar com a gente. Se bem que eu ainda falei com ela para pegar o dinheiro” (Dona Joana, em 08/10/2016).

A pressão da INACE e a existência de algumas famílias que se recusaram a sair foram narradas por Dona Joana: “A dona Elisa começou, mas **tinha uns que**

diziam que não iam sair. Que só saíam se o carro passasse por cima. Eu só queria sair dali porque enchia d'água, porque eu também gostava. Se chovesse no verão ou inverno alagava” (Dona Joana, em 08/10/2016, grifos meus).

Há ainda a hipótese de que, sem se responsabilizar financeiramente por algumas casas, a INACE teria pressionado pela saída urgente dos imóveis e apenas teria apontado terrenos vazios em outros bairros para que as famílias fossem. O processo exato de como isso ocorreu não foi possível compreender no curso deste trabalho, mas as entrevistas são o testemunho dos removidos, que deve ser considerado.

As remoções, além do depoimento de Dona Joana, foram confirmadas por outro entrevistado:

A primeira parte que saiu foi perto da SEFAZ [Secretaria da Fazenda], que pegou a Praia Formosa até quase o Moura Brasil. A segunda foi quando a INACE ampliou o seu território, tirando as casas perto do paredão. As removidas perto da Ponte ali na Carminha foi algo bem depois, porque foi uma questão da maré [...]. Ou seja, foi uma coisa de interferência natural, de não tinha o que fazer (Cláudio, em entrevista em 23/05/2015).

Em um terceiro momento, ocorreu a retirada das casas por volta dos anos 2000, no microterritório conhecido como Praia da Carminha, nas proximidades da Ponte Metálica, referido por Cláudio no fim do trecho acima. Aqui também houve a iniciativa da INACE para ampliar parte do estaleiro para a área, mas uma das maiores motivações de saída das famílias foram as marés. Entrevistei um morador que saiu exatamente desse local, Lucas, que confirmou que para eles o fator principal foi a força do mar, que já estava derrubando o muro da casa de um dos membros da sua família.

Segundo ele, toda sua família morava naquele microterritório e quando a primeira casa foi saindo a tendência das outras foi acompanhar. Não se reconstitui, nesse processo, toda a vizinhança, porém ocorre a tentativa de manter próxima a rede de parentesco, enquanto um grupo de referência (HALBWACHS, 2013). No caso de Lucas, o primeiro a se mudar foi o irmão, que teria escolhido um lote no bairro Acaracuzinho em Maracanaú³³ porque sua esposa era de lá. Na sequência, foi embora a mãe de Lucas, e por último ele e a esposa. Lucas era surfista e tinha uma

³³ Cidade que integra a Região Metropolitana de Fortaleza, com grande concentração industrial.

longa relação com o mar, razão pela qual se ressentia de morar longe da praia e não poder “pegar onda” diariamente:

Se dependesse de mim eu morava perto de uma praia ainda, com certeza, **Mas no tempo da remoção veio meu irmão, aí vem um e vem puxando o resto. Foi vindo o resto da família, eu também. Foi muita gente do Poço da Draga paro o Conjunto Palmeiras.** Tem gente espalhada por todo canto aí, Messejana, outros cantos... (Lucas, em entrevista em 20/10/2016, grifos meus).

Por fim, em 2013 houve a retirada das últimas casas restantes na Ponte Metálica pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, diferentemente dos demais períodos, em que não houve participação governamental. Na Ponte, as duas últimas habitações eram de Dona Alzira, para quem, depois de muita mobilização, a Prefeitura concedeu uma casa dentro do Poço, e a casa do Sr. Alípio e de Luciana, sua filha, que era membro do movimento ProPoço.

Sobre os territórios perdidos, um que era bastante lembrado pelos moradores era o antigo campinho, que foi construído coletivamente nos anos 1990, nas proximidades da Ponte Velha. Tratava-se da única área de lazer da localidade, e notei por parte das pessoas um orgulho de tê-lo feito, em contraponto ao que sempre reclamaram da ausência do Estado. Esse campinho foi desfeito pela Indústria Naval para construir um portão de acesso de caminhões para o Estaleiro, e posteriormente o espaço não foi “devolvido”. Durante muitos anos, os moradores se ressentiram dessa perda, que em parte foi resolvida somente em fevereiro de 2016 quando uma Quadra Poliesportiva foi entregue ao Poço pela gestão municipal. Apesar disto, o campinho ainda é lembrado como uma área removida, pela qual muitas famílias nutrem afeto e lembranças.

Essa Elisa [Gradvhol, proprietária do grupo INACE] **levou o campinho e tomou tudo da gente, a Praia do Peixe, parte do entorno da Ponte, se apropria do que era nosso, de todo mundo...** Essa comunidade era antes uma maravilha, uma vilazinha, era lindo. (Dona Lídia, moradora, em entrevista em 13/05/2016, grifos meus).

O campinho foi um microterritório perdido que parece se somar aos vários outros que foram desfeitos dentro da localidade, constituindo um patrimônio de memórias e de ausências, conforme se verá. O afeto das coisas perdidas, para muitos, continua sendo traduzido por indignação e mágoa, como se observa da fala de Dona

Lídia. Muitos relataram a revolta por conta do que já foi, diante da impossibilidade de mudar o que já passou, e ainda temendo a possibilidade de que tais eventos venham a se repetir no futuro, pois a localidade continua sendo vizinha da INACE e, até então, da obra do Acquario.

A respeito dos territórios que eram e não são mais, e das famílias que saíram do Poço, mas que nunca solicitaram a mudança de suas zonas eleitorais, o antropólogo e professor Alexandre Flemming realizou um documentário juntamente com Kléber sobre o retorno ao Poço do dia de votação: Dia de Vo(l)tar. Neste trabalho, descobriram que muitas pessoas removidas até hoje preferem votar no Poço justamente por conta dos vínculos afetivos com o território e com a vizinhança antiga, para aproveitar o dia e visitar parentes e amigos. Foi em razão dos trabalhos preparatórios para este documentário que tive a oportunidade de conhecer e ouvir Lucas, participando de uma das filmagens a convite do professor Alexandre.

Além dos microterritórios que sumiram juntamente com as famílias expulsas, pude destacar na análise que outras perdas foram sentidas fortemente pelos moradores. Uma das ausências principais foi a saída das “Irmãzinhas” (freiras da ordem das Josefinas) na década de 1990, conforme dito na Introdução (ver nota 15).

Os motivos para a saída das Irmãzinhas não ficaram claros, havendo três hipóteses para esta saída: 1) mudanças organizacionais na Arquidiocese; 2) a perda de espaço dos católicos para os evangélicos no Poço, vez que as Irmãs foram deslocadas do Poço justamente no período de ascensão evangélica; 3) conflitos envolvendo algumas das freiras e as lideranças locais (no caso, da ONG). Essa última hipótese foi apontada por uma única entrevistada, Dona Lídia, porém devo destacar que ela trabalhava e morava com as Josefinas na época e posteriormente morou no Pavilhão quando elas saíram. Trata-se de uma personagem que se viu bastante envolvida na questão.

A remoção se mostra como algo que ficou bem marcado na lembrança dos moradores, seja aquela promovida pela expansão do estaleiro, ou mesmo a que ocorreu em razão do avanço das marés. Ainda atualmente trata-se de uma questão dolorosa, pelas famílias e pelos territórios que se foram, e também pela possibilidade de outras remoções ocorrerem no futuro. É possível observar esse receio na fala de um entrevistado, residente na Vila dos Correios, um dos microterritórios:

Pra mim não tem outro canto. Quando fala em deslocar, me dá uma dor, porque cresci ouvindo "vamos sair daqui", "**o Poço vai sair**", **quando eu via que todos meus amigos eram do Poço eu pensava "Eu vou ficar aqui com quem?"**, **"Eu vou fazer o quê?"**. **O Poço é minha veia que vai pro coração, tirou isso e acabou com a minha vida.** [O povo reage] com muito, muito medo até hoje... O Acquario por exemplo, quando as pessoas estavam respondendo ao questionário aparecia muito isso, alguns até gostam da ideia, se trouxer emprego, mas por outro lado tem muito medo do quê? Da remoção (Júlio, em 19/05/2016, grifos meus).

Sobre este ponto e outros que se mostram relevantes para a pesquisa, no intuito de conhecer melhor a localidade e as famílias que nela habitam, apresentarei no próximo capítulo uma descrição detalhada dos territórios que compõem o Poço da Draga, bem como a análise sobre a conflitualidade entre alguns deles.

4. OS MICROTERRITÓRIOS DO POÇO DA DRAGA

No Poço da Draga há uma relação direta entre a identidade e a territorialização em um nível local e microlocal (ALVITO, 2006), no estabelecimento do que chamarei de microterritórios. Como foi visto, identidade e território são dois conceitos interinfluenciáveis em uma escala maior, considerando por exemplo o Poço dentro da Praia de Iracema ou mesmo dentro da cidade. É através desses mesmos processos que se dá a construção das identidades de morador do Poço da Draga.

Continuando a discussão do segundo capítulo anterior sobre a centralidade dos territórios locais, por microterritórios entendo as pequenas áreas ou localidades em que as pessoas desenvolvem sua sociabilidade, as maiores interações umas com as outras (ALVITO, 2006; HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2013). Os microterritórios têm relação com a identidade das pessoas dentro da localidade onde moram; eles definem pertencimentos e conflitos.

Os microterritórios possuem forte eficácia simbólica para os moradores, independentemente de terem ou não uma nomeação expressa como “Pavilhão”, “Chafariz” ou “Pocinho”. A denominação “lá dentro” utilizada recorrentemente para fazer menção ao “Pocinho” mostra que as divisões existem e as distâncias não podem ser percorridas por qualquer morador.

Ao me referir à distância, falo não necessariamente das espaciais, mas dos distanciamentos sociais que existem na localidade. Surpreendentemente, ainda mais em uma área tão pequena, foi comum ouvir de moradores que eles passam anos sem circular por locais tão próximos a eles. A maior parte da circulação das pessoas se restringe aos trajetos obrigatórios casa-trabalho, e as áreas de sociabilidade e lazer são quase sempre as mesmas, nas proximidades de suas casas, na vizinhança mais estreita. Nestes círculos de vizinhança próxima, costumam andar com tranquilidade, ficar até tarde nas cadeiras nas calçadas, ir até a casa das comadres e compadres.

Alvito (2006) em sua pesquisa no Rio de Janeiro observou fenômeno semelhante, e suas palavras parecem até descrever o que vejo ocorrer no Poço da Draga:

O espaço, as distâncias são carregadas de conteúdo simbólico, quando dizem “lá na Barreira”, “lá na Olaria”, nem parece que estão a se referir a lugares que podem ser alcançados em menos de dois minutos a pé. [...]. A distância aqui não deve ser medida em metros: descobri que muitas pessoas

ficam anos sem circular em outras localidades de Acari ou até mesmo em outras microáreas de uma mesma localidade (ALVITO, 2006, p.198).

Da mesma forma que Alvito, ouvi estas expressões “lá em tal lugar”, quase sempre se referindo ao Pocinho, como se fosse um lugar muito distante da casa de quem falava. No entanto, tratava-se de áreas muito próximas, aonde se podia chegar com um ou dois minutos de caminhada. Reitero que as distâncias não são do espaço, são afetivas, são simbólicas, não sendo por isso menos concretas e impactantes na vida das pessoas. As demarcações eram constantemente feitas, ainda que não se referissem ao Pocinho, o morador parecia sentir a necessidade de marcar bem o “lá” e o “cá”, o que para mim pareceu muito emblemático quando, ao mesmo tempo, na fala oficial a regra era dizer que “somos todos uma comunidade”.

Essas pequenas ou grandes contradições para mim representaram a importância de adentrar nos motivos pelos quais as diferenças eram marcadas e nas razões pelas quais eles compreendiam que, em determinadas ocasiões, era necessário ressaltar a unidade da localidade.

No Poço, pesquisas anteriores ao meu trabalho de campo faziam referência a uma “favela dentro da outra” (FEITOSA, 1993; OLIVEIRA, 2006), aludindo a um processo de segregação interno. A área mais vulnerável dentro da localidade persiste, vez que o Pocinho ainda está lá e as disparidades construtivas e de renda permanecem. A divisão socioeconômica existe, é perceptível e expressa nos testemunhos dos moradores, quase sempre de forma velada e com palavras que dizem sem dizer. Grande parte dos que vivem nas vias principais do Poço compreende que vive em melhores circunstâncias do que aqueles residentes na área do “Pocinho”, quase sempre referido como “lá” ou “lá dentro”. Tais expressões somente ressaltam o relativo distanciamento do Pocinho do resto da localidade. Alguns dos nomes a ele atribuídos são: Poço, Pocinho, Papoco, Terreno e Mangue, conforme se verá.

Como já disse, meu trabalho de campo iniciou-se em 2014, mas desde 2011 frequento o Poço da Draga e com o tempo fui percebendo que há uma estratégia de negação das diferenças por parte dos moradores, no sentido de afirmar a unidade local. Em várias ocasiões indaguei diretamente sobre o “Pocinho” ou “Papoco”, e muitas vezes ouvi respostas evasivas sobre a área. A evitação e o silêncio não foram por isso menos significativos. Era pelas tentativas de escondê-lo que o Pocinho era mais evidenciado, afirmado fortemente através do não dito. Listarei abaixo alguns dos

microterritórios observados no Poço da Draga, abordando os diversos usos pelos moradores (FIGURA 13).

Figura 13 – Os microterritórios no Poço da Draga



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2018.

a) O Pocinho (“terreno”, “mangue” ou simplesmente “lá dentro”):

Trata-se de uma área cuja principal função é de moradia. Na figura 13, está marcada em vermelho. As pessoas que hoje tem por volta de 35, 40 anos afirmam que anteriormente, até o final dos anos 1990, ali existia uma mata nativa muito rica, repleta de espécies de aves, peixes e crustáceos que hoje não mais existem. Relatam que o que chamavam de “mangue” já foi uma grande área de lazer, pois ali eles nadavam, brincavam e viviam várias aventuras.

O Pocinho foi uma área consolidada posteriormente, não data do início do Poço da Draga. Os moradores antigos e as pesquisas apontam que sua ocupação se deu nos anos 1990, inicialmente por familiares e conhecidos dos primeiros moradores, e posteriormente por famílias do interior ou de outros bairros de Fortaleza, mas “desconhecidos” (OLIVEIRA, 2006). Neste local, estão concentradas muitas das casas mais simples, são as residências de boa parte das famílias com menor poder

aquisitivo, mas cabe ressaltar que também existem casas com padrão considerado de baixa habitabilidade³⁴ na área da Portelinha, que será apresentada adiante.

O Pocinho corresponde à área de maior vulnerabilidade socioambiental do Poço, em razão de margear uma zona de um antigo riacho, sendo um local alagável. Nesse ponto, as casas sofrem com as cheias e algumas, com a possibilidade de danos estruturais. Alguns moradores acreditam que ali era a foz do Riacho Pajeú, o que Teixeira (2017) posteriormente apontou não ser uma informação verdadeira (TEIXEIRA, 2017). Teixeira realizou sua pesquisa através da análise de mapas e outros documentos municipais, concluindo em sua dissertação de mestrado que a foz do riacho passa pelo terreno da Indústria Naval (INACE):

Esse trecho da foz abriga da esquerda para a direita o empreendimento cinco estrelas Marina Park Hotel, a Indústria Naval do Ceará (INACE) e uma comunidade chamada Poço da Draga. **O terreno onde se encontra o hotel é uma faixa de praia privatizada à margem esquerda do trajeto natural do riacho Pajeú, em cuja desembocadura resta hoje uma saída de águas pluviais. Após uma obra de drenagem da década de 1980, modificou-se o trajeto do riacho de forma que a foz foi transferida para o terreno da citada indústria,** seguindo do Mercado Central sob a av. Alberto Nepomuceno até o mar (TEIXEIRA, 2017, p. 34, grifos meus).

Segundo a autora, o Poço da Draga localiza-se, na verdade, a leste da referida foz. Destaco que este é um ponto bastante controverso. Neste sentido, cabe destacar que é possível, segundo um morador, que haja interesse na manutenção da crença de que a área corresponde a uma foz de rio e, conseqüentemente, trata-se de uma Área de Proteção Permanente (APP). Sendo área de proteção, em tese não é possível que haja construções e moradores naquele trecho. Conforme placa da Prefeitura Municipal de Fortaleza instalada em 2016, parte do Pocinho corresponde à APP e as casas dali deveriam ser retiradas. Trata-se de uma questão complexa e que deve se desenrolar nos próximos anos.

Cabe destacar que quase sempre nas visitas guiadas, as pessoas eram levadas para conhecer o Beco do Macaqueiro, de onde era possível ver (porém não adentrar) essa área alagável. As visitas são eventos próprios do Poço da Draga, em que um morador leva as pessoas pelas ruas internas e fala do que considera seus principais pontos históricos, bem como a relação com a Praia de Iracema.

³⁴ O Censo realizado pelos moradores em parceria com a UNIFOR identificou que em outra área, a Portelinha, existem muitas casas menores de 25m², que é o padrão mínimo aceitável para áreas de ZEIS.

Nas visitas, o guia costumava apontar nessas ocasiões a controvérsia, destacando que, segundo ele, o Poder Público utilizava do medo dos moradores, tendo transformado aquela área em APP para supostamente revitalizar a área do riacho. Isso, para ele, seria uma manobra para tentar retirar parte do Poço da Draga, pois em tese seria necessário retirar as casas para recuperar o rio. Quanto à necessidade de recuperação da área, ele apontava uma solução: a realização da obra tal qual ocorreu no Paço Municipal e no Mercado Central, com o riacho “recuperado” através de grandes canais de pedra, de forma que não foi preciso remover nenhuma construção. Por fim, costumava lembrar que o Poço é área da União e somente a União poderia reivindicar a saída das famílias, não sendo possível a remoção pelo Município³⁵.

Conforme apontado, boa parte dos moradores com quem falei não se sentiam à vontade para caminhar “lá dentro” (Pocinho), por receio das atividades ligadas ao tráfico de drogas. Observei, no entanto, que a imagem de vulnerabilidade e extrema pobreza poderia ser mais uma projeção dos moradores do que algo que se mantivesse nos dias atuais. Quando da realização do Censo comunitário no primeiro semestre de 2016³⁶, o cenário de pobreza, casas de taipa e vulnerabilidade não era mais o mesmo, assim como a realidade da violência, aparentemente. Cláudio é um dos moradores com maior mobilidade dentro do Poço da Draga, vez que é uma liderança jovem e muito bem quista por onde passa, pude comprovar isso em várias andanças em que o acompanhei. Por isto mesmo, impressionou-me por muito anos as ruas “lá de dentro” lhe ficaram desconhecidas, distantes, a despeito da enorme proximidade física com sua residência.

É possível observar na figura 13 como o Pocinho, delimitado em vermelho, está imerso em uma área verde, correspondente às árvores remanescentes do “antigo mangue”, assim chamado pelos moradores.

³⁵ Juridicamente, no entanto, é possível a cessão de qualquer área da União para o Município ou o Estado, cumpridos todos os requisitos legais. Nesse caso, o ente federativo que obtiver a cessão será responsável pela gestão e ordenamento da área, o que poderia, em tese, implicar remoções.

³⁶ Abordarei esse tema no quinto capítulo, quando da descrição do Poço da Draga realizada pelo Censo comunitário.

Figura 14 – Construções no Pocinho (2018)



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Acerca da antiga dicotomia Pocinho *versus* área principal, a observação sistemática me possibilitou compreender que as divisões territoriais são bem mais complexas do que as categorias anteriores apontavam, demonstrando que o Poço é dividido em blocos por afinidades, mesclando questões de vizinhança, parentesco e religião.

Ao Pocinho, parte considerável do restante da localidade atribui as características de desorganização, violência e perigo. Trata-se da área mais estigmatizada, disso não há dúvidas. Em diversas ocasiões ouvi que no Pocinho é onde se concentra o tráfico de drogas, onde há a maioria das “bocas de fumo”, e as razões para isso seriam tanto sociais quanto geográficas. Sociais, porque a maioria das pessoas do Pocinho são “de fora”, “desconhecidos”, “não são do Poço da Draga”, no sentido de originárias (ELIAS; SCOTSON, 2000). Isto vem carregado de diversos atributos morais, conforme já se disse. E geográficos, porque é uma área alagável e onde os becos são mais estreitos do que no restante da localidade, o que dificulta o acesso e o próprio controle da polícia, o que tornaria a área propícia para o estabelecimento das “bocas de fumo”.

Segundo os moradores mais antigos, a ocupação do Pocinho e a chegada do tráfico de drogas eram vistos como dois fenômenos que vieram juntos para o Poço da Draga. Havia todo um esforço para solidificar a ideia de que, antes do Pocinho, o tráfico não havia se instalado ou era quase inexistente. Neste sentido, as duas circunstâncias teriam acontecido por volta da década de 1990, quando coincidentemente ou não ocorriam na Praia de Iracema uma série de obras voltadas para o turismo, as chamadas “obras espetaculares” (LYRA; MATOS, 2014).

Conforme Cláudio e Cíntia, até os anos 1980 e 1990, a juventude do Poço costumava se divertir no mangue, porém os jovens também frequentavam a praia do Lido e a Piscininha próxima ao Estoril³⁷. Conforme seus depoimentos, o uso de drogas nestes locais não era uma prática ostensiva nestas décadas, na sua visão tendo um rápido e preocupante crescimento, nos anos 1990, coincidentemente o período das obras espetaculares. Nessa época, Cláudio e seus amigos passaram a se divertir na Ponte dos Ingleses (reforma em 1994) e no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC, 1998).

A certa reserva com relação às drogas ocorria por várias razões, segundo estes moradores, sendo uma delas o forte respeito imposto pelas Irmãzinhas³⁸ naquela área. Neste sentido, o aumento do consumo e da venda de drogas na localidade é um fenômeno que pode ser explicado por múltiplos fatores sociais, sem que necessariamente um tenha sido o determinante: a saída do grupo de freiras, que teria contribuído para a diminuição da coesão social, do respeito e da “moral” da área; as obras de “revitalização urbana” que promoveram um incremento turístico em toda aquela região, possibilitando um acréscimo no fluxo de turistas nacionais e estrangeiros. Paralelamente a isto, é preciso considerar o turismo sexual que marca as cidades litorâneas brasileiras, também caso de Fortaleza, contribuindo para a prostituição, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas. Para eles, assim como para alguns estudiosos, o turismo e a prostituição estão associadas ao fenômeno das drogas (PISCITELLI, 2004; 2007).

³⁷A Piscininha correspondia a uma área alagável nas proximidades da Ponte Metálica e do bar e restaurante Estoril, em razão da água do mar ficar represada entre os paredões de pedra construídos para barrar o avanço das ondas. Trata-se de um espaço de memórias e afetos, considerando-se que boa parte das crianças do Poço tinha o hábito de tomar banho na Piscininha nos anos 1970 e 1980.

³⁸ Grupo de Irmãs Josefinas bastante atuante no Poço entre as décadas de 1970 e 1990, a respeito do qual falarei posteriormente.

Retomando a questão do estigma do Pocinho, havia um forte discurso dos moradores das ruas principais atribuindo aos moradores deste microterritório características como falta de educação formal e moral, comportamentos considerados desordeiros, agressivos, dentre outras ideias carregadas de valoração negativa. Pude perceber ao longo dos anos que as características atribuídas aos microterritórios espacialmente eram transladadas para as pessoas que neles habitavam. Desta forma, como no Pocinho estavam localizadas as casas mais simples e havia maior número de vias estreitas, lá os carros de serviço público não podiam passar e se observava realmente o acúmulo de lixo. Assim, as famílias que se encontravam nas ruas ditas principais consideravam que aquela área era mais suja e desorganizada, como o seriam os moradores de lá.

É desta forma que as classificações espaciais estão permeadas de atributos morais que são impostos de determinadas pessoas em relação a outras. Outra questão importante e que apareceu em vários momentos da pesquisa foi a seguinte: a atribuição de acusações no sentido de apontar que os problemas e a violência estão sempre “do lado de lá”, no outro, nunca onde se vive.

Alguns autores foram centrais para que eu compreendesse melhor esses dilemas, a exemplo de Bourdieu (1989), no que afirmou sobre as proximidades não necessariamente reproduzirem aproximações sociais e morais. Muitas vezes na cidade há uma convivência tensa de classes distintas numa área vizinha, ou coabitam na mesma localidade dois grupos rivais. Além disso, Bourdieu destaca que muitas vezes as pessoas usam de estratégias de distinção social para valorizar a si mesmos, suas casas, suas posições em detrimento de outros grupos, muitas vezes muito próximos. Fortaleza é exemplo de inúmeras áreas, quase bairros inteiros, dominados por facções do tráfico de drogas e muitas vezes em regiões limítrofes. No Poço da Draga isto também ocorre e ficou muito claro em campo que as condições socioeconômicas das famílias divergem muito, então seus horizontes de expectativas também eram bastante variáveis. Havia famílias em que boa parte dos membros teve acesso aos estudos, já outras em que muitos ainda eram analfabetos: as distâncias eram grandes, o que a pesquisa realizada pelos moradores o demonstrou, conforme veremos adiante.

Para Bourdieu (1989), os agentes distribuídos em qualquer campo da sociedade (e a localidade pode ser considerada um campo), adotam estratégias de vida conforme seus interesses, traçando metas e objetivos para crescer no campo.

Ocorre que para, tal ocorrer, deve haver uma valorização do seu capital e ao mesmo tempo uma desvalorização do capital do outro. Neste sentido, observei que para algumas pessoas afirmar que a violência, a desorganização e a sujeira estão no outro (no Pocinho, ou “lá dentro”) era dizer também que nada de ruim era de sua própria responsabilidade, pois eram os outros que produziam os fatores negativos. Trata-se de estratégias de distinção, e que em maior ou menor escala representam também um esforço por distinguir seus microterritórios, suas ruas e suas próprias residências, agregando valor social e econômico para as moradias. Neste sentido, também o território define limites e produz alteridades, ou seja, legítima “a diferença entre nós e os outros” (SOUZA, 2001, p.86).

Dando seguimento à análise, através das referidas práticas é possível se falar do deslocamento do estigma de um sujeito para outro (GONDIM; GOMES, 2013):

A territorialização, da qual resulta a delimitação de micro-áreas, favorece a estratégia de “deslocar” o estigma para outros sujeitos, por meio de uma alteridade negativa, ou seja: a qualidade que desperta a estigmatização – seja a violência, seja a própria condição de favelado – é atribuída a outro, em relação ao qual se faz necessário manter uma distância social para que a proximidade no espaço não seja “contaminadora” (GONDIM; GOMES, 2013, p. 6).

No estudo *Os estabelecidos e os outsiders* na Inglaterra, Norbert Elias e John Scotson (2000) observaram que em determinadas circunstâncias os “recém-chegados” não são aceitos pela coletividade pelo simples fato de terem se instalado posteriormente. Os autores aprofundam o debate para compreender porque ocorre essa recusa dos antigos pelos novos, sobretudo considerando que em todos os outros quesitos os grupos são semelhantes – econômica, social e nacionalmente, por exemplo. O tempo de residência era o principal fator que definia o *status* das famílias: aquelas que haviam se estabelecido primeiro discriminavam as que se estabeleceram anos depois, ainda que ambos os grupos não tivessem maiores distinções quanto à renda e a outros atributos sociais. No Poço da Draga, da mesma forma que observado pelos autores, o tempo de moradia foi e é um fator crucial na distinção dos moradores do Pocinho e dos demais.

Foi comum ouvir durante o campo e nas entrevistas sobre questões e problemas que vinham de “lá de dentro”, que é outra forma de se referir ao Pocinho, sem dizê-lo claramente. Essas formas de falar através de subterfúgios também me chamaram muito a atenção, demonstrando um forte receio de falar diretamente,

acredito que por evitação de conflitos, pelo medo de retaliações. Foi somente depois de muito tempo que alguns interlocutores passaram a falar dessas questões, porque inicialmente a imagem de que “todos somos comunidade” prevalecia em todos os momentos, fossem situações do cotidiano ou eventos públicos.

O Pocinho foi a área em que menos adentrei, em razão de inúmeras negativas dos moradores às minhas iniciativas. Até nas visitas guiadas, de que falo no último capítulo, em que supostamente toda a localidade é percorrida, esta zona é evitada. O mais perto que se chegava do Pocinho era nas suas margens ou na entrada pelo Beco do Estaleiro (ou Beco do Macaqueiro), em que os visitantes circundavam o “antigo mangue”, dando uma volta pelo outro lado nas proximidades de um mercadinho na área dos “Galdinos”. O guia explicava não ser possível seguir pelo Pocinho por conta da limitação física: os becos eram estreitos e não havia como passarem várias pessoas ao mesmo tempo.

Considerando o motivo aludido, solicitei outras vezes caminhar pela área quando estávamos em número menor ou mesmo apenas eu e o guia, e igualmente o acesso foi negado. De forma sutil, essa barreira sempre me foi apresentada, mesmo pelas pessoas mais próximas a mim. Outros argumentos para “dar a volta” na visita guiada, em ocasiões diferentes, foram a chuva que teria ocorrido pela manhã, o que tornaria a passagem difícil e com risco de acidentes, ou mesmo o horário avançado (já próximo de anoitecer). O guia disse, em duas visitas diferentes, que não era interessante fazer o percurso à noite em razão dos bêbados e dos usuários de drogas, vez que naquele horário muitos já estariam “caídos pelos becos”, o que tornaria a passagem difícil e haveria o risco de nos abordarem por dinheiro. Esse argumento, em especial, tocou sutilmente na existência do tráfico de drogas e dos pontos de venda, assunto de que em geral pouco se falava.

Reparei que há outras definições utilizadas para a área anteriormente nomeada de “Pocinho” ou “Papoco”, quais sejam: “terreno”, “mangue” ou, curiosamente, “lá dentro” – esta última sendo a mais comum. Não se trata propriamente de um nome, e sim de uma referência geográfica que contrapõe “lá” e “cá”, e, portanto, “nós” *versus* “eles”. Não ouvi muito a expressão “Pocinho”. Apesar de ter ouvido pouco, cabe destacar que na visita guiada ou Expresso que ocorre na localidade - de que falo no sexto capítulo - uma das estações criadas é a “Estação Pocinho”. Ou seja, a nomenclatura ainda é usada.

Por fim, algo interessante sobre o Pocinho foi que nos últimos anos da pesquisa, em especial em 2017 e 2018, em várias ocasiões meus interlocutores falaram que a violência do Pocinho, relacionada às drogas, não era mais a mesma. Segundo quase todos, o terreno não era violento como antes, sendo o Poço hoje muito mais “tranquilo”, conforme se falará adiante. Através de informação fornecida pela ONG Velaumar, o Poço só teria 21 jovens cumprindo medida socioeducativa de um total de 2 mil pessoas³⁹. Por outro lado, alguns afirmaram que outro motivo para a diminuição significativa da violência no local devia-se ao fato de que muitos envolvidos foram mortos pelo tráfico ou foram embora.

De uma forma ou de outra, segundo a maioria não haveria mais as guerras de gangue. Ademais, as casas dessa área já eram todas de alvenaria à época do trabalho de campo, o que não significa que a segregação tivesse acabado. Dois dos principais interlocutores, quando realizaram a pesquisa comunitária de que falarei no quinto capítulo, afirmaram ter ficado surpresos com a qualidade das casas da área, pois não entravam lá há mais de cinco anos e tudo havia mudado e melhorado muito. Isso também foi algo que me chamou a atenção: por que pessoas que moram em uma localidade há mais de trinta anos evitam circular nos microterritórios vizinhos, tão próximos? Certamente esse lapso temporal e a evitação de alguns trajetos considerados desnecessários revela muito sobre as diferenciações entre os territórios e as próprias pessoas.

b) Portelinha:

Trata-se da área mais recentemente anexada ao território do Poço, tendo ocorrido em 2006 a ocupação de um galpão desabitado cujo proprietário havia anos não pagava o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tributo municipal. Entrevistei alguns moradores e todos afirmaram que a ocupação foi conduzida pelo líder da associação de moradores, sendo algo bastante organizado e sério. Cláudio afirmava que esse senhor não vendera os lotes, de fato os doara para as pessoas mais necessitadas. Para Cláudio, boa parte da Portelinha veio do Pocinho (área alagável) e de famílias em coabitação nas ruas principais. Já para Júlio, a maioria dos ocupantes

³⁹ Informação questionada pelo Censo de 2016, que apontou cerca de 1.300 moradores, conforme se verá no próximo capítulo.

não era do “terreno” (Pocinho), consistindo prioritariamente das famílias dos filhos e dos genros de residentes nas ruas principais.

Figura 15 – Portelinha: entrada pela rua Guilherme Blum



Fonte: Acervo da autora, em visita guiada em 2016.

c) A Ponte Metálica:

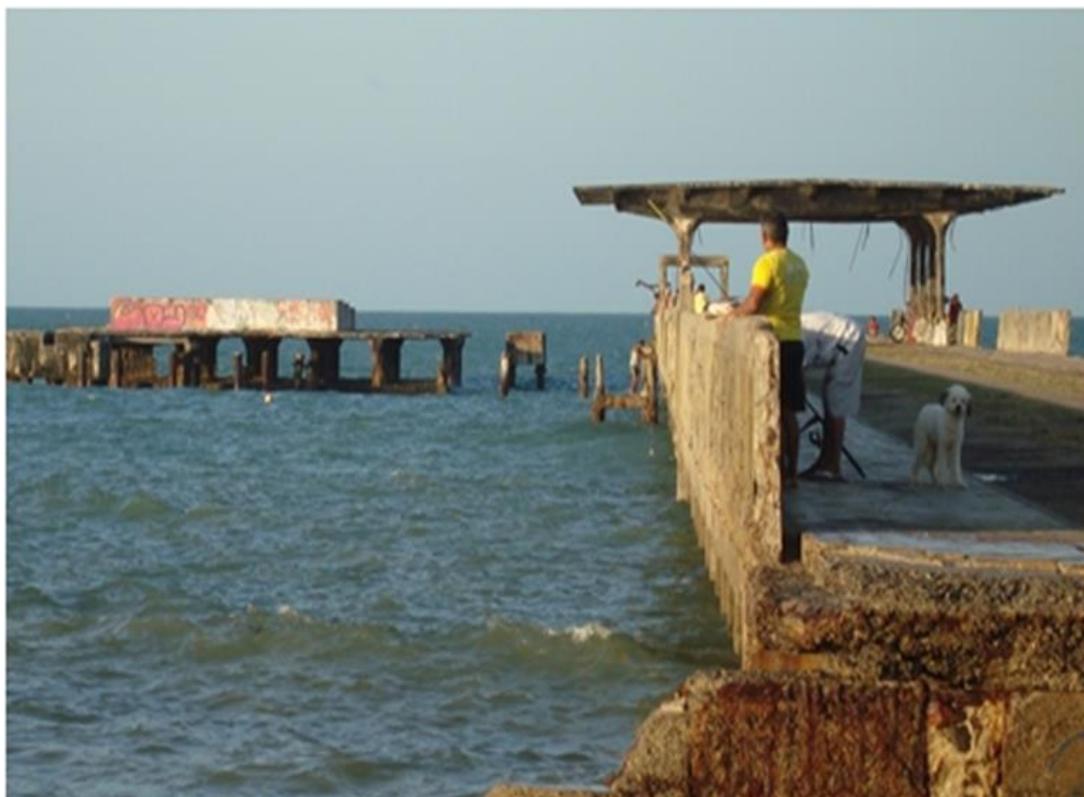
Interessei-me em saber quem, no Poço da Draga, apropria-se de quais áreas, transformando-as em territórios vivenciados, praticados, a exemplo dos grupos de jovens que se revezam na prática de várias modalidades na Quadra Poliesportiva inaugurada em fevereiro de 2016. A Ponte Metálica, por exemplo, é um microterritório cuja principal função hoje é de lazer, mas já foi utilizado para moradia (poucos anos atrás, até 2013) e também para trabalho, com a atividade pesqueira. Hoje ainda há quem pesque na Ponte, mas aqueles com quem conversei afirmavam que esta também constituía uma atividade de lazer (FIGURAS 16, 17).

Figura 16 – Ponte Metálica 1



Fonte: Castro (2013).

Figura 17 – Ponte Metálica 2



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Outro exemplo emblemático era a utilização da Ponte Metálica aos sábados e domingos, em especial a área conhecida como “Passatempo”, para a prática de saltos em direção às ondas (FIGURA 18).

Figura 11 – Saltos na Ponte Metálica

Fonte: <https://turismonolitoraldocearablog.wordpress.com/author/carlinhosalvesceara/page/2/>>. Acesso em 25 jul. 2018.

Neste exemplo, um local que é aparentemente inexistente ou sem função se converte em um lugar a partir de um determinado uso (SOUZA, 2013): trata-se da parte superior e em destroços do que já foi a Ponte. Até pouco tempo esse uso era predominantemente de moradores, mas nos meses de abril e maio de 2016 o fenômeno se intensificou e passou a agregar jovens de outros bairros da cidade e até mesmo de outras cidades como Maracanaú e Caucaia, sobretudo aos sábados e domingos. Este fato assustou uma parcela dos residentes no Poço, em parte pelo receio de que a estrutura da Ponte não suporte tantos frequentadores simultaneamente. Ademais, observei por parte dos entrevistados um medo latente de conflitos entre os mais diversos grupos de jovens.

Especialmente sobre esse fato, um entrevistado ressaltou que o dia mais lotado era domingo e que ele mesmo já vinha participando há cinco semanas, na ocasião da entrevista. Afirmou que “a Ponte está na moda. É como um Beach Park⁴⁰ grátis, todo mundo quer vir... É algo para lazer, não há droga” (Júlio, em entrevista 19/05/2016). Para ele, a prova de que o atrativo para jovens de toda a cidade não eram as drogas era a inexistência de conflitos e ocorrências policiais, tratando-se

⁴⁰ Parque aquático conhecido em Fortaleza, com grande fluxo de turistas nacionais e estrangeiros.

puramente de encontros de lazer. No entanto, para outra moradora a alta frequência tinha sim relação com uso de drogas e com a violência urbana, ressaltando que com esses problemas veio junto a pichação do Pavilhão Atlântico (Dona Lídia, em entrevista em 13/05/2016).

d) O Pavilhão Atlântico:

Assim como a Ponte, o Pavilhão Atlântico é um dos microterritórios (SOUZA, 2013) existentes na área (FIGURA 19). Não é voltado para moradia, mas já abrigou a residência das Irmãs Josefinas entre as décadas de 1970 a 1990, como já mencionou. O grupo executou importantes funções de educação e coesão comunitária, vez que as freiras dirigiam a escola primária que marcou bastante os moradores. Além do trabalho escolar, as freiras organizavam as festas religiosas e os principais eventos sociais como o Dia das Crianças, o Dia das mães e o Natal, conforme será discutido no último capítulo.

O mesmo espaço posteriormente serviu de casa para uma moradora ex-Josefina, que lá viveu até 2009. A utilização do prédio pelas freiras é reiteradamente mencionada pelos moradores, apesar de ser uma lembrança do passado. Inclusive porque o outro nome do espaço – igualmente usado – é “Irmãzinhas”. Sobre essa questão darei destaque no último capítulo, pois a compreensão desse fenômeno, as ausências que são presentificadas, são algo central no presente trabalho.

Atualmente a principal função do Pavilhão é sediar eventos culturais e coletivos. Além disso, muitas vezes o espaço serve também de abrigo para pessoas em situação de rua, algumas com vínculo com o Poço, porém não todas. Em alguns dos eventos, notei que a presença dessas pessoas era vista como incômoda por alguns dos organizadores, porém na maior parte das vezes observei a convivência pacífica e a coexistência dos usos do lugar.

O Pavilhão é um dos lugares mais citados nas entrevistas e conversas informais, tendo centralidade nos eventos promovidos por moradores, apoiadores ou mobilizados por membros da Prefeitura. Por ora, cabe adiantar que o espaço já foi uma escola; a sede de um grupo de freiras Josefinas; uma delegacia; um posto de saúde; a casa de uma moradora, e por fim é um local utilizado para eventos festivos, reuniões, oficinas e demais atividades públicas, quase sempre organizadas pelos

moradores. O uso do espaço é bastante disputado e reflete parte dos conflitos locais ou de uma verdadeira “guerra de lugares”, conforme se verá.

Figura 12 – Pavilhão Atlântico



Fonte: Acervo da autora, 2016.

e) A Vila dos Correios:

Trata-se de uma área que ao mesmo tempo se localiza “afetivamente dentro” do Poço, porém “fora” dele enquanto poligonal. A Vila se localiza no outro lado da Avenida Almirante Tamandaré (FIGURAS 1, 2, 13), mas há décadas possui forte relação com a localidade. Alguns moradores da Vila dizem se considerar do Poço da Draga e pude entrevistar um deles que afirmou categoricamente: “nós também somos Poço da Draga” (Júlio, em entrevista no dia 19/05/2016). O interessante da entrevista é que ele afirmou que para ele não há divisão alguma entre a Vila e o Poço, porém na sua fala percebi que uma parte da Vila não se enxerga como semelhante à localidade, só “de uns tempos para cá” (Júlio). Essa identificação, portanto, não é homogênea nem uníssona.

O reconhecimento inverso também ocorre, Cíntia e Cláudio costumavam falar que a Vila também compõe o Poço, e este último costumava contar histórias pitorescas durante as visitas guiadas. Cláudio contava que há muitos anos a única padaria próxima era no Poço e as pessoas da Vila compravam pão lá, muitas vezes bem mais cedo que os moradores do Poço. Dessa forma, eles tinham que esperar

pela próxima fornada de pães, razão pela qual atribuíram à Vila a alcunha de “Vila dos come-pão”.

4.1 As disputas socioterritoriais

Os conflitos na realidade eram negados, dificilmente aparecendo “a olho nu”. Apenas com a observação sistemática e com a presença contínua no cotidiano das atividades foi possível compreender um pouco melhor uma espécie de “guerra de lugares” no Poço da Draga conduzida por lideranças e moradores mais atuantes. A conflitualidade vinha à tona em especial quando era necessário decidir onde ocorreria determinado evento, seja uma reunião, seja uma exibição de filmes, por exemplo. Nestes momentos, as disputas ficavam evidentes e os conflitos territoriais eram postos à mesa. O maior exemplo disso sempre foi o amplo conjunto de atividades que compunha o aniversário local, de que falarei no último capítulo.

Particpei de muitas reuniões sobretudo nos meses de março a abril nos anos de 2015, 2016 e 2017, período que antecedia os aniversários, momentos cruciais em que isto ficou mais claro. A fala de uma entrevistada para definir local e data dos cineclubes mostra bem essa questão. Na circunstância em que alguém sugerira que os eventos fossem espalhados na localidade e não ocorressem sempre no mesmo lugar, ela discordou: “Acho que tem que fazer todas as coisas aqui no Pavilhão, porque é um espaço neutro. Se for em frente à Dona Marta só vai quem mora lá [naquela área]. Só vai o grupinho, os outros não vão [...]. **Aqui [Pavilhão] é neutro**, discordo das coisas serem em outro lugar” (liderança, em reunião no dia 09/07/2015, ênfase dada por ela).

O argumento de que o Pavilhão é um “espaço neutro” é emblemático porque indica que, segundo ela, as outras áreas não o são. Neste sentido, ela possuía uma visão de que os outros territórios eram, de certa forma, apropriados por grupos específicos. Para alguns, o local que ela desejava que fosse visto como neutro era na verdade uma área considerada como “sua”.

Na ocasião, alguns criticaram fortemente o uso prioritário daquele espaço, afirmando se tratar de uma prática centralizadora e que para ele era ainda mais grave porque o Pavilhão era relativamente distante das casas, das ruas principais e das vielas que compõem o Poço. Para um desses que discordou, o Pavilhão historicamente vem sendo utilizado por determinado grupo e, portanto, tudo o que lá

ocorre é um reforço político do grupo ligado a eles. No seu entendimento, as atividades coletivas e culturais deveriam ocorrer sempre dentro do Poço, e “dentro” para ele significa nas ruas, em frente às casas, não no Pavilhão. Evidentemente, o que é neutro para um não o é para o outro. A “neutralidade” pode e costuma ser usada como recurso discursivo e ideológico, para impor os próprios interesses aos demais.

Com este e outros exemplos, percebi que, além da marcação entre os microterritórios, a localidade é dividida em blocos de afinidade ou de maior solidariedade e compadrio. De fato, a qualidade das interações parecia ser muito maior entre os blocos de casas mais próximas. Essa percepção foi confirmada em uma entrevista, quando, ao indagar a respeito, um morador descreveu como seriam tais blocos de maior interação ou amizade, tomando como exemplo a proximidade de sua própria casa:

Sim, a comunidade é bem dividida a partir das amizades. Pra mim é assim: **Bloco 1** [partindo da Rua Viaduto Moreira da Rocha, sentido Ponte Metálica-Dragão do Mar]: Mercadinho Alvo, Beco Macaqueiro até a casa da Rita. Ali a gente e os adultos jogavam baralho, crianças brincavam juntas. **Bloco 2**: nossas mães chamavam ali de “centro” ou “Frente”, onde eu moro. “Crianças, vão brincar ali na Frente”. Vai da Rita até mais ou menos o Beco do Valmir até o Chafariz. Tem gente que diz que ali é domínio da ONG. Essa parte do bloco 2 se relaciona mais com o bloco 1 do que com o pessoal após o Chafariz. Aqui quase todo mundo é católico. **Bloco 3**: Do Chafariz até “lá pra dentro” [Pocinho, Mangue ou Terreno] houve um avanço evangélico na década de 1990. Foi uma senhora que chegou com um discurso de que a igreja evangélica traria melhoria de vida e sabia que não teria adeptos na Frente para baixo, que são as casas melhores... (Cláudio, morador, em entrevista em março de 2016, grifos meus).

Nessa descrição aparentemente simples, um morador falou da relação que ele estabelece entre pobreza e protestantismo, mostrando as distâncias ou rivalidades existentes entre católicos e evangélicos. Segundo Cláudio, do Chafariz até a casa de Kleber houve um avanço evangélico significativo na década de 1990. As razões apontadas por ele foram de ordem pessoal: uma certa vizinha convenceu a outra e também algumas casas da área mais pobre perto de Kleber, com o discurso de melhoria de vida. Para ele, esse argumento não convenceria e traria adeptos na região composta pelas casas melhores, só sendo possível esse discurso vencer onde predomina pobreza. Uma questão é que no Pocinho, para além da casa de Kleber, observa-se uma vulnerabilidade maior, não havendo áreas livres, e por isso as crianças não possuíam local para brincar.

Acerca das questões religiosas, é importante lembrar que elas guardaram relação com as disputas em torno da presidência da Associação dos moradores no início do ano 2000, conforme Oliveira (2006). Especificamente sobre a Associação, destaco que os interesses giravam em torno de fatores pessoais, religiosos e de controle do território, pois quem ganhava podia se dizer representante da localidade, de todos os microterritórios, ainda que se saiba dos limites dessa representatividade.

Sobre as discordâncias políticas entre os líderes locais, cabe destacar que a nomenclatura “liderança” não parecia gozar de muito prestígio na localidade. Havia uma clara evitação desta denominação pelas pessoas que exerciam o papel de centralidade, organizando as atividades comunitárias ou mesmo representando a localidade em eventos ou nos meios de comunicação. Neste sentido, observei certa recusa em utilizar o termo, possivelmente em razão de algumas “antigas lideranças” possuírem má reputação. Ou ainda por conta da ideia de que “lideranças” possuem ligação com políticos e auferem lucros ou benefícios particulares utilizando-se indevidamente da função.

Apesar disto, as irmãs que eram responsáveis pela ONG desempenhavam um papel que normalmente se atribui às lideranças clássicas. Elas deram continuidade ao legado da mãe, D. Amélia, que se reconhecia como liderança, e eram gestoras da ONG que possuía grande reconhecimento no local. Ademais, eram quase sempre elas as procuradas e indicadas pelos demais moradores quando um veículo de comunicação chegava na localidade, bem como por grupos de pesquisa ou interessados em conhecer ou contribuir com o Poço.

Cíntia algumas vezes negou essa nomenclatura, porém entendo que ela exercia esse papel. Da mesma forma, Cláudio não se enxergava como liderança, mas era responsável por uma série de atividades coletivas ao longo dos anos de 2015 e 2018. Kléber também tinha um papel potencialmente aglutinador junto a juventude, porém, por sua postura mais introspectiva, não desempenhava muito esse papel de representação. Citei essas três pessoas porque foram importantes durante a minha pesquisa e porque observei que entre elas há discordâncias políticas, em alguns momentos mais fortes do que outros. Um morador em especial apresentou fortes críticas à Cíntia e à ONG e também a Cláudio e ao movimento ProPoço.

Retomando a questão dos “blocos de amizade” ou de vizinhança descrita acima, destaco que estariam estreitamente relacionados ao território, vez que as famílias desenvolvem laços de compadrio mais fortes conforme estejam mais

próximas. De fato, observei em campo que era bem mais comum que as relações de sociabilidade se dessem dentro do mesmo microterritório, apesar de que não é infrequente que as pessoas circulem dentro da localidade.

As famílias se distribuíam espacialmente de uma forma que os filhos e os netos tentavam morar próximo dos pais, nos mesmos microterritórios, isto quando já não se dava a própria coabitação, com várias famílias na mesma unidade. Quando moravam em outras ruas, relatavam um desejo e esforço latente para que, no futuro, se mudassem para mais perto. Da mesma forma, ocorria com os padrinhos, as madrinhas, os tios, enfim, a família ampliada.

Os microterritórios estavam em permanente disputa simbólica: parecia que se a atividade era no Pavilhão, todos entendiam que era organizada por determinado grupo, gerando capital simbólico apenas para si. Por outro lado, se o evento fosse na Portelinha, a ação não seria do domínio do “grupo do Pavilhão”, porque ocorreria na “área dos outros”. Neste sentido, cabe a pergunta: área de quem?

Outro exemplo do que entendo como “guerra de lugares” ocorreu nos preparativos para o aniversário de 2016. Na ocasião, o professor de antropologia Alexandre Flemming da Universidade Federal do Ceará coordenou um projeto de realização de documentários no Poço da Draga - “Poéticas do Poço” - e manifestou o interesse de exibir os filmes dentro da área como um Cineclube, nos quatro dias de aniversário em 2016. Assim, seriam exibidos no Pavilhão Atlântico os dois últimos filmes como lançamento, de autoria de Kléber e Cláudio. Em uma reunião, um dos participantes achou melhor expor os vídeos todos nas ruas internas. Já outro preferia expor em dois locais simultaneamente, no Pavilhão e “lá dentro” (Pocinho).

Sobre este evento, não foi fácil a definição de onde ocorreria. Um dos moradores defendeu o Pavilhão, argumentando a visibilidade e porque se trata de um lugar de memória da localidade. Outro já não gostou, preferindo a exibição na rua e argumentando que quando ele organizava o cineclube era na própria rua viaduto Moreira da Rocha. Segundo ele era muito melhor, porque era dentro do Poço. Uma organizadora discordou: “gente, mas sabemos como é. Eu já fui abordada diversas vezes porque fizemos na rua Viaduto e não passamos lá no Poço [Pocinho]... **Melhor eleger um ponto só do que fatar a comunidade**, eu acho isso” (grifos meus). Mais uma vez, a mesma moradora se colocou a favor de realizar o evento no Pavilhão, utilizando o argumento de que, caso fosse feito em uma rua ou travessa específica, sempre iria desagradar a alguém. Neste sentido, não considerava que o fato de ser

no Pavilhão igualmente poderia gerar desafetos, reiterando o argumento de que ali se trata de uma área neutra, em sua visão.

Outro participante insistiu: “O local seria ali no Chafariz, onde a Alda vende pratinho, ao que ela respondeu: “podem fazer, mas vamos ouvir com certeza: por que é que fez no Chafariz e não lá dentro do Poço?” (reunião em 17/05/2016). Um terceiro argumentou: “Mas o Chafariz é um ponto de passagem, todo mundo passa lá”. A moradora que insistia pelo Pavilhão insistiu: “Sim, e lá dentro do Poço também não tem outros pontos de passagem? Você mesmo sabe porque já foi abordado várias vezes **por conta dessa divisão**. Além disso, **‘aqui’ é mais fácil trabalhar, mas ‘lá dentro’ é outra coisa, você sabe...**” (moradora, em reunião no dia 17.05.2016, grifos meus).

Trata-se de uma fala carregada de significados, porque expôs literalmente “a divisão” de que tratamos na presente pesquisa, segmentação já percebida e analisada por pesquisas anteriores (FEITOSA, 1993; OLIVEIRA, 2006; SOUSA, 2006). Ademais, se admite claramente a diferenciação moral que muitos moradores da rua principal estabelecem entre si e os habitantes do Pocinho (“lá dentro”), no sentido de que lá seria muito mais difícil trabalhar, em razão do estigma de violência e desorganização atribuídos ao lugar.

Destaca-se que os conflitos não se dão apenas por território, mas de uma forma ou de outra repercutem no espaço, na destinação dada a cada área. As atividades comunitárias – sejam esportivas, culturais ou de mobilização – desenvolvem-se nos territórios e pude observar que a tendência era que os sujeitos dessem suporte às atividades que eles mesmos promoviam.

Ainda sobre os usos dados ao Pavilhão e o controle do espaço realizado pela ONG, presenciei muitas outras circunstâncias conflituosas ao longo da pesquisa, que demonstraram exatamente o que percebi. Uma das interlocutoras reclamava que o ProPoço só promovia eventos musicais, sendo essencial trabalhar com mais linguagens, como cinema, literatura, teatro. Em certa reunião, um membro do ProPoço rebateu dizendo que tal ocorria porque eles conheciam mais artistas do meio da música, mas se ela conhecesse outros, poderia ela mesma mobilizar. Outro participante argumentou que havia uma dificuldade maior com relação às peças, pela questão da classificação etária, pois era preciso considerar o espaço aberto e a presença de crianças.

Neste caso, estava em jogo a tipologia de eventos que ocorriam no Pavilhão, pois havia algumas discordâncias quanto ao formato que estavam ocorrendo, principalmente as atividades promovidas pelo ProPoço ao longo de 2015. A moradora anteriormente referida teceu críticas e entendi que ali estava em jogo não apenas que linguagem artística deveria prevalecer nas atividades, e sim que grupo estava promovendo eventos no Pavilhão, espaço que, como se vê, não é nada neutro.

Algo semelhante ocorreu com as aulas comunitárias de Zumba, que ocorriam por iniciativa de mulheres que contrataram um professor, sem recorrer à ONG ou aos movimentos organizados no Poço. Neste sentido, à minha percepção somaram-se mais indícios quando uma moradora informou que “a Zumba não é apoiada por aquela liderança porque não é promovida por ela” (em reunião dia 27/05/2016). O espaço em que ocorria a maioria das atividades promovidas por Cíntia era a sede da ONG ou o Pavilhão. No caso a Zumba ocorria na travessa Cidao, de modo que a ONG não promoveu a atividade e também esta se dava fora de sua principal área de abrangência.

Compreendi que as pessoas mais perto da ONG tinham uma relação mais direta com a família de Cíntia, por haver uma relação maior de vizinhança. Neste sentido, não havia separação entre o pessoal e o político, sobretudo porque a sede da ONG era a casa de Cíntia. As moradoras mais antigas e com grande reconhecimento local eram suas vizinhas, a relação do compadrio se misturava com a relação com a ONG. Cíntia era a um só tempo a liderança, a vizinha, a diretora da ONG, a amiga, a conselheira, a que cuidava de pessoas doentes. Ovi de algumas pessoas que, diante de qualquer problema grave, pensava-se logo em ligar para ela. Além dos relatos, pude presenciar como ela era acionada diante dos problemas individuais ou coletivos, em várias circunstâncias em que estive em sua casa e em atividades da ONG, sendo essa uma das prováveis causas ao fato de que nos trajetos próximos da sede não era comum se ouvir críticas a ela.

Ao longo da pesquisa, essas questões apareciam com frequência, dificilmente era ponto pacífico onde realizar determinada atividade. Via de regra, quase sempre os eventos ocorriam no Pavilhão, mas alguns eram realizados na Cidao, na rua Viaduto Moreira da Rocha ou mesmo nos trilhos do antigo trem, próximo ao local conhecido como Chafariz.

Também observei relativa conflitualidade entre a ONG e o ProPoço, conforme discutido anteriormente. Da mesma forma, ouvi algumas críticas a ONG de alguns moradores, porém destaco que estes residiam em áreas diversas, não vizinhas à sede. Não existe homogeneidade, é preciso enfatizar isto. Além disto, destaco que havia ainda certo conflito entre os que queriam ficar e os que queriam sair, grupo que representava uma minoria, conforme será demonstrado na análise do Censo no quinto capítulo.

O mapa abaixo (FIGURA 20), feito por um morador, aponta boa parte desses pequenos territórios. Neste mapa, destacam-se alguns pontos internos, quais sejam: Chafariz; Pocinho ou Mangue; Beco do Macaqueiro; Trilho; Cidao; Irmãzinhas/Pavilhão; Galdinos; Vila dos Correios; Praia da Carminha. Pontos externos também foram grafados: Dragão do Mar; Ladeira; Café Avião; INACE ou Estaleiro.

Figura 20 – Lugares importantes para os moradores do Poço



Fonte: Mapa fornecido por Cláudio, adaptado pela autora para melhor visualização (2018).

A mobilidade de Cláudio era bastante evidente, sobretudo ao se considerar que era ele quem normalmente realizava as visitas guiadas⁴¹ e andava com os

⁴¹ Sobre este ponto, ver adiante na seção 6.7.

visitantes por boa parte do Poço da Draga. Em várias dessas ocasiões, gravei toda a história contada por ele e, em um desses eventos, listei todos os 36 “lugares de memória”⁴² apontados por ele durante a visita, e pude perceber que alguns se confundem com os microterritórios.

Lista dos “Lugares de memória” do Poço da Draga
[referidos na Visita Guiada por Cláudio em 26/05/2015]

Cidao;
Praia Formosa
Praia do Peixe
Praia da Carminha
Riacho Pajeú
Pavilhão Atlântico / Irmãzinhas
Casa do Espanto
Vila dos Correios [Vila dos Come-pão]
Bodega do Mesquita
Travessa Cidao
Dinel
Bar do Zé Amarelim
Caixa Cultural / Alfândega
Bondinho
Casa da família Boris
Dicol
Indústria Naval / INACE
Galdinos
Portelinha / Vila Vitória
Feira da José Avelino
Pocinho
Bar do Primo
Casa do Moco
Casa da Baiana
Trilho do Trem
Beco do Zé Alemão
Bar do Belchior
Chafariz
Beco do Seu Luiz / Beco da Alberta
ONG Velaumar
Beco do Macaqueiro
Mangue

Ainda sobre os microterritórios, algo interessante foi que vários desses pontos também foram lembrados quando da realização de um projeto de cartografia social na localidade entre 2012 e 2013⁴³. A respeito da segmentação interna e da existência de microterritórios, um morador me forneceu uma excelente pista sobre isso, quando afirmou em entrevista:

⁴² Aqui nota-se a apropriação nativa de terminologia acadêmica, qual seja a discussão teórica de Pierre Nora sobre os “lugares de memória” (1993).

⁴³ Projeto em parceria entre o Laboratório de Cartografia da Universidade Federal do Ceará (Labocart) e a ONG Urucum em que foram produzidos mapas sociais juntamente com os moradores do Poço da Draga e outras localidades, entre os anos de 2012 e 2015. Sobre o projeto, ver Gomes (2015).

A nossa comunidade, Marília, ela é repartida. Eu te agrado, tu não me agrada, o outro não agrada. Com só uma liderança [ONG] fazendo fica muito difícil [...]. Agora com outras pessoas entrando [ProPoço] vamos ver se dá mais certo [...]. O povo reclama, mas tudo que tem ela [liderança] posta em rede social, chamando e dizendo “Gente, vai ter isso, vai ter aquilo”, só tem duas ou três curtidas. É que a galera perdeu aquela vontade e fica naquela: “Ah, não fui porque não me avisam”, aí perde o crédito, a credibilidade, o interesse mesmo (Entrevista com Júlio, morador, em 19/05/2016, grifos meus).

Júlio fez questão de pontuar as diferenças e a conflitualidade interna, o que reforçou minha percepção das divisões, que vão muito além do território, porém repercutem e se espriam nele. Apesar de falar das divergências, o entrevistado amenizou as críticas que sofre a ONG local, considerando as dificuldades de contatar todas as pessoas.

Observei uma ramificação de disputas simbólicas envolvendo quase todas as áreas ou microterritórios desses locais. Isso ficou muito claro nas falas das pessoas fazendo menção ao “Pocinho”. Apesar das distâncias morais, há um tenso reconhecimento de que o Pocinho faz parte do Poço da Draga, mas um “pertencimento forçado” ou “indesejado”, porque a existência da área fere a imagem idealizada de “comunidade tranquila” que havia no passado.

Por outro lado, um olhar atento sobre as relações entre as duas áreas pode revelar mais, a exemplo do que observei em uma reunião no Poço da Draga em janeiro de 2013. Na ocasião, foi roubado o celular de um dos participantes externos, e prontamente alguns afirmaram que o ladrão só poderia ser da área do Pocinho, pois nas ruas próximas ninguém teria feito isso contra um “apoiador da comunidade”. A maioria dos presentes disse não conhecer o autor do roubo e não saber como ajudar. No entanto, uma das senhoras se prontificou a procurar o celular, foi até o Pocinho e, em menos de quinze minutos, reapareceu com um rapaz que já teria comprado o aparelho. O ladrão não foi identificado, porém o dono obteve o bem de volta, assim que restituiu ao rapaz o que ele disse ter pago. Com esse exemplo, pude ver que há relativo trânsito entre as duas áreas, ainda que boa parte das pessoas enfatize apenas as interdições de circulação.

Em outros momentos, uma liderança afirmou que a ONG desenvolve projetos dentro da localidade, e todas as áreas são beneficiadas – sobre isso, há discordâncias parciais de algumas pessoas, como a crítica mais dura de um morador que sempre afirmava que apenas uma parte da área recebia atividades. Na ONG, a

diretoria gostava de ressaltar o projeto “Poço de Cultura”, em que livros eram levados de casa em casa por estudantes residentes no Poço e eram emprestados ou lidos pelos monitores. Segundo uma das organizadoras, esse projeto aconteceu por muitos anos, com o apoio de um sindicato próximo (Sindicato dos Fazendários do Ceará, SINTAF), porém quando as bolsas acabaram em 2016, os monitores foram em busca de trabalho para contribuir com a renda familiar.

A saída do projeto foi avaliada como bastante negativa pela ONG, tendo em vista que, segundo a diretora, em todos os microterritórios existia a atividade. Quando indaguei em especial sobre o Pocinho, ela foi enfática ao afirmar que lá também ocorria, destacando que a jovem monitora tinha fácil acesso ao local, pois conhecia muitas famílias de lá. Foi afirmado que era uma área particular daquela monitora, como uma questão diferenciada. Esse fato me chamou a atenção, pois percebi que a moça em questão circulava sem medo porque era “conhecida” e seu acesso era permitido:

A gente dividiu a comunidade em setores para poder trabalhar melhor. Como ela [a monitora] tem um trabalho na Igreja com esse público [Pocinho], ficava muito mais fácil ela chegar e **essas pessoas** verem nela um trabalho sério do que eu direcionar uma pessoa que não tinha relação nenhuma com **aquele público** (moradora, em entrevista dia 06 de maio de 2015, grifos meus).

Essa fala demonstra a sutil diferenciação que é estabelecida entre os moradores das ruas ditas principais e o “Pocinho”, que corresponde ao “terreno”, a “aquele espaço”, ou simplesmente “lá dentro”, como se falava mais diretamente no cotidiano. Não se falava dos residentes daquele microterritório como “nossos vizinhos”. Quando se fazia menção a eles era dessa forma, como um público de algumas atividades (“aquele público”). Por parte das lideranças, havia um óbvio cuidado na forma de se expressar sobre a localidade, no sentido de que a exclusão não parecesse tão evidente. Às vezes, entretanto, o policiamento da linguagem deixava escapar algumas expressões que forneceram muitos indícios para que eu visse os limites do território, que são distinções sociais bastante estabelecidas.

Apesar dessas diferenciações internas, devo ressaltar que, de uma forma geral, havia por parte dos moradores a tentativa de construir uma imagem de homogeneidade e de tranquilidade, o que não necessariamente corresponde à realidade. É possível afirmar que havia um esforço na construção de uma identidade coletiva de “comunidade tranquila”. Neste sentido, durante o trabalho de campo,

deparei-me muitas vezes com falas de moradores afirmando não querer sair do Poço da Draga, por ser uma “comunidade tranquila”. O referido epíteto aparecia de forma reiterada em muitas de minhas incursões. Acredito que muitos queriam afirmar a distância social e moral em relação a outras localidades ou favelas: tratava-se de uma “comunidade diferente das outras”. Essa circunstância lembra muito o que foi encontrado por Rocha (2013) no Rio de Janeiro, na localidade do Pereirão.

Rocha (2013) afirma que o processo de autoatribuição de “diferença” pelos moradores do Pereirão vem da tentativa de convencimento de que a área não seria uma questão de “segurança pública”. A grande diferença argumentada pelos residentes são as menores taxas de criminalidade, quando se compara com as demais favelas no Rio, esforçando-se para não serem incluídos na visão global de pobreza, crime e estigma. O interessante da pesquisa de Rocha é que em momento algum a autora pretendeu comprovar se era verdade o que era dito pelos moradores, não exercendo o papel de fiscal sobre a existência ou não de tráfico ou de conflitos internos entre traficantes, policiais e milicianos.

Adotei a mesma perspectiva compreendendo a aludida “tranquilidade” como uma ideia importante que os moradores reforçam sobre si mesmos e a localidade, buscando entender porque as pessoas falam repetidamente sobre isto. Ademais, é preciso considerar que “se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências” (THOMAS *apud* COSER, 1977, p.67). No Poço, a pouca ocorrência de conflitos armados é reiterada como uma vantagem pelos entrevistados. Eventualmente, falava-se sobre alguma ocorrência anterior, mas sempre se dizia que teria acontecido no “Pocinho”, como uma área que “pertence, mas não pertence à localidade”. Nesse sentido, o perigo estaria sempre no outro, não naquele que enunciava a fala.

Os moradores costumavam ressaltar que nos últimos anos as disputas pelo tráfico eram raras, porém muitos jovens já morreram na localidade, correspondendo a perdas do passado e do presente, ainda que em menor número. Sobre isto, mencionava-se pouco e, quando ocorria, se dizia que foram jovens que “andaram pelo caminho errado”. Algo emblemático é que uma das moradoras, Luzia, colecionava os “santinhos” referentes aos mortos da localidade, sendo a maioria composta por imagens de mulheres idosas, porém consta em seu arquivo alguns “santinhos” referentes a estes jovens. Esta prática corresponde a uma tradição católica de mandar

imprimir pequenas imagens da pessoa falecida com as datas de nascimento e morte para entregar aos presentes durante a missa de sétimo dia, como lembrança.

Em especial entre os mais velhos, essa tranquilidade pode ser associada à ideia de comunidade. No Poço da Draga, tais narrativas deixavam em evidência que a “comunidade tranquila” não dispensava esforços para ressaltar uma conduta moral interna com base no rígido controle social. Era uma tranquilidade sustentada por tensões e que convivia lado a lado com o medo e o silêncio que faziam parte desse controle que eram, em muitos sentidos, as “formas de coerção que se assemelham às vividas pela maior parte dos moradores de favelas cariocas” (ROCHA, 2013, p. 85). No Poço, como no Pereirão, a fala sobre a “tranquilidade” local independe do fato de existir ou não tráfico de drogas no local; os conflitos entre criminosos e entre eles e a polícia eram tomados pelos moradores como “extraordinários”, quando falavam das suas rotinas.

A relação com a polícia era uma questão ambígua e controvertida. A instituição da Polícia Militar era vista por muitos com ressalvas, certamente como uma retribuição do olhar de desconfiança que lhe dirigiam determinados policiais. No entanto, também era defendida por parte da localidade, que entendia serem necessárias as constantes rondas para garantir a “segurança das pessoas de bem”. Por um lado, a presença ostensiva da polícia era encarada como positiva, por outro era uma tensão latente, que podia gerar conflitos pela forma com que se construíam as relações sociais com os moradores. Eram criticados os constantes “baculejos”, as conhecidas formas de abordagem policial truculentas, sobretudo quando atingiam pessoas que gozavam de reconhecimento social na localidade.

Evidenciei que a tranquilidade reiterada pelos moradores era também a negativa dos conflitos latentes no local, que envolviam três elementos, pelo menos: a) o tráfico de drogas; b) as disputas ou discordâncias políticas existentes entre as principais lideranças; c) as distâncias sociais e moralmente estabelecidas entre as famílias das “ruas principais” e das áreas mais vulneráveis, sobretudo o Pocinho.

Com relação ao tráfico de drogas, quase todos os entrevistados afirmaram que existia na localidade, evidentemente, porém não de forma ostensiva como ocorreria em outras favelas. Ademais, outro ponto uníssono dizia respeito ao controle do tráfico, que aparentemente era dividido entre duas pessoas não originárias da localidade, conhecidas como “P1” e “P2”. Dois entrevistados afirmaram que, além de “não serem de lá”, nenhum deles residia no Poço, possuindo pontos de controle e

pessoas que lhes representavam nas negociações. Nesse sentido, eram pessoas que apareciam na localidade, sendo conhecidos, porém não moradores. Pelo que pude apurar, tratava-se de pessoas que teriam o domínio de algumas áreas da cidade, não apenas o Poço da Draga.

Ainda quanto ao tráfico, observei que a alternância de grupos ou facções não era comum, sendo relativamente constante o domínio destas pessoas. De forma que as disputas violentas por território no que tange à venda de drogas não vinham ocorrendo nos últimos anos, o que contribuía para a construção e reforço da identidade de “comunidade tranquila”.

Para compreender as relações com a Praia de Iracema e entre os microterritórios do Poço, também considerei relevante observar as relações que os moradores possuíam com as áreas e os equipamentos circunvizinhos, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Caixa Cultural e o Acquario Ceará (atualmente uma obra parada, como falado anteriormente).

O fato de que muitos dos moradores trabalharam ou estagiaram no Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), ainda que por curtos períodos, pode ter sido um reforço para a centralidade que a cultura ocupa na localidade. É notável que em uma área com pouca quantidade de casas, pouco mais de 350, haja tantos artistas e trabalhadores da cultura. Há vários grafiteiros, pintores, fotógrafos, músicos, artistas do campo do Audiovisual, dentre outras linguagens. Esta particularidade já foi referida em estudos anteriores (TEIXEIRA, 2017), e para mim foi algo que saltou aos olhos. Atribuo isto ao fato de que muitos jovens e adultos realizaram cursos e formações culturais em ONG's como o Alpendre⁴⁴ e também no próprio Dragão do Mar. Outro espaço formativo que impactou positivamente os estudos e o estímulo à criatividade dos jovens em maior ou menor escala foi o Porto Iracema das Artes, uma escola vinculada ao Dragão do Mar.

Neste sentido, compreendo que a aproximação institucional do Centro Cultural com a localidade poderia ser bem maior, o que é uma crítica e um desejo de muitos moradores. A maior crítica que ouvi quanto a isso foi com relação à contratação de estagiários e trabalhadores do Poço, pois havia uma promessa inicial de que muitos seriam contratados, quando o Centro foi inaugurado em 1998. Apesar disto, ao longo

⁴⁴ ONG Alpendre Casa da Arte, que atuou entre 1999 e o início de 2013 em Fortaleza com fomento de linguagens artísticas como cinema, música e literatura, fundada por Alexandre Veras, Andrea Bardawil, Carlos Augusto Lima e Beatriz Furtado.

dos 20 anos de existência, o exemplo de Cíntia é uma excepcionalidade, pois é o único caso de moradora que permaneceu trabalhando no Centro muitos anos: ela ingressou como estagiária em 2008 e lá trabalha até hoje, atualmente como diretora de ação cultural. A maioria dos que tiveram ou tem vínculo institucional com o Dragão do Mar foram ou são estagiários, e boa parte deles desenvolvendo uma atividade específica junto às crianças, o “Pintando e brincando”, o que gerou diversas críticas ouvidas em campo ao longo dos anos, por ser temporária e de baixa remuneração.

Cláudio também foi estagiário no Centro Cultural no ano de 2007, tendo trabalhado no Memorial da Cultura Cearense. Compreendo que apesar de ter sido um curto período, essa vivência foi muito importante para ele, despertando um maior interesse para temas como a cultura popular – Cláudio era monitor do museu, sendo guia das excursões de estudantes e de turistas que vinham para o Memorial. Parece-me que os caminhos de vida de Cláudio foram tomando forma a partir de suas experiências profissionais, o que não diminui a importância de sua própria subjetividade e de suas ideias junto aos movimentos no Poço: os caminhos foram construindo a própria ideia de visita guiada dentro do Poço, uma proposta que se efetivou através de outras possibilidades.

Antes mesmo da existência do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, cabe lembrar a característica da própria Praia de Iracema como um *locus* da cultura e da boemia fortalezense ao longo dos anos 1970 e 1990. Lá concentravam-se cantores, romancistas, poetas, pintores, artistas de múltiplas linguagens. Os bares e os restaurantes daquela área, nas proximidades do Estoril e das duas pontes eram repletos de pensadores, de músicos, reforçando simbolicamente uma aura de intelectualidade e de cultura na Praia de Iracema. Apesar de questões administrativas, que recentemente incluíram o Poço como área da regional do Centro, o Poço da Draga se localiza geográfica e afetivamente na Praia de Iracema, é assim que os moradores com quem conversei reconhecem a localidade.

Atualmente, nas proximidades da localidade também há outro equipamento cultural, a “Caixa Cultural”, de propriedade do banco Caixa Econômica Federal. Este órgão funciona no prédio histórico da Antiga Alfândega, e que é delimitado por altíssimos muros que distanciam o prédio do Poço da Draga. Trata-se de uma proximidade distante e um exemplo da materialidade das proximidades espaciais que representam distâncias sociais (BOURDIEU, 1987). Da mesma forma que o Dragão do Mar, a Caixa Cultural esporadicamente contrata alguns jovens moradores para

compor seu quadro, também quase sempre como estagiários. Várias vezes indo a shows neste equipamento, deparei-me com moradores do Poço recebendo os ingressos do show, e dificilmente os mesmos. A alternância destes jovens é um fator que deve ser levado em consideração.

Com relação à Caixa Cultural, devo destacar que notei as barreiras sociais para a frequência de moradores. Trata-se de um local de acesso gratuito com relação às exposições, mas com a presença óbvia dos seguranças locais que garante o público desejável. Em ocasiões diversas fui ao local, sozinha ou com amigos, e quase nunca pude observar a presença de moradores. De fato, não conheço todos os que vivem no Poço da Draga, mas durante o trabalho de campo frequentei muitos eventos e com certeza algumas dezenas de rostos se tornaram conhecidos. Da mesma forma devo pontuar sobre os shows que lá ocorriam, que apesar de terem ingressos de baixo custo – R\$ 10,00 (dez reais) e a meia, R\$ 5,00 (cinco reais) -, não eram gratuitos. Por óbvio, a não gratuidade constitui uma seletividade e para muitas das famílias do Poço não era possível dispor de tal valor para seu lazer.

A esse respeito, que ameaças um processo de gentrificação trazido por esses equipamentos acarretam para o território e a identidade do Poço da Draga? Essa questão é tanto mais relevante quando se considera que, ao longo do tempo, o Poder Público e a iniciativa privada fizeram ou planejaram fazer intervenções que visavam a remoção da localidade, como foi visto.

Para compreender melhor a realidade do Poço da Draga e as famílias que nela habitam, apresentarei no próximo capítulo uma pesquisa realizada por moradores em parceria com um grupo universitário, em 2016.

5. O “CENSO” E O SENSO NA BUSCA DO RETRATO DE UM LUGAR⁴⁵: FALSOS CONSENSOS ACERCA DO POÇO DA DRAGA

Desde o surgimento das favelas no Brasil elas são vistas, majoritariamente, por marcadores de negação e exclusão. Sua caracterização costumava e ainda costuma ser focada nas ausências e nas negatividades – o que as favelas não tem, o que elas não são e como elas são diferentes da dita “cidade formal”. Além disso, é muito comum que se pense nelas de uma forma homogênea, como se todas as favelas fossem iguais tanto umas com as outras quanto internamente, quando se sabe que ao adentrar a maioria das favelas contemporâneas o que se observa é justamente a diversidade (LEITÃO, 2009; PASTERNAK-TASCHNER, 2001; PASTERNAK, 2016; VALLADARES, 2005).

Conclui-se facilmente que os padrões construtivos são variados, o tempo de moradia diverge, a composição social, bem como os níveis de renda das famílias. Em função dessas diversas faces, é bastante comum que as favelas não sejam uma, mas múltiplas. De certa forma, ao se deparar com tal multiplicidade pode se observar um caleidoscópio e não uma paisagem fixa. Conforme se adentra nas localidades, é mais fácil ainda ver que as imagens se alteram, se dinamizam e se entrecruzam. Nesse sentido, o próprio território se fragmenta em muitas localidades, não separadas, mas interconectadas, com realidades distintas, mas próximas.

No Poço da Draga não é diferente. Ao andar pela mesma rua o caminhante se depara com casas muito particulares, algumas antigas, outras bastante recentes, e já há unidades com três ou quatro pavimentos. Além disso, a quase totalidade das casas é de alvenaria com reboco, sendo raro encontrar uma unidade precária nos antigos moldes dos barracos observáveis até as décadas de 1970 e início de 1980. Boa parte dos moradores se dizia proprietário de suas casas, apesar de quase toda a área constar como terreno da União. Outro dado interessante: havia um percentual crescente de residentes de aluguel, muitos deles que locavam unidades de outros moradores.

A despeito disso, as visões de homogeneidade, exclusão, ausência e vulnerabilidade também recaíam sobre a área, mesmo que através de órgãos públicos, que produziam dados censitários considerados válidos e que reproduziam a

⁴⁵ Título livremente inspirado pelo estudo “Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos” (PASTERNAK-TASCHNER, 2001).

realidade local. Foram estas mesmas pré-noções tão identificadas pelos pesquisadores que inquietaram alguns interlocutores da pesquisa, em especial um morador e uma ex-moradora do Poço, membros do movimento ProPoço, conforme se verá.

Ao serem confrontados com dados ditos oficiais sobre sua própria localidade e, de certa forma, sobre suas vidas, Cláudio e Luciana sentiram uma grande inquietação. Rapidamente tiveram a ideia de “produzir dados reais”, diversos daqueles supostamente falseados pelo poder público. Essa proposta seria, segundo a visão dos organizadores, “mais legítima e participativa”, no sentido de que envolveria moradores em todas as suas fases. Nascia, assim, a ideia de elaboração de um censo comunitário, que seria produzido por moradores, analisado por eles e em parceria com acadêmicos próximos e principalmente: voltado para os próprios habitantes.

Uma das principais motivações dos idealizadores da pesquisa foi obter um retrato fiel da localidade, para que, por um lado, os próprios moradores se conhecessem e se reconhecessem enquanto coletividade, sendo um reforço político à identidade e à memória coletiva. Por outro lado, esse retrato serviria como uma “arma de resistência”, nas palavras de Luciana e Cláudio, contra as eventuais políticas públicas que impactassem a localidade, seja ameaças indiretas como o Acquario Ceará ou o discurso de que parte das casas está em área de proteção ambiental porque ali seria a foz do Riacho Pajeú, o que foi negado por Cláudio e por uma pesquisa recente (TEIXEIRA, 2017), através de mapas e documentos oficiais.

O Censo objetivou verificar o número real de casas, de famílias e moradores, e não apenas aproximações. Neste sentido, o ideal não foi a verossimilhança, e sim a construção de um espelho do que o Poço da Draga era, com a expectativa de que os dados fossem expostos em uma plataforma virtual a ser alimentada periodicamente por jovens moradores, estimulando neles o pertencimento e o envolvimento com as questões locais. Durante a aplicação dos questionários, alguns jovens realmente participaram, mas em número aquém do esperado pelos organizadores. Além disso, o trabalho foi subdimensionado, pois, conforme passavam as semanas, os envolvidos foram percebendo que a dificuldade era muito maior do que o planejado.

O diferencial desta pesquisa é que ela é a expressão de um convívio entre a cultura erudita e a cultura popular, no sentido de que os censos enquanto instrumentos estatísticos costumam ser meramente técnicos, e, principalmente,

construídos por profissionais que desconhecem as realidades locais. Já este censo foi fruto de um desejo de moradores para conhecer melhor sua própria realidade, compreendendo sua identidade (categoria esta também nativa, aparecendo muitas vezes no discurso dos idealizadores do censo), e para isto buscaram a parceria com um grupo universitário para dar início ao desafio de elaboração.

Antes, porém, de compreender como se deu a proposição e a posterior realização da pesquisa, é importante entender um pouco sobre o conceito de Censo, sua aplicação no Brasil e compreender a possibilidade ou não da elaboração de censos comunitários, o que será feito nas próximas seções.

5.1 Os censos e as favelas

Um censo demográfico corresponde à atividade de levantamento estatístico populacional com a finalidade de conhecer determinada localidade, região ou país⁴⁶. Os censos realizados pelos órgãos públicos intencionam o conhecimento mais próximo de cada realidade, objetivando, dentre outras coisas, uma melhor distribuição dos recursos públicos para cada área geográfica e para setores como educação, saúde, habitação, dentre outros. Neste sentido, as políticas públicas dependem diretamente destas informações que correspondem a dados quantitativos e qualitativos sobre a vida da população.

No Brasil, na maioria dos casos o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a principal base de dados que retrata a condição dos habitantes, seja nos Estados ou municípios. O censo possibilita ainda o conhecimento de recortes menores como pequenas localidades, bairros ou distritos tanto em área urbana quanto rural. Além de retratar as condições de vida e servir de base para a definição de políticas e de repasses da União para os outros entes federativos, o censo do IBGE é utilizado como parâmetro para determinar o *quantum* de representação política dos Estados no Congresso Nacional.

Atualmente, o instrumento do IBGE permite analisar os seguintes aspectos: tamanho e composição da população; situação habitacional; características gerais da população; movimentos migratórios; nível de instrução; nupcialidade; fecundidade;

⁴⁶ Corresponde ao levantamento de todos os domicílios, estabelecimentos e edificações em construção, compreendendo também o recenseamento de todos os moradores – na data de referência a noite de 31 de julho para 10 de agosto de 2010 – com a aplicação dos respectivos questionários (IBGE, 2010).

força de trabalho; padrões de rendimentos individual e domiciliar, e mortalidade (IBGE, 2010). Ademais, muitas outras questões são levantadas, a exemplo de informações sobre minorias como os portadores de deficiência e as etnias indígenas, com tendência de que outros temas sejam incorporados.

No IBGE, inicialmente é realizada uma pré-coleta de dados, que corresponde aos estudos de campo referentes à atualização de mapas e cadastro nacional de endereços para viabilizar a coleta propriamente dita. Os recenseadores percorrem e aplicam os questionários nos seus respectivos setores censitários, que são “unidades de controle cadastral formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, cuja dimensão, número de domicílios e de estabelecimentos permitem ao Recenseador cumprir suas atividades em um prazo determinado, respeitando o cronograma” (IBGE, 2010).

Cada setor é composto por quadras e faces (cada lado das quadras), sendo as quadras os trechos retangulares relativa ou totalmente definidos nas áreas urbanas (a exemplo dos quarteirões) ou os aglomerados rurais com quarteirões fechados ou abertos, limitados por estradas ou ruas. Apesar de as quadras serem classificadas pela forma, podem possuir forma irregular e serem demarcadas por elementos naturais como encostas, veios d'água ou elementos antrópicos como estradas.

Em 1950, o IBGE decidiu, pela primeira vez, incluir nos Censos a contagem da população em favelas (GUIMARÃES *apud* PRÉTECEILLE; VALLADARES, 2000). Neles, as favelas são categorizadas nos “setores censitários subnormais”, os quais são definidos na pré-coleta de dados e neles o pagamento por domicílio/entrevista realizada é maior, em razão das dificuldades operacionais de acesso (MARQUES *et. al*, 2003).

Segundo Pasternak-Taschner (2001), a conceituação oficial do órgão considerou como favelas os aglomerados que se caracterizassem pelos seguintes critérios:

- **Proporções mínimas:** agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta;
- **Tipo de habitação:** predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de andres, chapas, zincadas ou materiais similares;
- **Condição jurídica da ocupação:** construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou propriedade desconhecida;
- **Melhoramentos públicos:** ausência, no todo ou parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;

- **Urbanização**: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento". Entre os critérios utilizados, quatro referem-se aos aspectos físicos: tipo de habitação, tamanho do assentamento, melhoramentos públicos e urbanização (PASTERNAK-TASCHNER, 2001, p. 76).

Ocorre que muitas vezes os dados coletados pelo IBGE não condizem com as pesquisas feitas por institutos regionais e locais, sejam de iniciativa pública ou privada. Este não é um fenômeno apenas brasileiro, tendo sido destacado por Phelan na Venezuela (PHELAN, 2006; 2008). Sobre as disparidades quantitativas entre os dados produzidos sobre favelas por diferentes órgãos públicos, Pasternak-Taschner (2001) e Marques *et al.* (2003) trazem interessantes reflexões:

As discrepâncias comumente presentes nas informações obtidas dessa forma decorrem do fato que **secretarias municipais de Habitação não são necessariamente boas produtoras de dados** e tendem a gerar números populacionais díspares (TORRES *et al.*, 2003, grifos meus).

Os dados de favelas coletados por algumas prefeituras municipais e pelo IBGE diferem bastante: em 1991, para o município de São Paulo, em mais de 50%. **Trata-se de problemas ligados tanto ao conceito operacional utilizado pelo IBGE, como ao método de coleta.** Para o município de São Paulo, há informações detalhadas nas últimas décadas, além das informações censitárias; para a região metropolitana, entretanto, a fonte de dados mais abrangente continua sendo o Censo Demográfico" (PASTERNAK-TASCHNER, 2001, p. 04, grifos meus).

São frequentes também as reclamações dos movimentos sociais alegando o subdimensionamento das favelas. Os questionamentos acerca da metodologia de coleta e da posterior análise ocorrem há várias décadas no Brasil, seja por pesquisadores, seja por movimentos populares, conforme demonstram os estudos de Pasternak (2001; 2016). Em suma, é possível que o processo de coleta censitário leve a distorções da realidade, o que tem sido observado. Percebe-se que tanto o conceito quanto o processo de coleta de dados incorporam problemas que tornam o resultado censitário sujeito a críticas. Apesar disto, não é possível desconsiderar a importância do instrumento.

No caso do Poço da Draga, a disparidade ocorre ao se analisar dados da esfera estadual (Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA), da esfera municipal (Secretaria de Infraestrutura – SEINF, 2001 e Fundação Habitacional de Fortaleza – Habitafor, 2013) e federal, o Censo do IBGE, 2010. Esse fato foi notado por alguns moradores do movimento ProPoço, o que gerou insatisfação e vontade de demonstrar a real face da localidade, contrapondo-se a estes instrumentos oficiais.

Além dos censos gerais, englobando a mais vasta gama de informações (como o censo do IBGE), podem ser realizados instrumentos específicos como os censos de favelas. No Brasil, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram pioneiros nessa atividade desde o início da década de 1980, na busca por compreender a dimensão e as características dessa forma diferenciada de ocupação urbana, que em alguns municípios chega a abrigar parcelas significativas da população como 20%. Neste sentido, em São Paulo, um grande levantamento foi realizado em 1987 e posteriormente a Universidade de São Paulo (USP) em 1993 detectou que 19% dos residentes em São Paulo moravam em favelas (MARQUES *et al.*, 2003).

Já no Rio de Janeiro, em 1982 a prefeitura realizou um grande levantamento chamado Cadastro de Favelas, que a partir de 1990 passou a ser muito aprimorado, sendo nomeado Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN). Por esse sistema, em 2008 foram catalogadas 1.020 favelas cariocas, o que não coincidia com os dados apurados pelo IBGE nos períodos correspondentes (CAVALLIERI, 2009). É provável que essa disparidade estatística tenha a ver com as dificuldades metodológicas ora apontadas.

5.2 Censos comunitários ou populares

Diferentemente dos censos oficiais, há algum tempo os movimentos sociais, setores da Universidade e entidades da sociedade civil vem produzindo suas próprias informações censitárias, em nível local, regional ou nacional (PHELAN, 2006). Ocorrem também as parcerias entre acadêmicos e movimentos, o que foi o caso do censo estudado nesta pesquisa. O que caracteriza o censo como comunitário ou popular é o envolvimento de movimentos sociais e moradores, podendo ser feito apenas por eles ou em parceria com alguns grupos, acadêmicos ou não.

Phelan afirma que os censos são como fotografias que refletem o estado da população em dado momento e, como tal, nem sempre os setores retratados se reconhecem nas imagens. Diz ainda que os dados produzidos pelos censos formais têm grande facilidade de divulgação, pois costumam ser feitos por instituições com inserção no Estado e nas mídias sociais como televisão e internet. Já os censos comunitários são bastante diferentes, por serem produções locais que dificilmente

possuirão as mesmas oportunidades de divulgação, e que por isso têm maiores obstáculos para desconstruir visões estigmatizantes das favelas. Apesar disto, podem ser fortes instrumentos para que as localidades se conheçam e se fortaleçam a partir da própria realização da pesquisa.

Segundo o autor, a grande diferença entre os censos oficiais e os populares é que nos últimos a produção é feita pelas pessoas locais, e o que vai diferenciar cada censo é o grau de participação e controle delas, se total ou parcial. Outra questão diz respeito ao fato de os censos populares ocorrerem em territórios socialmente denominados como “área geográfica da comunidade”. O principal ponto é a própria demarcação territorial do lugar, que não será a definição estatal, e sim o que os moradores entendem como os limites locais. Além disso, há autodefinição dos “setores censitários”, em um formato correlato ao do IBGE. Phelan (2006) destaca outro diferencial deste tipo de trabalho: as pessoas podem escolher quais variáveis estudar, quais os procedimentos metodológicos de captura de dados e como se dará a análise das informações coletadas, sendo característica sua autogestão. Além disso, o formato comunitário não tem obrigatoriedade de ser periódico (mas pode ser) nem tem parâmetros legais determinando como devem ser. Trata-se de uma construção política de cada grupo, a depender do que querem conhecer e de quais os objetivos do levantamento (PHELAN, 2006).

Phelan problematiza, no entanto, que boa parte dos censos comunitários acaba sendo uma experiência inconclusa porque dificilmente a análise dos dados é feita. É comum que a coleta de dados se encerre ao longo do trabalho em razão de dificuldades metodológicas, ou que, após a coleta, os envolvidos não possuam os instrumentais necessários para a análise teórica. Apesar dessa característica inconclusiva, o autor afirma a importância desses instrumentos, que não perdem por isto sua riqueza.

No caso do Poço da Draga, houve também o elemento da inconclusão, sendo emblemático que o principal organizador sempre afirmava que várias coisas ainda estavam faltando, que alguns questionários precisavam ser refeitos, porque a realidade de certas casas teria mudado, porque nasceram uma ou duas crianças, enfim. Além disso, ele ainda manifestava o desejo de realizar um dossiê e uma análise mais aprofundada para além da sistematização estatística dos dados nos mapas, ressaltando que não poderia ceder os dados a ninguém porque a “pesquisa não acabara ainda”. Essa questão, em especial, sempre me pareceu um ponto

controverso, porque a inconclusão foi de certo modo objetivada desde o início, sendo previsto que os dados seriam permanentemente coletados, revistos e arquivados através de uma plataforma virtual, o que não foi realizado. Ou seja, a conclusão enquanto finitude do levantamento não aparecia como objetivo na proposta, mas posteriormente à coleta de dados ouvi muito o argumento de que era preciso ter “cuidado com os resultados”.

5.3 O censo do Poço da Draga

5.3.1 Início do censo do Poço - formulação do movimento ProPoço

A ideia de realizar este censo começou a ser gestada no final de 2015, entre os meses de outubro e dezembro, dentro do movimento ProPoço, conforme apresentado na Introdução. Ainda em 2015, o ProPoço se dividiu em dois grupos de trabalho, um seria o GT Cultural - mais voltado para a realização de eventos, saraus, festas e bazares para arrecadar fundos para as atividades - e o outro era o GT científico ou acadêmico, que representava o interesse maior de Cláudio em promover oficinas, formações e pesquisas que pudessem contar com apoio de universitários e professores amigos. Já nesse período percebi uma dualidade nos objetivos do grupo, mas durante 2015 e a maior parte de 2016 os desejos individuais conviveram.

Através da existência deste GT científico, pude notar uma espécie de embrião do censo, pois Cláudio sempre externava o desejo de realizar alguma pesquisa na localidade, algo deles, por eles e para eles. De uma forma geral, destaco que em 2015 o ProPoço se concentrou em atividades culturais, e em 2016 se deu uma inversão para o eixo acadêmico, diminuindo o número de festas e bazares. Percebo que provavelmente foi difícil para o coletivo a manutenção das duas áreas com a mesma ênfase, considerando que o grupo era pequeno, nunca chegou a ter mais que sete membros.

Em seguida à realização do Censo, no final de 2016, o ProPoço sofreu perdas em razão da mudança de cidade de alguns membros e, posteriormente, de desentendimentos pessoais entre os dois principais organizadores. Antes, porém, da separação, a pesquisa ocorreu ao longo do primeiro semestre de 2016, conforme se discutirá. No final do ano de 2018, soube que o diálogo e o planejamento das ações foi retomado.

5.3.2 Os eventos mobilizadores: a oficina do SESC e a parceria com a Unifor

Em outubro de 2015, o Serviço Social do Comércio (SESC) realizou um evento com os moradores e apresentou um diagnóstico⁴⁷ sobre a realidade social do Poço e algumas propostas de ação social. Segundo Cláudio e Luciana, foram apresentados dados sobre a área e as pessoas que não correspondiam à realidade. O SESC teria dito que queria propor ações, cursos e oficinas que melhorariam a vida da “comunidade”, até então vista sob os olhos da carência e da necessidade. Segundo Cláudio, a vulnerabilidade e a pobreza local foram bastante destacadas pelos profissionais, ressaltando as ausências que poderiam ser preenchidas com as ações empresariais. Neste sentido, não foram reconhecidos os avanços sociais que a própria localidade promovia, quando o governo e a sociedade não se apresentavam para assegurar direitos individuais e coletivos.

O que os indignou foram três coisas: o falseamento da realidade, por omissão ou de forma intencional; o discurso de vulnerabilidade que para eles costuma ser utilizado de forma humilhante para com os moradores, no sentido de diminuí-los como pessoas e como sujeitos políticos; e a não problematização de determinadas ausências que são reais, como a falta de esgotamento sanitário. Esse evento - que poderia ter sido como qualquer outra reunião ou oficina promovidas por entidades parceiras - se mostrou um forte mobilizador para a idealização e a realização do Censo. Já na saída deste evento, Luciana e Cláudio começaram a conversar sobre uma possível pesquisa.

A partir daí, Cláudio lançou como pauta no ProPoço a realização de um Censo do Poço da Draga, a ser apresentado no aniversário local em 2016. Esse seria um grande projeto que incluiria algumas ações e subprojetos conforme discutido em várias reuniões em outubro de 2015. Seriam elaborados: a) uma espécie de Dossiê histórico; b) um levantamento iconográfico, com oficinas de fotografia e cinema para estimular que os próprios jovens do Poço fizessem o registro fotográfico da área; c) um levantamento “etnográfico” da ocupação (termos seus), retomando a origem dos moradores e quais as transformações pelas quais o lugar passou; d) a elaboração de uma grande árvore genealógica, para verificar o entrecruzamento familiar. Essa árvore

⁴⁷ Na ocasião, os técnicos disseram se basear em pesquisa anterior realizada pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Fortaleza (SEINF, 2001).

seria elaborada através das informações coletadas no Dossiê e no Levantamento etnográfico e, posteriormente, seria desenhada ou grafitada em um muro por artistas locais; e) a construção de uma linha do tempo na ocupação, também posteriormente transformada em mural artístico.

Cláudio inclusive afirmou que tiraria férias no mês de novembro de 2015⁴⁸ para estar 100% dedicado à aplicação dos questionários. No entanto, por falta de operacionalidade, a pesquisa não ocorreu em novembro de 2015, sendo aplicados os questionários entre fevereiro e junho de 2016. À época da elaboração, minha contribuição foi alertar para os riscos de uma empreitada do nível de um censo, ainda que em número reduzido de casas (menos de 300). Para contornar essa dificuldade, pensou-se em uma série de parceiros acadêmicos. Ajudei na elaboração do questionário, comentando sobre as questões objetivas e as subjetivas, sugerindo pequenas alterações, cuidando para não intervir demais, mas também sem deixar de realizar a contribuição solicitada. Foi-me solicitado que também estivesse presente nas aplicações, o que aceitei e considerei uma sorte, pois entrar na casa das famílias era o que eu vinha tentando há muitos meses.

Tão logo decidiram realizar a pesquisa, Cláudio buscou parceiros. Falou da ideia para um amigo, que indicou uma professora arquiteta que ensinava na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Assim, Cláudio entrou em contato virtual com a professora Amíria Brasil, à época na França, que se reuniu com ele tão logo voltou a Fortaleza. Dessa forma, no início de 2016 começaram as reuniões entre ela e o ProPoço, muitas das quais participei, ocasião em que se decidiu que o formulário seria composto apenas de questões objetivas.

A professora solicitou à Pró-Reitoria de Pesquisa da Unifor a formalização de seu grupo de pesquisa, cujo primeiro objetivo seria a realização do censo do Poço. Infelizmente esse apoio formal foi negado, sob o argumento de que ela ainda não era doutora⁴⁹. Ela decidiu dar continuidade ao projeto mesmo assim, procurando alunos interessados em contribuir, quase todos de sua disciplina Projeto Urbanístico II. Eles se voluntariaram apesar de não ser garantida qualquer verba de apoio, sendo incerto

⁴⁸ Esse fato demonstra como a elaboração e a realização da pesquisa foram subdimensionadas, ao se achar que seria possível iniciar os trabalhos prontamente e que a coleta levaria pouco tempo.

⁴⁹ Pouco tempo depois, ela defendeu sua tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo na USP, com o título: "A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza" (BRASIL, 2016). Hoje, ela leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo professora adjunta do departamento de Arquitetura e Urbanismo.

inclusive se a Universidade Ihes forneceria declarações de participação, o que de fato não receberam.

Amíria orientou os alunos e juntamente com Cláudio coordenou algumas reuniões na Unifor e outras no Poço da Draga. Foram distribuídas as atribuições e ela delegou uma espécie de subcoordenação à aluna mais experiente, já que ela mesma não poderia estar presente nas aplicações por conta do doutorado. Apesar disto, certamente sem sua participação o censo não teria ocorrido, pelo menos não da mesma forma.

Posteriormente, ela incentivou os alunos que escrevessem trabalhos sobre a experiência e enviassem para eventos acadêmicos para contar como pesquisa em seus currículos e dar publicidade ao trabalho realizado. Foi a partir dessa recomendação que eles submeteram em parceria com Cláudio e Luciana um artigo para o II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – II UrbFavelas no Rio de Janeiro em 2016 (BRASIL *et al.*, 2016).

5.4 O censo e sua hibridez: a meio do caminho entre o erudito e o popular

Compreendo o Censo do Poço da Draga como um instrumento híbrido entre a cultura erudita e a cultura popular (BURKE, 2010), no sentido de que possui elementos de ambos os universos. Aqui, parto do conceito de “culturas híbridas” de Canclini (2003), por compreender que na contemporaneidade o tradicional e o moderno mesclam-se em variadas combinações, bem como os conceitos de “culto”, “massivo” ou “popular”, o que a análise do Censo também demonstrará.

A respeito dos elementos eruditos ou intelectuais contidos no Censo, os seus idealizadores desde o princípio buscaram conferir-lhe legitimidade técnica, o que supostamente garantiria a validação da análise. Este requisito era importante porque sem isso de nada teria valido para eles o esforço técnico e político de quase seis meses de trabalho na coleta e análise dos dados. A legitimidade técnica seria obtida através do cumprimento de aspectos formais e acadêmicos, por isso se aliaram a uma professora e seu grupo de alunos e, de certa forma, comigo também. Além da participação universitária, o uso de metodologia avançada como os mapas, o programa ArcGis e outros também aumentariam o grau de formalização da pesquisa.

Cláudio é geógrafo e pesquisou sobre os requisitos e os procedimentos da pesquisa censitária, mas posteriormente ele e o grupo avaliaram que o produzido não

foi exatamente um censo no sentido oficial, vez que o número de informações coletadas não foi tão extenso quanto o seria no Censo do IBGE. O termo utilizado pelos envolvidos variava, ora o instrumento era chamado de “levantamento”, ora de “Censo”, o que demonstrava que a caracterização não era tão clara para eles. Para fins deste trabalho, tenho considerado o instrumental como um censo popular ou comunitário.

Dois fatos complementares atestam a hibridez do instrumento escolhido: a) a formulação do Censo por moradores, de um lado, e pela Universidade, do outro, ainda que os moradores tenham iniciado e provocado a instituição; b) as equipes de aplicação eram compostas necessariamente no formato híbrido, contando com membros do Poço da Draga e da instituição.

As linguagens se mesclaram, tanto a popular quanto a erudita. No decorrer de pelo menos 12 finais de semana as ruas e vielas foram percorridas por esses grupos de três pessoas ou, excepcionalmente, duas. As reações dos moradores variavam, mas quase todos receberam bem as equipes. Entendo que certamente a presença do morador influía no sentido de abrir portas e garantir o mínimo de confiabilidade aos envolvidos.

Cabe destacar ainda que a hibridez ocorreu antes, durante e após a coleta de dados. Antes das idas a campo, o Censo foi pensado coletivamente entre o movimento (campo popular) e membros da Universidade (campo acadêmico e erudito). Apesar da ideia ter partido de moradores, logo nas primeiras reuniões foi exposto que a elaboração seria conjunta e que a Universidade tinha muito a contribuir, como de fato aconteceu. As fichas dos questionários foram elaboradas em parceria, assim como a escolha do método de análise e todos os programas a serem utilizados. O diálogo e a hibridação nesse momento foram nítidos. Posteriormente, durante as aplicações, algumas pequenas modificações foram feitas às perguntas, algumas sugestões dadas por um lado ou por outro foram agregadas. Um exemplo foi a percepção de uma importante ausência no questionário, a ocupação profissional do chefe da família, que foi incluída no quarto sábado de aplicação. Por fim, após a coleta dos dados, o trabalho misto continuou, vez que os alunos escreveram em conjunto com os moradores um artigo acadêmico apresentado no II UrbFavelas, já mencionado. Ou seja, mais uma vez o erudito e o popular se encontraram.

A característica de hibridez do instrumento é justamente essa: por um lado, os organizadores afirmavam sua *legitimidade técnico-formal* (cultura erudita e

acadêmica), por outro esforçavam-se por demonstrar sua *legitimidade popular e política*, enquanto expressão de cultura popular porque foi uma produção comunitária, instrumento de resistência política e que afirmava sua fidedignidade por essa natureza. Também híbrida era a pessoa que idealizou o censo, Cláudio, vez que se tratava de um morador que é também intelectual, técnico (geógrafo) e que se comportava como um morador-pesquisador.

Ele atuava muitas vezes como um pesquisador de seu próprio lugar e até de si mesmo, tendo uma postura bastante reflexiva e de relativa autocrítica. Ele buscava mapear os diferentes mundos sociais, os grupos, os territórios, principalmente durante as visitas que eram por ele guiadas. Sempre notei um fato curioso: em diversos momentos ele falava dos moradores na terceira pessoa do plural, referindo-se a “eles”, dizendo: “eles vivem dessa forma” ou “a história deles é essa”. Por outro lado, a primeira pessoa do plural também aparecia, ao se referir a “nós”, ocorrendo então a alternância de sujeitos. Além disso, inicialmente ele atribuiu ao censo o nome de “Levantamento Etnográfico e Iconográfico do Poço da Draga”, demonstrando o interesse de ser pesquisador de sua própria complexidade. Chegou a propor artigos e livros a serem escritos em conjunto comigo e outros sujeitos, com o objetivo de contar a real história do lugar.

Segundo Gilberto Velho, nos dizeres de Karina Kuschnir:

O indivíduo pode ser até o antropólogo pesquisando em sua própria sociedade. Ele pode observar o familiar, pois mesmo naquilo que é mais próximo há o heterogêneo, o outro, o desconhecido. Nesse sentido, **todo indivíduo atua, em muitos momentos da sua vida, como antropólogo, mapeando os diferentes mundos sociais, as alteridades que inevitavelmente encontra em seu cotidiano**, ou, ao contrário, abrindo o aparentemente fechado, ou estranhando o que lhe é apresentado como conhecido ou óbvio (KUSCHNIR, p. 19, Introdução, 2013).

A questão é que, nesse caso, o “morador-pesquisador” não dava enfoque aos conflitos e às contradições internas, evitava falar da violência e do tráfico de drogas (do que eu, por exemplo, não posso fugir). Ele falava disso comigo, em separado, em algumas reuniões do movimento, o que é compreensível porque não era interessante para ele tocar nesses temas e aumentar o estigma de violência atribuído ao lugar e às favelas em geral. Até porque justamente as estratégias dele e do movimento (sobretudo as visitas guiadas e o Censo) eram no sentido de mostrar a “realidade” sobre o lugar e desconstruir esses mesmos estigmas. Ele inclusive fazia

uma crítica ferrenha aos termos/categorias “favela” e “comunidade”, “pobreza” e “vulnerabilidade”.

Da mesma forma, também não falava tanto dos conflitos externos e políticos a exemplo do Acquario, evitando tocar no assunto em entrevistas, pois trabalhava em um órgão estatal e temia represálias. Apesar disto, ele apresentava uma posição contrária à obra, que aparecia em vários momentos. Era nítido para mim que ele enxergava as estratégias a exemplo do Censo como “armas de resistência”, sobretudo no sentido da construção de “pertencimento e entusiasmo”, como ele sempre falava. Neste caso, ele não era e nem podia ser “neutro”.

Era por parte deste sujeito, Cláudio, que havia a maior preocupação da validação técnica, da utilização da cultura erudita: para ele era necessário mostrar que o Censo estava bem feito, legitimando todo o processo. Nesse sentido, sempre era afirmado que o Censo é produção local, sim, mas foi construção conjunta com a Universidade, instituição que lhe confere peso e garantia de legitimação. A palavra “legitimidade” aparecia constantemente em suas falas, quase como sinônimo do próprio levantamento, pois para ele o que foi elaborado goza de certificação formal (erudita) e de legitimidade popular, porque teve forte preocupação com a “verdade real”, que corresponde a uma noção de verdade positivista hodiernamente tão questionada. Apesar dessa aparente ingenuidade a respeito da verdade, no discurso as noções de “legitimidade” e “fidedignidade” eram por ele bastante reiteradas.

Para Cláudio, bem como para Luciana, a preocupação com a fidedignidade dos dados se justificava pela necessidade de realizar um trabalho censitário “melhor” do que o anteriormente realizado pelos órgãos da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado. Em alguns momentos, Cláudio chegava a afirmar que o levantamento deles era mais preciso e, portanto, melhor do que os próprios censos do IBGE, porque o do Poço da Draga possuiria uma margem de erro muito menor.

Trata-se de uma triangulação conceitual de categorias que se implicam mutuamente, quais sejam: Dados fidedignos - Validação - Legitimidade. De uma forma geral e circular, percebo que para os moradores a Universidade seria a principal instituição a conferir essa legitimação técnica. Já o fato de ter sido construído na maior parte por moradores daria a legitimação política.

Cabe destacar uma forte ambiguidade verificada no discurso de Cláudio. Nas primeiras reuniões sobre o Censo, ele afirmava que o que conferiria legitimidade ao trabalho era sua elaboração comunitária, através de metodologia participativa.

Apesar disto, após a coleta dos dados e a elaboração dos mapas e gráficos, a fala mudou e passou a enfatizar a necessidade de validação oficial de algum órgão ou instituição erudita. Ou seja, inicialmente foi bastante valorizada a face da cultura popular, e posteriormente se valorou de forma mais forte os elementos da cultura erudita.

Isso foi bastante intrigante para mim por vários meses, pois Cláudio retardava a exibição dos dados coletados sempre que possível, alegando que ainda não havia uma “validação”. Dessa forma, o Censo somente foi exibido no próprio Poço, como forma de cumprir seu principal objetivo no plano interno, mas ainda assim apenas alguns gráficos foram exibidos. Mesmo com outros moradores Cláudio relutava em compartilhar as informações finais, alegando que os dados não podiam ser dados “de bandeja” para pessoas próximas ao poder público. O grande receio, então, era de apropriação das informações para uso contrário ao Poço da Draga. Além disso, posteriormente verifiquei uma precaução com relação à autoria da pesquisa: ele queria que fosse feita alguma publicação que impedisse o “roubo” dos dados, já que foi um trabalho essencialmente deles e do grupo liderado pela professora Amíria Brasil.

Cabe destacar que o Poço da Draga, assim como outras favelas, vem sendo alvo de apropriações de formas de cultura erudita e cultura de massa, a exemplo do cinema, da fotografia e da moda, a exemplo do desfile Dragão das Formas⁵⁰ e dos desfiles para escolha da Miss Poço da Draga em todos os aniversários. Muitos filmes e documentários vêm sendo filmados na localidade, inclusive por moradores que tiveram formação em Audiovisual seja em ONGs como o Alpendre ou em órgãos públicos como a Escola Vila das Artes, da Prefeitura, e o Porto Iracema das Artes, ligado ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

5.5 Censo do IBGE e Censo do Poço: aproximações e distanciamentos

Percebo que o movimento sempre enfatizou as diferenças entre o Censo do Poço e os governamentais, porém muitos elementos básicos destes foram

⁵⁰ Este foi um desfile ocorrido em outubro de 2015 em virtude da formatura da turma de Corte e Costura do Serviço Social do Comércio (SESC), que contava com muitas moradoras do Poço. No evento, foram apresentadas somente roupas produzidas pelas alunas, inspiradas nas formas do Dragão do Mar.

utilizados ou ressignificados, a exemplo da divisão da área por setores e por quadras. O trabalho foi realizado com base em mapas e cada grupo de trabalho atuava sobre uma área, como se fosse um setor censitário, a exemplo dos recenseadores do IBGE. Igualmente, havia a subdivisão das quadras e, conforme os grupos iam avançando, o mapeamento ia sendo atualizado junto com a digitação dos dados dos questionários pela aluna que subcoordenava os trabalhos. Depois, as informações eram inseridas em mapas do programa ArcGis por Cláudio e por outro geógrafo que se inseriu posteriormente no grupo. A utilização desses programas, dos mapas e do georreferenciamento é outro ponto em comum com o IBGE, em proporção e complexidade menor.

Compreendo que boa parte do discurso objetivando a diferenciação vinha do desagrado dos moradores quanto à imagem de vitimização gerada pelos dados oficiais. Para eles, os maiores defeitos do censo do IBGE seriam, portanto: o não-conhecimento da realidade local, o fato dos aplicadores serem pessoas externas e a grande margem de erro dos resultados, porque as pessoas falseiam a verdade.

Um dos objetivos era, portanto, não ser como os outros, tendo uma margem de erro muito pequena e contar com o envolvimento de pessoas locais. Apesar de ter esses vários diferenciais, tomaria emprestado aquilo que fosse necessário para garantir a validação técnica, sem perder sua particularidade.

Além disso, por não vir de um órgão estatal, o Censo do Poço da Draga se afirmava sério (e legítimo), porém não se pretendia neutro, a começar porque um de seus objetivos era ser uma espécie de defesa das famílias a possíveis ataques externos a exemplo de remoções. Trata-se de um objetivo político: ser um instrumento local, produzido por moradores e um corpo técnico de apoiadores com formação em Geografia, Arquitetura e Direito e direcionado também para moradores. Já a veracidade dos dados para eles teria se dado justamente em razão de ser uma produção local e não uma captação dos órgãos estatais, em que supostamente não se poderia confiar.

Conforme apontado anteriormente, muitos afirmaram ter receio de informar sua renda para recenseadores oficiais, no sentido de que poderiam ser retirados de cadastros sociais e perderem benefícios como o Bolsa Família. Ao serem indagados pelo IBGE ou pela Prefeitura, por exemplo, algumas famílias tendem a subestimar alguns dados (a exemplo da renda) e superestimar outros, como o número de habitantes por residência. Esse último está relacionado à expectativa de futuros

projetos habitacionais em que sejam “distribuídas” casas aos moradores, sendo essencial afirmar a coabitação familiar para receber duas ou três unidades. Ocorre que a coabitação também é uma realidade do lugar, conforme presenciei em campo.

Para Cláudio, a grande diferença técnica do Censo do Poço para o do IBGE é que neste último nem todas as casas são visitadas, por conta da amostragem⁵¹. Isto para Cláudio não se deu no Censo do Poço, vez que cada unidade foi visitada. Uma outra questão diz respeito ao falseamento das informações, pois segundo ele os moradores teriam maior tendência de mentir ou omitir dados dos recenseadores do IBGE, com receio de perder benefícios sociais. Assim, ocorreria uma grande margem de erro. Para ele, a presença de um morador na aplicação supostamente teria feito com que as pessoas não mentissem sobre sua realidade, a exemplo dos dados de renda. Presenciei aplicações com Cláudio em que, de fato, diante de respostas consideradas “irreais”, ele questionava o responsável da família (geralmente seu amigo ou conhecido de infância), que estava diminuindo sua renda, e posteriormente havia alteração de resposta para mais.

Especificamente sobre o receio de fornecerem as informações corretas, pude verificar que ocorre realmente, fato também notado pela professora Amíria e seus alunos. Sobre isso, segue um exemplo:

Um dia típico foi quando o [morador] policial disse uma renda que sei que não é real. Eu ri e disse logo: “ai é? E se a gente colocar teu nome no Portal da Transparência?”. Daí ele: “não, Cláudio, é porque a gente sabe que [se disser] essas coisas, a galera fica de olho, pensa que estou podendo, aí vamos tirar logo ele daqui. Quer dizer que se a gente tem condição de ter um esgoto, vão pensar logo em [nos] tirar e não promover o lugar”. Olha o raciocínio deles, Marília... (Cláudio, 11/08/2017).

Ele ainda enfatiza que “o dado geográfico é poder, que pode fazer o que quiser com esses dados no sentido de ‘olha, esse trecho a galera tem renda alta, não precisa de benefício, já aqui tem menos...’. Então fornecer isso é entregar o trabalho prontinho para eles” (Cláudio, 11/08/2017). “Eles”, aqui, corresponde ao governo.

O receio sobre a autoria da pesquisa apareceu em quase todas as casas que visitei, sendo relativamente geral a preocupação que fosse algo de iniciativa da prefeitura ou do Estado. Cláudio confirmou que os moradores costumavam perguntar para quem eram aqueles dados, com forte desconfiança do Estado e também,

⁵¹ A este respeito, houve um equívoco da parte dele: nem todo o Censo do IBGE ocorre por amostragem, apenas uma parte. Há o formulário conciso que é aplicado em todos os domicílios e o mais detalhado, esse sim por amostragem.

curiosamente, de algumas pessoas da própria localidade. Os moradores afirmavam temer que as informações chegassem ao Poder Público, seja porque a pesquisa fosse estatal (como costuma ser) seja porque alguma liderança próxima a políticos poderia entregar os dados e fazer com que perdessem benefícios.

Uma outra questão diz respeito aos obstáculos conceituais verificados no questionário, que obteve dados de difícil compreensão, vez que alguns moradores se diziam proprietários sem o ser, e se confundiam noções como proprietário, locatário, cessionário, dentre outros. No entanto essa não é uma dificuldade apenas dos censos comunitários, mas muitas vezes dos oficiais. A este respeito, Pasternak-Taschner (2001) chega a nomear de paradoxo atribuir a nomenclatura de proprietário aos residentes de forma irregular, sendo cabível a categoria posseiro.

5.6 Metodologia do Censo do Poço

Como foi dito, apesar das tentativas de diferenciação, esse Censo tomou de empréstimo alguns elementos do IBGE. A aplicação de questionários se deu entre fevereiro e junho de 2016, o que surpreendeu bastante os organizadores, pois inicialmente foi prevista para apenas quatro sábados. Após a decisão de iniciar o Censo, houve cerca de quatro ou cinco reuniões para definir os parâmetros a serem utilizados, o instrumental-questionário e o formato de aplicação. Foi decidido que a coleta ocorreria aos sábados, dia em que o maior número de moradores estaria em suas casas. Ocorreu uma divisão em grupos de trabalho, compostos por três pessoas: um morador-aplicador, de preferência jovem⁵² e com grande mobilidade na área, um membro do movimento (morador ou não, chamado de proponente) e um estudante de Arquitetura.

Cada grupo ficava responsável por determinado setor, dividido em quadros dispostos em um mapa. No alto de todo questionário havia um pequeno mapa correspondente a toda a área do Poço (ANEXO A). Sempre que o grupo ia a campo para as coletas, o estudante marcava o quadrinho referente a cada unidade respondente, além de identificar o número da casa. Com a visita em todas as casas, foi possível perceber os desmembramentos realizados informalmente, resultando em acréscimo de unidades ou outras mudanças que as lideranças não sabiam. Ao se

⁵² O requisito da juventude se justificava pela necessidade de deslocamentos para a coleta e também no intuito de envolvê-los politicamente nas atividades comunitárias.

perceber quaisquer alterações, o estudante marcava a mudança no mapa e na ficha, o que possibilitou posteriormente aos geógrafos atualizarem o georreferenciamento e corrigirem possíveis distorções. O retrato da localidade, portanto, ia se tornando mais fiel, no sentido do que os moradores desejavam.

Em alguns sábados o trabalho de coleta ocorreu pela manhã, mas logo foi necessário rever, pois parte considerável dos moradores trabalhava nos finais de semana, em especial nas atividades noturnas do entorno do Centro Dragão do Mar, no comércio de comidas e bebidas ou como guardadores de carros. Essa especificidade dificultou entrevistar os moradores justamente sábado, sobretudo pela manhã, quando estariam dormindo. Então as tentativas passaram a ser sábados à tarde, excepcionalmente nos domingos ou à noite em dias úteis.

O trabalho foi essencialmente voluntário, houve apenas uma pequena retribuição fornecida aos aplicadores-moradores, os jovens, já que se dedicaram vários meses e ainda com o intuito de estimular sua permanência nas atividades. O total repassado para eles foi de R\$ 300,00 (trezentos reais), que foram rateados entre a professora, Cláudio e Luciana.

5.7 Resultados do censo: “Um olhar sobre o Poço”

Com relação à pesquisa, observei de forma marcante durante a coleta de dados que, por um lado, o lugar de moradia configura-se como um território, no sentido em que é objeto de disputas pelo controle político e socioeconômico (RAFFESTIN, 1993). Por outro lado, é um espaço carregado de simbolismo e mediador de relações de sociabilidade, que implicam o fazer e refazer de fronteiras e microterritórios.

É importante analisar ainda os dados produzidos pela pesquisa, posteriormente intitulada “Um olhar sobre o Poço”. Antes, porém, cabe lembrar que, segundo nosso conhecimento, os últimos dados oficiais produzidos sobre o Poço foram apresentados em relatório de 2013 pela Prefeitura Municipal de Fortaleza através da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor). Neste foram encontrados 354 imóveis, sendo 33 considerados comerciais, representando 9% do total, incluindo mercadinhos, lanchonetes e mercearias (FORTALEZA, 2013). À época, a maioria dos imóveis era residencial, 87% e 4% eram mistos.

A importância do comércio permanecia destacada na fala dos moradores e bem visível quando das visitas guiadas, realizadas durante as comemorações dos aniversários. O relatório da Habitafor (FORTALEZA, 2013) concluiu que mais de 60% das famílias nasceram e cresceram no local, sendo descendentes dos primeiros pescadores e portuários que ali se estabeleceram, conforme se discutirá adiante. Dado semelhante foi encontrado no Censo do Poço em 2016, conforme se verá.

Especificamente sobre a titularidade dos imóveis, o diagnóstico de 2013 apontava que 92% das casas se encontravam em “situação irregular”, bem como assumiam essa irregularidade, totalizando 261 casas nesta condição. Tal situação dizia respeito ao fato da maioria das casas se encontrar em terreno de marinha, pertencente ao Serviço de Patrimônio da União, algumas com e outras sem permissão⁵³, conforme visto no segundo capítulo. Ainda no quesito titularidade, 2% dos entrevistados afirmaram ter a casa em situação regular, e 6% não informaram. Neste levantamento, a Prefeitura aponta que 14% das casas eram alugadas, havendo ainda parte das casas que era cedida por familiares ou por amigos.

Já na pesquisa “Um olhar sobre o Poço” (2016), havia um item no questionário que indagava qual o ano de chegada do morador mais antigo, objetivando compreender o tempo de permanência no Poço. Com a tabulação dos mais de 350 questionários, chegou-se ao significativo dado de que 57% das famílias residiam de 50 a 70 anos no local e outros 30% lá residiam entre 30 a 50 anos. Esse dado comprova o que a maior parte dos moradores afirmou em entrevista ou conversas informais, de que a maioria era de residentes muito antigos, sendo as novas famílias uma minoria.

Outro dado que surpreendeu inclusive os moradores que participaram da pesquisa foi a tipologia das casas, sendo 88% delas de alvenaria com reboco e 8% de alvenaria sem reboco. Ou seja, apenas 4% das casas tem tipologia mista, de alvenaria e madeira. As unidades de taipa ou madeira praticamente inexistem no Poço da Draga hoje, realidade impensável há 35 anos atrás.

Um quesito que gerava sempre divergências entre poder público e moradores e mesmo entre eles internamente era o número de habitantes. Quase

⁵³ Conforme foi visto, boa parte do Poço encontra-se em terreno de marinha, sendo gerida pela SPU. Alguns moradores possuem o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), que concerne em um documento fornecido pela SPU no sentido da permissão de moradia no local. Se por um lado o RIP traz o benefício de uma formalização ainda que mínima, por outra vincula ao pagamento de aforamento, a menos que periodicamente os moradores solicitem isenção.

todos os dados oficiais falavam de algo em torno de mil habitantes, ao passo que Cíntia, uma das principais lideranças reivindicava o número de 2.300. Ao final dos questionários, chegou-se a um número próximo a 1.600, distribuídos em 373 famílias (ROCHA, 2018).

Com relação à origem dos moradores não nascidos no Poço da Draga, a pesquisa obteve o dado de que eles vieram de 42 municípios cearenses, sendo a maior parte de Camocim, Aracati e Beberibe. Trata-se de um dado interessante, pois estas também são cidades marítimas, com forte atividade pesqueira e tradição portuária, o que sugere a possibilidade que muitas das famílias podem ter escolhido o Poço da Draga por estar próximo do mar. Rocha (2018) levanta a hipótese de que muitos já eram trabalhadores portuários em suas cidades de origem.

A centralidade do mar na vida dos moradores se relaciona a muitos fatores, não apenas a proximidade da orla, mas à questão do surgimento da localidade em função da Ponte Velha e do porto de Fortaleza, considerando-se que muitas famílias terem chegado possivelmente para trabalhar na pesca e no porto, seja direta ou indiretamente (com serviços, alimentação, dentre outros). O mar chegava a ser afirmado pelos moradores, muitas vezes, como uma extensão do território da localidade: o mar era também seu local, conforme se verá no último capítulo. Compreendo que o apego ao mar também guardava razões históricas, vez que muitos vieram de outras cidades igualmente portuárias, como se disse.

Quanto à renda dos moradores, este foi um tema bem sensível, mas tivemos acesso. 53% das famílias disse se enquadrar entre 1,5 e 3 salários mínimos, o que foi recorrentemente afirmado por Cláudio, acreditando se contrapor aos dados oficiais atribuindo pobreza e vulnerabilidade ao local: 33% de 1,5 a 2 salários; 20% de 2,5 a 3. O censo apontou ainda que 39% dos entrevistados afirmaram ter renda entre 0,5 e 1 salário mínimo. 5% afirmaram ter renda de 3,5 a 4 salários, e 3% acima de 4 salários.

É preciso considerar que ainda é alto o percentual de residentes a perceber baixa remuneração (0 a 1,5 salários), totalizando 39% conforme a Figura 21. Quase 40% se encontram em uma faixa sensível e que necessita de maior atenção do Poder Público. Em contraponto, a existência de 53% moradores ganhando entre 1,5 e 3 salários e ainda dos que percebem cerca de 4 salários demonstra as disparidades socioeconômicas internas que resultam em distâncias morais e sociais, anteriormente discutidas.

No que tange ao material das casas, outro dado interessante: 89% correspondiam a casas de alvenaria com reboco; 8% das casas, alvenaria sem reboco e 3% das casas, materiais mistos. Segue a Figura 21:

Figura 13 – Mapa da renda dos moradores



Fonte: ROCHA, 2018.

Figura 22 – Mapa da tipologia construtiva das casas



Fonte: ROCHA, 2018.

Já quanto a etnia, 58,8% se reconheceram pardos, 26,2% negros e 15% brancos. Sobre a intenção de permanecer no Poço da Draga, 94% afirmaram querer continuar e 6% manifestaram desejo de sair. A respeito da situação de residência, 85% reivindicaram-se proprietários e 15%, inquilinos (sobre isto, ver nota de rodapé 68 sobre o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP, no Serviço de Patrimônio da União).

No questionário havia ainda perguntas de difícil compreensão para os moradores, sendo necessário que o aplicador explicasse a questão. A principal delas foi: “Você acha que o Poço da Draga perderia sua identidade sem acesso à Praia?”. Em boa parte das ocasiões em que estive presente nas aplicações, as pessoas ficavam bastante em dúvida nesta questão. Após a explicação, 87% responderam que sim, 8% responderam que não e 5% eram indiferentes. Foi indagado ainda se os moradores possuíam relação com a praia, pergunta essa que também gerou ambiguidade, ao que 77% responderam que guardam alguma relação e 23%, não.

5.8 Apresentação dos dados do censo: linguagem acadêmica, linguagem popular

Desde o início das preparações, a ideia era tentar concluir a coleta de dados até o aniversário da localidade em 2016, em que seria apresentada pelo menos uma sistematização simples dos dados. No entanto, tal não foi possível, realizando-se na data prevista apenas uma versão parcial dos dados coletados⁵⁴. Essa primeira apresentação na localidade ocorreu no aniversário de 110 anos em 2016, sendo uma exibição preliminar dos dados em 28/05/2016 no Pavilhão. Posteriormente, estava combinada uma exposição na rua Viaduto Moreira da Rocha. O intuito foi mostrar aos moradores os dados, em uma espécie de apresentação de “quem somos nós”, nos termos dos organizadores. O momento foi assim apresentado na programação: “Encontro 110, Um Olhar sobre o Poço”.

A apresentação interna, que sempre foi o principal objetivo, precisou ser adaptada à linguagem acessível, e para tanto foram utilizadas apenas os gráficos, e não os complexos mapas elaborados no ArcGis. A fala para o público também precisou de mediação, o que Cláudio tentou fazer, porém não foi fácil, pois ele mesmo é intelectual e possui uma fala rápida e hermética, apesar de morador. O ideal

⁵⁴ Posteriormente, no mês de junho de 2016 se seguiram mais dias de aplicação nas unidades restantes.

pensado para a pesquisa foi que ela pudesse ser apresentada para os dois públicos, na área - e mesmo em outras localidades - e para os setores acadêmicos, intelectuais.

Antes da exposição dos gráficos, foram exibidos dois documentários produzidos sobre o Poço da Draga, um sobre os antigos times de futebol da localidade e outro feito pelo próprio Cláudio, a respeito das brincadeiras antigas do tempo de criança.

A reação dos participantes já durante os documentários foi notável, com os idosos rindo e contando histórias e as crianças curiosas para ver quem aparecia em cada filme. Quando Cláudio mostrou os gráficos explicando o que cada informação queria dizer, também houve interação do público, mas menor do que com os filmes, acredito que por conta da linguagem ser menos acessível. No entanto, Cláudio se esforçou para demonstrar o quanto os dados eram interessantes e importantes, exibindo a história do lugar, falando sobre sua origem e sobre quem eles eram. Nesse sentido, os idosos pareceram se interessar mais.

Estive presente nesse momento e verifiquei que o público não atingiu as expectativas dos organizadores, porém isto foi algo que ocorreu sistematicamente nos últimos anos: algumas atividades do aniversário têm poucas pessoas, ou mesmo os eventos são esvaziados. Nessa primeira exposição, cerca de 20 pessoas se fizeram presentes, mas muitas eram de fora, assim como eu. Já na segunda exposição, na rua Viaduto Moreira da Rocha, percebi que o público quase dobrou.

No campo acadêmico, Cláudio em 2016 apresentou uma síntese dos dados na Universidade Federal do Ceará (UFC), em uma ocasião no curso de Arquitetura e em outra no curso de Ciências Sociais. Posteriormente, como foi dito, ele e Luciana foram ao Rio de Janeiro apresentar o artigo em parceria com os alunos de arquitetura, consistindo na terceira apresentação em meio acadêmico. No Rio, contudo, quem apresentou a pesquisa não foi Cláudio e sim uma das alunas. Acredito que isso se deu por duas razões: uma porque o artigo foi mais ideia da professora Amíria e dos alunos do que dele, sendo que ele contribuiu. E outra, porque ele fez várias críticas ao evento e afirmou em entrevista ter se sentido desconfortável em vários momentos com o excesso do uso do termo “favela”, categoria de que ele se ressentia fortemente.

Se vocês lidassem com eles [moradores] cotidianamente vocês iam saber o significado dos verbetes ou das expressões favela ou a alcunhazinha comunidade, vocês iam se deparar com a postura deles diante disso que é de duas mãos: diminui e também enaltece. Então, via muito aquela reprodução no evento, direto, direto: “favela, favela, favela...”. Quando é que

isso vai parar, meu Deus?! Fingar esse aparato de classificação que eu humildemente acredito que é irresponsável, quando não tendencioso (Cláudio, 11/08/2017).

Dessa forma, pôde-se ver que Cláudio facilmente transitava na Universidade, por ser graduado e não temer as formalidades das instituições. Em várias circunstâncias ele ainda frequentava espaços acadêmicos como ouvinte ou como palestrante, tal qual ocorreu na UFC em 2016. Da mesma forma, Luciana também é graduada e recentemente foi aprovada para ingresso em mestrado em 2019.

Isto demonstra que é claramente possível o diálogo do erudito e do popular, como se deu no caso do Censo do Poço. Da mesma forma, Cláudio foi convidado a escrever um artigo sobre a pesquisa para a Revista Dragão do Mar (ROCHA, 2018), publicação cearense que conta com a participação de intelectuais entre acadêmicos e artistas, tendo, portanto, reconhecida sua voz e sua legitimidade. Trata-se claramente de um sujeito híbrido, que caminha e existe/resiste nos dois campos e que se orgulha da própria ambiguidade.

Apesar disto, nem sempre o erudito e a Universidade estão abertos para o popular, pois as distâncias e as estigmatizações (sejam propositais ou não) podem ocorrer mesmo em um evento misto, cuja natureza se propõe múltipla e as mesas e palestras são compostas tanto por acadêmicos quanto por moradores e membros de ONGs, como foi o evento no Rio de Janeiro. Conclui-se, desta forma, que o erudito e o popular são linguagens diferentes, que ocupam diversos níveis, mas não impossíveis de se aproximarem, sendo o Censo do Poço da Draga um exemplo emblemático para se estudar e compreender.

Finalizando a discussão sobre o levantamento, parto para o próximo e último capítulo, em que farei a análise dos dados de campo em cotejo com a discussão teórica até aqui apresentada.

6. IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA NO POÇO DA DRAGA

A realidade observada no Poço da Draga após os quatro anos de pesquisa de campo demonstrou que era grande a preocupação de alguns atores com a manutenção das memórias (CANDAU, 2012). Algo recorrente no discurso destes moradores era a necessidade de criar ocasiões para recontar as origens da localidade, fortalecendo no cotidiano e fora do cotidiano (eventos extraordinários) as noções de “pertencimento”, “identidade” e “memória”, enquanto categorias nativas. A preocupação com a memória e com a identidade no Poço não era apenas uma questão de pesquisadores e apoiadores externos. Evidentemente, nem todas as pessoas detinham conhecimentos teóricos ou repertório técnico - o que não se faz necessário para a defesa da memória. O discurso mais elaborado sobre a importância de reconhecer a memória partia de algumas pessoas em especial, sobretudo as que podiam ser identificados como lideranças e que, coincidentemente ou não, tiveram a oportunidade de se graduar em universidades, como Cíntia, Cláudio e Luciana.

Em muitas ocasiões pude ouvir de diversos moradores a importância de gravar a memória local, reconhecer a relevância histórica do Poço da Draga para a cidade, fortalecendo o orgulho de morar no lugar, tanto para os jovens do local quanto para quem ia conhecer o Poço. Muitos falavam da necessidade (e mesmo urgência) de obras de reparo e reforma da Ponte Metálica, alguns defendendo inclusive o tombamento da mesma, com as respectivas melhorias que se fizerem necessárias. Ademais, a centralidade da Praia de Iracema também ocorria em boa parte dos depoimentos⁵⁵.

Feitosa fornece um importante esclarecimento, afirmando que

[...] a memória da favela do Poço da Draga está [...] nas lutas pela preservação do seu espaço memória e no próprio espaço da favela, cuja história se confunde com a própria história da Praia de Iracema, que, por sua vez, é a própria memória da cidade de Fortaleza (FEITOSA, 1993, p. 187).

O autor compreende que a história da localidade se confunde com a da própria Praia de Iracema, pensamento que é difundido em boa parte dos discursos

⁵⁵ Conforme Gondim (2015, p. 05): “A Praia de Iracema tem sido um espaço condensador de imagens de Fortaleza, tanto pelo que guarda da memória da cidade, como pelas radicais transformações no uso e na ocupação do seu território. Nesse bairro passado e presente se encontram, expressando as múltiplas e contraditórias facetas do crescimento da capital cearense”.

dos moradores. O interessante é que Feitosa cita a preservação do “espaçomemória”, entendendo que memória é um fenômeno conjunto com a espacialidade. Assim como o tempo não se dá sem o espaço, o autor afirma que a memória é construída por essa díade a que nomeou espaçomemória. Feitosa (1993) chega a afirmar inclusive a existência de verdadeiros “sujeitos-memória” no Poço da Draga:

Como sujeito-memória da “Comunidade da Draga”, como ela gostava de chamar seu lugar, dona Quinquinha, pegou-me pelo braço e foi andar comigo naqueles labirintos da memória. **Enquanto traduzia para mim o lugar, sua meninice e sua relação com ele, eu ia tentando decifrar aquelas tantas semioses que passavam à minha frente.** Foi assim que a comunidade foi-me sendo absorvida: a voz da experiência a remodelar minhas impressões equivocadas e os cotidianos a se descortinarem à minha frente [...]. **O poço em sua profundidade, com sua essência, com os sons e cheiros de suas entranhas,** com os sotaques de uma vida anônima para o resto da cidade, mas, generosamente partilhada com seus coetâneos. O poço sorvido pela draga, representada pelo dinamismo dos cotidianos construídos em comunidade. A draga metaforizando as memórias individuais e coletivas, como veios de ressignificação do lugar e seus cotidianos reinventados (FEITOSA, em sítio eletrônico <www.pocodadraga.org.br>, quando dos 108 anos – 2014. Acesso em 25 mai. 2017, endereço hoje inativo).

Os sujeitos-memória seriam as pessoas da localidade que não permitem que a memória se perca, sendo elas mesmas a um só tempo o testemunho e o repositório das lembranças coletivas que, mais dia menos dia, se apagarão ou no mínimo serão transformadas e recontadas no futuro. Não se trata apenas dos moradores idosos, ainda que estes sejam dotados de grande responsabilidade no que tange à transmissão intergeracional. Os sujeito-memória são aqueles que valorizam a memória do local, sendo jovens ou idosos, e que em suas práticas tornam-na viva e não apenas matéria escrita em algum diário. São aqueles que perpetuam as memórias, nos dizeres de Candau (2012).

Para dar mais força às memórias diretamente relacionadas ao fortalecimento identitário, é importante ressaltar que havia os mecanismos ordinários e extraordinários. Ordinariamente, as memórias eram repetidas e reconstruídas através de atos do próprio cotidiano dos moradores, em conversas, em encontros, nos saraus de Dona Fabrícia, no exercício da sociabilidade nos locais centrais para eles, a exemplo do Trilho, da Cidao e do Cantinho da Alda, uma lanchonete, assim como na Ponte Metálica. Extraordinariamente, os eventos cíclicos e que eram marcados no calendário local também eram essenciais para a cristalização das memórias, tais como os Aniversários, as rodas dos Guardiões da Memória e as Visitas Guiadas, todos eventos que serão detalhados neste capítulo.

Destaca-se que a finalidade social precípua de endossar as memórias é o incremento/solidificação da identidade coletiva. Conforme Candau: “[...] afirma-se o caráter ambivalente da memória no jogo identitário, pois ela pode simultaneamente organizar ou desorganizar a construção de uma imagem satisfatória de si própria” (2012, p.64). Candau afirma que a construção da memória corresponde a uma totalização existencial, ou seja, um esforço do sujeito e do grupo para conferir às suas lembranças uma ideia de totalidade, de unidade. Trata-se de um ato de criação e não de simples reprodução. Ao contar o passado, no presente, se dá uma reconstrução dos eventos rememorados (HALBWACHS, 2013; BOSI, 1994; CANDAU, 2012). Candau realça que “é o processo de criação mesmo da história que cria a estrutura mnemônica que conterà a essência dessa história para o resto de nossa vida. Falar é recordar” (CANDAU, 2012, p. 71).

Trata-se, assim, de um esforço de domesticação do passado, realizando um inventário do que fica do vivido (CANDAU, 2012; BOSI, 1994): só fica o que significa. “O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida” (CANDAU, 2012, p. 71). Neste sentido, o relato biográfico é composto muitas vezes por amnésias, arranjos, omissões, esquecimentos, conscientes ou não. O sujeito apresenta um esforço de dar coerência ao vivido, atribuindo certa linearidade aos eventos de sua vida, como afirma o autor:

O fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao narrador transformar a seus próprios olhos a narrativa de si próprio em uma bela história, quer dizer, uma vida completa, rica em experiências de toda natureza. Nesse sentido, todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade (CANDAU, 2012, p.74).

Da mesma forma, ocorre com os relatos da memória do grupo. Há um esforço de totalização existencial do grupo, o que se deu também com o Poço da Draga. Claro que cada morador, quando lhe era apresentada a chance de narrar, apresentava um esforço próprio de totalização. Assim, descabe falar em uma ação homogênea do grupo: o Poço, ainda que seja pequeno, não é coeso.

Na pesquisa de campo ora realizada, foi possível observar diversas vezes como se dá a reconstrução memorial e como cada pessoa tem uma versão única e particular dos eventos que ocorreram no Poço da Draga. Alguns fatos foram emblemáticos nesse sentido, perceptíveis ao longo da pesquisa seja na observação

continuada ou mesmo nas entrevistas realizadas. As diferentes versões de vários fatos locais o comprovam.

Posso citar aqui a polêmica envolvendo o outro nome da localidade, qual seja “Baixa Pau”. Para refletir sobre a polêmica entre os dois nomes, os estudos de Candau também podem trazer importante luz: “o nome é sempre uma questão identitária e memorial” (CANDAU, 2012, p. 68). Daí a relevância que o nome toma seja para o indivíduo seja para o grupo, pois o nome reafirma a memória e a identidade do Poço da Draga.

Os moradores relatavam que muita gente, seja de dentro ou de outras localidades periféricas, utilizava mais o termo “Baixa Pau” do que “Poço da Draga”. Um dos entrevistados chegou mesmo a afirmar que a nomenclatura “Poço da Draga” é muito mais utilizada por pesquisadores do que por eles mesmos. Apesar desse depoimento, devo destacar que em poucas ocasiões ouvi moradores se referindo ao local como “Baixa Pau” - mas devo considerar o fato de que a própria presença da pesquisadora pode alterar as condições normais do cotidiano. Mais comumente, foi-me relatado que a maioria das pessoas não gostava desse termo, considerado pejorativo e estigmático, por supostamente enfatizar a violência do local. No evento Poéticas do Poço, uma moradora da Rua dos Potiguaras (quando acaba a Vila dos Correios) disse que “muitos chamam lá de Baixa Pau mesmo”.

Sempre que possível, mas evitando deixar os moradores constrangidos, indaguei sobre a origem dessa alcunha e pude coletar versões diferentes do porquê da nomenclatura. São estas:

1) Pau seria a cancela de madeira que havia na Ponte Metálica, e os carregadores gritavam pra “baixar ou subir o pau” conforme fosse o sentido das mercadorias. Essa acepção não guardava a conotação de violência posteriormente atribuída ao termo. Essa primeira versão foi narrada em entrevistas e ainda pelo jornalista e memorialista cearense Miguel Nirez quando foi à localidade no aniversário de 108 anos. Em uma variação, dizia-se que os “paus” eram as próprias mercadorias.

2) A nomenclatura foi atribuída por pessoas de fora porque ali se “baixava o pau”, havia brigas e as pessoas tinham medo. Ouvi inúmeros relatos reiterando essa versão, sendo a mais difundida. Uma outra interpretação desta versão foi dada por duas entrevistadas, afirmando a grande frequência de mulheres que brigavam entre si pelos maridos e namorados.

3) Este nome se devia à antiga delegacia que havia no local, sendo o delegado conhecido como “bravo”. Este ameaçava colocar ordem dizendo: “se não respeitar, vou baixar o pau”.

4) Os “paus” seriam as lenhas para alimentar o trem. Como ali funcionava uma estação, havia necessidade de grande quantidade de lenha. Essa versão foi fornecida por Seu Chico da Rosa⁵⁶, pescador de grande reconhecimento local:

Ah, Baixa Pau era porque naquele tempo as máquinas funcionavam bem dizer tudo a lenha. Então tinha uma máquina que era do trem e só funcionava com a madeira mesmo, a lenha. Aí justamente botaram o nome, porque aqui onde era esse muro aqui era uma estação de trem, onde tinha muito essas madeiras pra alimentar o trem, aí talvez botaram esse nome de baixa pau” (Chico da Rosa, em vídeo na plataforma virtual *Youtube*)⁵⁷.

Outro fato que comprova como a memória é subjetiva são as lembranças dos moradores sobre os aniversários da área. Sempre que indaguei a origem da comemoração obtive relatos diferenciados e fazendo menção a outros fatos que marcaram o local. Um entrevistado relatou que a primeira edição foi ainda em 2008 e que o primeiro evento foi o aniversário da Ponte Metálica, em que poucas pessoas participaram. Segundo ele, a comemoração ocorreu em uma única noite, para a qual foi convidado o memorialista Nirez (102 anos da Ponte). No ano seguinte, 2009, foi acordado entre alguns moradores que a comemoração seria da Ponte e do Poço, tomando-se a inauguração da ponte como data simbólica de origem da localidade (e esses foram os 103 anos). É importante ressaltar que o início em 2008/2009 foi apontado apenas por um dos moradores com quem conversei. Apesar disso, ele parecia ser aquele mais interessado na memória em um sentido mais “histórico”, guardando as datas precisas.

Apesar dessa narrativa, algumas pessoas apontaram o início das comemorações como correlatos ao surgimento do movimento Quem Dera ser um Peixe (QDSP), em oposição à obra estadual do Acquario Ceará. Ocorre que o movimento QDSP somente foi formado em 2012 e segundo a maioria dos entrevistados o aniversário começou a ser comemorado no formato atual em 2011, nos 105 anos. Além disso, à época participei de alguns momentos dos 105 anos, em

⁵⁶ Em razão da publicidade do vídeo citado, excepcionalmente não foi possível manter o anonimato para este morador.

⁵⁷ Vídeo postado na plataforma *Youtube*, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=Blyzl4KCTaE>>. Acesso em 12 dez. 2018.

2011. A lembrança de 2012 trata-se de um equívoco, apesar de relativamente pequeno, pois se tratou de uma confusão de um ano para outro.

Isto provou que, mesmo em se tratando do evento mais importante no cronograma anual, as pessoas não se lembravam da mesma maneira. Boa parte do grupo fez uma correlação entre o aniversário e um movimento exterior, mas que se apresentava como parceiro em muitos momentos e que organizou inclusive uma ocupação cultural no Poço, em julho de 2012 (Ocupe Acquario). A lembrança do movimento e da ocupação acabou se mesclando à ideia de quando o aniversário começou a ser comemorado como um evento de vários dias. Mesmo assim, as memórias não são as mesmas para cada um dos que relatam.

6.1 Memórias da maritimidade: o mar como um território

O trabalho de campo me levou a concluir que a memória da maritimidade era ressaltada pelos moradores como um elemento essencial da identidade do lugar. “Memória” aparecia algumas vezes como categoria nativa, sendo referida em entrevistas, reuniões ou momentos informais. Além disso, muitas vezes as pessoas utilizavam o termo “histórias”. Ouvi reiteradas falas enfatizando que a riqueza da cidade passou pela sua área, em razão de o Poço ter sediado o primeiro porto, a exemplo desta: “Nós somos parte da história de Fortaleza” (D. Marcela, em 25 de maio de 2017).

Neste sentido, entendo haver certa memória incorporada da cultura marítima: a pesca, os saltos da Ponte, o nado, o Triatlo. Trata-se de espécie de protomemória (CANDAU, 2012) adquirida pelos indivíduos daquela coletividade. Nas entrevistas observei forte enraizamento dos valores marítimos, bem como um rol de lembranças comuns, relativamente gerais, sobre como a localidade se formou e foi se desenvolvendo. Trata-se de lembranças cujo detalhamento variava de pessoa para pessoa, em razão de seus pertencimentos familiares e de sua própria trajetória de vida. Para alguns, a relação com o mar era bem maior do que para outros, a depender de seus pais terem sido portuários ou pescadores e de terem mantido ou não a tradição familiar. Apesar disso, observei que mesmo aqueles que não tiveram pais pescadores ou estivadores guardavam uma relação de afetividade, de amor ao mar, sendo quase sempre afirmado que não conseguiriam viver longe do mar.

A força da atividade pesqueira é descrita por Antônio, pai de Kleber, ao enfatizar ainda a cultura local que envolve a pesca:

Quem mora na beira da praia não se aperreia com nada. Porque tem os outros companheiros dele. Se não foi [para o mar], mas o amigo dele foi, quando chega de tarde pode perguntar: “trouxe o peixe? Compadre, lá em casa estou sem peixe...”. E o outro diz: “tira ali, homem, pode tirar”. É desse jeito, companheiro. Aí lá no conjunto Palmeiras, como é que vão viver com peixe? De interior ninguém entende nada, só de mar (Antônio, 20/01/2017).

Um exemplo emblemático dessa relação com o mar é trazido por este entrevistado:

A minha família tem muita relação com o mar: tem até uma história que **todos os filhos o pai jogou o umbigo no mar, por respeito e para a gente dar pro mar**. Aqui, muitos acordam cinco horas e já diz: “Vou surfar”. Depois, vai trabalhar, volta na hora do almoço, e uns vão surfar de novo. Ou dá só um mergulho e se não tiver bom para mergulho ele vai pescar. Não sai de dentro d’água não. **A minha relação com o mar já é mais terapêutica, quando estou com problemas eu me sento na beira d’água e fico olhando o movimento da onda, do mar e depois tomo banho. Porque a vida da gente é igual o mar. O mar toda semana tem correnteza, tem semana que você tá turbulento e outras já aquieta mais** (Kleber, em entrevista no dia 21/02/2017, grifos meus).

Kleber trouxe esse emblemático ritual de seu pai e outros pescadores de até hoje jogarem o umbigo de filhos e netos para que o mar abençoe e também para que também nunca se afastem do mar. Trata-se de um costume antigo de comunidades de pescadores. Kléber, todos os seus irmãos e por fim seus filhos passaram pelo mesmo ritual, o que demonstra a centralidade do mar na vida de boa parte das famílias. Kleber até não se considerava um dos maiores frequentadores, pois “não é um peixe” como seu irmão, que vai todos os dias. Porém, Kleber não passava mais de um mês sem nadar, sem pular da ponte. Mesmo não entrando no mar, disse que sempre aproveitava da paisagem, do horizonte para meditação.

Falou que a relação dos moradores com a Ponte Metálica guarda o sentido de pertencimento histórico e que é ainda mais forte nos mais velhos, pois, para ele, o sentimento de história, de memória e de patrimônio ainda é difícil passar para as gerações mais jovens. Para estes, a Ponte significaria um ponto de lazer, de encontro, já para ele era tanto um patrimônio quanto um lazer, sendo um símbolo de ser morador de lá.

Compreendo, neste sentido, que a maritimidade e a existência da Ponte são dois elementos centrais da identidade do morador do Poço da Draga. O pai de

Kléber, que também tive a chance de entrevistar, deu continuidade ao diálogo e falou de outras particularidades da vida do pescador local:

Nas pescarias a gente se localiza pelas serras no horizonte. Quanto mais você entra pro mar, mais as serras sobem, vai subindo lá, ela. A gente olha elas e procura [a profundidade] na chumbada. Doze braços, onze braços, aí a gente vai e arreja uma linha com a isca, pegou o peixe e aí afundeia (Antônio, em entrevista no dia 20/01/2017)

A ritualística própria dos moradores pescadores foi revelada por este entrevistado, que afirmou a interação e a mescla com as facilidades atuais dos aparelhos eletrônicos. Antes, porém, a única forma de orientação eram as estrelas à noite e o contorno das serras durante o dia. Atualmente, mesmo com o GPS, eles mantêm o conhecimento acumulado ao longo de muitas décadas. Este mesmo entrevistado fez uma importante afirmação: **O mar é uma cidade, cada ponto é um lugar e o pescador ele conhece.** (Antônio, em entrevista no dia 20/01/2017, grifos meus). Constitui o mar uma verdadeira cidade, sendo um território que só o pescador conhece, venera e domina. É o mar também o palco de inúmeras relações de amizade e compadrio, onde os pescadores se ajudam entre si.

Percebi o enraizamento de boa parte das famílias por duas vias: através da observação empírica, com as conversas, entrevistas, a participação em reuniões e outros eventos, bem como através dos números coletados pelo Censo elaborado pelo ProPoço. Do Censo, apreendi que a maioria dos moradores eram antigos, sendo poucas as casas ocupadas por moradores recentes.

Ao analisar os dados quantitativos produzidos pelo Censo, percebi que se 90% das unidades eram ocupadas por famílias já na 3ª ou 4ª geração, isso demonstrava a vontade dos moradores de continuarem na localidade, vez que a maioria não se mudara, nem com o crescimento familiar. Ademais, os que demonstravam ter vontade de se mudar eram, em sua maioria, chegados há no máximo cinco anos na localidade. A quantidade pequena de unidades para alugar também o demonstrava. Ao que parece, a rotatividade dos moradores ocorria nas unidades que já estavam antes para alugar e/ou vender, sendo raros os casos de famílias consideradas tradicionais saindo do Poço.

Ao caminhar pelo Poço da Draga nas visitas guiadas, também era isso que eu percebia, através das paradas que eram feitas no caminho e nos diálogos e encontros com os moradores sentados nas calçadas. Apesar das relativas tensões, o

fato de ainda poderem sentar nas calçadas aparece como um direito que não teriam em outro lugar. De outro lado, em que outro lado, em que outro lugar teriam o mar há menos de 30 metros de distância? Esse é um dos motivos pelos quais as famílias recebiam a remoção.

Algo que merece destaque é que o apego ao mar apareceu igualmente forte na fala das pessoas que foram removidas ou tiveram que sair do Poço da Draga pelo avanço das marés. Realizei entrevistas com duas dessas pessoas e foi notável a falta que ambas sentiam do mar, como um sofrimento que não cessava. No caso de Dona Joana, ela foi expulsa pelo processo de expansão da Indústria Naval, mas de todo modo já não conseguia permanecer muito tempo em sua casa em razão das fortes enchentes e dos riscos constantes de afogamento para ela e seus filhos pequenos. Quando recebeu a oferta de outra casa pelo funcionário da INACE, Dona Joana conta que aceitou, mas pediu para escolher a casa em outra área próxima do mar, pois para ela seria muito difícil viver longe dele: escolheu a Barra do Ceará.

Ali [no Poço] eu gostava de tomar banho. Toda entrada de ano eu tomava banho lá mais a comadre Maria, os amigos e os meninos. Eu vim, mas **meu caminho é o mar, não é pé de serra não**. Vim só porque **tinha essas dificuldades da água invadindo, mas não queria sair de perto do mar não**. Quando meu marido era vivo pescava com nosso filho na Praia Formosa. De lá era que vinha o peixe pra eu comer, minha filha... O que eu queria era só ter melhorado de casa, mas **era muito melhor eu ter ficado dentro da comunidade mesmo, só que não tinha onde...** (Dona Joana, em entrevista dia 08/10/2016, grifos meus).

No caso dela, o apego ao mar era tão forte que, mesmo com todo o sofrimento das enchentes, não queria sair de perto do mar. Ainda que tenha saído do Poço, afirmava que o Poço dela nunca saiu, e sempre que podia pedia ao filho para levá-la até lá, para matar a saudade do lugar e das amigas.

Já na história de Lucas, ele e sua família tiveram de sair do Poço porque o mar estava adentrando nas casas e as estruturas estavam ruindo. Não havia opção, conforme relatou. No entanto, a saída para ele foi ainda mais penosa porque era surfista e teve que se afastar para muito longe do mar: hoje reside em Maracanaú, cidade da Região Metropolitana de Fortaleza.

A partir dos exemplos de pessoas que ainda residem e mesmo daquelas que hoje são ex-moradores por razões externas à sua vontade, foi possível perceber que muito da identidade e da sociabilidade delas foi construída de um lado com os vizinhos, sobretudo aqueles dos mesmos microterritórios, e, de outro, com o mar.

Neste sentido, compreendi o mar como um vizinho e um fundador identitário. A meu ver, aqui se trata de uma questão diferenciada: morar vizinho ao mar corresponde a reconhecer no mar quase um sujeito e ao mesmo tempo um território.

A lógica de reconhecimento do lugar é bastante diferente da lógica do mercado imobiliário, que apreende os espaços apenas em seu valor de troca. Ainda que não se possa excluir totalmente as implicações mercadológicas de se morar em uma área litorânea – vantagem que, certamente, os moradores conhecem -, observei que estão em jogo muitos outros sentidos para as famílias, além da mera consequência financeira da valorização imobiliária.

Ainda a respeito do que a Ponte Metálica representa para os jovens do Poço da Draga, destaco que é nela que ocorrem alguns de seus “ritos de passagem”. Os saltos da ponte e o aprendizado da natação com os mais velhos determinavam quão destemidos e fortes os jovens estavam se tornando, dependendo do nível de dificuldade do salto e da distância a se percorrer a nado. Para as crianças menores, o primeiro desafio era pular da primeira estrutura da Ponte, nadar até a areia e voltar. Conforme cresciam, saltar da estrutura mais alta e perigosa (Passatempo) determinava sua bravura. O último grau de dificuldade era, além de saltar do Passatempo, nadar até o navio encalhado Mara Hope e retornar, o que não se costumava permitir aos menores. Aqui, uma observação: esta era uma atividade praticada por meninos e meninas, porém com predominância masculina. Além disso, muitos adultos continuam praticando essa atividade na Ponte Velha.

Outro ritual próprio do Poço e que envolvia a Ponte era a forma específica de “Malhação do Judas”, tradição católica de simulação do sacrifício de Judas Escariotes em punição pela traição de Jesus Cristo, no chamado “Sábado de Aleluia”. Via de regra, os católicos realizam a “malhação” através da queima de bonecos que representam Judas. Já no Poço da Draga, também havia o costume da feitura do boneco, porém sua morte não ocorria por queima e sim por afogamento. Tradicionalmente, eram os jovens e alguns adultos que na referida data subiam com Judas na Ponte Metálica (especificamente no Passatempo). Após a leitura do “Testamento de Judas”, em que as terras e os bens da localidade eram repartidos conforme a vontade do morto, o boneco era jogado ao mar e em seguida feito em pedaços em meio às ondas.

No Poço, ser vizinho do mar significa ter nascido e crescido em meio às ondas, significa ter aprendido a nadar entre os saltos da Ponte Metálica e os desafios

dos mais velhos para nadar até o Mara Hope, conforme se viu. Representa, para muitos, a feijoada do domingo embaixo da Ponte, ouvindo pagode, samba ou *funk* ou as outras músicas da moda, porque elas também estão ali. Compreendo que significa ainda a afirmação socialmente compartilhada de que eles são possuidores do direito à de moradia não apenas em função do que termina a lei, em específico a Constituição Federal, mas também por conta da antiguidade e da legitimidade reiteradas nos eventos anuais, que serão ora descritos. Muitas pessoas da localidade compreendem um privilégio morar no Poço da Draga e ter acesso direto aos bens naturais, à praia, um bem de uso comum do povo e que tão frequentemente tem as portas fechadas para as populações mais pobres. Um privilégio sim, porém de que seriam possuidores legitimamente em função do tempo de ocupação.

No Poço da Draga, morar quase de frente para o mar é ter um dos direitos não-negados, apesar de todas as outras ausências do Estado, da iniciativa privada e da sociedade: um direito pelo qual boa parte dos moradores entende que a praia é deles. Em certo sentido, a cidade pode até não ser deles, mas a praia é, a Ponte Metálica é, seus territórios internos são. Talvez por isso, muitos moradores reagiram à chegada súbita de tantos jovens de outras localidades para ocupar a Ponte e dela saltar. Foi dessa forma que observei em campo a existência de certo enraizamento no lugar, na praia, na Ponte Metálica.

6.1.1 Dona Alzira⁵⁸ e o “Pai Oceano Atrântico”

Acerca desse enraizamento é interessante trazer à lume a história de Dona Alzira, uma das figuras emblemáticas do Poço da Draga e que residiu durante mais de vinte anos em cima da Ponte Metálica, sem água, luz e muitas vezes sem ter o que comer. Era uma casa de madeira que, segundo ela, foi construída em 1977 de acordo com a autorização do comandante da Capitania dos Portos. Alzira se sustentava através da venda de café e merenda nas empresas da proximidade, até o dia em que adoeceu e não pôde mais caminhar tanto. Alimentava-se dos peixes que pescava ali mesmo, na Ponte, no mar de que tanto gostava. Não era apenas Alzira que morava na Ponte, mas foi a penúltima que restou depois que todos se mudaram e os casebres foram demolidos. Ficou conhecida como a “eterna moradora da Ponte”.

⁵⁸ Da mesma forma que seu Chico da Rosa, no caso de D. Alzira optei por manter seu nome verdadeiro em razão da utilização de citação em documentário, de livre acesso ao público.

Foi assim que Dona Alzira traduziu seu amor ao mar:

Aqui é felicidade... O mar alevanta meu astral. A brisa do mar é maravilhosa. Perto dele eu não há de sair não, sair nunca de perto dele. Quero sempre estar ao lado do pai oceano 'Atrântico'. Deus me defenda sair... Pra longe eu não vou não. Se for pra um lugar perto que eu possa vir pegar meu peixinho eu vou, mas se for pra longe eu prefiro a casa caída e eu ir pra boca dos peixes, pra barriga dos peixes igual Jonas na barriga do peixe. E aí eu vou morar dentro dum peixe desse, mas não saio daqui (vídeo Alzira, produzido por José, também morador do Poço da Draga, em 2010. Anteriormente disponível na plataforma *Youtube*, porém retirado do ar em 2017).

O Oceano é o meu segundo pai. Porque meu pai mora em Manaus. E mandado por Deus todo dia eu tiro meu alimento, a minha "mistura" [proteína] é dele, da água do mar [...]. Se eu for para outra casa eu sobrevivo também, mas deixar de pescar eu não deixo, não [...]. Eu não quero sair daqui, eles derrubam a minha casa com o trator, mas eu não saio (documentário *A velha e o mar*, produzido por Petrus Kariri em 2005. Disponível em: <<https://vimeo.com/17325417>>. Acesso em 10 mar. 2016).

Nesse caso, é interessante também a associação dos elementos da paisagem local com os símbolos religiosos e o estabelecimento de relações entre a própria vida e os mitos bíblicos. A sacralização do mar demonstra, neste e em outros depoimentos, o lugar que este ocupa nas representações locais.

Na fala de Dona Alzira, note-se a associação de elementos da experiência cotidiana – a “casa caída”, o mar, a brisa, os peixes – com a mitificação do mar – “o pai oceano Atlântico”, associando-o à ideia de uma divindade provedora, que lhe alimenta e abriga. O depoimento de D. Alzira estabelece também relações entre a vida e o mito bíblico de Jonas e a baleia, indicando a sacralização do mar, presente em narrativas de outros moradores. Estas também se expressaram por meio de imagens, desenhadas em mapas sociais elaborados no âmbito de um projeto de cartografia social, executado na localidade entre 2012 e 2013, anteriormente citado.

No final dos anos 2000, o velho casebre estava em vias de cair, assim como diversos trechos da própria Ponte Metálica. Analisei publicações jornalísticas demonstrando a preocupação da Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA), que diversas vezes solicitou aos órgãos públicos melhores condições de vida para Alzira, mas muitos anos se passaram e a situação de moradia daquela senhora só piorava. Em razão das reformulações por que passou a Praia de Iracema, em 2010 a Prefeitura determinou a saída de Alzira da Ponte Metálica: ela não poderia ficar.

No entanto, não foi a Prefeitura que conseguiu outro local de moradia para ela. Naquela ocasião, por iniciativa de amigos, Alzira foi transferida para a antiga sede

da Associação, onde atualmente funciona o Pavilhão Atlântico. Permaneceu lá inclusive quando a Prefeitura iniciou a demolição do prédio para a reconstrução do Pavilhão, no final de 2010. Os planos da gestão eram que ali se instalasse o Café Atlântico, em homenagem ao antigo café que existia quando do Porto. Os amigos reivindicavam junto à Prefeitura que fosse alugada uma casa para ela dentro do Poço, pois ela não resistiria a uma mudança para outra localidade. Por conta da falta de resposta, alguns tentaram arrecadar dinheiro para pagar um aluguel provisório.

Diante das pressões, a Prefeitura então alugou em 2011 uma pequena residência, que não foi o final dos problemas. A casa se localiza em cima de um córrego e logo parte do piso começou a ceder, criando buracos na sala e na cozinha que representavam um grande risco para a pescadora idosa. Até a finalização desta tese no início de 2019, Dona Alzira permanecia residindo na mesma casa repleta de riscos, nada mudou.

Assim Dona Alzira resumiu sua luta:

Tenho muita saudade do mar, de onde vivia antes. Na ponte, também era difícil, mas era o meu local. Não pedi para sair de lá. Já que me obrigaram, quero um lugar bem decente e seguro". Sobre a Ponte, diz Dona Alzira: No dia que demolirem a Ponte, eu vou continuar vindo pra essa mesma praia, pegar os meus peixes. Eu tenho certeza que eles não vão me botar pra longe, e pra longe eu não vou. Eu saio daqui porque eu não comprei a Ponte, mas eu só saio pra um lugar mais próximo, pra eu vim poder pegar os meus peixinhos (documentário A velha e o mar, produzido por Petrus Kariri em 2005. Disponível em: <<https://vimeo.com/17325417>>. Acesso em 10 mar. 2016).

Por muitos anos, ela permaneceu morando na mesma residência, sem que fossem solucionados os inúmeros problemas do imóvel. No mapa social elaborado em 2012 através de projeto do Laboratório de Cartografia da Universidade Federal do Ceará - Labocart e a ONG Urucum (ver nota 55), os moradores fizeram constar no mapa as "casas na Ponte", e em um dos esboços também foi lembrada a "casa da D. Alzira". É recorrente a lembrança de que a ponte já foi ocupada e bastante utilizada pelas famílias, tanto para moradia quanto para trabalho e lazer (GOMES, 2015).

6.2 As disputas em torno da memória

Na cartografia social, os moradores que participaram das oficinas fizeram questão de enfatizar o passado e a memória do Poço da Draga, preocupação que também aparece de forma muito clara na comemoração do "aniversário" e

especialmente durante as visitas guiadas. Atualmente, em razão das disputas acerca da construção do Acquario, alguns discursos têm se tornado mais inflamados, reivindicando o reconhecimento do patrimônio cultural da área. Curiosamente, a história e a memória da cidade também têm sido utilizadas por quem defende a obra, como se observa:

Para quê um Aquario no Ceará? Pela história. Pela relação grande com o mar, a jangada e tal. Poeticamente falando, o Ceará tem isso. E a gente extrai do mar o medo, a energia, o pré-sal. Temos grandes histórias e lendas para contar, de navegações, viagens [Leonardo Fontenele, responsável pelo projeto arquitetônico da obra, em 24/06/2015 ⁵⁹].

Falas como essa tem gerado indignação de alguns moradores que compreendem que a maritimidade não será homenageada com o Acquario, vez que os jangadeiros e os pescadores não aparecem senão como elemento imagético, exótico, algo a ser explorado como paisagem. A história da cidade foi escrita por esses pescadores, que ao longo das últimas décadas foram sistematicamente expulsos para a periferia metropolitana, em razão da especulação imobiliária. No entanto, não está sendo construído um Museu do Mar ou dos Jangadeiros, tratando-se de uma obra faraônica de traços futurísticos que pouco dialoga com os elementos locais. A este respeito, é emblemática a fala de Cláudio, que se refere ao Acquario como uma “boneca de vidro”:

Nossa cidade é nossa mãe, nos acolhe, nos dá educação, alimentação, saúde, emprego e, sobretudo, um lar [...]. E então, nós compramos uma Boneca de Vidro pra contar a história da nossa mãe? A cidade-mãe permite que se possa impedir sua morte e resgatar sua matéria, nós é que esquecemos que ela é sim a nossa mãe, e de muitos. Apagar a história da sua cidade é o mesmo que apagar a história da sua mãe [...]. Bem aventurados os filhos dela que não a substituem por uma mãe de brinquedo, de vidro, e de água. Essa mãe pulsa ainda, esperamos que ainda dure muito pra servir de exemplo aqueles desesperados por recursos materiais - dinheiro - pra que saibam ou no mínimo compreendam que o que nunca morre é a memória, a matéria sempre há de perecer um dia, nela vai gente, casas, prédios, ruas, e aquários também (Cláudio, em sua página na rede social *Facebook*, no dia 28 de junho de 2015).

Cláudio, por ser morador e geógrafo era o responsável por quase todas as visitas guiadas pelo Poço. Nesses momentos, era através do seu olhar que conhecemos a área, ouvindo todas as histórias marcantes de que ele se lembra. Ele

⁵⁹ Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/vamos-competircom-o-turismo-do-resto-do-mundo-1.1322957>>. Acesso em 26 jun.2015.

nasceu no Poço, brincou e pescou muito na Ponte Metálica, estudou na escola das Irmãzinhas, viu Dona Alzira envelhecer e se mudar, escutava há anos sobre os riscos da remoção e permanecia se recusando a acreditar. Ele colecionava fotografias antigas sobre o Poço e revelava que um de seus desejos era a preservação da memória do Poço, inclusive através de formas institucionais como os museus.

Percebi nas falas dele e de outros moradores que a memória não se nutre apenas da racionalização e da lembrança de fatos, mas é composta substancialmente de emoções, de afetividade. Lembramos mais do que nos afeta diretamente e ainda mais do que nos toca enquanto grupos, como afirmado por Halbwachs (2013), Bosi (1994) e Gondim (2001). O passado é uma fonte de identificação de pertencimento, restando claro mais uma vez as fortes relações entre memória e território no Poço da Draga.

Com este último exemplo acerca das disputas sobre o Acquario, observei que as memórias também estão em conflito, vez que cada grupo possui interesses diferentes e utiliza argumentos que legitimem suas pretensões. No caso dos moradores, afirmavam querer a permanência no local com a melhoria da qualidade de vida, conforme reivindicavam desde os anos 1980 com sua Associação. A seu favor, argumentavam o tempo de ocupação e a participação direta na construção das riquezas da cidade, através do trabalho como pescadores e portuários. De outro lado, interesses empresariais e de governo se articulavam em nome do “desenvolvimento” e do turismo.

6.3 O tempo como fator legitimador

O tempo é utilizado como um recurso legitimador e é geral a percepção de que o Poço é uma localidade muito antiga, sendo ou não centenária. Por serem antigos, entendem ser merecedores do reconhecimento de suas posses, a maioria não considerando legítimas as tentativas de tirá-los de suas moradias.

Por outro lado, observei que nem todos possuíam o mesmo grau de preocupação com a cristalização dessa memória coletiva. Os mais velhos, como eu imaginei logo no início da pesquisa, demonstravam maior inquietação com o que seria uma “memória perdida” do Poço e da Praia de Iracema. Estes correspondiam geralmente à primeira ou a segunda geração das famílias que chegaram na

localidade. Sempre que possível queriam narrar suas histórias, passando para as futuras gerações as informações do passado, da origem, para si tão importantes.

Entre os mais jovens, observei uma preocupação variável com essas questões, mas visivelmente eles falavam menos sobre estes temas, demonstrando outros interesses como relacionamentos, esportes, lazer e música. Na maior parte do tempo em que desenvolvi minha pesquisa de campo, os locais onde encontrava maior concentração de jovens sempre foram a Ponte Velha e a Quadra Poliesportiva. Logo, grande parte dos jovens estava jogando futebol, nadando, treinando triatlo ou socializando com os demais, prioritariamente nessas áreas. Pude perceber que uma parcela considerável dos mais velhos possuía aparelhos celulares, e que havia grande interesse por fotografias, aplicativos e redes sociais.

Na mesma linha das indagações de Jöel Candau dispostas no segundo capítulo, perguntei-me como se dava a passagem das memórias individuais para as formas coletivas. Dois dos meus interlocutores na pesquisa sempre remontavam a importância de “guardar a memória”, de estabelecer cristalizações, de pensar equipamentos a exemplo de museus e memoriais coletivos, desenvolver pesquisas históricas sobre o Poço da Draga. Essas pessoas em especial não eram das gerações mais antigas, eram filhos da localidade, apesar de um deles não morar mais no Poço.

Através deles foi fundado o movimento ProPoço já referido e uma parte considerável das ações pensadas por esse grupo dizia respeito a guardar, cristalizar, repassar e publicizar as memórias da localidade. Havia a proposta de montar um memorial, onde existiria uma Linha do tempo da localidade, bem como uma árvore genealógica explicando as primeiras e principais famílias, que segundo Cláudio se intercruzavam demais. Como visto, foi desenvolvido um Censo comunitário, bem como ao longo dos últimos anos foram realizadas dezenas de visitas guiadas.

O que mais me chamou a atenção nesse cenário é que essas visitas guiadas eram pensadas a partir da perspectiva de Cláudio, que é morador, mas também geógrafo e pesquisador. Ele buscava literatura e documentos sobre a Praia de Iracema, guardava fotografias, promovia entrevistas e me relatava que conversava com os “mais velhos” para repassar as “informações o mais fidedignamente possível”. O esforço memorial desse movimento era considerável, merecendo reconhecimento e publicização.

Ocorre que o trajeto da visita guiada, por exemplo, foi estabelecido por este morador. Dessa forma, a história local era contada através dele, tratando-se da sua

versão das memórias do lugar. Em 2016, o percurso da visita guiada ganhou o nome de “Expresso Poço da Draga”, estabelecendo os pontos de parada como paradas de trem, com a ideia de posteriormente colocar *banners* em cada ponto. Podemos nos perguntar: por que os pontos “x” e “y” foram escolhidos, e não outros?

Observe-se convite para a visita/Expresso em rede social:

PERCURSO EXPRESSO 110 – POÇO DA DRAGA – 07/09/2016 Expresso 110 é um percurso a pé, em que um grupo de pessoas, acompanhado por um guia morador, visita lugares específicos e relevantes à identidade do Poço da Draga, denominados estações. O nome da atividade é uma menção ao antigo serviço de trem europeu, Expresso do Oriente, como também é uma referência à presença de antigos trilhos no local, por onde passavam trens e trolers que serviam como transporte dos produtos vindos do antigo porto, a ponte Metálica. E nesse contexto que envolve movimento, viagem e história, o nome Expresso 110 passará por mudanças a cada ano, de acordo com a idade representativa da comunidade. Em 2017, a atividade passará a se chamar Expresso 111, e assim por diante. A visita ocorrerá em dois horários – das 15h30 às 16h15m, e das 16h30 às 17h15m. Para cada horário, será formado um grupo de, no máximo, 30 pessoas. O percurso terá início no Pavilhão Atlântico, perto do Acquario. Para participar, poste um comentário, confirmando sua presença, no link <https://web.facebook.com/248265202182956/photos/gm.296827134017163/333822303627245/?type=3&theater>. Esperamos por vocês! (Disponível em: <<https://www.facebook.com/propocomaremovimento/photos/gm.296827134017163/333822303627245/?type=3&theater>>. Acesso em 12 jun. 2018.)

Devo ressaltar que esse morador gozava de reconhecimento pela coletividade, que via nele uma figura legítima por ser morador e também pesquisador. Somente uma vez sua posição como legítimo foi questionada. Em todo meu trabalho de campo. Só ouvi um único questionamento, que partiu de outro entrevistado. Ele falou especificamente sobre o trajeto da visita guiada, que no seu entendimento deveria ser outro. Não foi uma fala denegrindo a imagem ou questionando a pessoa de Cláudio, mas afirmando que o Poço da Draga seria melhor conhecido se o trajeto passasse “por dentro”.

Ele faz o percurso dele, ele não entra dentro da comunidade, vai só por fora. É trilho e pela pista. Ele não passa por dentro do corrente onde é o mangue, não passa pelo beco, nem dentro dos Galdinos. Isso porque ele mesmo tem um preconceito com a comunidade, de não querer mostrar a realidade. Mostrar só os muros da frente, só as casas bonitas da frente. E as de dentro? Eu levo as pessoas aqui dentro também, mas eu ando em tudo (morador, em entrevista em 20/01/2017).

Com essa fala, ele afirmou que há uma certa higienização, sendo mostrado apenas as “melhores partes” do Poço. Deu a entender que, caso fosse ele na posição de guia, mostraria outras ruas e vielas. Diante desse questionamento, mais uma vez

me pergunto: como se dá então a passagem da memória individual para a memória social? Quantos depoimentos seriam necessários para legitimar uma versão coletiva ou compartilhada por boa parte do grupo? Não seria mais interessante se perguntar quais as estratégias dos sujeitos para a cristalização da memória coletiva do Poço da Draga? Quem está se preocupando e atuando nesse sentido? Que ações? Que pessoas? Que grupos? Qual o lugar da “maritimidade” dentro dessa memória coletiva lá? E da identidade territorial?

Os grupos organizados, conforme discutido ao longo do trabalho, consistem basicamente na ONG Velaumar e no movimento ProPoço, sendo eles os principais articuladores das atividades e dos eventos comunitários. É preciso destacar, porém, que havia outros moradores essenciais no sentido das atividades de socialização e fortalecimento da memória, em especial uma senhora que promove vários saraus, Dona Fabrícia. Participei de alguns desses saraus em sua casa e pude perceber que ela é bastante querida na localidade. Um fato curioso é que ela tem tantos afilhados que muitas vezes não recordava de quantos, sendo chamada por alguns de “madrinha da comunidade”.

Neste sentido, a pesquisa me fez concluir que não apenas os grupos são responsáveis pela cristalização das memórias e pelo fortalecimento identitário. Eles são importantes e muitas vezes são apenas eles que aparecem, porém no cotidiano essas memórias também são reforçadas e movidas ou levadas a cabo por pessoas como Dona Fabrícia e algumas outras senhoras, que organizam os saraus. Uma diferença sensível entre as atividades promovidas pelos grupos e estas organizadas por Dona Fabrícia é o grau de publicidade e o público prioritário, pois são mais divulgadas boca a boca, ocorrem quase sempre em sua casa, sendo por isso mesmo bastante frequentadas pelos moradores, em especial as senhoras. Ademais, essa construção memorial cotidiana pode se revelar mais potente justamente por sua frequência, não necessitando de grandes eventos para ocorrer.

Conforme abordarei adiante, algumas vezes nos eventos maiores como os aniversários os moradores ficavam acanhados de participar, sentindo que as atividades não eram para eles e sim para o público externo, o que ia de encontro ao próprio objetivo das atividades, que era unir os moradores e fortalecer o pertencimento local.

Sobre as estratégias e as ações desenvolvidas para o fortalecimento da memória e da identidade, detalharei nos próximos itens.

6.4 Discurso memorial: metamemória e esforço de cristalização

Tentando responder às questões anteriores, havia alguns indivíduos no grupo que se preocupavam mais no sentido da cristalização, da instituição da "memória comunitária" para que esta "não se perdesse", a exemplo de Cláudio, Luciana, Cíntia e Fabrícia. Trata-se de um esforço acima de tudo para garantir a identidade e a coesão do grupo. Eram estas pessoas que mais destacavam esse objetivo como algo prioritário para a localidade, de forma que estabeleceram estratégias para esta cristalização que tentavam repassar para o resto do grupo, a um só tempo solidificando e afirmando tanto as "narrativas oficiais" quanto a si próprios e os mais idosos como "legítimos narradores", em maior ou menor medida.

Entre os anos de 2010 a 2016, sobretudo nos períodos próximos à comemoração do aniversário da Ponte e do Poço, alguns falavam da necessidade de criação de um memorial comunitário, do registro oficial das origens comunitárias, da realização de visitas guiadas, entre outros atos e eventos. Cabe destacar, no entanto, que em outros momentos, tais ideias (a exemplo do Memorial) também foram apresentadas por outros sujeitos, conforme apurei em entrevistas.

A perspectiva de que a Praia de Iracema é um local histórico, e que, como tal, deve ser preservado e reconhecido, não é compartilhada apenas pelos moradores. Cabe destacar que muitos estudos vêm sendo desenvolvidos sobre a área (BARREIRA, 2007; BEZERRA, 2008; COSTA, 2005; GONDIM, 2007; SCHRAMM, 2001; SOUSA; 2006).

Apesar de que Fortaleza não é uma cidade com tradição patrimonialista, no sentido de que as políticas de preservação cultural ainda são incipientes, ressalto que recentemente a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugurou o Centro de Memória da Praia de Iracema, em 13 de fevereiro de 2019, no prédio do Estoril, anteriormente referido. Segundo os organizadores, a iniciativa visou “resgatar a história do bairro”. Em matéria divulgando a inauguração no site da Prefeitura, o texto ressaltava que o objetivo do Centro é reunir “histórias e memórias afetivas da região e seus moradores”, buscando “valorizar a identidade da comunidade, fortalecendo a sensação de pertencimento ao local”. O Centro possuía visitação gratuita, em exposição disponível

de terça a domingo, entre as 16h e as 20h (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2019)⁶⁰.

Compreendo que a inauguração de um equipamento desta natureza vai ao encontro das iniciativas dos próprios moradores do Poço da Draga no sentido do reconhecimento da memória local. Neste sentido, é emblemático que inclusive as expressões utilizadas na matéria de divulgação do evento sejam semelhantes às palavras que normalmente eram reiteradas nos eventos como o aniversário e as visitas guiadas (“memórias afetivas”; “valorizar a identidade da comunidade”; “pertencimento”).

O espaço do Centro de Memória constituía uma única sala, porém repleta de fotografias atuais e antigas, vídeos e elementos considerados típicos da vivência “tradicional” da Praia de Iracema. A experiência sonora também era bastante explorada, com a presença de alguns fones de ouvido espalhados pela sala, para que se ouvissem os relatos dos moradores. Considero que a presença dos moradores do Poço da Draga foi bastante ressaltada, seja através do destaque conferido às suas narrativas, seja pela centralidade da Ponte Velha na totalidade da exposição. Quando da inauguração, destacavam-se: uma parede inteira reservada para a projeção do mar se chocando contra as pedras de contenção no Calçadão, com o forte e característico ruído produzido pelas ondas e pelo vento; uma pequena câmara com óculos para visualização em 360 graus da Ponte Velha e proximidades; e outra parede para exibição dos moradores e suas narrativas sobre a Praia de Iracema, em que diversos residentes do Poço da Draga tiveram lugar de fala privilegiado. No centro da sala estavam dispostas algumas cadeiras de balanço (inclusive uma infantil) para que os visitantes pudessem se sentar e apreciar a exposição como um todo, aproximando-se de outra vivência local: as cadeiras na calçada.

⁶⁰ “A Prefeitura de Fortaleza, por meio do Instituto Iracema, inaugura, nesta quarta-feira (13/02), o Centro de Memória da Praia de Iracema. Inauguração ocorre durante mais uma edição da Quarta Iracema, a partir das 18h. O equipamento, localizado no Estoril, tem como objetivo reunir histórias e memórias afetivas da região e seus moradores, individuais e coletivas, por meio de registros históricos, vídeos e depoimentos, com o uso de alta tecnologia e interatividade. Os visitantes poderão acompanhar tudo através de óculos de realidade virtual, paisagem sonora, painéis interativos e brinquedos óticos. O Centro de Memória busca valorizar a identidade da comunidade, fortalecendo a sensação de pertencimento ao local, ao mesmo tempo em que proporciona uma imersão à Praia de Iracema, gerando novas experiências. A ideia é que, além de turistas e moradores em geral, o acervo do Centro também possa servir como fonte para estudantes, historiadores e pesquisadores. O horário de visitação do equipamento será de terça a domingo, de 16 às 20 horas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2019).

Os moradores com quem conversei se mostraram entusiasmados. Pude perceber que, pelo menos em algum sentido, sentiram-se reconhecidos pelo fato de que foram procurados e gravados para contar suas histórias sobre o bairro. Assim, sendo de alguma forma incluídos na representação oficial sobre a Praia de Iracema

Voltando às ideias que partiam dos próprios moradores, destaco que algumas não eram exatamente recentes. Apesar disto, a preocupação memorial se exacerbou entre os anos de 2014 a 2018, com os aniversários do Poço, as rodas de Guardiões da Memória e as visitas guiadas. Nesses momentos, os organizadores do evento apontavam como legítimos narradores os moradores mais velhos, pois lá residiam há muitas décadas e podiam relatar com maior veracidade e afetividade como era o Poço da Draga, relatando os principais fatos históricos e a resistência contra todas as investidas de expulsão.

De uma forma geral, era uníssono que os mais velhos eram os detentores da maior legitimidade, e sobre isso Bosi (1994) falou a respeito da função social dos velhos, no sentido vivencial, por possuírem maior experiência. Por outro lado, alguns outros moradores não-idosos eram apontados como legítimos narradores em função de outros fatores, seja pelo reconhecido trabalho em prol da coletividade, seja pelo fato de terem concluído os seus estudos formais. Tal reconhecimento implicava que estes últimos eram apontados para darem entrevistas ou para representarem as famílias em atos como audiências públicas. Dentre estes sujeitos, destaco um dos meus interlocutores principais, Cláudio, que teve grande importância no surgimento do movimento ProPoço e na elaboração do Censo, desde 2015 propondo e realizando várias atividades no sentido do grande interesse pela questão memorial.

Além da preocupação dos próprios moradores, é preciso destacar que alguns atores de fora atuavam como “apoiadores externos”, sendo significativos na contribuição para o fortalecimento comunitário e memorial. Tal foi o caso de alguns movimentos sociais, associações ou ONG’s. Nas décadas de 1980 e 1990 teve papel destacado a Igreja Católica, em especial através da Arquidiocese de Fortaleza com a ONG Centro de Defesa e Promoção de Direitos Humanos (CDPDH). Posteriormente houve uma quebra e um afastamento da referida ONG nos anos 2000, o que parte dos moradores lamentava. Mais recentemente, um movimento que se aproximou da localidade foi o Quem Dera Ser um Peixe (GONDIM, 2013a; RODRIGUES, 2013), anteriormente referido. Este grupo, articulado em torno das críticas à construção do Acquario, realizou várias atividades na Praia de Iracema, algumas delas dentro do

Poço da Draga, declarando apoio aos moradores, defendendo a sua permanência na área e a não construção do Acquario.

Este movimento teve forte expressividade nas redes sociais e foi responsável pela criação de campanhas de impacto, através de peças publicitárias, pequenos vídeos e depoimentos. A defesa da memória da Praia de Iracema e do Poço da Draga era um dos pontos levantados pelo movimento, conforme se observa da figura 23:

Figura 23 – Quem Dera ser um Peixe / Acquario Não



Fonte: Página do movimento Quem Dera Ser um Peixe na rede social *Facebook*, 2016.

Além dos movimentos sociais, cabe destacar que o Poço da Draga é uma localidade que há décadas desperta interesse de pesquisadores, tanto estudantes quanto professores, das mais variadas searas do conhecimento (FEITOSA, 1993; OLIVEIRA, 2006; SOUSA, 2006; GONDIM, 2008; RODRIGUES, 2013; BESSA, 2015; NOGUEIRA, 2017; TEIXEIRA, 2017; OLIVEIRA; BARBALHO, 2017). Alguns destes, de uma forma ou de outra, mantiveram um vínculo com alguns moradores, fazendo-se presentes ao longo do tempo. Neste sentido, alguns grupos de pesquisa realizaram

trabalhos importantes com os moradores e no período em que estive em campo devo destacar alguns.

Em 2012, houve o projeto de cartografia social realizado pela ONG URUCUM em parceria com o Laboratório de Cartografia (Labocart) da Universidade Federal do Ceará (GOMES, 2015). Já em 2016, alunos da UNIFOR participaram da elaboração do Censo junto com moradores, coordenados pela professora Amíria Brasil, conforme se viu no capítulo anterior. Outro grupo que desde 2017 atua no Poço da Draga é o “Rastros Urbanos”⁶¹, cuja primeira ação de extensão foi o projeto “Fotobiografias: a Fortaleza que se conta em acervos fotográficos pessoais”, pensando a possibilidade de ver a cidade desconhecida através do olhar dos moradores. O grupo apostou que a fotografia poderia fazer isso com a força das narrativas. Em conversa com a professora Cristina Silva, uma das coordenadoras, ela disse ter se surpreendido com a quantidade de registros. Nas fotos, foi possível perceber o Poço da Draga como um território ameaçado, porém com narrativas muito vivas atestando o direito de pertencer à cidade.

Por razões éticas, não foi possível neste trabalho apresentar as fotos da referida exposição, por conta de serem fotos pessoais dos moradores. Neste sentido, seria necessário contar com a aprovação de cada um dos proprietários das imagens, além do fato de que a publicização das imagens comprometeria o anonimato. Assim, as imagens que disponibilizo são apenas as que estão públicas no blog do grupo Rastros Urbanos e que não expõem as pessoas, no Anexo F.

Durante o aniversário de 2017, o grupo preparou uma exposição cujo tema foi “Habitar é deixar rastros”, fazendo referência a uma frase do pensador Walter Benjamin (2006). Sobre esse evento em especial, a professora se surpreendeu com várias reações dos moradores, algumas que talvez passassem despercebidas a um olhar atento.

Diante de uma das fotos expostas no Pavilhão, mostrando uma turma de crianças na escola das Irmãzinhas, um senhor alcoolizado apontou para a imagem e se emocionou, dizendo: “eu sou uma dessas crianças”. Compreendo que essa é uma

⁶¹ O Grupo de Estudos e Pesquisas Rastros Urbanos existe desde 2011 e está registrado no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão. Dentre estes, há o Projeto de Extensão “Fotobiografias a Fortaleza que se conta em acervos fotográficos pessoais”, coordenado pelos professores Cristina Silva (Ciências Sociais) e Tiago Cavalcante (Geografia) e cadastrado desde 2016 na Pró-Reitoria de Extensão da UFC sob o código HD00.2016.PJ.078 / UFC. O grupo possui um blog, disponível em: <<http://rastrosurbanosufc.blogspot.com>>. Acesso em 10 nov. 2018.

das vozes que talvez ninguém ouvisse. Conforme Cristina, era isso que o grupo queria, que as fotos deles fossem socializadas entre eles. Para ela, as fotos mostraram questões imensas: o vínculo com o mar, com a Ponte, as migrações para o Norte⁶², na tentativa de enriquecer com a extração da borracha.

No aniversário de 2018, Cristina sugeriu para Cíntia que o momento dos Guardiões da Memória não fosse diluído como em 2017⁶³, e pediu para cuidar do momento para aliar o trabalho das fotografias com a roda dos Guardiões da Memória. Na ocasião, reforçou a importância de o momento ocorrer na casa de um morador, para garantir que os demais também vão para compartilhar as memórias. Para o momento, o grupo elaborou vários cubos em que as faces eram as fotografias. Cada cubo correspondia a um tema importante para a localidade, dentre os quais: a água (mostrando as dificuldades para obter água potável, a luta por saneamento, os alagamentos); a rua e as calçadas; a casa (no início de taipa e madeira e hoje de alvenaria), as reformas, as mudanças de casa; os quintais e as festas ocorridas neles; a morte (álbum de santinhos de Luzia, por exemplo).

Algo emblemático notado por mim e também por Cristina eram as falas dos moradores sobre os eventos ocorridos “na outra casa”, significando não uma casa anterior, mas a mesma, porém antes da reforma. Para mim, ficou nítida a existência de um verdadeiro palimpsesto de casas, em que as atuais vão sendo construídas e escritas por cima das versões anteriores e de uma forma bastante sensível as famílias não costumam esquecer cada uma delas.

O apego ao território ocorria, dessa forma, em vários níveis: o bairro, a Praia de Iracema, a Ponte Metálica, o mar, o Poço como um todo, a vizinhança, a própria casa (ou as “várias casas”). Muitos moradores sempre que tinham oportunidade ressaltavam que jamais se mudariam do Poço, sob pena de morrerem por falta de “suas raízes”. Dizia Dona Fabrícia: “Só saio daqui para a terra do pé junto”, pois afirmava ser como uma árvore, que “se tirar daqui, não sobrevive. Se me tirar daqui, minha filha, minha raiz não se planta”.

Entre os anos de 2016 e 2017, o antropólogo e professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará Alexandre Flemming

⁶² Trata-se do período do “ciclo da borracha”, anteriormente referido na Nota 35.

⁶³ Uma crítica dela foi que no aniversário de 2017 o evento “Poço 111 anos” se misturou uma roda de pesquisadores com o momento dos Guardiões da memória. Ela percebeu que os moradores não gostaram e ficaram acudados, falando bem menos. No mesmo horário desse evento estava ocorrendo a exposição deles no Pavilhão, então ela ficava circulando entre as duas atividades.

coordenou o projeto Poéticas do Poço, uma ação em parceria com o Porto Iracema das Artes. Alguns moradores e também alunos de Ciências Sociais realizaram documentários sobre o Poço da Draga, esforço que resultou em um rico material que foi apresentado em várias ocasiões em exposições dentro do Poço da Draga. Cláudio realizou um documentário sobre as brincadeiras tradicionais na sua infância e adolescência no Poço, e Kléber, um documentário sobre a relação da localidade com o futebol, através de um passeio pelos times que já existiram no Poço. Destaco que tanto Cláudio quanto Kléber foram alunos de cursos de audiovisual na ONG Alpendre, que no final dos anos 1990 formou diversos jovens na localidade.

O projeto do professor Alexandre, ao incentivar e promover a realização de filmes sobre a localidade, contribuiu sobremaneira para os esforços de cristalização memorial, da mesma forma as ações do grupo Rastros Urbanos. À luz dos estudos de Candau (2012), parto da premissa de que somente a metamemória, ou seja, as representações sobre a memória podem ser compartilhadas. É inegável que a realização e reprodução de materiais como filmes, documentários e exposições fotográficas são formas de reprodução destas representações das quais a memória é feita. Evidentemente, os moradores podem desenvolver algumas destas atividades sozinhos, sobretudo aqueles que já possuem formação e material de gravação. No entanto, a existência de projetos e ações seja de universidades ou de movimentos sociais que contribuam para o fortalecimento memorial caminham no sentido do desejado pelos moradores que realizam as principais atividades, a exemplo dos aniversários do Poço.

Retomando Candau (2012), somente através do fortalecimento das memórias é possível se falar em identidades fortes. Em contextos de disputas territoriais, caso do Poço da Draga em sua existência na Praia de Iracema, a identidade e a memória funcionam como recursos estratégicos de enfrentamento dos interesses contrários. Conforme se viu, ao longo do tempo muitas foram as ameaças diretas ou indiretas à permanência do Poço da Draga, constituindo o Acquario na última intervenção anunciada.

6.5 As narrativas de identidade do Poço da Draga

À luz das pesquisas de Candau (2012), nos múltiplos eventos que ocorreram no Poço da Draga, bem como em várias situações cotidianas, pode

observar várias práticas semelhantes àquilo que o autor chamou de “narrativas de identidade”. Isso significa dizer que a identidade em si mesma não pode ser de fato totalmente lembrada, ainda mais porque não se sabe se nós mesmos possuímos conhecimento preciso sobre quem somos. O fato é que, ao contar de nossa vida e nossa identidade para alguém, não nos lembramos de tudo e menos ainda tudo contamos. O que acontece é que são feitas “narrativas de identidade”, que Candau descreve como sendo “um 'discurso de apresentação de si' que terá a forma de uma 'totalidade significativa' [...] pretende nada deixar na sombra e [...] se apresenta como um somatório de atos do passado que seria o resultado lógico, quase aritmético, o que é sempre verdade para quem recorda” (CANDAU, 2012, p.70).

Compreendo ser um paralelo do que Bourdieu teorizou e chamou de “ilusão biográfica”. Nesse sentido, tanto para Bourdieu quanto para Candau a narrativa não é jamais uma repetição do que foi vivido, sendo evidentemente um ato criativo. Apesar disso, Candau esclarece que “ser criativo” não significa “ser mentiroso”, e que seria um grande erro de pesquisa buscar avaliar a identidade narrativa segundo critérios de verdadeiro ou falso. Afirma isso de forma peremptória ao dizer que

para toda manifestação da memória há uma verdade do sujeito [...] e se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar é também sua verdade [...]. É necessário menos considerar esse esquecimento como uma debilidade do que como uma estratégia narrativa inconsciente (CANDAU, 2012, p.71).

O sujeito cria as histórias que vai contar, cria sua própria vida e cria aquele que acredita ser, para convencer a si mesmo e aos outros. Candau esclarece que o ato enunciativo é fundamental para a lembrança, pois é falando que se recorda. Por outro lado, quanto mais se cala, maior a chance de esquecimento.

O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. Essa narração, que está no princípio da totalização existencial, é de fato uma reconstrução, tornando-se possível pela aptidão propriamente humana de colocar o passado à distância. **Contar uma história não é uma simples repetição, mas um real ato de criação:** é o processo de criação mesmo da história que cria a estrutura mnemônica que conterà a essência dessa história para o resto de nossa vida. **Falar é recordar.** (CANDAU, 2012, p. 71, grifos meus).

E se a lembrança está relacionada à fala e o esquecimento ao silêncio, os governos e períodos históricos em que determinada memória nacional foi imposta significaram, nesse sentido, uma série de silêncios que tiveram por finalidade o

esquecimento da trajetória de grupos e nações inteiras. Sobre o peso e o perigo das memórias nacionais, já se falou aqui, trazendo as críticas de Marc Bloch e Michael Pollak no segundo capítulo.

Reitero que, conforme Halbwachs (2013) e Bosi (1994), não é de tudo que os sujeitos e os grupos se recordam, ficando apenas aquilo que significa. Era assim que determinadas circunstâncias apareciam na maior parte das falas públicas que os moradores faziam, por se tratarem de questões nunca esquecidas, referentes a magoas não saradas, a exemplo da saída das Irmãzinhas e da retirada do campinho, como se disse. Do mesmo modo, no nível individual, as pessoas têm muito maior probabilidade de recordarem-se apenas dos eventos marcantes de suas vidas, aqueles que representaram transições como nascimentos, mortes, casamentos, separações e mudanças de cidade. Ou seja, momentos que foram pontos de virada, das mais diferentes maneiras. Para Candau,

O ato de memória é [...] essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, mas o que fica do vivido. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa [...] (CANDAU, 2012, p 71).

Da mesma forma que caberia falar em narrativas identitárias para pessoas, cabe falar para os grupos, na esteira do pensamento de Candau (2012). Compreendo no Poço da Draga que a análise de Feitosa (1996) permanece atual, de fato observei a existência de muitos sujeito-memória na localidade. A maioria, devo destacar, é constituída por mulheres, mas falei com vários senhores também, a exemplo do Sr. Lopes e do Sr. João Alves, que compunham o grupo dos moradores da primeira geração a chegar (o primeiro) e a nascer na localidade (o segundo). Esses sujeitos-memória (FEITOSA, 1993) guardavam grande responsabilidade no sentido de serem sempre chamados para dar suas narrativas de identidade comunitária, seja em eventos internos, externos ou mistos. Eram as pessoas mais validadas para contar sobre “como tudo começou”, ou como sempre foi a vida no lugar.

Apesar disso, observei nas práticas locais um esforço no sentido de chamar as gerações mais jovens para se apropriar também desse papel⁶⁴, pois percebiam que, caso os jovens não fossem conquistados, a memória se perderia. De uma forma vivenciada, não teórica, os moradores pareciam saber que a principal maneira de

⁶⁴ Apesar de que, em boa parte das atividades, o público jovem era aquém do esperado.

garantir as memórias era promover muitos eventos de narração, de contação das histórias locais, de firmação dessas memórias. Como disse Candau, o que não é falado não é lembrado.

Na esteira de Paul Connerton, é preciso que as memórias sejam inscritas, senão nos textos, que seja nos corpos, através dos rituais – o que também ocorre no Poço da Draga, conforme se verá adiante na análise dos aniversários.

A memória é uma forma de evitar o declínio de si e das coletividades, o que também observei em minha pesquisa. A memória como uma arte da narração constitui também uma “arte de fazer” (CERTEAU, 2012). Os moradores, principalmente as lideranças, sabiam também que era através de memórias que a identidade comunitária se fortalecia e que o grupo se mantinha coeso, ficando unido diante de possíveis ameaças de remoção ou de outra ordem. Nesse sentido, a relação entre memória, identidade e territorialidade fica cristalina: as memórias constroem e dão o suporte às identidades comunitárias, que são fundadas no território. Por outro lado, quanto mais fortes as memórias, mais garantem o território, ou pelo menos garantem que, diante de risco iminente, a coletividade poderá acionar uns aos outros para resistir.

6.6 Os aniversários: invenção de uma tradição, expressão da memória e lugares do passado

Algo bastante interessante no caso do Poço é a realização dos grandes eventos anuais: os aniversários da Ponte e da localidade. A tomada da data de inauguração da Ponte como data simbólica de origem – 26 de maio de 1906 – contraria a datação rigorosa histórica, o que também é encontrado nos estudos de Candau. A memória social se constrói ao largo da História, algumas vezes tomando marcos históricos precisos, mas sem jamais se prender a eles. Neste sentido, “a memória longa ignora a cronologia rigorosa da História e suas datas precisas que balizam o fluxo do tempo” (CANDAU, 2012, p. 87).

Compreendo que a existência dessas festas e dos outros eventos do Poço da Draga constituem-se em “lugares de memória” (NORA, 1993), na medida em que foram espaços criados pelas famílias da localidade para suprir a carência de espaço e momentos de memória espontânea.

Atualmente a festa é considerada uma tradição, apesar de não ser antiga, o que apenas aparentemente é uma contradição. Segundo Hobsbawm e Ranger, “muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (HOBSBAWN; RANGER, 1984, p. 9). Para esses autores, a invenção das tradições corresponde a processos de formalização e ritualização sempre referidos ao passado, ainda que apenas pela imposição da repetição. A invenção é ritualística e não se trata de um falseamento da realidade, mas uma construção positiva dos sujeitos, afirmando a sua legitimidade para narrar suas histórias, bem como, no caso do Poço, a importância política do reconhecimento de que estão ali há muitas décadas. A própria invenção dessa data é uma atitude tática (CERTEAU, 2012), porque representa uma espécie de “arte dos fracos” a ser utilizada nos combates cotidianos contra os discursos estigmatizantes e deslegitimadores sobre as favelas.

É importante ressaltar que, desde a época das Irmãzinhas (1970-1990), as datas comemorativas (religiosas ou não) sempre foram muito festejadas, verdadeiros momentos de congregação. Os moradores antigos e os que nasceram lá (hoje, por volta de 30, 40 anos) lembravam muito das irmãs e das festas: dia das mães, festa junina, dia das crianças, Natal, dentre outras. Quando as freiras foram embora as festividades foram perdendo seu caráter aglutinador (OLIVEIRA, 2006, p. 54).

A partir daí as festas passaram a ser realizadas pela Associação de Moradores (AMPODRA) e essa organização dividia os ânimos. Com essas divergências, as festas passaram a ser menos frequentadas. Pelo que pude perceber, alguns eventos e saraus foram mantidos sobretudo na casa de dois moradores antigos, o Sr. Lopes e a Dona Fabrícia, talvez tentando manter de alguma forma o que fora perdido após o encerramento das atividades das Josefinas.

Segundo todos os entrevistados, a localidade perdera muito com a saída das freiras na década de 1990, principalmente na sociabilidade e nas comemorações. Trago a hipótese de que o estabelecimento de uma data de aniversário a partir de 2011 representa uma tentativa de retomar esse caráter aglutinador, o entusiasmo de que muitos moradores relatavam sentir tanta falta. A criação/invenção dessa tradição parece remeter (conscientemente ou não) ao tempo das Irmãzinhas, um período, segundo eles, de maior unidade/solidariedade, em que as festas “juntavam a comunidade”. No próprio discurso dos moradores que organizavam os recentes eventos, era nítida a intenção de fortalecer o pertencimento e o entusiasmo “de antes”.

Algo emblemático é que as festas e reuniões costumavam ser exatamente no Pavilhão ou nas “Irmãzinhas”, como eles ainda chamavam. Aquele lugar continuava a ter uma importância social e ritual em quase todos os eventos do Poço da Draga (FIGURAS 24 e 25).

Figura 24 – Aniversário de 109 anos (2015), no Pavilhão



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Figura 25 – Aniversário de 112 anos (2018)



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Desde a criação dos aniversários, também aumentou a frequência de eventos como os saraus, os cineclubes⁶⁵, o Arraial dos namorados, tornando o Pavilhão mais frequentado por moradores e não-moradores. Entendo que o fato de estabelecer uma data de aniversário, apesar da imprecisão quanto à data da formação do Poço da draga, ocorreu no sentido de fortalecer seu direito de permanência no território. Apropriar-se da primeira data de inauguração da Ponte Metálica (26 de maio de 1906) permitiu reivindicar a condição de “ocupação centenária”, tratando-se de uma estratégia para não serem removidos, principalmente em função da antiguidade da ocupação. O tempo era seu argumento central e era através dele que quase todos os discursos de moradores se iniciavam.

Por outro lado, não foi sempre que se comemorou o “nascimento” do Poço em 26 de maio. Os moradores divergiam quanto ao primeiro aniversário comemorado. Conforme anteriormente citado, uma entrevistada afirmou que a primeira comemoração ocorreu em 2011, ocasião em que se celebraram os 105 anos da Ponte e do Poço da Draga. Segundo ela, tal decisão teve a ver com a aproximação do movimento Quem Dera Ser um Peixe (QDSP), porém tal grupo só se formou no ano seguinte. Neste sentido, os dados que coletei indicam que os aniversários se iniciaram por volta dos anos 2010 ou 2011.

Independentemente das versões, o fato é que o evento nos últimos anos vem sendo realizado como uma tradição, levando meses de reuniões e preparação tanto por moradores quanto por apoiadores externos. Algo notável foram as transformações que o evento sofreu ao longo dos anos: inicialmente, foram comemorados os 104, 105 e 106 anos apenas da Ponte Metálica (2010, 2011 e 2012, respectivamente). A partir dos 107 anos (2013), passou a ser da Ponte e do Poço, ocorrendo aí a apropriação simbólica da data de inauguração da ponte. Outra mudança foi a seguinte: a princípio, tratava-se de apenas um dia (104, 105, 106 e 107 anos, até 2013) e posteriormente transformou-se em um grande evento com vários dias de programação a partir dos 108 anos, em 2014 (conforme ANEXO B).

O objetivo do aniversário era dar visibilidade ao Poço da Draga, tanto valorizando as conquistas dos moradores e o fato de ser uma “comunidade diferenciada”, “tranquila”, quanto cobrar do Poder Público as demandas históricas como o saneamento básico. Também havia o objetivo de recontar a história do lugar,

⁶⁵ Aos eventos de exibição de filmes ou documentários no Pavilhão ou nas ruas do Poço, normalmente se atribuía o título de “cineclubes”.

e para tanto existiam os eventos narrativos que basicamente eram as visitas guiadas e os Guardiões da Memória, de que falarei adiante. No entanto, os objetivos de fornecer serviços públicos (vacinação, consulta a órgãos públicos, doação de mudas de árvores) e entretenimento também se faziam presentes.

Ressalto que para todas as noites eram pensados pelo menos um ou dois *shows* para “animar a comunidade”, às vezes por artistas locais, mas não sempre. Via de regra essas apresentações eram voluntárias, mas no ano de 2016 a organização conseguiu certo valor em cachês através da Casa Civil (Governo do Estado do Ceará) e alguns artistas foram remunerados. Para se compreender a multiplicidade de eventos, ver no Anexo B a programação de três destes dias de festividades, em anos diferentes: os 109 anos (2015), 110 (2016) e 111 (2017).

Entendo ser necessário destacar ainda uma outra questão, qual seja a tendência da organização, nos últimos anos, em transformar o aniversário local em um grande evento, semelhante a um festival. Nesse sentido, era tamanha a oferta de atividades e de presença de público externo que em alguns momentos notei os moradores acuados e receosos de participar de sua própria festa, conforme se verá. Ainda nesse sentido, percebi que em alguns anos foi dado um maior destaque às atividades consideradas “tradicionais”, a exemplo dos Guardiões da Memória, já em outros, o evento teve sua centralidade diminuída ou no mínimo diluída em meio ao extenso rol de “atrações”.

Destaco que a organização buscava ainda contemplar os diferentes públicos em termos geracionais, pensando programações variadas. Algo que sempre era requisitado por alguns moradores e nem sempre foi atendido era a mudança dos locais dos eventos, para que não se realizassem sempre no Pavilhão Atlântico. Havia um desejo de moradores de outros microterritórios que as atividades fossem itinerantes, revelando uma “guerra de lugares” de que falei anteriormente no quarto capítulo.

Cabe destacar que desde o início das comemorações ocorreu a prevalência das atividades na Ponte ou no Pavilhão, o que é facilmente observável pela programação (integralmente no Anexo B). Ademais, algo recorrente em todos os anos foi a realização de exposições fotográficas. Em 2015, com “Outros Olhares, de Txai Costa; em 2016, com “Olhares do Poço”, de Livia, moradora e filha de Luzia; em 2017, com “Habitar é deixar rastros”, organizada pelo grupo Rastros Urbanos (UFC) com fotos dos moradores. Por último, em 2018, Livia apresentou “Belezas do Poço”.

Nos aniversários, três tipos de eventos podem ser destacados: as manifestações artísticas e culturais dos moradores (exibição de fotografias, vídeos, artesanato, dentre outros); os eventos que recontavam a história da localidade e as apresentações de grupos externos. Cabe ressaltar que em cada ano eram três ou quatro dias de festividades, no intuito de garantir programação ao longo do dia, assemelhando-se a um festival com atividades para crianças, jovens e adultos.

Ressalte-se que os aniversários, depois de alguns anos, passaram a ser reconhecidos e apoiados por algumas instituições, a exemplo do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC). No mesmo sentido, foi ganhando notoriedade e em alguns anos virou notícia do jornal O Povo: em 19/05/2014, com o título “Poço da Draga faz programação para celebrar 108 anos de resistência”⁶⁶. Na matéria, falava-se um pouco do histórico da localidade e foi divulgada a programação integral, o que contribuiu para a divulgação interna e externamente. O aniversário também foi divulgado no jornal Diário do Nordeste, em 27/05/2014, porém na matéria não foi publicada a programação⁶⁷. Da mesma forma, houve ampla divulgação nos jornais nos 109 anos: em 25/05/2015 no jornal O Povo e em 26/05/2015, no Diário do Nordeste⁶⁸.

Entre os anos de 2015 e 2018 participei somente acompanhando os dias do evento, e em 2016 e 2017 estive presente também na preparação, comparecendo a reuniões especialmente nos dois meses anteriores. Na organização, destacavam-se dois atores fundamentais, quais sejam a ONG Velaumar e o Movimento ProPoço. As reuniões quase sempre ocorriam na sede da ONG ou no Pavilhão, sendo mobilizadas pelos membros dos dois coletivos. Algo agregado à programação do aniversário em 2016 foi a apresentação do Censo.

Atualmente, a programação, dividida em mais de um dia, ocorre em três locais: a Ponte Metálica, a praia nas proximidades da Ponte e o Pavilhão Atlântico. Nesses três lugares, a relação do Poço com a Ponte foi sempre reafirmada, seja nos

⁶⁶ Matéria disponível em

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2014/05/19/noticiasjornalvidaearte,3252551/poco-da-draga-faz-programacao-para-celebrar-108-anos-de-resistencia.shtml>>. Acesso em 20 fev. 2018.

⁶⁷ Matéria disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/poco-da-draga-comemora-108-anos-1.1023682>>. Acesso em 20 fev. 2018.

⁶⁸ Artigos disponíveis em <<https://mobile.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2015/05/comunidade-poco-da-draga-celebra-109-anos-com-dia-de-servicos-gratuito.html>> e <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/comunidade-poco-da-draga-comemora-109-anos-com-dia-de-servicos-1.1301209>>. Acesso em 20 fev. 2018.

discursos dos moradores, seja pela inegável proximidade com ela. Cabe destacar ainda, que os bolos comemorativos de cada festa traziam a lembrança de que o aniversário era originalmente da Ponte (ver figura 26).

Figura 26 – Bolo comemorativo do aniversário da Ponte Metálica (2012)



Fonte: Acervo de Neivania Rodrigues, 2012.

Nos primeiros anos, a ênfase era bastante acentuada no fato de o aniversário ser da Ponte e não da localidade, como restará claro na Figura 26. Ao longo dos anos a apropriação da data foi se dando de forma mais profunda, até que se falasse de forma mais espontânea nos “aniversários do Poço”. Contudo, os materiais de divulgação traziam a centralidade da Ponte (Figura 27).

Durante a preparação para o aniversário de 2015 me fiz bastante presente, fazendo o possível para comparecer em todas as reuniões de montagem da programação. Observei, desde essas reuniões de março a maio de 2015, que determinadas pessoas estavam tomando à frente da programação e dos eventos. Boa parte dessas pessoas não eram moradores, mas amigos de um deles, Cláudio. Em um dos dias de evento, ao preparar o local para as atividades noturnas, chamou-me a atenção a presença de apoiadores externos ajudando bem mais do que os moradores. Na ocasião, estava presente apenas Cláudio e os outros quatro eram seus amigos. Somente mais para o final do dia, outras lideranças chegaram, e logo em seguida notei grande presença de pesquisadores.

A respeito da organização dos aniversários, é importante destacar que essas reuniões ocorreram quase todas na casa de Cíntia, na sede da ONG, e era ela sempre que presidia os encontros e tinha voz preponderante nas decisões. Apesar disso, todos os encaminhamentos eram cumpridos por sujeitos que posteriormente viriam a fundar o ProPoço.

Durante o aniversário, também foi notório que a parte prática e operacional de quase toda a programação foi levada a cabo por esse grupo, que chegava cedo para montar a decoração – no primeiro dia do aniversário de 2015, estive lá e com eles montei o espaço no Pavilhão Atlântico. Ao longo dos três dias de programação, essa questão ficou ainda mais visível: a ONG direcionava, mas operacionalmente boa parte dos eventos se deveu ao grupo que logo em seguida se definiria como Movimento ProPoço, descrito anteriormente.

Parece-me mais que as pessoas envolvidas no aniversário tentam recriar a “comunidade de espírito” de que fala Tönnies (1973) *apud* Lifschitz:

Para reconstruir essa solidariedade social entre gerações ou essa comunidade de espírito da qual falava Tönnies, seria preciso mobilizar um trabalho de aproximação entre gerações e de recomposição dos fragmentos da memória coletiva, cujas raízes afetivas não germinam em qualquer território (TÖNNIES *apud* LIFSCHITZ, 2006, p.18).

O esforço do aniversário parece-me muito mais de unir as gerações, para que as “memórias” sejam passadas dos mais velhos para os mais jovens. Exatamente por isso é que lá existem os “Guardiões da memória”, momento tão simbolicamente nomeado.

Retomando a análise de Paul Connerton no segundo capítulo, o autor estabelece de início a seguinte relação: as cerimônias comemorativas são dotadas de grande performatividade nos grupos, o que tem por consequência a construção e reafirmação de hábitos, que são automatismos corporais (CONNERTON, 1993, p. 5-6). Em especial sobre elas, indaga o que exatamente se recorda nestes eventos, assim respondendo:

Parte da resposta é que **uma comunidade é recordada da sua identidade, representando-a e contando-a numa meta-narrativa**. Essa é uma variante coletiva daquilo a que chamei anteriormente memória pessoal, ou seja, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia coletiva (CONNERTON, 1993, p.86, grifos meus).

Neste sentido, o papel da cerimônia é a um só tempo, memorial (recordar), e identitário, vez que o que se recorda é exatamente a identidade do grupo, através de uma meta-narrativa produzida pela cerimônia. “O presente deve ser separado daquilo que o precedeu por um ato de demarcação inequívoco” (CONNERTON, 1993, p. 9).

O ano de 2015 foi um dos que contou com a maior efervescência política e cultural, tendo sido organizadas muitas atividades comunitárias no Poço. Participei de todos os eventos oficiais e do máximo de reuniões e encontros com as pessoas do ProPoço. Além do aniversário de 109 anos em maio de 2015, houve a realização de pelo menos cinco saraus, também os eventos chamados de “Poço do Som”, que contavam com discotecagens e outras atividades musicais. Houve ainda a festa “Para não dizer que não falarei das flores”, no dia 7 de setembro, o dia das Crianças e a festa de Natal.

Em 2016, ocorreu o aniversário 110 anos e, por outro lado, deu-se o relativo esmorecimento das atividades culturais, perceptível na diminuição dos eventos como o Poço do Som. Por outro lado, os saraus na casa de Dona Fabrícia se mantiveram, além de ter se realizado o Censo no primeiro semestre de 2016. Além disso, posteriormente dois membros do ProPoço apresentaram um artigo sobre a experiência do Censo em um congresso de urbanismo no Rio de Janeiro com os alunos de arquitetura da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Em 2017 e 2018, igualmente ocorreram os aniversários da localidade em maio, e Dona Fabrícia continua sediando os saraus. Em fevereiro de 2017, houve a saída do bloco carnavalesco “Cai no Poço”. Nos últimos aniversários, em 2017 e 2018,

os primeiros eventos eram previstos para se iniciarem às 8h da manhã e encerram-se com shows às 22h ou 23h. A ideia proposta não era que todos participassem de tudo, e em alguns momentos eram pensadas inclusive atividades simultâneas - o que não era consenso na organização dos moradores, pois havia argumentos de que isso divide os públicos.

De fato, em alguns momentos havia mais atividades do que público, tantas eram as opções de divertimento e apreciação cultural. Observei que, em quase todas as edições, algumas atividades (em especial oficinas) não ocorreram por falta de público, assim como algumas atividades eram confirmadas na programação, mas de fato não ocorreram. As estratégias de divulgação eram basicamente virtuais (através das redes sociais como *Facebook* e *Whatsapp*) e boca a boca, o que certamente dificultava a propagação das informações. Ademais, não raro ocorriam mudanças na programação que refletiam a dificuldade de organização, geralmente descentralizada em várias pessoas.

Nos aniversários, principalmente nos últimos anos, 2016 a 2018, a programação foi bastante extensa e houve concentração de atividades como os shows musicais noturnos. Em alguns destes, principalmente os eventos com discotecagem, era comum a grande presença de pessoas de fora, e nesses foi perceptível que havia uma demarcação. Os moradores tinham preferência pelos eventos mais voltados para eles, ouvi algumas vezes comentários no sentido de que “essas festas não são para nós”.

Um exemplo eram as citadas festas com DJ's, sobretudo as que ocorriam no Pavilhão Atlântico, em que muitas vezes os moradores assistiam à atividade do lado de fora, formando um verdadeiro círculo na parte exterior do espaço. Assim, eram poucos aqueles a entrar no Pavilhão para interagir com o DJ e com os demais que ali dançavam, geralmente “pessoas de fora”, como eles diziam. Esse fenômeno sempre me chamava a atenção, o visível receio dos moradores de se aproximarem em um espaço deles, um microterritório que guarda inúmeras das memórias do lugar. As pessoas, sobretudo jovens e crianças, passavam boa parte do dia correndo, conversando e brincando entre o Pavilhão, os aparelhos de ginástica e a Quadra Poliesportiva, porém durante esses eventos de grande público o Pavilhão algumas vezes se esvaziava.

De uma forma semelhante, porém na análise de sua pesquisa, Piccolo (2006) observou que mesmo em eventos sociais que promovem “aproximações” é possível a permanência do isolamento:

No evento de comemoração [...], a demonstração pública dessas atividades, apoiadas por diversas instituições e personalidades do “asfalto”, cria novos laços sociais, pela conquista de novos patrocinadores e parceiros e identifica aqueles que estão engajados nessas práticas, como as crianças, os jovens, os idosos, em oposição à (representação de) incivilidade perpetrada pelo tráfico armado, no morro, e temido no “asfalto”, talvez mais do que na favela (PICCOLO, 2006, p. 336).

Entendo que os organizadores às vezes almejavam que os eventos tivessem um alcance e uma proporção muito grande e isso dificultava o compartilhar das memórias. De outro lado, percebo que as atividades que ocorriam em casas de moradores havia maior chance de comparecimento dos próprios moradores, favorecendo o compartilhar de lembranças com o grupo, como ocorria anteriormente⁶⁹. Ressalto que é o contar que fortalece as memórias, sendo o ideal para guardar os relatos.

Além da socialização e do fortalecimento da coesão interna, da identidade e da memória do Poço da Draga, observei que uma das funções dos eventos comemorativos era a tentativa de solução dos conflitos tanto em nível interno quanto externo. A própria ruptura do cotidiano buscava promover maior aproximação das pessoas. Internamente, nos aniversários havia o desejo, por parte dos organizadores, de integração dos microterritórios, de minimizar as diferenças e de resolução das intrigas e desconfianças entre áreas e pessoas. Além disso, outro objetivo interno era mapear aqueles que estão engajados nas práticas locais, com os quais se pode contar no futuro (PICCOLO, 2006)⁷⁰. Dessa forma, o evento representaria uma suspensão dos problemas, ainda que parcial e precária, o que nem sempre era possível.

Externamente, o objetivo era tanto angariar novos parceiros quanto desconstruir a estigmatização e a ideia de que o Poço é um lugar violento, afirmando-o como um “local cultural”, polo de atividades festivas e atrativas para qualquer fortalezense e mesmo pessoas de fora.

Outra questão é que as festas, a exemplo do carnaval, constituem circunstâncias sociais que promovem a coexistência nos mesmos locais de grupos e

⁶⁹ Percepção compartilhada com a professora Cristina Silva, com quem conversei em 14/12/2018.

⁷⁰ Algo semelhante foi percebido por Piccolo em sua pesquisa no Rio de Janeiro, que chamou as ações, como oficinas e projetos de arte, esporte e cultura de “atividades civilizatórias” (2006).

classes sociais diferentes, que muitas vezes não se encontram normalmente (PICCOLO, 2006). Por outro lado, a simples aproximação não necessariamente significa diminuição das distâncias sociais, um entrosamento real. Observa-se, em vários eventos, que as pessoas estão próximas, porém evitam confundir-se, permanecendo entre seus iguais. Neste sentido, as distinções de uma forma ou de outra são marcadas, assim como os pertencimentos (PICCOLO, 2006).

No último aniversário, o de 112 anos em 2018, a festa seguiu afirmando a relação entre a Ponte e o Poço, seja nos eventos distribuídos ao longo da comemoração, seja nos próprios materiais (Figura 29).

Figura 29 – Cartaz de divulgação dos 112 anos do Poço da Draga (2018)



Fonte: Divulgação no perfil Poço da Draga na rede social *Facebook*, 2018.

Destaco que a parte gráfica, referente à criação de logotipo do aniversário, camisetas, cartazes e *folders* era feita pelo ProPoço, quase sempre por Cláudio.

Figura 30 – Logotipo do aniversário de 111 anos



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio, 2017.

Observe-se que na Figura 30, há destaque para os dois aniversários: em cima o do Poço, e embaixo o da Ponte Metálica, seguido da data 26 de maio de 1906. Neste sentido, era feito o esclarecimento em todos os anos de que se tratava de uma dupla comemoração, e que a localidade adotou simbolicamente a data da inauguração como “nascimento”.

Cabe destacar que, em uma das divulgações do evento nas redes sociais, o texto do convite enaltecia a importância histórica da Ponte Metálica, do Porto e da antiga Praia do Peixe:

O 111º aniversário de inauguração do antigo porto da cidade, a Ponte metálica, traz consigo **uma localidade que faz uso humildemente desta data, da "Ponte Velha"**, mais conhecida assim pelos moradores desta localidade, o Poço da Draga, como marco de sua estada e resistência até os dias atuais.

Esta morada de muitos, remonta ao início do século XX, quando o Porto recém-inaugurado lograva em meio a pescadores, retirantes, embarcações, estivadores e sobretudo, aqueles genuínos moradores da praia, do "peixe" e da "formosa", que deram o suporte preponderante ao equipamento que fez, desde aquele período, com que a cidade tivesse um maior contato com o mundo e se desenvolvesse ao ponto de ser hoje, uma das maiores capitais do país.

É neste momento e espaço, propícios ao surgimento de uma localidade com identidade própria, importância histórica e moradores entusiasmados pelo pertencimento à praia, que **celebramos esses mais de cem anos de contribuição verdadeira prestados à cidade como berço do primeiro porto da capital e locus mais acolhedor e carismático de Fortaleza, o Poço da**

Draga da Praia Formosa, do Peixe, e hoje, de Iracema (Cláudio em rede social *Facebook*, 20 de maio de 2017, grifos meus).

Este texto além de ter sido publicado nas redes sociais me foi cedido por Cláudio quando realizamos a última entrevista. Na ocasião, ele me repassou diversos de materiais sobre o Poço que ele guardava e organizava há anos, dentre os quais esse texto. Um detalhe curioso foi que o arquivo em Word estava salvo como “Os 111 anos de identidade do Poço da Draga”, o que reforça a compreensão de que a noção de identidade é, neste caso em especial, também categoria êmica.

Também neste mesmo sentido, outro convite para o evento falava de “memória” e “identidade”, e não apenas uma vez: “Os festejos de 111 anos da Ponte Metálica e Poço da Draga propõem a todos **interagir com a memória do entorno do Poço da Draga** através das suas vivências, personalidades **e localidades que fazem parte de sua identidade** como núcleo de moradores praianos que resistem no mesmo local, há mais de 100 anos” (2017, em página do Poço da Draga na rede social *Facebook*, grifos meus).

Neste sentido, em breves palavras foram utilizadas as seguintes expressões no convite: “interagir com a memória do entorno do Poço da Draga”, com “localidades que fazem parte de sua identidade”, “o resgate da identidade desta localidade” e “contexto de reafirmação de identidade” (Anexo C). Com este pequeno excerto, foi possível perceber que para esses moradores o esforço de preservação memorial era, ao menos em parte, consciente e orientado para fins de reforço identitário. Ademais, foi possível concluir que as lideranças estabeleciam grande relação entre memória e identidade e compreendiam que momentos aglutinadores como os aniversários eram as ocasiões ideais para promover o fortalecimento de ambos.

A identidade de morador do Poço da Draga era por muitos reiterada em falas de orgulho, reiterando que o Poço era uma “favela diferente das outras”, em termos semelhantes aos encontrados por Rocha (2013) no estudo na favela do Pereirão, no Rio de Janeiro, anteriormente referido. A “tranquilidade” era um dos atributos mais ressaltados, constituindo um dos principais motivos pelos quais, quando perguntados se desejam se mudar, a maioria afirmava que não, conforme dados levantados pelo Censo em 2016 (BRASIL *et al.*, 2017).

É importante ressaltar que compondo a identidade dos moradores do Poço da Draga havia alguns atributos por eles narrados como típicos do lugar, próprios deles enquanto localidade. Neste sentido, faço a diferenciação entre a autopercepção identitária e o que compreendi, analiticamente, como identidade local. Neste primeiro momento, destaco a visão dos moradores. Enquanto autopercepção, havia inicialmente o atributo da tranquilidade, bem como a característica familiar, ao menos em boa parte da ocupação. Foi ressaltado nas entrevistas que boa parte da localidade derivava de algumas famílias tradicionais, conhecidas como as “mais antigas” da área.

Percebo que esta visão da natureza familiar é, também, um discurso para reforçar a natureza “tranquila” e “sem conflitos” tão reiteradas nas entrevistas. Até porque alguns microterritórios claramente foram formados por “pessoas de fora”, fato que apareceu na maioria das entrevistas e em quase todo o período da observação em campo. Assim, se os “de fora” compõem majoritariamente determinadas áreas, é possível observar a segmentação “de dentro” e “de fora” já percebida por Feitosa (1993) e Oliveira (2006), bem como Rodrigues (2013) e Nogueira (2017).

Ainda na análise de como eles veem a si mesmos cabe destacar que a realização do Censo (Um Olhar sobre o Poço, descrita no capítulo anterior) constituiu um esforço de conhecimento da própria identidade. Na fase preparatória do Censo, essa inquietação com a identidade local aparecia em todas as reuniões, e o grande intuito foi compreender quem eram os moradores, como eram as casas, o que desejavam as famílias, o que elas pensavam do Acquario, entre outras questões.

Em minha perspectiva analítica, compreendo que a identidade de morador do Poço da Draga congrega a forte relação com a maritimidade e a “Ponte Velha” (o mar como um território), assim como a expressiva riqueza cultural associada a tradições cearenses a exemplo da pesca, do artesanato e da religiosidade. A influência de um passado de forte atuação da Igreja Católica (Irmãzinhas, Arquidiocese e ONG Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos), que permanecia na lembrança de muitos, em paralelo a uma grande quantidade de famílias protestantes. Ainda no âmbito cultural, compreendo que a existência de tantos trabalhadores da cultura configura uma característica marcante do Poço. De outro lado, compreendo que o Poço tem uma identidade ambígua no sentido da unidade e da fragmentação: não se trata de uma localidade coesa, porém havia um discurso e uma tentativa de alguns moradores mais de negar as diferenças e tensões internas.

Observo que a tensão existe, na distinção de microterritórios mais vulneráveis em comparação aos demais. Por outro lado, em momentos de ameaça de remoção, minimamente houve o esforço de agregação e de resistência. Por fim, enquanto elemento notável a compor a identidade, observei a tendência a promover momentos de sociabilidade e festa, marcadamente em práticas rituais como as que serão ora descritas.

Compreendo que esses eventos se explicam por várias questões, mas algo central foi o fato de que alguns habitantes do Poço perceberam a importância da repetição e dos rituais para a manutenção da memória e da identidade local, à semelhança de um artifício inventado pelo personagem José Arcadio Buendia na obra “Cem anos de solidão”, de Gabriel Garcia Márquez (1967).

No livro *Cem anos de solidão*, o patriarca José Arcadio Buendia compreende a relação entre a falta de sono e o esquecimento progressivo das palavras. O comprometimento da linguagem não tarda a gerar graves efeitos na perda da memória e da identidade, em termos individuais e coletivos. A princípio, a solução por ele encontrada foi afixar os nomes em todos os objetos e pessoas, mas logo percebeu que o problema era maior do que o artifício encontrado. Foi então que construiu a máquina da memória, em que incontáveis lembranças eram escritas em pequenos papéis, que seriam exibidos para cada pessoa através do girar de uma manivela. Desse modo, cada pessoa deveria se submeter a esse ritual diário de confrontar-se com fatos e histórias individuais e coletivas, para que não esquecesse de si mesma e da família. Nesse sentido, a linguagem através da repetição foi o ritual encontrado para a manutenção, desesperada, da memória e da identidade.

Em minha análise, os eventos como os aniversários e as rodas dos Guardiões da memória constituem as referentes máquinas através das quais o passado é contado, recontado e reconstruído. A relação entre a memória e a identidade, nesse sentido, passa diretamente pela linguagem, pela narrativa e pelos rituais de repetição.

Tomei como desafio pensar os aniversários do Poço da Draga como eventos com elementos rituais ou performáticos em que eram narradas a origem da localidade e outros fatores de legitimação. Autores como Peirano (1995; 2003), Connerton (1993) e Schechner (2012) fornecem muitas ferramentas analíticas para que compreendamos a ritualização social. Desde Durkheim, que inicialmente se interessou pela dicotomia sagrado/profano e estudou basicamente os rituais

religiosos, muito se avançou na teoria antropológica. O próprio Durkheim (2003) posteriormente compreendeu que o simbolismo existente nos rituais dos povos ditos “primitivos” também é observável nas sociedades “modernas”. Nesse sentido, afirmou que a hierarquia e a classificação que compõem as relações rituais “sagradas” ou sacralizadas possuíam analogia nas relações sociais. Importa destacar que não são rituais apenas os religiosos ou sagrados, havendo ritos civis, informais, não sendo seu conteúdo o que os define como ritual.

Para Peirano, não se deve definir rituais *a priori*, rigidamente. “Ela [a definição] precisa ser etnográfica, isto é, aprendida pelo pesquisador em campo junto ao grupo que ele observa” (PEIRANO, 2003). Nesse sentido, é preciso compreender que cada grupo possui eventos ou acontecimentos que lhes significam muito, sendo especiais e únicos. No trabalho de campo, percebi que os eventos do aniversário do Poço da Draga têm características ritualísticas ou performáticas: são eventos ritualizados.

Compreende-se que os rituais não apenas dizem coisas, mas fazem coisas, significam, sendo “uma forma de as pessoas lembrarem. Rituais são memórias em ação, codificadas em ação” (SCHECHNER, 2012, p. 32). Neste sentido, importa esclarecer que os eventos aqui ditos como rituais, quais sejam os aniversários, as visitas-guiadas e os Guardiães da memória dizem, contam do Poço da Draga, mas além disso afirmam e reafirmam identidades.

Uma questão interessante é que Cláudio, em alguns momentos, se apropriava de conceitos teóricos apreendidos na faculdade e fora dela para falar que os eventos deles produziam “pertencimento”, “identificação” com o lugar, esse sendo um dos principais objetivos desses tipos de atividades.

Ademais, a dimensão ritual constitui uma expressão simbólica que afirma muito sobre as pessoas que estão envolvidas no evento, conforme discutido por Edward Leach (1978). Considera-se que as dimensões da vida, as mais diversas ações sociais podem ser ritualizadas, o que me parece ser o caso.

A partir da noção de *experiência* e de *expressões* (BRUNER, 1986), que permitem articular as noções de subjetividade e de coletividade, superando o binarismo indivíduo *versus* sociedade, tentei compreender o que significam as comemorações de aniversário para os moradores do Poço da Draga. Neste sentido, os rituais são a expressão da experiência. Ressalta-se que a experiência é formadora e transformadora, tendo um papel importante no acionamento da memória.

Os rituais contam, através dos corpos, a história dos grupos, funcionando como textos inscritos nos corpos individuais (CONNERTON, 1993). Tal análise se coaduna com a de Turner e Schechner (2012) sobre a performance como expressão ritual de indivíduos ou grupos.

Convém lembrar que os rituais são limitados no tempo, tendo datas específicas para ocorrer e marcadores de início, meio e fim (SCHECHNER 2012). São também limitados no espaço, não podendo ocorrer em todo lugar. Há papéis bem delimitados. As regras são rígidas para delimitar o que pode ou não ocorrer, e para que sejam criadas expectativas e hierarquias muito claras. Tal caracterização está presente nos eventos rituais que se passará a dispor.

Esta reflexão caminha no mesmo sentido de Connerton, quando analisou a função das cerimônias comemorativas para as sociedades em geral. Segundo Connerton (1993), durante as cerimônias comemorativas é possível observar as narrativas de uma localidade sobre si mesma, pois nelas ocorrem rituais que tentam solidificar a memória coletiva. Conforme o autor, “estudar a formação social da memória é estudar os atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto” (CONNERTON, 1993, p.47). A grande questão levantada por ele é sobre a “memória incorporada” ou a “memória-hábito”. É através dessa memória habitual, subconsiderada pela teoria, que muitos valores e crenças são passados entre as gerações, garantindo a continuidade dos grupos. A transmissão e a conservação da memória do grupo passam pelos corpos através de performances rituais. O autor enfatiza a análise das cerimônias comemorativas e as práticas corporais como instrumentos desse sistema de comunicação, citando vários exemplos ao longo da obra.

O que se recorda nas cerimônias comemorativas são elementos que conformam a própria identidade do grupo, sendo elaborada durante as festividades uma espécie de “autobiografia coletiva”: “Parte da resposta é que uma comunidade é recordada da sua identidade, representando-a e contando-a numa meta-narrativa. Essa é uma variante coletiva daquilo a que chamei anteriormente memória pessoal, ou seja, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia coletiva” (CONNERTON, 1993, p.86).

Nesse sentido, Connerton concorda com as formulações de Candau referidas anteriormente, acerca das “narrativas de identidade comunitária”. Compreendo que os eventos do Poço da Draga possuem grande centralidade

justamente por isso, porque possibilitam que as pessoas performatizem a autobiografia coletiva e, ao falarem e discorrerem sobre os assuntos, o passado reforça o presente e o futuro da localidade.

6.7 As visitas guiadas: atualmente, os Expressos do Poço da Draga

Um evento que ocorria todos os anos nos aniversários e em outros momentos de comemoração eram as visitas guiadas, orientadas pelo mesmo morador, Cláudio⁷¹. Trata-se de algo que era uma marca registrada da localidade. Compreendo essas situações como narrativas de lugar, pois este era apresentado para os moradores mais jovens (para que conhecessem e tivessem maior sentimento de pertença e guardassem a “memória da localidade”) e para observadores interessados através de uma caminhada regada por histórias, entremeadas de lendas e anedotas.

Durante essas caminhadas, o guia falava muito de memória, de identidade espacial, em duas ocasiões chegou a citar autores clássicos, como Milton Santos, ao afirmar que a Ponte Metálica é uma “rugosidade” (SANTOS, 2003) e que se deve preservá-la. Neste sentido, para Cláudio os espaços não podem ser apagados porque isso descaracteriza e mata as cidades. Para ele, os espaços devem ser usados e os usos devem ser lembrados.

Destaco que as caminhadas quase sempre começavam à beira-mar. A praia, nas proximidades da Ponte Metálica, era o ponto de partida para explicar a origem pesqueira e portuária da localidade, enfatizando sempre a relação com a Ponte. O morador que fazia o trabalho de guia demonstrava ali a “cultura vivida” dos que lá habitam, mostrando suas referências de passado, que continuava presente.

Quando das visitas e posteriormente refletindo sobre elas, inevitável pensar que ali os lugares são como palimpsestos, sendo escritos, reescritos e recontados conforme os usos, e o Pavilhão era um exemplo muito claro disso. Nele, já houve um café e espécie de estação quando havia o Porto, já funcionou uma delegacia de polícia, um local de venda de frutos do mar, a escola das Irmãzinhas, um posto de saúde, para agora voltar a ser o Pavilhão Atlântico. Somente nos últimos anos

⁷¹ Sobre Cláudio, ver novamente a Introdução, item 1.3, em que falo dos principais interlocutores. Importante ressaltar, no entanto, que outro morador também já realizou as visitas guiadas. Apesar disto, tal somente ocorreu em uma das doze visitas de que participei

voltaram a chamar de Pavilhão, mas ainda havia quem se referisse ao lugar como “as irmãzinhas”.

Para Cláudio, a caminhada e a visita por dentro da área eram muito importantes não apenas para os de fora (assim como eu), mas para os mais jovens que não sabiam das histórias do lugar. Como se nessas caminhadas ocorresse um ato de escritura, nos dizeres de Michel de Certeau, pois o lugar era reescrito e reelaborado a partir das narrativas (CERTEAU, 2012). Cláudio legitimava e autenticava as histórias, não só pelo saber técnico, mas por ter morado mais de 30 anos no lugar e por sempre ter tido interesse em acumular histórias de lá.

Penso ser essencial entender por que em todos os eventos comemorativos ocorre uma caminhada, um ritual que envolve memória e mobilidade, porque se anda pelas ruas, becos e vielas. Cada lugar era mostrado com um orgulho e um discurso de vitória pela resistência e pelas melhorias alcançadas, sempre ressaltadas por eles como conquistas de suas lutas.

Para compreender melhor do que se trata esta atividade, lembro que Cláudio costumava dizer que no Poço da Draga está muito da origem de Fortaleza, pois a cidade se desenvolveu às margens do riacho Pajeú e no Poço fica o último trecho desse riacho. Também foi ali que tivemos o primeiro porto da cidade, em volta do qual a cidade cresceu e se desenvolveu. Nas proximidades, o primeiro bairro foi oficialmente criado, o Moura Brasil, e depois esquecido. Era a Ponte Velha que era usada para transporte de mercadorias e de pessoas, não a Ponte dos Ingleses como muita gente acredita. Ele enfatizava que a Ponte patrimônio histórico é a Velha.

Participei de inúmeras visitas entre 2014 e 2018, não apenas aquelas ocorridas no aniversário.

Em maio de 2015, durante o aniversário de 109 anos, pouco antes de uma das visitas, chegou ao Pavilhão uma equipe do jornal O Povo para fazer uma matéria sobre o Poço da Draga e o evento. Cíntia disse que não queria falar e chamou sua irmã, presidente da ONG, Bruna. A repórter falou então com Bruna e depois com Cláudio. Enquanto ela o entrevistava, eu estava presente também registrando alguns pontos importantes da fala dele, a exemplo de: “nossa preocupação principal hoje é resgatar o entusiasmo nas pessoas, o pertencimento ao lugar, ao território, lembrando da memória que já temos”.

Durante boa parte da visita guiada neste dia, Cláudio falava dos moradores como se não estive incluído, ao dizer “eles” ou “os moradores do Poço da Draga” –

este detalhe não passou despercebido e avalei como curioso. Talvez fosse pelo fato de ele estar guiando como se fosse um monitor de museu, falando de um público externo a ele. Ou talvez porque ele se entenda como um tipo diferente de morador. A despeito deste aparente distanciamento discursivo, o “nós” também aparecia muito em sua fala.

Neste sentido, no texto que consta do *folder* de divulgação de um dos aniversários, algo que me chamou a atenção foi Cláudio ter escrito: “consciência de pertencimento a este belíssimo lugar que nos é de direito, como se fôssemos os próprios autóctones”.

Uma interpretação interessante sobre a visita foi feita por Oliveira: “Se o Poço da Draga é uma cidade invisível para Fortaleza, Fortaleza e seus símbolos são transformados e renomeados na gramática de quem é ignorado e também ignora” (OLIVEIRA; BARBALHO, 2017, p.10).

Em 2016, pude acompanhar a transformação das visitas em “Expressos”, fazendo alusão a um percurso de trem e ao europeu “Expresso do Oriente”, porém guardando relação também com a história de Fortaleza e da localidade. Isto porque a metáfora se refere aos trilhos do trem ainda lá existentes, que levava as mercadorias dos navios até os armazéns. Em alguns pontos do Poço ainda é possível ver os trilhos. A intenção dos organizadores era fazer paradas fixas, as estações, nos pontos considerados mais importantes, em cada um deles um *banner* informativo. A expectativa é que todos os anos o Expresso seja realizado, sempre com a numeração referente ao aniversário, tendo início no aniversário de 110 anos, com o Expresso 110 (2016) e tendo ocorrido o último no aniversário de 112 anos, Expresso 112 (2018).

Nos Expressos, cada parada é dotada de grande significação, e cada imóvel e morador guardava histórias que o grupo tentava compartilhar através destas estratégias. Sobre a riqueza narrativa dessa atividade, discorrem Oliveira e Barbalho (2017):

Todos os locais têm nomes, lendas, mitos e narrativas. Quais histórias conhecemos sobre o Poço da Draga, além das propagadas por discursos hegemônicos que caracterizam o território como lugar da violência, marginalizando a comunidade? Neste século de existência e resistência, os moradores do Poço da Draga têm produzido sentido e incorporado os já produzidos, criando novas percepções de si e do outro e renovando as continuamente criadas. Tais apropriações e reapropriações, no entanto, são perpassadas por redes de poder, interacionismo e violência simbólica estruturantes de uma cidade marcadamente desigual como Fortaleza [...] [trago] a hipótese de que as histórias orais contadas pelos moradores do Poço da Draga sobre a própria comunidade, notoriamente as recentes

narrativas do Movimento ProPoço sobre pertencimento, são tentativas de valorização da história, da memória e da cultura da região, afirmando a importância da comunidade para a capital em busca de efetivação de políticas públicas que garantam o direito à cidade para os habitantes do Poço” (OLIVEIRA; BARBALHO, 2017, p.11-12).

Nessas atividades, o guia enfatizava tanto a macrohistória ou macronarrativa (importância do Poço para a Praia de Iracema e para Fortaleza) quanto as microhistórias ou micronarrativas (as várias versões do nome Baixa Pau, as tragédias da “Casa do espanto”⁷², dentre outras) que vão sendo desfiadas como o Fio de Ariadne nas visitas guiadas: o fio que narra e constrói uma visão de mundo da localidade. As caminhadas são tessituras, são costuras, vai sendo formada uma enorme colcha de retalhos tecida sobretudo nas conversas entre os mais velhos, entre gerações e nos eventos extraordinários.

No *banner* inicial do percurso, havia uma explicação dos organizadores para o evento:

É um percurso a pé, onde se percorrem pontos, denominados *Estações* em referência ao formato da prática de viagem de trem, mais conhecida como expresso. O nome da atividade é uma menção ao antigo serviço de trem europeu, Expresso do Oriente, como também é uma referência à presença de antigos trilhos no local, nos quais passavam trens e *trollers* que serviam de transporte dos produtos vindos do antigo porto, a Ponte Metálica (ANEXO E).

Em 2017 houve um esforço dos organizadores do aniversário em criar os *banners* das estações, porém não foi possível a impressão e a exposição dos mesmos nos locais pré-determinados. A despeito dos contratemplos, o Expresso 111 ocorreu, em três circunstâncias. Em 2018, as imagens das estações foram impressas em grandes cartazes, porém não ainda os *banners*, e estes não foram expostos, argumentando-se questões logísticas, como o vento e a possível retirada por terceiros, prejudicando a realização da ideia. Apesar disso, realizou-se o Expresso 112, fazendo as paradas nas estações, tal qual o planejado. Em 2019, portanto, a expectativa é que ocorra o Expresso 113. Os organizadores em 2018 durante e após o aniversário se comprometeram a viabilizar os *banners* e a estrutura das estações previamente à próxima comemoração, para que a ideia seja executada integralmente (ver imagens dos cartazes referentes aos *banners* do Expresso 112, no Anexo D).

⁷² Trata-se de um imóvel localizado na Av. Almirante Tamandaré, próximo da Vila dos Correios, em que teriam ocorrido muitas mortes trágicas, inclusive um assassinato, sendo assim considerada uma casa mal-assombrada. Nas visitas guiadas, sempre é feita uma menção a essa casa.

Compreendo que as visitas guiadas são emblemáticas da apropriação territorial, sendo expressões da forma que o sujeito encontra para, utilizando o corpo, os gestos, as palavras e o que mais possuir como meio, contar e transmitir sua experiência, razão pela qual essas situações de caminhada se me apresentam como performáticas e momentos riquíssimos de observação (BRUNER, 1986). Dessa forma, penso as caminhadas também como expressões rituais, pois era através delas que o guia tentava nos passar sua experiência no lugar tanto como morador quanto pesquisador.

Os Expressos constituem inegavelmente uma forma particular de expressão da memória naquela localidade. O formato de visita guiada já vem sendo utilizado em muitas favelas no Brasil como exemplo de turismo comunitário (CORIOLANO, 2009), em muitas delas representando inclusive fonte de renda para as famílias. No Poço observei uma apropriação da visita para a linguagem e os símbolos familiares aos moradores, neste caso a metáfora do trilho e do expresso de trem.

É necessário, porém, dar luz ao questionamento levantado por um dos moradores: quem elegeu tais pontos como os de maior centralidade na localidade? Certamente boa parte dos pontos visitados guardavam relação com a memória das famílias, mas a participação de Cláudio tanto na gestação do projeto, na eleição dos pontos e na execução do Expresso era preponderante. A iniciativa da visita é uma prática coletiva, porém tão vinculada a Cláudio, que devo dizer que nos sete anos em que conheço e participo, de uma forma ou de outra, dos eventos do Poço, apenas uma vez a visita foi guiada por outro morador. Sempre que alguém solicitava conhecer a localidade, as pessoas apontavam Cláudio, inclusive Cíntia, sendo quase uma atribuição a ele socialmente estipulada e reconhecida.

A ideia, reforçada no aniversário de 2016 com o estabelecimento do Expresso e com as estações previamente definidas (*banners*, ver ANEXO E), era tornar a visita algo cada vez mais oficial da localidade. A intenção das lideranças, tanto Cíntia quanto Cláudio, era que o percurso fosse reconhecido tanto internamente quanto por visitantes e turistas, seja de Fortaleza ou de outras cidades do país. Neste sentido, Cláudio tinha o desejo de que principalmente os jovens se apropriassem do percurso e pudessem se tornar os futuros guias⁷³. Em um dos *banners*, explica-se a

⁷³ Até a finalização desta tese, no entanto, essas ideias não foram concretizadas.

natureza do evento, que objetiva “a formação de potenciais jovens guias, bem como proporcionar ao morador uma percepção da importância de sua localidade no processo de uso do litoral de Fortaleza”.

O questionamento e a discordância foi no sentido de que, para ele, somente eram mostrados no percurso os locais de maior renda do Poço da Draga, sendo evitados os pontos mais vulneráveis. Neste sentido, argumentou que era apresentada uma visão higienizada da localidade. Devo destacar, no entanto, que havia uma estação referente ao Pocinho (ANEXO E), e de fato essa parada era realizada, o guia nos levava até a entrada do microterritório. A partir disto, a existência do Pocinho era afirmada, o nome “Pocinho” aparecia, apesar de que nunca a visita adentrava os becos e vielas daquela localidade, conforme apontado anteriormente. O guia também não levava as pessoas nos becos da Portelinha, e pude concluir que a visita quase sempre se concentrava nas ruas e becos principais.

Importa destacar que, para além da crítica anteriormente referida, nas visitas guiadas ouvi algumas vezes certo burburinho de alguns dizendo que as festas e essas caminhadas não eram para os moradores. Nos aniversários, quando o público se misturava, as tensões apareciam, conforme visto na seção 6.6.

A respeito dos Expressos, busquei realizar uma aproximação entre meu objeto de pesquisa e a teoria das práticas cotidianas ou microbianas de Michel de Certeau (2012), por compreender que as análises do autor contribuem substancialmente para responder minhas questões. Ao invés da suposta passividade ou docilização dos sujeitos, Certeau enxerga a potência da invenção, da criatividade: o foco da análise são as “astúcias” dos praticantes da cidade. Na esteira do seu pensamento, as pessoas praticam a cidade, de forma alguma se limitam a “consumi-la”. Essa é, aliás, a grande questão do autor: a crítica à perspectiva da passividade do consumo cultural.

Compreendo as visitas guiadas como verdadeiras caminhadas-escritura nos dizeres de Michel de Certeau (2012). Para Certeau, a cidade e os lugares são construídos através da potência da invenção, da criatividade: o foco da análise são as astúcias dos praticantes, e portanto a cidade que é escrita pelos que usam a cidade, principalmente os pedestres.

Aqui, Certeau discute sobre a cidade e neste trabalho me limito à análise da relação dos moradores com sua própria localidade, não se tratando do mesmo contexto. Apesar disto, à luz dos estudos do autor, compreendo que o Poço da Draga

também se trata de um texto escrito e reescrito a parti das práticas de seus principais usuários, os moradores. Ademais, a caminhada é uma prática própria da localidade, sobretudo em se considerando as dimensões reduzidas do Poço quando comprado a outras ocupações de Fortaleza. Entendo que a visita guiada é, em certa medida, uma ritualização de uma prática que já era dos moradores, ainda que haja locais por onde se evitava transitar com frequência, conforme se viu.

O andar e a caminhada são uma linguagem, e a cidade é um texto escrito, um mapa. Michel de Certeau assinala que a linguagem é uma abstração que substitui as coisas concretas. Dessa forma, o texto é sempre uma subversão àquilo que está dado como pronto e acabado e caminhar é como uma escrita sobre o espaço abstrato.

Os praticantes do espaço também produzem sentido, não são apenas moldados ou “informados” pelo sentido hegemônico. Muitas vezes, para cada uso definido de um espaço, os sujeitos reinventam as prescrições, criando novos usos ou reativando usos antigos através de suas táticas. As pessoas podem até “aceitar” os usos definidos, mas sobre eles produzir ressignificações. Um exemplo interessante está no fato de os moradores do Poço da Draga reinventarem o nome de lugares e seus trajetos. Conforme Certeau (2012, p.165) “o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial”, e no ato da caminhada vai produzindo novos sentidos. Isso se dá essencialmente porque o espaço vivido é diverso do espaço compreendido geograficamente.

As "práticas urbanas" formam mapas urbanos subjetivos e significativos das apropriações territoriais dos moradores. Esses mapas se tornam observáveis através das narrativas e foi ouvindo histórias e realizando observações que tentei verificar como esses mapas podem ser elaborados pelos moradores do Poço da Draga a partir de pequenas coisas como hábitos cotidianos, relações de vizinhança, caminhadas, reuniões, dentre outros.

Neste sentido, compreendo que essas caminhadas pelos territórios do Poço são também “expressões narrativas” do lugar e atos ritualizados. Para os organizadores, era muito importante que comparecessem os moradores jovens, para conhecerem a localidade e terem maior sentimento de pertença, bem como “apoiadores externos”, para compreenderem o nível dessa relação carnal e textual entre os moradores e o lugar⁷⁴.

⁷⁴ No entanto, conforme explicitado anteriormente, a aproximação e mobilização da juventude nessas atividades locais costumava ocorrer aquém das expectativas dos organizadores.

Cabe lembrar que uma das funções dos rituais é reafirmar, lembrar coisas. Também era comum nesses momentos mencionar os territórios que eles não mais possuíam, muitas vezes chamados de “lugares roubados” seja pelo governo ou pela INACE. Falava-se muito da remoção da chamada “Praia Formosa” na década de 1970, que resultou no traslado de muitas famílias para o Conjunto Palmeiras (ver capítulo 3). O guia lembrava também do campinho de futebol que havia em parte do terreno que hoje é parte da Indústria Naval. Ressaltava as muitas casas que havia em cima da Ponte, e que a Prefeitura “mandou tirar”: para boa parte dos habitantes antigos, aqueles também eram lugares de referência.

Muitos reagiam a esses “roubos” com as narrativas de passado, atestando a solidez de suas posses (ainda que não existissem títulos de propriedade) e as provas de sua conexão com o lugar. Compreendo que essas caminhadas-narrativas constituem verdadeiras escrituras táticas (CERTEAU, 2012), no intento coletivo de atestar que eles também fazem parte da história da Praia de Iracema e da cidade. Descrever as mudanças nas casas, nas ruas, era um ato de auto-afirmação e de posicionamento político. Pude perceber que foram três os locais mais lembrados em todas as histórias que ouvi: o mar, a Ponte e “As Irmãzinhas”, hoje Pavilhão Atlântico.

Os aniversários eram ações igualmente políticas, no sentido de ser uma afirmação de que eles continuem ali há gerações: além de resistindo, relembando e honrando seus pais, avós e bisavós que ali já moravam. Uma tentativa de dizer que não apenas o lugar é eles, mas eles também são o lugar, e por conta disso se recusam a sair para qualquer projeto do passado ou do futuro. Com efeito, o levantamento realizado pela Prefeitura em 2013 confirmou que 60% dos moradores nasceram e cresceram no local. Já o Censo concluiu que 87% estavam no Poço há pelo menos 30 anos.

Ao longo das visitas realizadas por ocasião dos aniversários, e mesmo nas outras ao longo do ano, eram emblemáticas as referências a pontos que não mais existem, como a casa das “irmãzinhas”, próxima à Ponte Metálica, espaço anteriormente referido: trata-se de construção cuja memória atesta a importância que as Irmãs Josefinas tiveram na localidade. Ocorre que as “irmãs” teriam deixado o Poço da Draga na década de 1990. Mesmo assim, quase 30 anos depois, a ausência dessa referência era vivida quase que como uma presença, lembrando-nos os dizeres de Michel de Certeau:

O que impressiona mais [...] é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “aqui vocês *veem*, aqui *havia...*”, mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento (CERTEAU, 2012, p.175).

Pollak (1992) nos faz pensar no Pavilhão Atlântico como um “lugar de memória”, pelas recorrentes referências feitas a ele por quase todos os moradores:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. **Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração** (POLLAK, 1992, p. 2-3, grifo meu).

O Pavilhão era, sem dúvida, um lugar de comemoração, sendo central tanto nos aniversários quanto nas visitas guiadas, conforme se discutiu. Havia iniciativas no sentido de retomar isso, mediante a intensificação de eventos como os saraus, o cineclube, o Arraial dos Namorados, para tornar o Pavilhão mais frequentado por moradores e não-moradores. Cabe ressaltar que desde a inauguração da nova quadra poliesportiva ao lado do Pavilhão, em fevereiro de 2016, o local passou a receber maior número de frequentadores diários. Seja no Pavilhão, na Quadra ou nos equipamentos de ginástica instalados entre os dois locais, em qualquer dia da semana era possível observar diversos grupos fazendo uso da área. Além disso, desde o aniversário de 108 anos, em 2015, nasceu o Movimento ProPoço, de que já falei, que vinha promovendo atividades culturais no Pavilhão. A princípio, essas eram atividades apenas envolvendo música, nomeadas “Poço do Som”, e posteriormente foram se diversificando.

Um exemplo destes eventos ocorreu no dia 7 de setembro de 2015, em que foi organizada a festa “Para não dizer que não falei das flores”, no intuito de promover uma comemoração diferenciada do dia da Independência. A figura 31 corresponde a um dos convites para este dia, em que várias atividades ocorreram no Pavilhão:

Figura 31 - Convite Para não dizer que não falei das flores



Fonte: Comunidade Poço da Draga no *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/295335713972642/photos/a.295336793972534.1073741827.295335713972642/471492486356963/?type=3&theater>>. Acesso em 15 abr. 2018.

6.8 Memória de velhos e os “Guardiões da Memória”

Assim como as tradições, os rituais podem ser “inventados”. No caso do Poço da Draga, identifiquei que o momento mais marcadamente ritual dentre todos os que compõem a programação dos aniversários parece ser o que eles denominam de “Guardiões da Memória”. Acompanho a comemoração desde 2013 e verifiquei que esse momento foi incluído na programação oficial desde 2014, porém neste ano foi denominado “Narrativas em volta do fogo”⁷⁵. O evento aconteceu como um ritual que fazia menção a uma prática ancestral em que as coletividades se reuniam em volta

⁷⁵ Essa nomenclatura parece ter sido tomada de empréstimo de evento homônimo organizado pelo historiador Júlio Lira no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em anos anteriores. O formato era basicamente o mesmo, porém nem sempre os convidados eram idosos no sentido dos Guardiões, mas pessoas de variados setores e culturas para conversar em uma roda em volta de uma fogueira, na Praça Verde.

de uma fogueira para ouvir os anciãos. A ritualidade era inegável, seja na escolha do formato, do nome, seja na forma como esses eventos se desenrolavam ao longo dos anos.

A nomenclatura de “Guardiões da memória” também é emblemática, porque reconhece a importância social que é atribuída à memória, pois os moradores compreendiam como a sua era rica e precisava ser conhecida, guardada e repassada. Os velhos são os guardiões, porém é necessário que haja pessoas para ouvi-los. Esse evento não ocorria apenas nos aniversários, mas se tornou uma tradição dentro desta tradição que era o próprio aniversário. A existência da roda dos “Guardiões da memória” era significativa, ainda mais pelo fato de que existe em torno de uma ritualística e de relativa periodicidade: além dos aniversários, ocorriam em outros períodos de agitação ou efervescência no Poço da Draga.

Analiso esse evento da mesma forma que discuti as visitas guiadas, como atividades rituais (PEIRANO, 2003). Nesse momento, costumava ser organizada uma estrutura circular seja com esteiras pelo chão ou com cadeiras, montando-se rodas em que ficavam dispostos os ouvintes, todos voltados para aqueles que iriam narrar a “memória do Poço”. Eram convidados alguns dos moradores mais antigos, considerados como anciãos e pessoas mais legítimas para contar como o Poço da Draga teria começado, bem como várias outras histórias do lugar.

Nas celebrações também eram convidadas pessoas “de fora” e pesquisadores para falar sobre a Praia de Iracema e o Poço, mas observei um esforço de valorizar a história local e as narrativas que partem dos moradores⁷⁶. Em virtude disso, nem sempre havia uma precisão temporal nas falas ou exatidão de detalhes nos eventos narrados, seja pelos Guardiões da Memória, seja pelo guia das caminhadas: como afirma Connerton (1993), a memória social difere da reconstituição histórica, caracterizada pelas técnicas e pela busca dos fatos tal qual ocorreram. A memória social é constituída de narrativas informais, não necessariamente cronológicas, muitas vezes fragmentárias, mas não por isso menos verdadeiras.

Em uma das rodas dos Guardiões, Dona Marilda falou muito sobre o passado do Poço e da Praia de Iracema, sobre o Estoril, o bloco das Coca-Colas e o

⁷⁶ Uma exceção ocorreu no ano de 2017, em que os organizadores optaram por unir o momento dos Guardiões com um encontro de pesquisadores sobre o Poço da Draga. Na ocasião, o momento foi chamado de “Tenda 111 anos”. Nesse ano, os moradores se mostraram mais acudados para falar e, em 2018, houve o retorno do evento para o formato mais intimista na casa de Dona Fabrícia, para privilegiar as falas e a participação dos próprios moradores.

carnaval. Falou da boemia e de quando os navios chegavam com os americanos⁷⁷. Lembrou que o Poço sempre foi “de luta” e resistiu para permanecer, apesar da ganância dos “marajás” da praia de Iracema [INACE]. No mesmo evento, seu Lopes falou também que morava lá desde que nascera, no início dos anos 1940, que o pai trabalhava para o empresário Boris e que foi portuário. Por fim, falou dos armazéns e da riqueza que passava pela área.

É interessante perceber, na nomenclatura do evento, como se compreende que a memória é algo que precisa ser guardado, além do fato de que a coletividade reconhece que os velhos têm essa função primordial dentro do grupo (BOSI, 1994). São criados momentos em que o grupo não apenas repete as histórias do passado, mas as cria e recria, sempre através de processos de ressignificação: o narrado não é o vivido, mas o que fica do vivido.

A respeito da função memorial dos velhos, a psicóloga Ecléa Bosi em seu livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos” compreende esses indivíduos como narradores e recordadores, cuja memória é a um só tempo individual e social. Bosi destaca em seu estudo que os velhos têm precipuamente este papel de transmissores de memória, no sentido de uma “singular obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem” (BOSI, 1994, p.63, grifos meus). Nesse sentido, compreendo que no Poço da Draga se observa um esforço de alguns grupos pela manutenção e pela transmissão da figura e das responsabilidades dos narradores, no caso através das narrativas das pessoas idosas.

À luz do pensamento de Halbwachs, Bosi compreende que tanto a apreensão das lembranças (o ato de guardar) quanto a evocação das memórias (o ato de buscar a imagem) são atividades sociais, daí que falem dos “quadros sociais de memória”. Por um lado, interferem na memória os grupos de referência a que pertenciam o recordador, bem como onde e como ele se encontrava quando da ocorrência de determinado fato “histórico”, por exemplo. No futuro, ele se lembrava do evento a partir destas determinações. No Poço da Draga, compreendo que alguns dos

⁷⁷ Referência aos navios americanos que aportavam nas décadas de 1930 e 1940, quando foi instalada uma base militar dos Estados Unidos em Fortaleza, no bairro do Pici. Em 1943, na Praia de Iracema no atual prédio do Estoril foi instalado o clube de veraneio dos soldados, nas proximidades do Poço da Draga.

principais grupos de referência são a família e o microterritório, tamanha a importância que o território possui na construção das memórias e da identidade.

É interessante perceber que a existência de memórias individuais não invalida a existência da memória coletiva. Na verdade, as duas são atividades que existem de forma complementar. Bosi explicita, no entanto, que a memória nunca perde também sua característica individual, por ser um atributo permeado de percepções e valorações particulares. Quem lembra não é o grupo ou a classe social, e sim o sujeito, porém o que o indivíduo lembra e como se lembra, diz Halbwachs, depende muito dos pertencimentos coletivos, sendo “o modo de lembrar tanto individual quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no modo como lembra, faz com que fique o que signifique” (CHAUÍ *apud* BOSI, 1994, p. 31).

Ainda na esteira de Halbwachs, Bosi compreende que não existe “conservação do passado”, somente uma “reconstrução do passado”, pois é impossível reviver a experiência através da lembrança: o que foi não volta a ser, só por ser lembrado, sendo então impossível determinar a exatidão dos fenômenos.

Outra questão desenvolvida por Bosi é a respeito da linguagem, pois somente através dela é possível a socialização das memórias. Neste sentido, as lembranças são repassadas através dos testemunhos que são essencialmente orais, na esteira do que abordou Marc Bloch com os fatos comunicacionais. Ademais, para cumprir o objetivo de transmitir as memórias, é necessário considerar principalmente as relações de tempo e espaço, as quais a autora adiciona ainda as de causa e consequência.

Acompanhei o máximo de rodas de Guardiões e observei que nem sempre os convidados podiam se fazer presentes, em razão da idade avançada e de problemas de locomoção. Apesar disto, em quase todos os anos pude ver senhores e senhoras esforçando-se para comparecer e contar um pouco do que lembravam, seja no intuito de repassar para a posteridade, interessados em cumprir sua “função social” previamente estabelecida, seja para ter o prazer de falar e compartilhar memórias, sobretudo aqueles que eram mais extrovertidos e/ou carentes de com quem conversar na própria casa.

Cabe destacar que os “Guardiões da memória” contavam histórias que não eram abstrações: tratando-se de histórias vividas e lembradas por aquelas pessoas,

corporificadas e, ali, performatizadas. Ocorre que o pesquisador deve lembrar que o momento constitui também uma performance, não no sentido de que são mentiras ou invenções, mas de que há uma interpretação daqueles fatos.

A narração é, portanto, necessariamente uma interpretação – algo que o pesquisador não pode esquecer em sua análise. O sujeito não conta “o que é”, e sim o que ele diz que é, a partir de sua própria experiência. Além disso, a memória não “recupera” os fatos do passado tal qual eles ocorreram, há todo um trabalho envolvendo o lembrar e, posteriormente, o contar, conforme se viu.

Destaco que em todas as edições do evento, quase todos os narradores apontavam para dois marcos temporais importantes: o surgimento e funcionamento da Ponte, de 1906 (primeira inauguração) até os anos 1940; e a mudança do porto para o Mucuripe. A maioria dos narradores trabalhava como portuário, estivador, pescador ou, no caso das mulheres, donas de pequenos comércios. A Ponte e o porto tiveram centralidade em suas vidas, vez que vieram para o Poço da Draga em razão da abundância de trabalho que ali havia. Seu Lopes, anteriormente referido, foi portuário e iniciou seus anos de trabalho quando o porto ainda era no Poço e vivenciou a transição para o Mucuripe, fato que lhe causou muito desgosto.

Os moradores que já nasceram no Poço e que à época da pesquisa eram jovens adultos não vivenciaram esses períodos, mas lembravam das histórias que os pais e mães contavam. As trajetórias das famílias foram muito influenciadas pela relação com o porto e com a Ponte Metálica. Com a Ponte a relação permanecia bastante íntima, conforme discutido na Introdução.

Figura 32 – Cartaz dos Guardiões da Memória para o Aniversário (2018)



Fonte: Divulgação Grupo Rastros Urbanos, 2018.

Em 2014, nas comemorações de 108 anos do Poço da Draga estive presente na preparação e realização do ritual dos Guardiões da Memória e pude contribuir com a montagem e com boa parte dos momentos anteriores e posteriores ao evento da “Narrativa em volta do fogo”. Conforme me contou, posteriormente, um interlocutor, o fato de uma das lideranças do Poço da Draga trabalhar no Dragão contribuiu para a escolha desse formato, além do que daria uma atmosfera de introspecção e relativa sacralidade, no entendimento de Cláudio e Cíntia. A roda ocorreu na própria praia nas proximidades da Ponte Metálica, e esteiras foram colocadas sobre a areia em formato circular. Para os idosos, foram colocadas cadeiras

de balanço, a fim de lhes proporcionar conforto. Ao centro da roda, estava a fogueira.

Durante a preparação para o momento, considerando a visão de todos os espectadores sentados no chão, em mesmo nível de altura e hierarquia, percebi a intenção de gerar um senso de comunidade ou igualdade – “*communitas*”, na compreensão de Turner (*apud* BRUNER, 1986). A diferenciação entre os que estavam sentados em cadeiras com formato em estilo de “trono” conferia autoridade e mesmo uma certa sacralidade à fala dos anciões, funcionando como elemento legitimador. Compreendo essas situações como contendo elementos de ritualização.

O evento estava marcado para se iniciar às 17h30, ao pôr do sol, então cheguei por volta de 16h para observar os momentos anteriores. Conversei com os organizadores e levei com eles parte do material até o local determinado. Nestes trajetos, a liderança me explicava como seria o momento, a ordem dos narradores e toda a ritualística. No início, houve a apresentação de uma banda de jovens do local, cujo estilo era música céltica. A atmosfera, portanto, era de quebra do cotidiano, montando um ambiente extraordinário, ritualístico e com elementos de sagrado, vez que ali seria contada a “história do lugar”.

Para este evento, foram chamados seis dos moradores mais antigos, mas três não vieram em razão de dificuldades de locomoção. Antes dos mais velhos falarem, estes foram apresentados brevemente por Cíntia. Houve microfone para que eles não forçassem muito a voz. O ritual ocorreu conforme o planejado, a despeito da ausência de três narradores e do pequeno número de participantes: quase todos os ouvintes eram pessoas “de fora”, como eu. No dia anterior, eu havia andado pelas ruas do Poço e não vi cartazes, *folders* ou outros elementos de divulgação interna, diferentemente do que eu vira nas redes sociais, levantando então uma questão sobre a divulgação ter sido mais externa do que interna.

A fala dos moradores foi bastante nostálgica, retratando um Poço da Draga que era e “que já não é mais”, enfatizando a relação que sempre tiveram com a praia. Sobre a importância do mar na vida de boa parte dos que lá residem, foi emblemático um “causo” contado por “Seu Lopes”, senhor de 79 anos que é um dos moradores mais antigos do lugar. Pude ouvir sua narrativa nessa roda dos Guardiões em maio de 2014. Ele contou que certa vez um carro caro parou na entrada do Poço e um senhor de paletó, desconhecido, baixou o vidro para falar com ele. O homem não se identificou e foi logo perguntando a quanto tempo morava no lugar e se gostava de estar ali. Após Seu Lopes responder, o homem perguntou: “Olhe, se eu lhe desse uma

casa lá na Messejana muito melhor do que a sua, o senhor iria?”. Ao que ele teria respondido: “Vou na hora, doutor! Só faço uma exigência: que o senhor leve o mar lá pra Messejana, que eu vou com todo gosto!”. Ele contou que, ao longo das décadas, foram muitas as ameaças de remoção, mas que eles vinham resistindo por conta de sua relação com o mar. Segundo ele, poucos aguentariam morar em outro lugar se fossem forçados, principalmente os mais antigos.

Já em 2015 o evento ocorreu não mais na praia, mas no Pavilhão Atlântico. Não houve fogueira, mas o formato foi bem semelhante. Desta vez, observei que uma das senhoras convidadas a falar mora exatamente na Vila dos Correios, que se situa em frente ao Poço da Draga, atravessando a Av. Almirante Tamandaré (Ver Introdução). Posteriormente, um interlocutor me explicou que essa vila é considerada afetivamente como sendo parte da “comunidade” e que essa moradora sempre foi muito querida por eles. Tal fato me gerou um questionamento: uma pessoa geograficamente de fora é legítima para falar, mas em nenhum dos momentos da programação do aniversário foram evidenciados moradores do Pocinho (a área mais vulnerável e alagável, a respeito ver na Introdução).

Na verdade, em todos os anos não cheguei a ver nenhum morador que não fosse da rua principal, a Viaduto Moreira da Rocha (mesmo nome oficial da Ponte Metálica). Quase todos os anciãos que falaram nas rodas por mim presenciadas moravam na rua principal. As divergências internas ficavam visíveis em momentos como esse, em que era contada a história do lugar. Mas contada por quem? E se houver divergência de memórias?

Em 2017, foram convidados três moradores que representariam justamente esse passado, no sentido de serem os pilares responsáveis pela ocupação do Poço da Draga: um pescador, um estivador e um bodegueiro⁷⁸. Para Cláudio e Cíntia, os mais velhos possuem uma percepção da importância do tempo e da territorialidade diferenciada, e que para eles é triste que os jovens não percebam a importância e não se apropriem destes pertencimentos. Para Cláudio, “o jovem não quer nem saber o que significa territorialidade. Não seria interessante trabalhar as brincadeiras como um fortalecimento de identidade? **A comunidade é uma jazida de história**” (Cláudio, em conversa no dia 24 de maio de 2015, durante o aniversário de 109 anos, grifos meus).

⁷⁸ Proprietário de “bodega”, um pequeno comércio local.

O interessante nessa fala é quão categórica é a expressão: “a comunidade é uma jazida de história”. No sentido de que, haveria tesouros a descobrir, explorando e buscando compreender as vidas das pessoas, as narrativas comunitárias. Tal riqueza se perderia na hipótese de desinteresse dos jovens. Em outros momentos, Cláudio falou repetidamente do descaso do Estado para com a localidade, em vários sentidos, nas políticas de saneamento e também nas culturais, sobretudo as de patrimônio. A jazida pode permanecer por um tempo sem ser descoberta, esperando pelo momento da “verdade”, porém, sem as devidas intermediações, é possível que fique submersa no “mar de lembranças” (ARENDR, 1973). Para esta autora, a memória é como um mar de lembranças: um aglomerado de construções, de imagens e de significados, um processo levado a cabo através da “ruína do tempo”. É nesse sentido de “mar de memórias” a que me refiro no presente trabalho, imagem que é ainda mais significativa ao se analisar a centralidade do mar para a vida dos moradores da localidade do Poço da Draga.

Como foi visto, para a construção da memória é essencial o trabalho do seu oposto complementar, o esquecimento, que igualmente opera através do tempo. O esquecimento é produzido através dessa decadência: as ruínas que constituem a memória são a um só tempo o testemunho das recordações e também daquilo que foi esquecido. A vida e a permanência “do que restou” são, igualmente, a prova viva do que morreu, do que “já não existe mais”, do passado que, apesar de passado, ainda é presentificado nas conversas, nas reuniões, nas lembranças. Muitas dessas ausências presentes foram observadas no Poço, conforme descrito. Tais ausências eram ainda mais significativas porque eram lembradas reiteradamente nas falas dos moradores e nas narrativas em momentos ritualísticos.

Referindo-se aos estudos de Walter Benjamin, Arendt nomeia esse processo de “mutação marinha”, assim o descrevendo:

A convicção de que embora o que é vivo esteja sujeito à ruína do tempo, o processo de decadência é ao mesmo tempo um processo de cristalização, pois que nas profundezas do mar, onde jaz e é dissolvido o que outrora viveu, algumas coisas “sofrem uma mutação marinha” e sobrevivem em novas formas e em configurações cristalizadas que permanecem imunes aos elementos, como se elas apenas estivessem à espera do pescador de pérolas que um dia mergulhará até elas e as trará para o mundo dos vivos – como “fragmentos de pensamento”, como “algo rico e estranho” (ARENDR, 1973, p. 51).

A polaridade vida e morte, lembrança e esquecimento mobilizou muitas questões nesse trabalho, vez que saltava aos olhos na duração da pesquisa, nos três tempos em que se podia compreender a própria localidade. No passado, no presente e no futuro, vida e morte se entrelaçavam, morte representando os ciclos que se encerravam cotidianamente e também o risco ora maior, ora menor da retirada das famílias do Poço da Draga, seja no passado ou no futuro. No passado, a memória das remoções em suas várias fases ao longo do tempo marcava fortemente um desfecho, um encerramento, o esfacelamento de laços familiares e de vizinhança construídos ao longo de décadas. Já a vida, pulsante no cotidiano, era representada pelas permanências do que “ainda não foi”, pelo envelhecimento das gerações antigas (que permanecem, na sua arte de narrar), pelos ciclos de novas gerações sempre vindo e crescendo. Pela existência de novos grupos de jovens, pela arte, a música, a pintura, o grafite, as resiliências.

A história e a memória eram constantemente trazidas à tona para se referir ao apreço de morar no lugar, relacionando memória à territorialidade: as apropriações territoriais e o fato de serem uma ocupação centenária, conforme se viu. As categorias estão inter-relacionadas porque, para boa parte dos moradores, o tempo e o espaço se cruzam, sendo o tempo o grande fator legitimador do direito de ocupação, do direito de permanência. Da mesma forma que o tempo construiu os laços sociais dos residentes com o local, foi o tempo que teceu os laços entre eles, sendo responsável por criar as simpatias, a vizinhança e o compadrio, e igualmente as antipatias, as desconfianças e as estigmatizações. Foi no tempo que as lembranças foram construídas e também a força do tempo o que promoveu o esquecimento, conforme se viu.

Seguindo essa linha de raciocínio, o afirmado por Feitosa de que no Poço há sujeitos-memória faz todo o sentido: os sujeitos-memória guardam as histórias dentro de cada um, histórias de si, de todos, da localidade (FEITOSA, 1993). E com o tempo vão se misturando as percepções que são minhas, suas ou nossas: um verdadeiro emaranhado de fios vai tomando forma de tapetes, de tecidos. A partir da análise dos eventos do Poço da Draga, pude concluir que a memória são essas construções, repletas de fios ora soltos, ora interconectados, em nível individual e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que a contribuição desta tese foi a análise das várias questões que estão em jogo ao se falar de memória, identidade e territorialidade, através do estudo do Poço da Draga em Fortaleza. Objetivei compreender as relações entre os fenômenos, restando claro para mim como a memória e a identidade são elementos importantes nas disputas socioespaciais urbanas. Isto ficou bastante visível ao observar, nas falas de muitos residentes, a utilização estratégica do tempo e da memória como fatores legitimadores para a permanência da ocupação. Neste sentido, pude concluir que parte dos moradores compreende a relevância da memória como uma “estratégia de diferença” (CUNHA, 1985) e, ao mesmo tempo, de “resistência”.

Compreendi que memória e identidade constituem processos complementares, além de serem noções essencialmente disputadas dentro das relações sociais. Memória e identidade são fenômenos negociados, construídos e em permanente processualidade, sendo equivocado compreendê-las como noções estanques ou sólidas.

Neste sentido, mais interessante que pensar memória e identidade no singular, a realidade se nos apresenta como “memórias” e “identidades”, sempre no plural. Isto fica patente quando se observa que nenhum indivíduo possui apenas um pertencimento, uma identidade, conclusão que também diz sobre o Poço da Draga. Através da pesquisa, aproximei-me da compreensão da identidade do Poço da Draga, mas jamais compreendi uma identidade totalizante, que dê conta de todas as faces das pessoas. Assim, compreendi que há essa identidade que foi problematizada, mas os moradores possuem ainda várias outras, da mesma forma que eu ou o(a) leitor(a).

Neste trabalho, foi discutido por que compreendo o Poço da Draga como uma localidade e não uma comunidade, apresentando tanto as estratégias discursivas dos moradores na afirmação da unidade e da coesão, quanto as minhas percepções acerca das tensões e da conflitualidade existentes entre alguns grupos e microterritórios. Como pontuado ao longo do texto, muitas vezes mesmo o silêncio acerca da área mais estigmatizada foi extremamente significativo para a análise e a compreensão da complexidade do lugar.

Os conceitos de identidade, territorialidade e memória foram cotejados para compreender melhor o Poço da Draga, consideradas suas particularidades e a forte valorização da memória local. Busquei compreender como estes três conceitos-chave

se entrelaçavam para a construção da própria identidade de morador do Poço, a partir da relação das famílias com o local e com os vizinhos, e da mesma forma com o próprio mar e a Ponte Velha, ambos referentes reiteradamente lembrados em suas narrativas. Foi discutido acerca dos significados do território e das (des)reterritorializações à luz das pesquisas de Rogério Haesbaert (2004; 2006; 2008) e apresentados elementos para compreender a identidade territorial do Poço da Draga. Também foram analisadas as formas possíveis de transmissão memorial, principalmente a partir dos estudos de Jöel Candau (2012).

Apresentei brevemente os motivos da ascensão econômica e política de Fortaleza na metade do século XIX e início do século XX, contextualizando questões relevantes para compreender o crescimento urbano e a segregação socioespacial na capital cearense. Abordei o aparecimento das favelas em Fortaleza, contexto em que se insere o Poço da Draga, bem como seu surgimento na Praia de Iracema. Foi apresentada a relação do Poço com a Ponte Velha, assim como os projetos de requalificação urbana que ameaçaram ou impactaram a localidade. Posteriormente, apresentei as remoções e as perdas de território narradas por moradores e ex-moradores.

Realizei um esforço de descrição e análise dos principais microterritórios do Poço da Draga, conforme apreendido durante o trabalho de campo. Aqui, discuti a relação entre as distâncias espaciais e sociais, a partir da compreensão das segmentações internas e de uma verdadeira “guerra de lugares”. A estigmatização da área do Pocinho foi percebida de forma bastante característica, seja através de falas, seja através da evitação das explicações e mesmo de aproximações, considerando-se que não me era permitido adentrar nesse trecho. Apresentei ainda a importância social das áreas como o Pavilhão Atlântico/Irmãzinhas e da Ponte Metálica ou Ponte Velha. Apontei também a particularidade do Poço da Draga no que se refere às práticas artísticas e culturais, o que guarda relação com a tradição social e culturalmente atribuída à Praia de Iracema.

Em razão da magnitude da atividade e da riqueza dos dados produzidos, discuti sobre a produção do Censo comunitário do Poço da Draga, tentando compreender a experiência de alguns moradores em parceria com a Universidade na busca de sua própria identidade, ao realizar “Um olhar sobre o Poço”, nome posteriormente atribuído à pesquisa. Busquei analisar o significado dos censos e ainda a possibilidade de realização de censos populares. As particularidades dessa

experiência foram descritas em pormenor, enfatizando a característica híbrida do censo, ao mesclar elementos da cultura erudita e da cultura popular. Posteriormente, foi apresentada uma síntese dos dados coletados no Censo, caracterizando a localidade a partir desse olhar meio interno, meio externo.

Enfim, retomei as categorias analíticas de memória, identidade e territorialidade para compreender o Poço da Draga. A maritimidade foi apresentada como um dos elementos marcadores da identidade local, bem como a utilização do tempo como fator legitimador da ocupação. Realizei uma análise das disputas em torno da memória e das estratégias de transmissão memorial, através da repetição e da cristalização da memória sobretudo em eventos cíclicos e ritualizados, como os aniversários, as visitas guiadas e os Guardiões da Memória. Esses eventos foram descritos amiúde e pude estabelecer a relação entre eles e o fortalecimento da identidade local.

Após a realização da pesquisa, foi possível concluir que a localidade do Poço da Draga possui uma identidade, ainda que haja várias outras identidades a serem exploradas e analisadas – o que não caberia no recorte da presente pesquisa. Boa parte dos moradores se afirmava uma “comunidade mais tranquila que as outras”, argumentação semelhante ao que foi observado por pesquisadores em outras localidades sempre no sentido da autodistinção, conforme se viu.

A maior particularidade encontrada no Poço da Draga foram as estratégias, os instrumentos de memorialização de que as pessoas têm feito uso para fortalecer suas memórias, criando espaços de enunciação, eventos cíclicos como os aniversários, as visitas guiadas e as rodas de Guardiões da Memória.

Sobre as visitas guiadas, ora chamadas de Expressos, compreendo-as como verdadeiras caminhadas-escritura nos dizeres de Michel de Certeau (2012). São expressões narrativas do lugar, constituindo-se inegavelmente como uma forma particular de expressão da memória naquela localidade.

Na situação específica do Poço da Draga, a riqueza dos dados demonstrou que a coletividade cria vários momentos de agregação com a finalidade de recontar as origens, de rememorar narrativas fundacionais e outras de reconhecida relevância social, o que Halbwachs (2012) e Candau (2012) chamaram de mecanismos de socialização memorial. Ressalto que, conforme Candau, compreendi que o que é possível transmitir socialmente são as metamemórias, as representações acerca da memória. A existência de comemorações anuais, os aniversários da Ponte e do Poço

da Draga, representava o objetivo de periodicamente afirmar que a ocupação é centenária e, portanto, possuidora legítima do direito de moradia, do direito à permanência tanto em termos individuais quanto coletivos.

Nos termos de Halbwachs (2012), compreendi que há no Poço da Draga vários “quadros sociais” que são suportes à construção da memória, sendo a vizinhança dos microterritórios juntamente com a família estes principais grupos de referência. Isto foi observável através da análise das narrativas, considerando que a família e o microterritório constituíam o nível mais próximo dos indivíduos, sendo a maior parte das lembranças relacionadas a estes dois.

Compreendi, à luz dos autores, que só se pode falar de memória coletiva quando existe um esforço, por parte do grupo, para que a memória seja repassada com a finalidade de permanência, perpetuação, o que ocorre através da transmissão geracional. Ao longo do trabalho de campo, pude confirmar que no Poço da Draga havia esse esforço comunitário de permanência, de transmissão. Assim, observei a incidência de memórias compartilhadas por boa parte do grupo, nos termos de Candau (1992). Comprova-o a existência dos aniversários como um cronograma oficial e o mais importante dos eventos anuais, quando a tentativa de socialização e reconstrução da memória ficava mais clara, em especial durante as rodas dos Guardiões da Memória e as visitas guiadas (Expressos).

Destaco que a reafirmação da memória não ocorria apenas em momentos-chave ou em eventos periódicos que eram uma quebra do cotidiano das famílias. Inicialmente, essas estratégias comunitárias foram enfatizadas porque se trata de particularidades que ocorrem no Poço da Draga e são muito interessantes, consistindo em riquezas do lugar. No entanto, a “memória coletiva” era repassada e reconstruída no cotidiano da localidade, todos os dias através de vários atos, conversas e encontros: as narrativas eram recontadas e alteradas conforme as disposições, sentimentos e percepções dos moradores.

A localidade não era isolada, isto ficou claro ao longo do trabalho de campo e sobretudo durante a análise dos dados. Neste sentido, a riqueza interna não exclui as relações com os outros bairros, com outras cidades e com o mundo, o local e o global se conectam. Além disso, não se pode desconsiderar que os interesses econômicos do mercado em vários níveis também possuem efeitos nas disputas pelo território, sobretudo considerando-se que o Poço está inserido na Praia de Iracema, um dos bairros mais valorizados em Fortaleza.

A importância do território na vida dos moradores foi uma das conclusões mais contundentes da pesquisa, entendendo-se que a relação arraigada das famílias com o lugar compreende um forte vínculo com o bairro, com o mar, com o Poço como um todo e sobretudo com os microterritórios e as suas próprias casas. O forte sentimento de enraizamento com a casa e com o Poço apareceu em quase todos os eventos e reuniões e principalmente durante as entrevistas.

A vida era narrada em função dos eventos pessoais, no mesmo sentido discutido por autores como Pollak (1992). Sobre a casa, uma consideração interessante foi a percepção da importância de cada uma das casas ocupadas pelas famílias e sobretudo em relação às casas em que se morava ao tempo de cada evento. Nas narrativas, aparecia muito: “isso ocorreu na outra casa”, e quando eu entendia tratar-se de uma casa anterior, era corrigida. Na verdade, muitas vezes a pessoa estava falando da mesma casa, porém antes das reformas. Notei, assim, a importância de cada uma das residências, tanto no tempo quanto no espaço.

Observei em muitos moradores o sentimento de “enraizamento”, principalmente os residentes mais antigos. A dimensão da memória era bastante enfatizada e as ameaças de remoção pareciam não fazer parte de um relato antigo, sendo vivenciadas no cotidiano. Desta forma, é possível que o território signifique não somente um bem ou o local onde se mora, pois para muitos deles perder o território equivaleria a desaparecer (HAESBAERT, 2004).

Neste contexto, compreendi a inegável relação dos moradores com o mar e com a Ponte Metálica. Apesar de nem todos atualmente se identificarem com a atividade pesqueira, observei que o mar para eles era uma referência de beleza e de orgulho de morar no lugar. A Ponte Metálica constituía uma das poucas áreas de lazer, sendo lá que muitos se reuniam, brincavam e saltavam em direção às ondas. O antigo porto simbolizava o início do Poço, ainda que não se saiba em que ano exatamente o Poço da Draga “nasceu”. Em razão dessa imprecisão e da necessidade de estabelecer uma data de fundação, à semelhança de um “mito de origem”, os moradores decidiram adotar a data de 26 de maio, o dia da inauguração da Ponte Metálica em 1906, como seu aniversário.

No Poço da Draga, o passado se misturava com o presente, neste e em vários outros exemplos. O Pavilhão era um prédio com passados empilhados, da mesma forma que ocorria com as casas. Percebi, dessa forma, que se tratava de palimpsestos no tempo, construções umas por cima das outras, tanto no plano

material quanto no simbólico e no afetivo. As ausências eram, a um só tempo, ausências e presenças, como afirmara Certeau (2012).

Notei que o tempo, assim como o mar, era quase um sujeito, uma pessoa, um vizinho na vida das pessoas. Observei o tempo como um vizinho e também como um fator legitimador: era em função do tempo de moradia que as pessoas acreditam que não podem ser de lá removidas. Todos os eventos de que pude participar reforçaram o fato de ali ser uma “comunidade centenária” e que, portanto, as famílias merecem ficar.

Ainda que a última “obra espetacular” (LYRA; MATOS, 2014), o Acquario, não tenha anunciado diretamente remoções e esteja atualmente parada, muitos foram os transtornos causados pelo empreendimento. O primeiro foi a construção de um muro que limitou sensivelmente o acesso ao mar dos moradores, justamente um dos elementos fundantes da identidade do morador do Poço da Draga. De fato, a maritimidade no Poço é um componente que compõem essa identidade local, independente de terem as pessoas descendido ou não de pescadores. As atividades ligadas ao mar permanecem, e as famílias da localidade consideram que a Ponte Velha e o trecho da de praia próximo a ela constitui parte de seu território.

Prova disso era a forma com que os moradores reagiam à “ocupação” da praia e da ponte por jovens de várias partes da cidade e mesmo da Região Metropolitana de Fortaleza. Todos os moradores com quem conversei, em entrevista e em conversas informais, foram enfáticos ao dizer que estavam evitando a praia nos dias e horários em que as outras pessoas lotavam o lugar, para evitar conflitos com os jovens e mesmo com a polícia. Nesse sentido, os moradores do Poço entendiam que, de uma certa maneira, estavam tendo sua localidade “invadida” e lamentavam que a praia não fosse mais como era antes.

Verifiquei na pesquisa que no Poço da Draga os conceitos de identidade, memória e territorialidade se entrelaçam, no sentido de se fundarem e se reforçarem. O território é um dos elementos da identidade, e por sua vez a identidade se constrói em relação ao território. Memória e identidade, como argumentam Candau (2012) e muitos autores aqui descritos, são indissociáveis, como faces de um mesmo fenômeno. Sem memória não há identidade e sem identidade igualmente descabe falar em memória. Por seu turno, a memória também é tecida em relação ao território, e, quando fortalecida, pode ser utilizada como reforço à ocupação da localidade, caso

do Poço da Draga.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Série Geografia I*, Porto, v. XIV, p. 77-97, 1998.
- ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- ALGAZI, Gadi. Violence, mémoire et pouvoir seigneurial à la fin du Moyen Age. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 105, dez. 1994, p.26-28.
- ALMEIDA, André Araújo. *Segregação Urbana na Contemporaneidade: o caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza*. São Paulo-SP/Fortaleza-CE, 2014, 262f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, dezembro 2015.
- ALVITO, Marcos. Um bicho de sete cabeças. IN: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARENDDT, Hannah. Introduction. In: BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. Londres: Fontana, 1973.
- AUGÉ, Marc. *El viajero subterráneo: Un etnólogo en el metro*. Paris: Hachette, 1987.
- _____. As formas do esquecimento. São Paulo: Íman Edições, 2001.
- BARREIRA, Irllys. *O reverso das vitrines: Conflitos Urbanos e Cultura Política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan/jun 2003, p.314-339.
- _____. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Análise social*. Lisboa, v. XLII (182), 2007, p. 163-180.
- _____. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. *Cadernos CRH*, Salvador, vol.23, n.59, maio/ago. 2010.
- BARTLETT, Frederick. *Recordar*. Madrid: Alianza, 1995 (Trabalho originalmente publicado em 1932).
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BESSA, Edson Alencar Collares de. *O Poço da Draga e a construção do Acquario Ceará*. 2015. 135 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BEZERRA DE MENEZES, A. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

BEZERRA, Roselane Gomes. *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”*: usos, apropriações e representações de um espaço urbano 2008. Tese de Doutorado. Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do Poder Régio*. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BORGES, João Carlos de Freitas; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a piauiensidade. *X SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E IX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E IX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 2010, TERESINA-PI. Anais, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagens, Textos, Identidades*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1997.

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL, Amíria Bezerra. *A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza*. 2016. 260f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo (SP), 2016.

BRASIL, Amíria Bezerra *et al.* Conhecendo o Poço da Draga: uma proposta conjunta de levantamento de informações sobre a comunidade. In: CARVALHO, Solange... [et al]. Seminário nacional sobre urbanização de favelas. 1.ed - (2:2016: Rio de Janeiro) [recurso eletrônico]: *Anais do II UrbFavelas Rio de Janeiro: Letra Capital*, 2017. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT4-226-151-20161013155510.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.829, de 9 setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembleia Geral que manda proceder o recenseamento da população do Império. *Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, p. 89, 1870.

_____. Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871. Cria na Corte do Império uma Diretoria Geral de Estatística, em virtude de autorização concedida pelo Artigo 2º da Lei nº 1.829 de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo regulamento. *Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, p. 35, 1871. Col. 1.

_____. Decreto nº 331, de 12 de abril de 1890. Dá novo regulamento à Diretoria Geral de Estatística. *Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 3, p. 600, 1890. Col. 1.

_____. Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934. Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. *Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 4, p. 524, 1934. Col. 1.

_____. Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938. Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil. *Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 4, p. 315, 1938. Col. 1.

_____. Decreto-lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938. Regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940, e dá outras providências. *Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, p. 68, 1938. Col. 1.

_____. Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 1968. p. 9985. Col. 2. Retificada no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 1968. p. 10081. Col. 1.

_____. Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. *Diário Oficial*

[da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio 1973. p. 4697. Col. 4.

_____. Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991. Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 maio 1991. p. 8893. Col. 1.

BRUNER, Edward M. Experience and Its Expressions. In: TURNER, Victor; _____. (Org.). *The Anthropology of experience*. Urbana: University of Illinois Press, 1986.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de. *Fortaleza: uma breve história*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. Companhia de Bolso: São Paulo, 2010.

CAFÉ, Daniel Caiado. *Patrimônio, identidade e memória: proposta para a criação do Museu do território de Alcanena*. 2007.202f. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia) – Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Programa de Pós-Graduação em Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Editora 34, 2000.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. pp.283-350.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARDINI, Franco. *A memória coletiva no pensamento de Maurice Halbwachs*. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CARVALHO, Carlos. *História social da borracha, seringueiros do Acre*. Porto Alegre: Meridional, 2005.

CASADEI, Elisa. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 108, p. 153-161, mai. 2010.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

CASTRO, Nayana de. *Poço da Draga: uma proposta de Urbanização, Habitação e Eficiência Energética*. 2013. 96f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CAVALLIERI, Fernando. Favelas no Rio - a importância da informação para as políticas públicas. In: SOUZA E SILVA, Jailson de (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

CEARÁ, Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). *Sistema de Cadastro do Censo Habitacional*. Área do Poço da Draga. 26. Out 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5, 2008, Belo Horizonte. Anais do V SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. Belo Horizonte, 2008.

COSER, Lewis. *Masters of Sociological Thoughts: ideas in historical and social context*. 2.ed. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977. Disponível em: <www.2Pfeiffer.edu/Lridener/DSS/Thomas/THOMASPL.HTML>. Acesso em 12 dez. 2018.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Planejamento e expansão urbana. IN: SILVA, José Borzacchiello et al (Org.). *De cidade a metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. Praia de Iracema e a revitalização de seu patrimônio histórico. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, [S.l.], n. 18, p. 48-59, dec. 2005. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43419>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

COUTO, Mia. *Vozes anoitecidas*. Lisboa: Caminho, 1987.

_____. Línguas que não sabemos que sabíamos. In: _____. *E se Obama fosse africano? E outras intervenções – Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DANTAS, Eustógio Wanderley Dantas. *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. O mar e o marítimo nos trópicos. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 15, pp. 63-76, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EBBINGHAUS, H. *Memory: A contribution to experimental psychology* (Tradução de Henry A. Ruger & Clara E. Bussenius). New York: Teachers College; Columbia University, 1985. (Original em alemão “Über das Gedächtnis” publicado em 1885).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Être affecté, Gradhiva. *Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, n. 9, p. 3-9, 1990.

FEITOSA, Luiz Tadeu. *A favela e biblioteca*. São Paulo: Annablume, 1993.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP: CEBRAP, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2007.

FOSTER, Jonathan K. *Memória*. São Paulo: L&M Pocket, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GASPAR, Luciano Mota. Integração econômica e social de uma favela. *Revista Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. II, nº1. pp. 37 – 77. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v2n1/rcs_v2n1a3.pdf>. Acess em 10 out. 2017.

G1 CE. *Ministério Público do CE denuncia ex-secretário por irregularidade em obra milionária de Acuario*, 03 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ministerio-publico-do-ce-denuncia-ex-secretario-por-irregularidade-em-obra-milionaria-de-aquario.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GIANNELLA, Letícia. Multiterritorialidade e múltiplas identidades: o território da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 16, 2013, Salvador. *Anais do BXVI Congresso da SBS*. Salvador, 2013.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia da USP*. São Paulo, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ra/v46n2/a12v46n2.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2018.

GOMES, Marília Passos Apoliano Gomes. *Da possibilidade de efetivação do direito fundamental à moradia por meio das Zonas Especiais de Interesse social*. 2010. 132f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. *A cidade em disputa: a trajetória de um movimento social*. 2013. 239f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

_____. Fronteiras do passado e do presente: territorialidade e memória no Poço da Draga. In: *REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA*, 5, & *REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE*, 14, 2015, Maceió. *Anais da V REA/ XIV ABANNE*. Maceió: 2015.

GONÇALVES, Danielly Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. 2006. 253f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2006.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio *et al* (Org.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Resenha de “A invenção da favela”, de Lícia Valladares. *Cadernos CRH*, Salvador, v.18, n. 45, p. 485-488, set./dez. 2005.

_____. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-CE). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 10, n. 2, nov. 2008.

_____. Espaço público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno. *O público e o privado*, Fortaleza, v. 1, n. 17, p. 59-69, jan./jun. 2011.

_____. Assentamentos precários e favelas: uma distinção necessária. In: COUTINHO M. DA SILVA, R.. (Org.). *Desafios Urbanos para a Sustentabilidade Ambiental nas Cidades Brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2012, p. 37-51.

_____. O Acuario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. In: *CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA*, 29, 2013, Santiago. *Anais do XXIX Congresso do ALAS*. Santiago: [s/n], 2013a.

_____. À sombra do BNH: a nova política habitacional em Fortaleza-CE (2005-2011). *O público e o privado*, Fortaleza, v. 1, n. 21, p. 147-165, jan./jun. 2013b.

_____. Navegando em águas turvas: Coletivos, Ongs e Ministérios Públicos contra projetos de requalificação urbana (o caso do Acquário do Ceará). In: *ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO*, 4, 2015, São Paulo. *Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO*. São Paulo: [s/n], 2015.

_____. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. In: *SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO*, 14, 2016, São Carlos. *Anais do XIV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO*. São Carlos: 2016.

_____; GOMES, Marília Passos A. O outro lado e o lado do outro: atravessando o canal do Lagamar. In: *XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2013, Salvador*. ANAIS DO XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. IN: HEIDRICH, Álvaro et al. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 19-36.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

_____. Quem precisa da identidade? In: _____ et al (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2014.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 7-39, 1997.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INGOLD, Tim. "Anthropology contra ethnography". *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 7, n. 1, 2017, p. 21–26. Disponível em: <<https://www.haujournal.org/index.php/hau/22576>>. Acesso em 15 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Manual do recenseador*. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>. Acesso em 12 jan. 2018.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume, 2003.

KUSCHNIR, Karina. Introdução. In: VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LEACH, Edward. *Cultura e comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

LEITÃO, Gerônimo. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: SOUZA E SILVA, Jailson de (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 38, jul./dez. 2006, pp.67-85. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2267/1406>>. Acesso em 22 set. 2018.

LYRA, Luna; MATOS, Camila. *Trópicos utópicos: uma poética de resistência nos espaços residuais*. 2014. 238f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

- MACHADO, Eduardo Gomes. *Planejamento urbano, democracia e participação popular: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-2008)*. 2010. 451f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.
- MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo da Gama; SARAIVA, Camila. Favelas no município de São paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, maio 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/5139/513952497003>>. Acesso em 08 jan. 2018.
- MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEZAN, Renato. *A vingança da esfinge: ensaios de psicanálise*. Brasília: Brasiliense, 1995.
- MOREIRA, Vinicius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima. Estariam satisfeitos os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida? Evidências empíricas em municípios do Estado de Minas Gerais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, Curitiba, v. 16, n. 02, p.106-126, mai./ago 2017.
- NEVES, Frederico de Castro. Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? *Trajetos – Revista de História da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009.
- NOGUEIRA, Amanda Máximo Alexandrino. *Práticas alternativas: um ensaio para o Poço*. 2017. 169f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, 2017.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, 1993, pp. 7-28.
- OLIVEIRA, Bruna L. F. Lima; BARBALHO, Alexandre. Histórias da terra e do mar: narrativas cartográficas sobre direito à cidade na comunidade poço da draga sob uma perspectiva descolonial. In: *ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ*, 10, 2017, Fortaleza. *Anais do X ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ*. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/27050/56557>>. Acesso em 10 jan. 2018.
- OLIVEIRA, Heloísa M. Alves. *O Poço da Draga e a Praia de Iracema: convivência, conflitos e sociabilidades*. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Os (des)caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 7-21, fev. 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Princípios e recomendações para os censos de população e habitação*. Revisão 1. Informes estatísticos. Série M, nº 67, Rev. 1, ST / ESA/ STAT, Nova York. 1998.

ORWELL, George. 1984. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (Org.). *Idade média*. Salvador: UFBA, 2001

PASTERNAK, Suzana; D´Otaviano, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr. 2016.

PASTERNAK-TASCHNER, Suzana. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-censos. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n.5, 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294>>. Acesso em 24 jan. 2018.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEQUENO, Luis Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. In: Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y em las Ciencias Sociales. *Actas del X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, 26-30 maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/275.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PERUZZO, Círcia M.Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, São Paulo, v. 12, n. 24, p.139-152, dez. 2009.

PHELAN, Mauricio. Los censos comunitarios. Un ejercicio inconcluso lleno de oportunidades. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, vol. XII, núm. 2, jul-dez 2006, pp. 149-174. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/364/36412208.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2018.

_____. Una aproximación metodológica a los indicadores locales y comunitarios: Entre lo institucional y lo popular. *Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 17, nº. 3, jul-set 2008, pp 391 - 408. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12217302>>. Acesso em 10 jan. 2018.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. IN: FRUGOLI JR, Heitor et. al. (Org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Ed. USP, 2006, p.330-352.

PINHEIRO, Andiará; COSTA, Estefânia. Paul Ricoeur, Paul Connerton e Jan Assmann: reformulando o conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs, Mariana. In: *SEMANA DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO*, 12, 2012, Mariana. *Anais da XII Semana de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto*, 2012.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. França está reeditando os protestos de 2013 no Brasil. *The Intercept Brasil*, 04 dez. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/03/franca-protestos-2013-brasil>>. Acesso em 12 dez. 2018.

PISCITELLI, Adriana. El tráfico del deseo: interseccionalidades no marco do turismo sexual no Nordeste do Brasil. *Quaderns-e de L'Institut Català d'Antropologia*, Barcelona, n. 04b, 2004.

_____. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.714-744, Set./Dez. 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 – 1930)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Prefeitura de Fortaleza inaugura Centro de Memória da Praia de Iracema*. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-inaugura-centro-de-memoria-da-praia-de-iracema>>. Acesso em 13 fev. 2019.

PRÉTECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia do Prado. A desigualdade entre os pobres favela, favelas, pp. 459-485. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Ipea: Rio de Janeiro, 2000.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 82. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Repères sur une theorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel. (Org.) *Réseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

_____. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alzira. Ethnology Brazilian Style. *Universidade de Brasília: trabalhos em Ciências Sociais, Série Antropologia*, n. 89, p.1-38, 1990.

RICOEUR, Paul. O olhar exterior: Maurice Halbwachs. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Souza. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2002.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela “diferente” das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2013.

ROCHA, Sergio. Um olhar sobre o Poço. *Revista Dragão do Mar*, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.dragaodomar.org.br/revista/1/revista-dragao-do-mar-no-1>>. Acesso em 15 jan. 2018.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Novas configurações identitárias e territoriais no processo de expansão do turismo no litoral Ceará. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. *Anais da XXVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro: 2008.

_____. (Org.) *Rituais, Dramas e Performance*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RODRIGUES, Neivania Silva. *O Movimento dos Peixes: do Acquario às Ruas*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson F. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, M. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, José. *O caderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAULE JÚNIOR, Nelson. *O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática*. Disponível em: <http://www.institutoapoiar.org.br/imagens/bibliotecas/O_Direito_a_Cidade_como_paradigma_da_governanca_urbana_democratica.pdf>. Acesso em 21 set. 2017.

SCHECHNER, Richard. O leque e a rede (de *Performance Theory*). A rua é o palco. In: LIGIÉRO, Zéca (org.). *Performance e antropologia de Richard Schechner*. RJ: Mauad X, 2012.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n.1/2, p.285-298, 1993.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. *Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema*. 2001. 176f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

_____. Memórias de Iracema. Minha Cidade, São Paulo, 04.042, *Vitruvius*, jan. 2004.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. IN: _____ et al (Org.). *De cidade a metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SOUSA, Vancarder Brito. *A Cidade e a Favela: o “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza*. João Pessoa, 2006. 215f. (Tese em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Salete de. Análise da estrutura urbana. IN: SILVA, José Borzacchiello et al (Org.). *De cidade a metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SOUZA E SILVA, J. N. de. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada provincia de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império*, Anexo D, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870. 167 f. Reimpresso em edição fac-similada, São Paulo, IPE/USP, 1986.

TEIXEIRA, Ana Cecília de Andrade. *Parque ampliado do Pajeú: uma abordagem site-specific com uso de locative media*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Artes, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22744/1/2017_dis_acateixeira.pdf>. Acesso em 15 jun. 2018.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

TRAVASSOS, Lidiany Soares Mota. Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza - Ceará. In: *Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”*. Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.717-730.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2018.

VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELOSO, Patrícia. *Ah, Fortaleza!* Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume, 2008.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio. *Entre o Futuro e o Passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

VILLAÇA, Flávio. *Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole Brasileira*. VII Encontro Nacional da ANPUR (1997). Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.

WHYTHE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA/LEVANTAMENTO SOBRE O POÇO DA DRAGA (2016)

PERFIL DOS MORADORES DO POÇO DA DRAGA

No CASA: _____ LOCALIDADE: _____

APLICADORES: _____

1) HABITANTES

1.1. NÚMERO DE MORADORES: _____

1.2. NÚMERO DE FAMÍLIAS: _____

1.3. GÊNERO:

HOMEM MULHER _____

1.4. ETNIA:

BRANCO NEGRO PARDO AMARELO ÍNDIO

1.5. ESTADO CIVIL DO CHEFE DA FAMÍLIA:

SOLTEIRO CASADO VIUVO

DIVORCIADO UNIÃO ESTAVEL

OUTROS _____



2) HISTÓRICO

2.1. HÁ QUANTOS ANOS CHEGOU NO POÇO? _____

2.2. POR QUE FOI RESIDIR NO POÇO DA DRAGA:

NASCEU A FAMÍLIA FOI MORAR BOA LOCALIZAÇÃO CASOU COM UM MORADOR
 OUTROS _____

2.3. MUNICÍPIO DE ORIGEM DO 1º MORADOR DA FAMÍLIA: _____

2.4. PRETENDE PERMANECER NO POÇO? SIM NÃO

POR QUE? _____

3) ESCOLARIDADE

3.1. QUAL A ESCOLARIDADE DO CHEFE DA FAMÍLIA:

1º GRAU INCOMPLETO 2º GRAU INCOMPLETO 3º GRAU INCOMPLETO MESTRE
 1º GRAU 2º GRAU 3º GRAU DOUTOR
 SUPERIOR INCOMPLETO SUPERIOR COMPLETO CURSO TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE

3.2. QUAL A ESCOLARIDADE DAS(OS) CRIANÇAS/JOVENS DA FAMÍLIA:

1º GRAU INCOMPLETO 2º GRAU INCOMPLETO 3º GRAU INCOMPLETO CURSO TEC./PROF.
 1º GRAU 2º GRAU 3º GRAU NÃO ESTUDA

4) EMPREGO

4.1. ESTÁ OCUPADO? SIM NÃO

4.2. RELAÇÃO DE TRABALHO:

EMPREGADO COM CARTEIRA QUANTOS? _____ EMPREGADO SEM CARTEIRA QUANTOS? _____
 AUTÔNOMO QUANTOS? _____ APOSENTADO/PENSIONISTA QUANTOS? _____

REALIZAÇÃO:



APOIO:



4.3. PARTICIPA DE PROGRAMA SOCIAL? SIM NÃO QUAL? _____

5) RESIDÊNCIA

5.1. POSSUI R.I.P. (DOCUMENTO DE COBRANÇA DA RECEITA FEDERAL): SIM NÃO

5.2. SITUAÇÃO DA CASA: PRÓPRIA
 ALUGADA O PROPRIETÁRIO É MORADOR DO POÇO DA DRAGA? SIM NÃO

5.3. MATERIAL DA CASA:

ALVENARIA SEM REBOCO ALVENARIA COM REBOCO TAIPA
 MADEIRA MISTA _____

5.4. ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

CAGECE POÇO OUTROS _____

5.5. ESGOTO:

REDE MUNICIPAL FOSSA JOGA NO RIO OUTROS _____

5.6. COLETA DE LIXO:

COLETA NA PORTA DEIXA EM LUGAR ESTABELECIDO PELA PREFEITURA
 JOGA EM TERRENO BALDIO JOGA NO RIO OUTROS _____

5.7. COMPARTIMENTOS:

SALA QUANTAS? _____ VARANDA
 QUARTO QUANTOS? _____
 BANHEIRO QUANTOS? _____ É DENTRO DA CASA? _____
 ÁREA DE SERVIÇO É DENTRO DA CASA? _____

5.8. QUANTOS PAVIMENTOS? _____

6) ESPORTE

6.1. PRÁTICA ESPORTE? SIM NÃO QUAL/QUAIS? _____

6.2. ALGUM(A) JOVEM/CRIANÇA DA CASA PRÁTICA ESPORTE? SIM NÃO
 QUAL/QUAIS? _____

7) RELAÇÃO COM A PRAIA

7.1. TEM RELAÇÃO COM A PRAIA: SIM NÃO

7.2. QUAL? ESPORTE LAZER TRABALHO CONTEMPLAÇÃO
 OUTRAS _____

7.3. O POÇO SEM ACESSO DIRETO À PRAIA PERDERIA A IDENTIDADE? SIM NÃO INDIFERENTE

8) ACQUÁRIO

8.1. VOCÊ ACHA QUE O ACQUÁRIO SERÁ BOM PARA A COMUNIDADE? SIM NÃO INDIFERENTE

8.2. POR QUE? AMEAÇA DE REMOÇÃO IMPEDE A RELAÇÃO DIRETA COM A PRAIA
 GERA EMPREGO PROMOVE LAZER DÁ VISIBILIDADE À COMUNIDADE
 OUTROS _____

OBSERVAÇÕES

ANEXO B - PROGRAMAÇÃO DOS ANIVERSÁRIOS DO POÇO

106 anos (2012) – Aniversário da Ponte Metálica

107 anos (2013) – Aniversário do Poço da Draga e da Ponte Metálica

26 de maio de 2013, Quarta-feira

7h às 10h – Atividades físicas com educadores físicos (Quadra)

7h às 11h - Torneio Futebol Beach Soccer (Campinho da Praia da Carminha)

08h - Café com Tapioca e Solenidade de apresentação (Irmãzinhas/Pavilhão)

09h às 11h - Roda de Conversa com Moradores da comunidade, Geógrafo e historiadores e artista plásticas (Irmãzinhas/Pavilhão)

9h às 12h - Atendimento de Saúde - Aferição de pressão, orientação ao cuidado com a doença de diabete com profissionais da saúde, combate à dengue, zoonoses (entorno do Pavilhão atlântico e calçadão da Cidao)

9h às 11h - Zoonose – vacinação de cães e gatos (Calçadão Cidao)

14h às 16hs - Oficinas de Arte (grafite), com tema Poço da Draga, Fortaleza de Ontem Hoje e Sempre. (Muro de referência da comunidade)

16h30 - Apresentação de Contação de Histórias com o educador Marcos Melo (Palco)

17h - Apresentação de danças folclóricas (Palco)

18hs às 20.30h - Forró Pé de Serra (Palco)

20h30 às 21hs - Samba Brasil e convidados (Palco)

108 ANOS (2014) – Aniversário do Poço da Draga e da Ponte Metálica

24 de maio de 2014, Sábado

9h - Café da manhã comunitário (Irmãzinhas/Pavilhão)

9h - Festival de Pesca (Ponte Velha)

14h - Oficina sobre Meio Ambiente

16h - Conversando com o Poço sobre Participação Política (Irmãzinhas/Pavilhão)

18h - Projeção de imagens históricas com o historiador Nirez (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h - Ocupação Cultural do Poço (Irmãzinhas/Pavilhão e entorno)

23h - Festa Fora da Ordem! Mambembe (Irmãzinhas/Pavilhão)

25 de maio de 2014, Domingo

9h - Campeonato de Futebol (Praia)

11h – Aulão de Capoeira (Irmãzinhas/Pavilhão)

12h - Farofada no Poço (Irmãzinhas/Pavilhão)

16h - Espetáculo Interior, grupo Bagaceira de Teatro (Irmãzinhas/Pavilhão)

18h - Narrativas em Volta do Fogo (Guardiões da memória, Ponte Velha)

19h – Recital com Grupo musical Corona (Irmãzinhas/Pavilhão)

26 de maio de 2014, Segunda-Feira

07h30 – Visita guiada pelo Poço. Ponto de encontro: Irmãzinhas/Pavilhão

18h - Cortejo artístico. Local de saída: Seu Carlos (próximo ao restaurante Lô)

19h - Parabéns da Comunidade Poço da Draga (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h - Show: Macaúba (Irmãzinhas/Pavilhão)

31 de maio de 2014, Sábado

09h - Maratona Aquática (Praia)

16h - Conversando com o Poço sobre Moradia e Território (Irmãzinhas/Pavilhão)

18h - Coroação de Nossa Senhora (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h - Tertúlia da Quadra do Seu Lopes (Irmãzinhas/Pavilhão)

1º de junho de 2014, Domingo

11h - Farofada no Poço (Praia)

19h - Ensaio aberto da Quadrilha Estação Junina (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h30 – Forró (Irmãzinhas/Pavilhão)

109 anos (2015) – Aniversário do Poço da Draga e da Ponte Metálica

23 de maio de 2015, Sábado

08:00 - 9:00 - Abertura oficial – Cláudio: Geógrafo e morador do Poço (Pavilhão)

08:00 – 17:00 - Café 109 Anos (Pavilhão)

Atividades permanentes**(Pavilhão)

9:00 - 10:00 - Roda de capoeira infantil

- 10:00 - 11:00 - Palestra: Projeto Nós Ambiente - Educação Ambiental SINTAF (Pavilhão)
- 11:00 - 12:00 - Prática de coleta de resíduos na praia (Praia de Iracema, entre as duas pontes)
- 14:00 - 16:00 - Oficina de mandalas: conhecendo-se através da arte, facilitadora Cris Cysne – público-alvo, idosos (Pavilhão)
- 16:00 - 20:00 - Torneio de futsal (feminino e veteranos) (quadra poliesportiva)
- 16:00 - 19:00 - Torneio feminino de futsal (quadra poliesportiva)
- 16:00 - 20:00 - Exposição – Poço da Draga, Outros Olhares por Txai Costa e Mendes (Pavilhão)
- 16:00 – 16:45 - Visita Guiada – passeio pela história do Poço da Draga
- 16:45 – 18:30 - Guardiões da Memória - Conversa com moradores mais antigos da comunidade (Pavilhão)
- 19:00 – 20:00 - Concurso Beleza do Poço e desfile de Drag Queen
- 20:00 – 22:00 - Fertinha - DJs Darwin Marinho, Bia Turri, Estácio Facó, Cé da Silva (Pavilhão)

110 anos (2016) – Aniversário do Poço da Draga e da Ponte Metálica

24 de maio de 2016, Terça-feira

- 07:00 - 09:00 - Festival de duatlón aquático em comemoração ao 109º aniversário da comunidade (Praia entre as duas pontes)
- 08:00 - 17:00 - Atividades permanentes** (Pavilhão)
- 08:00 – 11:00 - Torneio de tabuleiro – dama, xadrez, baralho e dominó (Pavilhão)
- 11:00 - 14:00 Almoço 109 anos (Pavilhão) [não teve]
- 14:00 - 15:00 - Bateria Bons Amigos (Cortejo pela comunidade e Pavilhão) – teve, mas sem cortejo
- 15:00 – 16:00 - Tarde Mágica – Mágico Jefferson (Pavilhão)
- 16:00 - 20:00 - Exposição – Poço da Draga, outros Olhares por Txai Costa e Mendes (Pavilhão)
- 16:00 – 17:00 - Teatro de bonecos gigantes (cortejo pela comunidade e Pavilhão) - teve, mas sem cortejo

17:00 – 18:00 - Água Ardente Blues (quadra poliesportiva)
 Mostra de vídeo da comunidade (muro da Cidao) [não teve]
 18:00 - 19:00 - Coco da Farra Sadia (Pavilhão)
 19:30 – 22:00 – shows com Daniel Sansil, Daniel Medina, Soledad, Eric Barbosa, Bruno Rafael, El Mah Sommah, Voodoo Colean (Pavilhão)

26 de maio de 2016, Quinta-Feira

09h - Pintando e brincando (Irmãzinhas/Pavilhão)
 09h - Grupo Encantos - Contação de histórias (Irmãzinhas/Pavilhão)
 10h - Grupo de Zumba do Poço da Draga (Irmãzinhas/Pavilhão)
 14h - Rwanyto: palhaço e malabares (Irmãzinhas/Pavilhão)
 15h - Cortejo Bons Amigos (entorno da comunidade)
16h - Visita guiada ao Poço da Draga com Cláudio (percurso pela comunidade)
17h - Guardiões da memória: contação de histórias (Irmãzinhas/Pavilhão)
 17h - Campeonato Futsal Masculino Adulto (Quadra)
 18h - Palestra: A utilização da Cartografia Social em Comunidade - prof. Jeovah Meireles (Irmãzinhas/Pavilhão)
 18h - Lançamento do livro Cartografia Social - prof. Jeovah Meireles (Irmãzinhas/Pavilhão)
 19h - Humor - Lailtinho Brega (Irmãzinhas/Pavilhão)
 20h - Cerimonial – Parabéns 110 anos (Irmãzinhas/Pavilhão)
 21h - Shalon Israel - O cabeça de Gelo (Irmãzinhas/Pavilhão)

Dia 28 de maio de 2016, Sábado

09h - Café com cidadania SINTAF (Irmãzinhas/Pavilhão)
 11h - Roda de capoeira (Irmãzinhas/Pavilhão)
 13h - Educação Ambiental – Catia Riehl (Irmãzinhas/Pavilhão)
 14h - Encontro 110 – Um Olhar sobre o Poço
 - Apresentação do resultado da pesquisa censitária (Irmãzinhas/Pavilhão)
 - Roda de conversa com a professora Linda Gondim: relação do aquário com a comunidade (Irmãzinhas/Pavilhão)
 15h30 - Visita guiada ao Poço da Draga - Cláudio (percurso pela comunidade)
 15h30 - Educação Patrimonial - Aterlane Martins (Irmãzinhas/Pavilhão)

16h - Performance: Agüém Viu um “Cará” Morto por Aí? – Wagner Castro (entre a Ponte Velha e o paredão indústria naval)

18h - Papo Fotográfico: o Poço em foco - Txai Costa (Irmãzinhas/Pavilhão)

19h - Desfile Garota Poço da Draga (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h - Helter Skelter - Beatles Cover (Irmãzinhas/Pavilhão)

21h - Fertinha (Irmãzinhas/Pavilhão)

29 de maio de 2016, Domingo

09h - Roda de capoeira (Irmãzinhas/Pavilhão)

11h - Torneio de tabuleiro (Irmãzinhas/Pavilhão)

14h - Macaúba, Samba Brasil & feijoada (Irmãzinhas/Pavilhão)

16h - Cortejo Caravana Cultural (entorno da comunidade)

17h - Tambor de Crioula Filhos do Sol (entrada da Ponte Velha)

17h - Amostra de vídeo da comunidade - Projeto Poéticas do Poço (entorno da Comunidade)

17h30 - Torneio de Futsal Infantil (quadra)

19h – De Assis Martins - Forró (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h - Mentalize (Irmãzinhas/Pavilhão)

111 anos do Poço da Draga e da Ponte Metálica (2017)

26 de maio de 2017, Sexta-feira

09:00- 12:00 -Programação infantil

16:00- 17:00 – Sarau da D. Fabrícia

16:00- 17:00 - Expresso 111 – visita guiada com Cláudio

18:30- 19:30 – Espaço Tenda 111

19:00- 20:00 - Show com Jordan Kelvin

20:00 - 20:30 - Concurso Garota Poço 111 (Irmãzinhas/Pavilhão)

20:30- 21:00 - Parabéns dos 111 (Irmãzinhas/Pavilhão)

20:00 – 00:00 - Torneio masculino de Futsal (Quadra)

21:00 - 00:00 – Viva la Pachanga - Festa com apresentação de salsa, merengue, carimbó e outros ritmos latinos (Irmãzinhas/Pavilhão)

27 de maio de 2017, Sábado

09h-12h – Programação infantil

14h-15h – Roda de Conversa sobre cidadania e sociedade, com Arthur Petrola, professor de psicologia e Taís Pontes, arquiteta (Irmãzinhas/Pavilhão)

15h-15h30 – Bloco Carnavalesco Bons amigos (Irmãzinhas/Pavilhão)

15h30-18h – Roda de conversa “111 realidades do Poço da Draga”: Guardiões da memória e pesquisadores (Espaço Tenda 111)

16h-17h – Roda de conversa sobre arte urbana: criação de utopias com Natália Coehl

16h-17h – Visita guiada com Sérgio Rocha, geógrafo e morador do Poço da Draga

16h- 17h- Exposição fotográfica – Fotobiografias – grupo Rastros Urbanos, Ciências Sociais, UFC (Irmãzinhas/Pavilhão)

16h-17h – Bate-papo abrindo a caixa de ferramentas para ajustar as escolhas, com a professora Alessandra Schiarantolla

18h – Cinemar (mostra de vídeos sobre o Poço realizados por moradores e colaboradores), com a participação especial do Ser ver Luz (Serviluz) – na Ponte Velha

19h-22h – Show com a banda Skyler, cover dos Beatles (Espaço Tenda 111)

20h-00h- Torneio feminino de Futsal (Quadra)

28 de maio de 2017, Domingo

09h-12h – Programação infantil: Brincando de brincar; Projeto Cantando e Encantando; Espaço de Convivência com livros e jogos de tabuleiro (Irmãzinhas/Pavilhão)

09h-10h- Roda de Capoeira Semente de Amanhã, com Mestre Tubarão (Manelzinho) e mestres convidados (Irmãzinhas/Pavilhão)

10h-15h – Feijoada “O Poço samba seus 111 anos” com banda Samba Brasil e convidados (Irmãzinhas/Pavilhão)

15h30-16h30 – Sarauzona com Tales Azignon. Roda de conversa com surfista Izabela Souza sobre sua trajetória no esporte

16h45-17h30 – Performance “Vocês viram um cará morto na praia?”, encenado por Antero Lima, artista e morador do Poço (entorno da Ponte Metálica)

16h45-17h30 – Performance Cor-poético com Hayá Freitas, Rick Alves e Jéssica Alves, do Chafariz ao Pavilhão

17h-18h – Forró pé-de-serra com a banda Lampião Encantado (Espaço Maroca, ao lado da Caixa Cultural)

18h-19h – Coletivo Nós, Vós, Eles: roda de conversa sobre a relação mulher e música, seguido de shows (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h-22h- Torneio infantil de Futsal (Quadra)

19h30-20h – Talentos do Poço: As empreguetes e Finas Irmãs Flautistas (Irmãzinhas/Pavilhão)

20h-21h – Preto Rapper (Tenda 111)

21h30-23h – Show com Nayra Costa (Sunset Café)

ANEXO C – CONVITE DOS 111 ANOS DO POÇO DA DRAGA (2017)

Convite aos “111 anos do Poço da Draga”



Os festejos de 111 anos da Ponte Metálica e Poço da Draga propõem a todos **interagir com a memória do entorno do Poço da Draga** através das suas vivências, personalidades e **localidades que fazem parte de sua identidade** como núcleo de moradores praianos que resistem no mesmo local, há mais de 100 anos.

A ideia é reunir moradores, entusiastas, frequentadores e colaboradores do Poço da Draga, a **festejar no período de 25 a 28 de maio de 2017, o resgate da identidade desta localidade** como um lugar de interação da praia com seus próprios habitantes, assim como, com todos os outros que já tiveram e que tem contato com a Praia de Iracema, onde a cidade se revela nos seus mais variados tipos de uso neste espaço. Portanto, é nesse **contexto de reafirmação de identidade própria desta localidade**, que os moradores, entusiastas e colaboradores do Poço da Draga, convidam a todos a descer à praia e desfrutar da alegria de celebrar os 111 anos do Poço da Draga e participar de diversas atividades.

Por estes motivos mais que legítimos, estamos convidando aos parceiros da nossa vizinhança a colaborar com uma ajuda de custo, visto não termos recursos próprios, a ser empregada aos serviços realizados pelos moradores, como segurança, limpeza, educadores e produção.

Agradecemos desde já aos desde há muito, parceiros desta localidade tão importante para cultura de praia de Fortaleza. Aos préstimos dos colaboradores, nos comprometemos a fortalecer a parceria já existente, divulgando suas atividades em nossa página de evento em redes sociais, bem como em cartazes e outras mídias. (Cláudio e Cíntia nas redes sociais, sobretudo *Facebook*, entre os dias 22 e 23 de maio de 2017, véspera do aniversário de 111 anos).

ANEXO D – PROGRAMAÇÃO E DOS 111 ANOS DO POÇO DA DRAGA (2017)

POÇO DA DRAGA 111 ANOS		ANIVERSÁRIO DE 111 ANOS DO POÇO DA DRAGA			
20/05 – Quarta	21/05 – Quinta	22/05 – Sexta	23/05 – Sábado	24/05 – Domingo	
<p>Manhã</p> <p>09:00-12:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Programação infantil (brincando de brincar) Espaço de Convivência (filmes, revistas sobre o Poço em meses, jogos de tabuleiro e atividades em geral)</p> <p>14:00-15:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Blatê infantil – Projeto Semente de Esperança de Cauçua (Arquivo especial de Cauçua sob a responsabilidade dos filhos de Sant'ana na pessoa da irmã paulina)</p> <p>15:00-16:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Oficina contemporânea – Projeto Semente de Esperança de Cauçua (Arquivo especial de Cauçua sob a responsabilidade dos filhos de Sant'ana na pessoa da irmã paulina)</p> <p>16:00-19:00 – Espaço Caminho da Mãe (Qualificação)</p> <p>- Bate-papo sobre Direção e Reformatahística com... - Grupo de dança do Fur Ancestral</p> <p>A partir de 17:30 – Espaço pavilhão</p> <p>- Exposição Fotográfica – Poço da Draga - do Departamento de Antropologia – UFC</p> <p>A partir de 17:30 – Estorno do Poço da Draga</p> <p>- Exposição Expressão 111 em filmes (exposição com curadoria de Tati Cresta e Mirella)</p> <p>20:00- 00:00 – Quadra</p> <p>- Torneio feminino de Futebol</p>	<p>Manhã</p> <p>09:00-12:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Programação infantil (brincando de brincar) Espaço de Convivência (filmes, revistas sobre o Poço em meses, jogos de tabuleiro e atividades em geral)</p> <p>14:00-15:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Ação Saúde no Poço: profissionais de saúde, UFC, Ministério da Saúde... - Ação Socialização de pressão, Canteira de Idoso (arte...)</p> <p>14:00-15:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>15:00-17:00 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Rota caucasa "111 realidades do poço da draga" com pessoas que já estiveram vivemos além de escavação sobre as vivências do Poço: Linda Guntim, Mirella Pires, Eliete, Meiriana Rodrigues, Tereza Freitas, André Almeida, Bruno Fode, Erick Rocha, Andréa Saraya, Anália Barabê, Isabela contemporânea - Projeto Semente de Esperança de Cauçua (Arquivo especial de Cauçua sob a responsabilidade dos filhos de Sant'ana na pessoa da irmã paulina)</p> <p>16:00-17:00 – Estorno do Poço da Draga</p> <p>- Expresso 111 – visita guiada com Sérgio Rocha, Geógrafo e narrador do Poço da Draga</p> <p>17:00-18:00 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Guardiões da Memória (Seu Chico da Rosa, D. Maria do Antonio do Corvêto, Seu Graça e Wilma)</p> <p>18:00-19:00 – Espaço da Prata na Poço Velha</p> <p>- Conversatório de vídeos sobre o Poço da Draga realizado pelos narradores do Poço com formação em áudio visual e editoração (desse atividade).</p> <p>19:00- 20:00 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Cover dos Beatles</p> <p>20:00- 21:00 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Discoteca Pavilhão live – Estádio Facineirê Cê de Silva</p>	<p>Manhã</p> <p>09:00-12:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Programação infantil (brincando de brincar) Espaço de Convivência (filmes, revistas sobre o Poço em meses, jogos de tabuleiro e atividades em geral)</p> <p>14:00-15:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>15:00-16:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>16:00-17:00 – Casa da D. Hebe (Linda, José)</p> <p>- Saram de Sertões do Poço com o Professor Rodrigo</p> <p>18:20-19:30 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Apresentação de filmes em formato de atividade de zumbido com narradores do Poço da Draga e entorno com Professor Cléber.</p> <p>19:00-20:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Show com Jardim Kévin – Músicos que unem música sertaneja</p> <p>20:00- 20:30 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Paratênis dos 111</p> <p>20:00 – 00:00 – Quadra</p> <p>- Torneio masculino de Futebol</p> <p>20:30- 00:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Show com banda Vivida Pachanga - salsa, merengue, jorubá...</p>	<p>Manhã</p> <p>09:00-12:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Programação infantil (brincando de brincar) Espaço de Convivência (filmes, revistas sobre o Poço em meses, jogos de tabuleiro e atividades em geral)</p> <p>09:00-10:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Rota de Capoeira "Semente..." – Professor Taliana (Marechal)</p> <p>10:00-15:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Expedição "O poço semia seis 111 anos" com saída da banda Samba Brasil e participação especial de Macaúba</p> <p>15:30-16:30 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Iêntê – Saram com Tati Cresta</p> <p>15:00-16:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>16:00-17:00 – Estorno do Poço da Draga</p> <p>- Expresso 111 – visita guiada com Sérgio Rocha, Geógrafo e narrador do Poço da Draga.</p> <p>16:00-17:00 – Estorno do Poço da Draga</p> <p>- Performance "Vozé viu um Casa Mudo Poço?" Encenado por Wagner Castromarator do Poço da Draga.</p> <p>17:00 – 18:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- TRIO Irmãs Flautistas</p> <p>18:00-19:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>19:00-20:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- As Empregadas</p> <p>20:00- 21:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Preto Rapstar</p> <p>21:30-23:00 – Espaço Sementê Cêlé</p> <p>- Show com Neyra Cresta</p>	<p>Manhã</p> <p>09:00-12:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Programação infantil (brincando de brincar) Espaço de Convivência (filmes, revistas sobre o Poço em meses, jogos de tabuleiro e atividades em geral)</p> <p>09:00-10:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Rota de Capoeira "Semente..." – Professor Taliana (Marechal)</p> <p>10:00-15:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Expedição "O poço semia seis 111 anos" com saída da banda Samba Brasil e participação especial de Macaúba</p> <p>15:30-16:30 – Espaço Tenda 111</p> <p>- Iêntê – Saram com Tati Cresta</p> <p>15:00-16:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>16:00-17:00 – Estorno do Poço da Draga</p> <p>- Expresso 111 – visita guiada com Sérgio Rocha, Geógrafo e narrador do Poço da Draga.</p> <p>16:00-17:00 – Estorno do Poço da Draga</p> <p>- Performance "Vozé viu um Casa Mudo Poço?" Encenado por Wagner Castromarator do Poço da Draga.</p> <p>17:00 – 18:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- TRIO Irmãs Flautistas</p> <p>18:00-19:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>19:00-20:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- As Empregadas</p> <p>20:00- 21:00 – Espaço Pavilhão</p> <p>- Preto Rapstar</p> <p>21:30-23:00 – Espaço Sementê Cêlé</p> <p>- Show com Neyra Cresta</p>	
<p>Realização: Moradores do Poço da Draga e Apositores da causa de pertencimento da comunidade</p>	<p>Apoio:</p>	<p>Colaboradores:</p>			

ANEXO E – BANNERS DO EXPRESSO DO POÇO DA DRAGA. Fonte: ProPoço.

Expresso 111

Expresso 112 é uma atividade baseada na prática de visita guiada no Poço da Draga e seu entorno, tendo como finalidade o vislumbre dessa localidade pela sociedade em geral, formação de potenciais jovens guias, bem como proporcionar ao morador uma percepção de importância da sua localidade no processo de uso do litoral de Fortaleza.

É um percurso a pé, onde se percorrem pontos, denominados *Estações* em referência ao formato da prática de viagem em trem, mais conhecida como expresso. O nome da atividade é uma menção ao antigo serviço de trem europeu, Expresso do Oriente, como também é uma referência à presença de antigos trilhos no local, nos quais passavam trens e trolés que serviam como transporte dos produtos vindos do antigo porto, a ponte Metálica. A proposta se dá com um grupo de pessoas, acompanhado por um guia morador, passando por lugares específicos e relevantes à identidade do Poço da Draga, denominados estações. E assim, envolvendo movimento, viagem e história, o nome Expresso 112 passará por mudanças a cada ano, de acordo com a idade representativa da comunidade. Em 2019, por exemplo, a atividade passará a se chamar Expresso 113, e daí por diante.



Realização: Movimento ProPoço

ProPoço

Expresso 112

ESTAÇÃO PONTE VELHA

Ponte Metálica ou Ponte Viaduto Moreira da Rocha



O litoral, espaço destinado ao escoamento dos esgotos, ao despejo de dejetos, aos assentamentos de retirantes, à atividade portuária e à pesca em jangada, foi palco de um período onde a Belle époque dava o rumo do comportamento afrancesado sendo um lugar de aptidão terapêutica. A partir dali, parte da cidade se mudou para a região litorânea. Todavia, nesse mesmo território, já se encontravam núcleos de habitações, os quais se tornaram alvo da disputa territorial. Assim, o Poço da Draga iniciou sua fixação nesse lugar dando suporte às demandas do recém inaugurado porto.

Realização: Movimento ProPoço

Expresso 112**ESTAÇÃO PAVILHÃO**

Café Atlântico, Delegacia, Escola Comandante Fernando Cavalcante(Irmãzinhas).



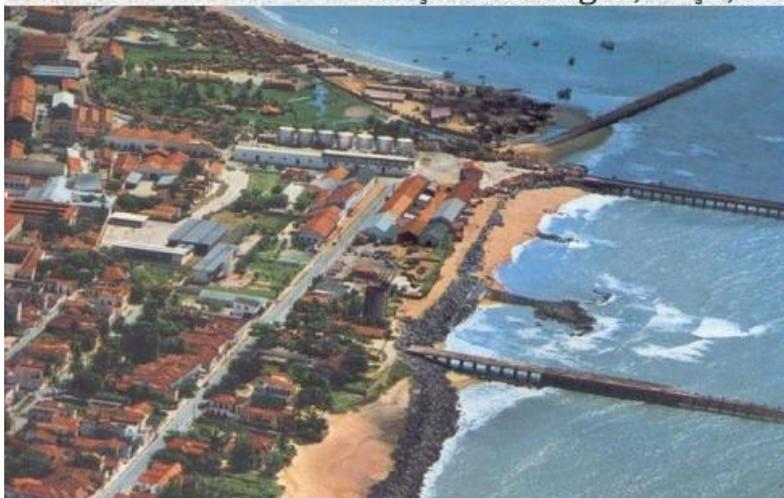
A educação de base, nas capitais brasileiras, no final do século XIX e início do século XX, era restrita à classe social com maior poder aquisitivo. Contudo, o novo modelo de produção exigia um maior número de pessoas qualificadas para atender às suas necessidades. Foi assim que se iniciou um processo de descentralização ao acesso às escolas, proporcionando, assim, o surgimento em maior escala de centros educacionais. A partir daí, na comunidade do Poço da Draga, já em meados dos anos 60, surgiu a escola Comandante Fernando Cavalcante, regida pelas irmãs Josefinas, mais precisamente, na pessoa da irmã Maria de Jesus.

Realização: Movimento Propoço

Propoço

Expresso 112**ESTAÇÃO POCIN**

Poço das dragas, Poço, Pocinho, Terreno, Mangue.



Com a mudança do porto para o Mucuripe, a região onde se encontra a comunidade do Poço da Draga, tornou-se um reduto de galpões abandonados, que antes eram estabelecimentos de estocagem. Com isso, a comunidade ficou rodeada por casarões inativos, porto inoperante e uma indústria recém chegada com fins de produção náutica-INACE. Contudo, os moradores ali permaneceram, mesmo tendo havido uma pequena migração para o novo porto e uma posterior para o bairro Conjunto Palmeira, em decorrência da instalação da indústria naval no início dos anos 70.

Realização: Movimento Propoço

Propoço

Expresso 112**ESTAÇÃO CIDAL**

AV. 3 DE OUTUBRO, EPITÁCIO PESSOA E ALMIRANTE TAMANDARÉ



Com a mudança do porto para o Mucuripe, a região onde se encontra o Poço da Draga, tornou-se um reduto de galpões abandonados, que antes eram estabelecimentos de estocagem. Com isso, o Poço ficou rodeado por casarões inativos, porto inoperante e uma indústria recém chegada com fins de produção náutica. Contudo, os moradores ali permaneceram, e deram início a um estilo próprio de convivência e moradia. O trecho é conhecido como CIDAL e a foto tirada da antiga Alfândega e hoje Caixa Cultural.

Realização: Movimento Propoço

AVENIDA EPITACIO PESSOA

Propoço

ANEXO F – FOTOS DAS ATIVIDADES DO GRUPO RASTROS URBANOS.

Convites para a Exposição “Habitar é deixar rastros” (27/05/2017)






Convite para a exposição:
Habitar é deixar rastros

O Grupo de estudos e pesquisas Rastros Urbanos da Universidade Federal do Ceará, através de seu projeto de extensão *Fotobiografias: a Fortaleza que se conta em acervos fotográficos pessoais* apresenta fotografias de moradores que narram o cotidiano do Poço da Draga.

A exposição integra o evento comemorativo dos 111º aniversário da comunidade do Poço da Draga.

Quando: 27/05/17, das 16h -17h.

Onde: Espaço do Pavilhão no Poço da Draga.

Fonte: Página do grupo. Disponível em: <<http://rastrosurbanosufc.blogspot.com>>. Acesso em 23 fev. 2019.

**Evento com as crianças: Jogo da memória com fotos do Poço da Draga
(13/12/2017)**



Fonte: Página do grupo. Disponível em: <<http://rastrosurbanosufc.blogspot.com>>. Acesso em 23 fev. 2019.